Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.327 | Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br | SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2024

A estimativa passou de 3,55% para 3,50% em 2024

Governo reduz projeção para inflação neste ano

O Ministério da Fazenda disse que o processo de desinflação vem ocorrendo em ritmo similar ao previsto, refletindo o realinhamento entre os preços livres e monitorados

O Ministério da Fazenda revisou para baixo a projeção para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Políticas Econômicos (SPE), divulgada nesta quinta-feira, 21, a estimativa neste ano passou de 3,55% para 3,50% - dentro do intervalo de tolerância da meta estipulada para 2024, que é de 3,00%, com variação de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. O Ministério da Fazenda manteve a projeção de alta do Produto Interno Bruto (PIB) para 2024. De acordo com a grade de parâmetros divulgada pela SPE, a estimativa para a expansão da atividade de este ano continua em 2,2%. Para 2025, a revisão também se manteve em 2,8%. O último Boletim Macrofiscal da SPE havia sido divulgado em novembro de 2023. A subsecretária de Política Macroeconômica do Ministério da Fazenda, Raquel Nadal, afirmou que os indicadores apontam para uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2024. **PÁGINA 3**

AQUECIMENTO

Mau uso das florestas compromete a vida global

A crise ambiental global apressa a busca por soluções que permitam um equilíbrio entre os recursos existentes no planeta e a existência da humanidade. O pesquisador do Inpa, Philip Fearnside, disse que é necessário que o Brasil lidere essas iniciativas por ser o país que mais será atingido se a crise ambiental continuar em curso. **PÁGINA 8**

PREVENÇÃO

Rio inicia vacinação contra gripe em grupo prioritário

PÁGINA B1

NEGROS

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA LANÇOU, NA QUINTA-FEIRA (21), O PLANO JUVENTUDE NEGRA VIVA que prevê investimento de mais de R$ 665 milhões nos próximos anos em ações transversais de 18 ministérios para a redução da violência letal e outras vulnerabilidades sociais que afetam essa parcela da população. Considerando políticas que englobam os jovens negros, mas não são exclusivos para este público, o montante ultrapassa R$ 1,5 bilhão. De acordo com o governo, a juventude negra representa aproximadamente 23% da população brasileira e a principal demanda desse grupo é "viver em um país que respeita e investe na vida dos jovens negros". Com isso, o plano tem o intuito de promover mudanças estruturantes e duradouras para essa população. **PÁGINA 7**

PLANEJAMENTO

Petrobras vai aumentar sua energia renovável

O gerente-executivo de Gestão Integrada de Transição Energética da Petrobras, Cristiano Levone, disse que a Petrobras planeja adicionar 5 gigawatts (GW) de capacidade de geração de energia renovável em seu portfólio até 2028. Hoje, a empresa pode gerar até 5 GW advindos de termelétricas. A ideia, portanto, é usar fontes limpas para dobrar essa capacidade. **PÁGINA 2**

AVANÇOS

Brasil fica em 9º lugar em ranking fonográfico

PÁGINA B2

RESTRIÇÕES

O BANCO DA INGLATERRA (BOE, NA SIGLA EM INGLÊS) DECIDIU MANTER SUA TAXA BÁSICA DE JUROS PELA QUINTA VEZ CONSECUTIVA, EM 5,25%. O presidente do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês), Andrew Bailey, afirma que a política monetária da instituição seguirá em nível restritivo "o tempo suficiente" para garantir a inflação na meta de 2%. Ele garantiu que o banco central está pronto a fazer ajustes em sua política, caso seja possível, mas também citou riscos à essa perspectiva. **PÁGINA 5**

FALTA DE APOIO

Israel vai invadir Rafah independente dos EUA

O ministro de Assuntos Estratégicos de Israel, Ron Dermer, disse que o exército de seu país vai invadir a cidade de Rafah, no sul de Gaza, e derrotar o grupo terrorista Hamas, mesmo que "o mundo inteiro se volte contra Israel, incluindo os Estados Unidos". "Nós vamos invadir e finalizar esse trabalho. Os terroristas do Hamas mataram 1,2 mil israelenses." **PÁGINA 6**

GUERRA

Rússia lança maior ataque de mísseis contra Kiev

PÁGINA 5

IBOVESPA 128.158,57 -0,75%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
MARFRIG ON NM	10.30	+2.69%	+0.27
WEG ON NM	39.43	+1.55%	+0.60
SAO MARTINHOON NM	28.89	+1.94%	+0.55
TRAN PAULISTPN N1	25.26	+1.53%	+0.38
SLC AGRICOLAON NM	19.65	+1.66%	+0.32

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
COGNA ON ON NM	2.37	−11.90%	−0.32
CVC BRASIL ON NM	3.39	−5.04%	−0.18
RAIZEN PN N2	3.520	−2.49%	−0.090
P.ACUCAR-CBDON NM	3.08	−2.84%	−0.09
CASAS BAHIA ON NM	7.810	−3.10%	−0.250

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	35.70	−2.72%	−1.00
ITAUUNIBANCOPN N1	34.44	−1.03%	−0.36
VALE ON ED NM	61.66	−0.24%	−0.15
VIVARA S.A. ON NM	24.65	−7.88%	−2.11
RUMO S.A. ON NM	22.20	+0.45%	+0.10

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.781,37	+0,68%
S&P 500	5.241,53	+0,32%
NASDAQ	16.401,84	+0,20%
DAX 30	18.179,25	+0,91%
FTSE 100	7.882,55	+1,88%
IBEX 35	10.867,50	+1,07%

DÓLAR COMERCIAL			PESO			EURO			LIBRA			OURO	
COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		COMPRA	VENDA		BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
4,979	4,979	↑ 0,09%	0,006	0,006	↑ 0,12%	5,405	5,406	↓ -0,48%	6,299	6,303	↓ -0,79%	321,50	2.181,16

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

SUSTENTABILIDADE

Petrobras vai adicionar 5 GW de energia renovável até 2028

A empresa avalia dezenas de projetos de geração eólica onshore para investir em conjunto com outras empresas naturais do setor, mas o foco é no Brasil e em parcerias, porque é um mercado com regulação

O gerente-executivo de Gestão Integrada de Transição Energética da Petrobras, Cristiano Levone, disse na quinta-feira, 21 que a Petrobras planeja adicionar 5 gigawatts (GW) de capacidade de geração de energia renovável em seu portfólio até 2028. Hoje, disse Levone, a empresa pode gerar até 5 GW advindos de termelétricas. A ideia, portanto, é usar fontes limpas para dobrar essa capacidade.

A maior parte dessa nova energia a ser gerada pela Petrobras, disse Levone, virá de novas usinas eólicas onshore e fotovoltaicas a serem compradas e desenvolvidas pela estatal nos próximos anos.

"Há interesse em projetos greenfield ou brownfield, mas com potencial de crescimento", disse Levone.

Segundo o executivo, a Petrobras avalia "dezenas" de projetos de geração eólica onshore para investir em conjunto com outras empresas naturais do setor. "Não está nos planos ir para fora do Brasil (em renováveis) no momento. O foco é no Brasil e em parcerias, porque é um mercado com regulação e isso (parcerias) eliminaria barreiras de entrada", continuou.

As declarações vêm na linha do que já disse o diretor de transição energética e sustentabilidade da estatal, Maurício Tolmasquim.

Levone falou durante o seminário "Transição Energética e Investimento da Infraestrutura", organizado pela Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE) na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

A busca da Petrobras por ativos de geração renovável, portanto, tende a privilegiar

estruturas já prontas, com entrega imediata de energia, mas que integrem uma carteira de projetos ainda em construção ou a serem colocados de pé.

Ele não revelou quais negócios a Petrobras avalia no momento. Mas há uma série de memorandos de entendimento para parcerias futuras, caso do assinado no ano passado com a francesa TotalEnergies, atual sócia da Casa dos Ventos em uma joint venture de geração eólica.

No futuro, a ideia é que outras fontes, em especial eólica offshore e hidrogênio verde, entrem para reforçar a capacidade de geração da Petrobras. Sobre eólica offshore, Levone disse não existir "barreiras de entrada" para a Petrobras, que já atua em alto mar, mas lembrou que a ausência de regulação no País é um limitador de momento.

Segundo ele, a ideia é "entrar daqui a 10, 15 anos, ou até menos" nesse negócio, mas estar preparado para isso o quanto antes.

Para tanto, a Petrobras prepara projetos pilotos que ainda não tem prazo de execução, mas devem ser instalados no Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o Brasil tem grande potencial para ampliar sua produção de petróleo, mesmo no contexto de transição energética global.

Segundo ele, isso demonstra que "a transição energética precisa ser equilibrada, tem que ser olhada pela ótica do respeito, da prioridade energética e em especial às necessidades energéticas do planeta", disse.

O ministro lembrou também que o Brasil usa parte de sua produção de petróleo para uso interno e ainda importa a commodity, para atender à demanda principalmente no segmento de mobilidade.

Silveira destacou que mesmo nesse segmento o País tem buscado maneiras de se descarbonizar utilizando o etanol, e destacou que o combustível renovável pode ser utilizado inclusive na produção de hidrogênio. "Avançamos na captura para que a indústria do etanol possa chegar a ser carbono negativo."

Ele lembrou que é possível usar para isso o etanol feito de cana-de-açúcar, enquanto para a mobilidade urbana é possível apostar no etanol de milho.

O ministro lembrou que não apenas a Petrobras, mas outras empresas de petróleo têm feito investimentos em poços brasileiros, a exemplo da Equinor, que no final do ano anunciou que investiria "US$ 10 bilhões no País, numa plataforma extremamente moderna, em parceria com a Petrobras".

Agência Petrobras

A Petrobras prepara projetos pilotos de geração eólica onshore que ainda não tem prazo de execução, mas devem ser instalados no Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte

DIVIDENDOS

Rui Costa classifica como crises de espuma as críticas às interferências na Petrobras

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, classificou as recentes críticas à interferência do governo na Petrobras como "crises de espuma". Segundo ele, a companhia segue apresentando bons resultados e os supostos problemas foram criados "artificialmente".

"Eu não vejo crise alguma", continuou Costa. "A Petrobras teve o seu segundo maior lucro da história. Eu quero lhe perguntar, que empresa no planeta não queria estar vivendo uma crise dessa?", questionou.

E destacou: "Que crise maravilhosa, você ter o segundo maior lucro da existência da empresa, o segundo maior pagamento de dividendo da história de empresa."

As críticas relacionadas à interferência do governo federal na companhia começaram após a decisão da companhia de não distribuir dividendos extraordinários, que partiu do governo, e frustrou os investidores.

Com uma cobrança maior do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para que ministros informem melhor à população os projetos realizados pelo governo, Rui Costa reconheceu que a comunicação "sempre pode e deve melhorar".

Segundo ele, existem desafios novos relacionados ao tema, devido aos diversos meios de comunicação que surgiram ao longo dos últimos anos com as redes sociais.

A Petrobras informou que recebeu indicações da União Federal (controlador) e de acionistas minoritários para as eleições aos conselhos de Administração e Fiscal, a serem realizadas na Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para o dia 25 de abril de 2024.

Para o conselho de administração, os indicados da União são o atual presidente da estatal, Jean Paul Prates, além de Pietro Adamo Sampaio Mendes, também sugerido para presidir o colegiado. O órgão tem 11 membros, sendo seis indicados pela União, quatro por acionistas minoritários e um pelos funcionários da empresa.

Como demais membros indicados, a lista inclui os nomes de Benjamin Alves Rabello Filho, Bruno Moretti, Ivanyra Maura de Medeiros Correia, Rafael Ramalho Dubeux, Renato Campos Galuppo e Vitor Eduardo de Almeida Saback.

Os seis nomes indicados pela União para cadeiras no conselho fiscal são Daniel Cabaleiro Saldanha, Gustavo Gonçalves Manfrim, Cristina Bueno Camatta, Sidnei Bispo, Viviane Aparecida da Silva Varga e Otávio Ladeira de Medeiros.

Da indicação dos empregados da Petrobras, Rosangela Buzanelli Torres é candidata para membro do conselho de administração. Já José João Abdalla Filho e Marcelo Gasparino da Silva são as indicações dos minoritários, em caso de voto múltiplo. Em situação de eleições em separado, os nomes sugeridos pelos acionistas minoritários são Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis, Aristóteles Nogueira Filho e Jeronimo Antunes.

No caso do conselho fiscal, os indicados dos minoritários são Daniel Alves Ferreira, Aloisio Macário Ferreira de Souza, João Vicente Silva Machado, Paulo Roberto Franceschi e Vanderlei Dominguez da Rosa.

Rui Costa afirmou ainda que apesar da importância do programa Voa Brasil, não se pode criar a "falsa expectativa" de que ele resolverá o custo das passagens aéreas de forma geral no Brasil. Segundo o ministro, está sendo discutido com as companhias soluções para temas como o preço do combustível e o excesso de judicialização para, aí sim, resolver o preço das passagens.

"O programa tem uma finalidade que é estimular o uso para pessoas que nunca usaram aviação ou usam raramente, e de alguma forma para público segmentado, como aposentados. O programa não tem a função de criar a falsa expectativa de que isso é para resolver o problema do custo da passagem no Brasil", disse Rui Costa, em entrevista à TV Brasil.

A data de lançamento do Voa Brasil não foi divulgada, segundo Rui Costa. O responsável pelo projeto, Silvio Costa Filho, ministro dos Portos e Aeroportos, pretende dar início formal ao projeto "o quanto antes".

Diário Comercial
Propriedade de *Editora Diário Comercial Ltda*
Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: **www.diariocomercial.com.br**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

AGROPECUÁRIA

Ministério da Fazenda reduziu a projeção para inflação este ano

O governo manteve a projeção de alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 2,2%, que deve ser puxada pelo setor de serviços, que avançou 2,4%, com a queda da inadimplência e maior procura por crédito

Divulgação

O PIB do setor agropecuário deve cair 1,3% em 2024. Essa piora no desempenho está relacionada, principalmente, aos preços de produtos das lavouras e da pecuária, que mostraram deflação ao longo do ano passado

O Ministério da Fazenda revisou para baixo a projeção para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Políticas Econômicos (SPE), divulgada nesta quinta-feira, 21, a estimativa neste ano passou de 3,55% para 3,50% - dentro do intervalo de tolerância da meta estipulada para 2024, que é de 3,00%, com variação de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos.

Já para 2025, a projeção de IPCA é de 3,10%. O último boletim macrofiscal da SPE havia sido divulgado em novembro de 2023 e não trazia estimativas para o próximo ano.

No documento, a SPE argumenta que, até o final de 2024, o processo de desinflação deve continuar, puxado pela forte desaceleração nos preços de monitorados e pela redução da inflação de serviços.

"O processo de desinflação vem ocorrendo em ritmo similar ao previsto, refletindo o realinhamento entre os preços livres e monitorados. Para a média das cinco principais medidas de núcleo, a expectativa também é de desaceleração para patamar próximo a 3,40%, de 4,00% em fevereiro. Nos anos seguintes, espera-se inflação ao redor da meta de 3,00%", diz o documento.

O Ministério da Fazenda manteve a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para o indicador neste ano segue em 3,25%. Para 2025, a projeção é de 3,00%.

"Assim como ocorreu em 2023, espera-se inflação menor para classes de renda inferiores comparativamente ao IPCA", pontua o boletim.

Já a estimativa da Fazenda para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) em 2024 foi revisada para baixo, de 4,00% para 3,50%. Para 2025, o indicador estimado é de 4,00%.

O documento pontua que tanto os produtos agropecuários como os industriais apresentaram deflação em janeiro e fevereiro, pesando nessa dinâmica a queda nos preços da soja, do milho, do minério de ferro e de derivados do petróleo. "Até o final do ano, no entanto, a expectativa é de aceleração gradual dos preços no atacado, influenciados pelo aumento já observado nos custos de frete, pela maior pressão em cadeias produtivas globais e por alterações climáticas", diz.

No mesmo boletim divulgado na quinta-feira, o Ministério da Fazenda manteve a projeção de alta do Produto Interno Bruto (PIB) para 2024. De acordo com a grade de parâmetros divulgada pela SPE, a estimativa para a expansão da atividade este ano continua em 2,2%.

Para 2025, a revisão também se manteve em 2,8%. O último Boletim Macrofiscal da SPE havia sido divulgado em novembro de 2023.

De acordo com o Boletim Macrofiscal deste mês, houve maior crescimento de atividades cíclicas, compensado pela queda de atividades de não-cíclicas, e essa tendência deve continuar em 2024.

O documento destaca que, para o PIB do setor agropecuário, a previsão é de queda de 1,3% em 2024, ante expectativa de alta de 0,5% no boletim de novembro. Essa piora no desempenho está relacionada, principalmente, aos preços de produtos das lavouras e da pecuária, que mostraram deflação ao longo do ano passado. As condições climáticas, afetadas pela ocorrência do El Niño, também prejudicaram o desenvolvimento do cultivo de produtos, segundo o relatório.

Já para o PIB da indústria houve avanço de 2,5% em 2024, ante 2,4% no último boletim. O documento dá destaque às perspectivas de aceleração da Indústria de transformação, em decorrência da redução dos juros, medidas de estímulo ao crédito e pela política de depreciação acelerada para compra de novas máquinas e equipamentos. Indústrias de construção e extrativa também devem continuar com bons resultados, aponta o relatório.

O crescimento do setor de serviços foi revisado de 2,2% para 2,4%. "Com a redução da inadimplência, em paralelo à queda nos juros, já se percebe avanço nas concessões de crédito a pessoas físicas no início de 2024, cenário que deverá impulsionar as taxas de crescimento de atividades como o comércio", diz o boletim.

As projeções da SPE sobre a variação do PIB nos próximos anos foram mantidas. Em 2026, em 2,5%. Para 2027, a projeção de crescimento continua em 2,6%. Já em 2028, é de 2,5%.

A aprovação da reforma tributária, elevação de investimentos por meio de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa e Minha vida, aumento das Parcerias Público-Privadas (PPPs), estímulos à inovação e exportações por parte de bancos públicos, além das reformas microeconômicas para melhorar o ambiente de crédito do País são apontadas como vetores que devem auxiliar o crescimento no longo prazo.

No último relatório Focus, divulgado na terça-feira, 19, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central projetaram uma alta de 1,80% para o PIB de 2024. Para 2025, a estimativa no Focus é de alta de 2,00%. As projeções de mercado para 2026 e 2027 também estão em 2,00%, para os dois anos.

A subsecretária de Política Macroeconômica do Ministério da Fazenda, Raquel Nadal, afirmou que os indicadores divulgados na quinta-feira, 21, apontam para uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2024. Ela reforçou que a projeção do PIB deste ano, mantida em 2,2%, teve mudança na composição por setores.

A pasta diminuiu, por exemplo, a expectativa de crescimento da agropecuária - setor que impulsionou a economia no ano passado - e aumentou a projeção para a indústria.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, disse que os dados das pesquisas mensais de comércio (PMC) e de serviços (PMS), que superaram as expectativas, foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) após o fechamento da grade do Boletim Macrofiscal e, portanto, não há como mensurar os efeitos deles sobre a grade. Mas ele afirmou que os números trazem viés positivo para as projeções.

"Não sei como impactaria a grade porque a gente não roda a grade a cada dado que sai, mas isso traz um viés positivo para nossas projeções", disse Mello.

A grade precisa ser concluída sempre um dia após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador de inflação da economia brasileira.

O secretário reforçou que os dados de fevereiro confirmam um cenário de crescimento mais robusto da economia brasileira.

DESONERAÇÃO

Arrecadação subiu 12,17% em fevereiro

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R$ 186,522 bilhões em fevereiro de 2024, uma alta real (descontada a inflação) de 12,27% na comparação com o resultado de fevereiro de 2023, quando o recolhimento de tributos somou R$ 158,995 bilhões. Em relação a janeiro, a arrecadação recuou 34,08%, em termos reais. De acordo com a Receita, esse é o melhor resultado para o mês de fevereiro, em termos reais desde a série histórica, iniciada em 1995.

O resultado das receitas veio um pouco acima da mediana de R$ 184,365 bilhões das expectativas das instituições do mercado financeiro. O intervalo das estimativas ia de R$ 166,394 bilhões a R$ 188,500 bilhões.

O Fisco deu destaque ao crescimento da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) Capital em decorrência da taxação de fundos offshores; à melhora no desempenho da arrecadação do PIS/Cofins pela retomada da tributação sobre combustíveis; e ao desempenho da arrecadação do Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com ressalto ao comportamento das entidades financeiras

Nos dois primeiros meses de 2024, a arrecadação federal somou R$ 467,158 bilhões. Segundo a Receita, esse é o melhor resultado para o primeiro bimestre do ano, em termos reais, na série histórica iniciada em 1995. O montante representa um aumento real de 8,82% na comparação com os dois primeiros meses de 2023.

As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal total de R$ 10,184 bilhões em fevereiro de 2024, valor menor do que o registrado no mesmo mês de 2023, quando ficaram em R$ 12,683 bilhões, em termos nominais.

No acumulado de 2024, as desonerações totalizaram R$ 21,211 bilhões, volume inferior ao registrado no mesmo período do ano passado (R$ 25,033 bilhões, em termos nominais).

O resultado reflete a retomada da tributação sobre combustíveis, feita ao longo de 2023. Em janeiro, o governo retomou a cobrança integral do PIS/Cofins sobre o diesel, que havia sido zerado em 2021, com retomada parcial em setembro de 2023.

Já a desoneração da folha de pagamento resultou em uma renúncia de R$ 1,858 bilhão em fevereiro e de R$ 2,559 bilhões no acumulado do ano. No mesmo mês de 2023, essa renúncia foi de R$ 965 milhões e chegou a R$ 1,598 bilhão no acumulado do ano, em termos nominais.

Esse é um tema sensível ao governo, que vetou integralmente a prorrogação da política de desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos, e apresentou uma medida provisória com uma proposta de reoneração gradual. Sem a concordância do Congresso com o texto, o governo aceitou enviar um projeto de lei com urgência constitucional para tentar negociar uma alternativa.

Adotada desde 2011, a desoneração da folha de pagamentos é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, a depender do setor produtivo. Na prática, a medida reduz a carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

SEGURO

Fávaro quer realocar os recursos do Proagro

O ministro afirmou que a intenção é utilizar R$ 2 bilhões do Proagro no seguro rural

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, defendeu uma reformulação do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para realocar recursos e aumentar, dessa forma, o orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

"É determinação da Casa Civil, do ministro Rui Costa, foi um pedido do presidente Lula, que a gente possa passar uma análise mais aprofundada, e estamos fazendo isso, sobre o Proagro", disse o ministro, durante evento de apresentação da agenda legislativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), do qual também participou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

"O Proagro é um outro programa de cobertura de seguro para pequenos produtores que usou em 2023, R$ 10 bilhões do Orçamento público. Não é para precarizar isso, de forma alguma. Mas, se a gente quer mais dinâmica, sem deixar nenhum produtor de fora, mas conseguir realocar de lá para seguro rural e atender produtores em R$ 2 bilhões, vamos supor, o Proagro deixar de investir R$ 10 bilhões para R$ 8 bilhões, mas esses R$ 2 bilhões se somam ao R$ 1 bilhão do seguro rural e vira R$ 3 bilhões", explicou Fávaro.

O governo pretende incluir no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 uma estimativa de economia com a revisão de despesas de benefícios ligados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Proagro.

O Proagro funciona como espécie de seguro com subsídios do governo. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou no começo do ano que as despesas com o programa tiveram uma "expansão brutal" não prevista em 2023.

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

A previsão no Orçamento do ano passado para o Proagro era de R$ 2 bilhões, mas foram liberados R$ 9,4 bilhões, enquanto os recursos para o seguro rural somaram R$ 930 milhões no mesmo período.

Além de ter um orçamento bem menor, o seguro rural está sujeito a contingenciamentos (bloqueios de despesas), diferentemente do Proagro. Na LDO de 2024, o Congresso aprovou um dispositivo para blindar o seguro rural do contingenciamento, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou esse dispositivo ao sancionar a lei.

A reformulação das regras do Proagro pode ser feita por meio do Conselho Monetário Nacional (CNM), que reúne o Ministério da Fazenda, o Planejamento e o Banco Central.

Fávaro também defendeu o uso de tecnologia e inteligência artificial para fazer, por exemplo, cruzamentos de previsões meteorológicas para minimizar riscos. "Já existe isso no mundo. No Brasil, a gente quer conversar, fazer uma experiência nesse novo Plano Safra", disse o ministro. "O seguro rural pode, deve e vai ser melhorado no governo do presidente Lula", emendou.

A CNA pediu, no começo de março, ao governo uma suplementação de R$ 2,1 bilhões para o orçamento deste ano do seguro rural. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 previu R$ 964,5 milhões em recursos para o programa.

" Proagro é um outro programa de cobertura de seguro para pequenos produtores que usou em 2023, R$ 10 bilhões do Orçamento público"

TECNOLOGIA

Hotmart alcança US$ 10 bilhões com as vendas de seus parceiros

A Hotmart alcançou US$ 10 bilhões em vendas de seus parceiros por meio de sua plataforma. O acumulado é desde 2011, ano de fundação do grupo, e foi alcançado depois de um 2023 positivo para o setor de tecnologia. As soluções da companhia são voltadas a empresas de serviços digitais e criadores de conteúdo online. Os clientes vão desde escolas online de idiomas, professores que dão aula de corrida até cursos de feng shui - com faturamentos de R$ 1 mil mensais até R$ 50 milhões por ano.

Na América Latina, a maior força é no mercado brasileiro, com destaque também para Colômbia e México. O grupo também tem a Teachable, nos Estados Unidos, e presta serviço a criadores de 130 países. A sede fica na Holanda.

O potencial de crescimento no Brasil e no mundo ainda é grande, visto que a chamada creators economy cresce dois dígitos por ano, de acordo com o cofundador e CEO João Pedro Resende. Por aqui, principal mercado da empresa, mais de 300 mil trabalhos diretos e indiretos foram gerados por criadores de conteúdo da Hotmart, segundo estudo da companhia feito em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O modelo de negócio varia entre as plataformas da empresa. No caso da Teachable, a base é uma assinatura mensal ou anual. Já na Hotmart são cobradas comissões por cada venda. "A fatia varia de acordo com o tamanho do criador, mas para começar é 9%", aponta Resende.

À frente, a Hotmart vê três caminhos para o seu crescimento: a incorporação da venda de produtos físicos, plano que já está em fase inicial; a continuidade da expansão internacional e o uso de inteligência artificial. No último caso, a empresa adquiriu a startup Reshape, especializada em transcrição, tradução e legendas de forma automatizada. "Essa tecnologia seguirá sendo desenvolvida e expandida e irá remover as barreiras de idioma para que os produtos digitais alcancem outros países", indica Resende.

"O anúncio é uma celebração aos nossos criadores acima de tudo", afirmou Resende. "O sucesso de longo prazo nas plataformas Hotmart e Teachable deixa clara a crescente demanda por criadores para entregar produtos digitais transformadores e de alta qualidade. Por sua vez, os criadores estão expandindo negócios dinâmicos e multiprodutos, enraizados em conexões significativas, aprendizagem compartilhada e comunidade. As plataformas da nossa empresa potencializam esse sucesso, aliviando os criadores do estresse das operações comerciais essenciais, equipando-os com inúmeras ferramentas de comércio eletrônico para aumentar suas vendas e fornecendo parcerias que efetivamente impulsionam o progresso em direção aos seus objetivos exclusivos."

Atualmente, mais de 200 mil criadores globais vendem produtos no Hotmart e no Teachable. No ano passado, impressionantes 21 milhões de consumidores fizeram compras de criadores em ambas as plataformas. Esses criadores conectaram-se com sucesso com consumidores em quase todos os países.

PELO MUNDO | INFORMAÇÃO

por Suelen Escariz

Suellen Escariz
Advogada e Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra

A COMUNICAÇÃO FEITA para informar acerca de questões técnicas de determinada área de conhecimento é válida para esclarecer pontos que muitas vezes passam despercebidos pela opinião pública. Houve tempo em que a compreensão geral era inteiramente pautada pelas opiniões de quem tinha o poder de as propagar.

O ACESSO À INFORMAÇÃO nos usos de tecnologias tanto para pesquisar novas fontes, quanto até mesmo para obter livros de maneira digital é um dos fatores que contribuem para que as pessoas obtenham informações de maneira isenta. A facilidade em ter acesso às informações, por si só, não resolve tantas questões, tendo em vista que é preciso uma vontade e uma capacidade de compreender a diferença entre opiniões e fatos e evitar bloqueios a determinadas fontes, que podem causar grande desinformação.

É IMPORTANTE TAMBÉM O PAPEL do profissional de cada área em se comprometer a transmitir informação e questões técnicas de maneira mais clara e simples, com uma linguagem acessível a todos, e que este profissional encontre receptores atentos à sua mensagem, que busquem verdadeiramente obter conhecimento, analisar e questionar as informações que recebe, a ponto de estabelecer uma visão crítica e racional sobre elas.

UMA POPULAÇÃO verdadeiramente informada procura ler além do que está escrito, procura perceber o contexto e as entrelinhas, o que se diz e o que se quer dizer. Este é um tempo em que não basta ser uma fonte até então confiável, é preciso mesmo fazer uma análise de toda a informação apresentada, da possibilidade de comprovar os fatos ali relatados.

EM REGRA, GRANDE PARTE da população não termina de ler um texto completo. As pessoas costumam consumir apenas as manchetes de cada artigo/reportagem e isso dificulta a real compreensão do que se está a tratar, pode causar até mesmo falhas na comunicação e no objetivo final da mensagem. Muita informação sendo colocada a todo momento de maneira superficial e com fácil acesso acaba por deturpar o sentido do verdadeiro acesso à informação e se torna um acesso rápido a apenas uma parte de uma informação que deveria ser completa.

NESTE PONTO, A CULPA É do leitor que não quer ter esforço para obter conhecimento e acaba por propagar um título sem perceber seu real significado. A desinformação também parte de quem não quer entender o que se diz, que não pretende se aprofundar no tema quando o título do artigo já convence e traduz um sentimento pessoal. Quando o emissor da notícia é uma fonte que costuma agradar, já não se faz necessária uma averiguação quanto ao que é dito daquela vez.

E ASSIM, A ERA DA DESINFORMAÇÃO se forma tanto por quem quer transmitir opiniões disfarçadas de meias-verdades com aparência de fatos, como por leitores que querem ouvir o que convém e não exatamente a verdade. A tecnologia permite a rápida comunicação e a ampla propagação de informações, mas ainda não consegue prever e lidar com a parte humana da equação, aliás, nem deve, tendo em vista que qualquer controle acerca do que se diz e quanto ao que se entende será uma censura, e esta deve ser firmemente repelida.

O EXCESSO DE FONTES, AS diferentes opiniões, os fatos em si, com dados e fontes conhecidas devem ser apresentados, é importante que haja um verdadeiro acesso à informação e uma diversidade de emissores. Mas cabe também aos responsáveis atuarem de maneira ética, evidenciando o que é opinião e o que é fato, a descrição de um fato sem tendenciar interpretações. Cabe também ao receptor, querer ler e compreender o que se escreve ou diz, cabe a todos dispensar tempo para realmente compreender a notícia. A desinformação acaba por ser responsabilidade de quem não cuida de entender as notícias apresentadas, de quem se contenta em ler/ouvir o que quer, sem procurar a veracidade do que se escreve/fala. O verdadeiro acesso à informação fica por conta da verdadeira disposição em conhecer a verdade que está ao alcance de quem a procura.

INSTAGRAM: @SUELLENESCARIZ

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

AJUSTES

BoE mantém os juros básicos pela quinta vez consecutiva, em 5,25%

Bailey afirma que a política monetária da instituição seguirá em nível restritivo "o tempo suficiente" para garantir inflação na meta de 2%, lembrando que as pressões nas cadeias de produção caíram

O Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) decidiu manter sua taxa básica de juros pela quinta vez consecutiva, em 5,25%, após concluir reunião de política monetária na quinta-feira, 21. A decisão do BoE veio em linha com a expectativa de analistas.

Segundo ata da reunião, oito dos nove dirigentes de política monetária do BC inglês votaram pela manutenção do juro básico. Única dissidente, Swati Dhingra defendeu corte do juro básico em 25 pontos-base, para 5%.

O presidente do BoE, Andrew Bailey, avaliou que a instituição ainda não chegou ao ponto de poder reduzir juros, mas está indo na direção certa. Também na ata, o BoE avaliou que a restrição monetária está pesando na atividade econômica do Reino Unido e enfraquecendo o mercado de trabalho britânico.

O BC inglês, no entanto, reafirmou que precisa manter uma política restritiva e que a duração do juro básico no nível atual continua sob revisão.

O BoE também previu que a inflação britânica estará abaixo de 2% no segundo trimestre deste ano. Em fevereiro, a taxa anual da inflação ao consumidor (CPI) britânica desacelerou para 3,4%, ante 4% no mês anterior.

Bailey afirma que a política monetária da instituição seguirá em nível restritivo "o tempo suficiente" para garantir inflação na meta de 2%. Em carta ao ministro das Finanças, Jeremy Hunt, divulgada no mesmo dia da decisão de política monetária, ele garante que o banco central está pronto a fazer ajustes em sua política, caso seja possível, mas também cita riscos à perspectiva.

Reuters

Bailey disse que o índice de preços ao consumidor tem caído de modo significativo, puxado sobretudo por um relaxamento nas pressões externas dos custos

Bailey diz que a inflação continua a cair como esperado, com a política monetária apertada contribuindo para isso. "Mas temos de ter certeza de que a inflação retornará para nossa meta de 2% de modo sustentável", pondera, por isso a decisão de quarta-feira de manter os juros.

Bailey diz que o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) tem caído de modo significativo ao longo do último ano no Reino Unido, puxado sobretudo por um relaxamento nas pressões externas dos custos, refletidas em preços de energia, alimentos e no núcleo de bens mais baixos. A inflação de serviços, ligada mais diretamente aos custos domésticos, também começou a cair, "embora siga elevada".

O presidente do BC britânico diz que pressões nas cadeias de produção diminuem, o que leva para baixo também a inflação ao produtor, mas adverte que ainda existem "riscos substanciais", como tensões no Oriente Médio, inclusive problemas no tráfego de cargas marítimas no Mar Vermelho.

Já o mercado de trabalho britânico segue apertado, segundo os padrões históricos, mas tem continuado a relaxar. Bailey afirma que a inflação ao consumidor deve subir um pouco no segundo semestre. A inflação de alimentos deve continuar a cair, enquanto a de bens do mesmo modo deve recuar, em meio a mudanças nos preços que devem se seguir à moderação no índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês).

Bailey afirma que a inflação de serviços deve cair de modo gradual ao longo de 2024, embora em ritmo mais lento que outros componentes. A moderação no avanço dos salários também deve colaborar para reduzir pressões.

Nesse quadro, Bailey disse que a política monetária garantirá inflação na meta de 2%. Ele sabe que a política monetária restrita pesa na economia real, mas destaca o fato de que indicadores importantes da persistência da inflação seguem elevados.

O conselho do BoE segue preparado para ajustar a política monetária quando necessário, conforme os dados, para que a inflação retorne à meta de 2% de modo sustentável, afirma Bailey na carta.

O BoE continuará a monitorar de perto indicações de pressões inflacionárias persistentes e a resiliência na economia como um todo, incluindo uma série de medidas de força subjacente das condições do mercado de trabalho, o crescimento dos salários e a inflação de serviços. Nesse quadro, o conselho manterá sob revisão por quanto tempo os juros seguirão em seu nível atual, afirma a autoridade.

RESPOSTA

Rússia lança o maior ataque de mísseis contra Kiev em 44 dias

A Rússia disparou 31 mísseis balísticos e de cruzeiro contra Kiev antes do amanhecer de quinta-feira, 21, no primeiro ataque à capital ucraniana em 44 dias, segundo as autoridades. As defesas aéreas ucranianas abateram todos os mísseis lançados, embora 13 pessoas, entre elas uma criança, tenham se ferido com a queda de destroços, segundo as autoridades.

Os moradores de Kiev foram acordados por explosões por volta das 5h da manhã, quando os mísseis chegaram quase ao mesmo tempo, vindos de diferentes direções, disse Serhii Popko, chefe da Administração da Cidade de Kiev.

A Força Aérea da Ucrânia disse que a Rússia lançou dois mísseis balísticos e 29 mísseis de cruzeiro contra a capital.

Uma menina de 11 anos e um homem de 38 anos foram hospitalizados, informou a administração da cidade. Oito outras pessoas sofreram ferimentos leves, segundo o prefeito Vitali Klitschko.

O Serviço de Emergência da Ucrânia disse que cerca de 80 pessoas foram retiradas de suas casas.

Os destroços que caíram dos mísseis interceptados incendiaram pelo menos um prédio de apartamentos, queimaram carros estacionados e deixaram crateras nas ruas e em um pequeno parque. Algumas ruas estavam repletas de detritos, incluindo vidros de janelas quebradas.

Reuters

Os moradores de Kiev foram acordados por explosões, quando os mísseis chegaram quase ao mesmo tempo, vindos de diferentes direções

O ataque ocorreu após repetidos bombardeios aéreos da Ucrânia nos últimos dias na região russa de Belgorod, perto da fronteira com a Ucrânia.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) cumprimentaram, por meio de cartas, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, pela reeleição. O Palácio do Planalto não divulgou o teor da carta do petista. Em 2022, Putin enviou uma carta a Lula após a vitória sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. O texto do PT, assinado pela secretaria de Relações Internacionais do partido, foi tornado público.

Desde o domingo passado, dia 17, a vitória do líder russo foi contestada por países ocidentais como Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha, que denunciaram que as eleições não foram livres. Os governantes de ditaduras de esquerda como China, Cuba, Venezuela e Nicarágua reconheceram a vitória e a saudaram como uma suposta demonstração de apoio popular a Putin.

Em disputa de cartas marcadas, o líder russo conquistou 87% dos votos e assegurou seu quinto mandato de seis anos. Ele vai se tornar o mais longevo a comandar o país, desde o ditador Josef Stalin. O resultado foi anunciado no domingo passado, após a eleição transcorrer num ambiente controlado, sem adversários reais que ameaçassem a vitória de Putin.

Desde o ano passado, Lula deu diversas declarações públicas interpretadas como simpáticas ao Kremlin, como quando disse que os dois lados eram responsáveis pela guerra na Ucrânia e que Putin, se viesse ao Brasil, não seria preso, apesar de ter um mandado do Tribunal Penal Internacional contra si. Ele também evitou recentemente condenar a morte do dissidente russo Alexei Navalni, numa prisão no Ártico.

O PT, por sua vez, divulgou uma nota oficial sobre a vitória de Putin. O partido fora convidado para acompanhar a votação em Moscou. O secretário de Relações Internacionais do partido, Romênio Pereira, disse que acompanhou a votação com "grande interesse" e parabenizou o partido Rússia Unida pelo "resultado expressivo". O comunicado foi enviado ao ex-presidente russo Dmitri Medvedev, atual vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia.

"Com uma participação impressionante de mais de 87 milhões de eleitores, representando 77% do eleitorado do país, esse feito histórico ressalta a importância do voto voluntário na Rússia. Renovamos nosso compromisso em fortalecer nossos laços de parceria e amizade, trabalhando juntos rumo a um mundo mais justo, multilateral e plural. Enviamos nossas calorosas saudações à Rússia e seu povo neste momento importante e especial para o país", escreveu Pereira, na segunda-feira, dia 18.

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse que a reeleição de Putin ocorreu em ambiente doméstico de aparente tranquilidade, em entrevista à rádio CBN. O Itamaraty não divulgou nota sobre a eleição, uma forma comum de reação a processos eleitorais estrangeiros.

Putin usou a eleição como forma de fortalecimento político e, em discurso na Praça Vermelha, afirmou que o território ucraniano da Crimeia "voltou para casa" quando foi anexado em 2014. Já as áreas anexadas no Donbas, após a invasão da Ucrânia, fazem agora parte, segundo ele, da "nova Rússia".

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

Diário Comercial
Sexta-feira, 22 de março de 2024

AGENDA COMUM

Macron disse que evitará debater Mercosul-UE na visita ao Brasil

A França tem dito que seus interesses de segurança estão ameaçados pela evolução do conflito e também pela posição agressiva da Rússia, num quadro de guerra sem alterações significativas

Reuters

Macron vai reiterar sua oposição ao acordo e entende que o assunto não deve ser objeto de discussões, porque as negociações estão em curso na Comissão Europeia

O governo da França indicou que o presidente Emmanuel Macron vai pautar nas conversas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, previstas para a viagem ao Brasil na próxima semana, as guerras em curso na Ucrânia e na Faixa de Gaza - temas sobre os quais há divergências de abordagem. O presidente francês, no entanto, não pretende discutir - nem está disposto a ceder - na sua oposição ao acordo entre os blocos Mercosul e União Europeia, de acordo com o Palácio de Eliseu.

Autoridades do Executivo francês afirmam que, a despeito das divergências, a França tem objetivo de buscar uma "agenda comum" o Brasil, para ajudar na construção de soluções para as guerras. O governo francês afirma que, num contexto de recrudescimento na Ucrânia, se faz ainda mais necessário envolver parceiros que tenham posições divergentes.

O petista, no entanto, deu diversas declarações públicas interpretadas como simpáticas ao Kremlin, como quando disse que os dois lados eram responsáveis pela guerra e que Putin, se viesse ao Brasil, não seria preso, apesar de ter contra si um mandado de captura do Tribunal Penal Internacional. Ele também evitou condenar a morte do dissidente russo Alexei Navalni, numa prisão no Ártico.

A França tem dito que seus "interesses de segurança estão ameaçados pela evolução do conflito e também pela posição agressiva da Rússia", num quadro de guerra sem alterações significativas há dois anos, após a invasão militar promovida pelos russos em fevereiro de 2022. Os franceses argumentam que a guerra é uma questão existencial para a Europa. Eles disseram que podem ver como ajudar na interlocução de o presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, e Lula.

Paris está diretamente envolvida no apoio à Ucrânia, e Macron já cogitou o envio de tropas, o que provocou embates com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Já Lula inicialmente evitou tomar lado em busca de uma posição mediadora, mas chegou a dizer que Putin e Zelenski tinham responsabilidades similares pela continuidade do conflito - uma de várias de suas declarações interpretadas no Ocidente como pró-Rússia. O Brasil não aderiu a sanções econômicas e aprofundou o comércio com Moscou.

Autoridades do Eliseu dizem que também vão buscar "pontos de convergência, mesmo que tenhamos diferenças claras" com objetivo de pôr fim à crise humanitária na Faixa de Gaza, após a eclosão da guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas - o estopim foi o massacre de 7 de outubro do ano passado.

Os franceses, no entanto, evitam comentar a comparação que Lula fez entre o extermínio de judeus pelos nazistas comandados por Adolf Hitler e a ofensiva militar israelense, que segundo o governo brasileiro mira em todo o povo palestino e deve ser classificada como genocídio. As palavras de Lula foram rebatidas na Europa - inclusive pelo governo francês - e abriram uma crise diplomática com Israel.

Segundo fontes da presidência francesa, Macron vai reiterar sua oposição ao acordo e entende que o assunto não deve ser objeto de discussões numa visita bilateral, porque as negociações estão em curso na Comissão Europeia. O presidente da França bloqueou politicamente a assinatura do acordo entre os blocos no fim do ano passado, e Lula pressiona agora mais uma vez pelo avanço, a despeito da rejeição francesa.

A França manifestou dificuldades políticas por causa de protestos do setor agrícola - que é contra a abertura a produtos exportados dos países sul-americanos - e pediu que todos os produtos que circulam no mercado europeu estejam sujeitos às mesmas normas e exigências internas do bloco. O presidente Lula disse no início do mês que as questões levantadas pelo Brasil estão solucionadas e que o País está pronto para assinar.

A presidência da França diz que os dois líderes vão conversar também sobre como garantir a realização de eleições em 28 de julho, na Venezuela, data anunciada pelo regime chavista. Paris afirma que os dois países querem contribuir com a organização das eleições "livres e transparentes" e que tanto Macron quanto Lula têm cobrado o ditador Nicolás Maduro, em conversas recentes com o chavista.

"Para conseguir isto, a oposição deve, de fato, ser capaz de participar. Esta é uma mensagem forte que o próprio presidente da República (Macron) deu a Nicolás Maduro quando teve a oportunidade de falar com ele há alguns meses. Este também é um ponto que o presidente Lula transmitiu em conversas com Maduro", disse o Eliseu, que fala no desejo de ver as sanções suspensas e a normalização de relações com a Venezuela.

Macron fará uma visita ao Brasil na próxima semana. Ele passará três dias no País, de 26 a 28 de março, na companhia de Lula, e visitará quatro cidades: Belém (PA), Itaguaí (RJ), São Paulo (SP) e Brasília (DF). A visita de Estado foi anunciada logo após a vitória de Lula, mas acabou adiada por ao menos um ano. A agenda do francês será a mais robusta de um líder estrangeiro no País, no terceiro mandato de Lula, com agenda conjunta no Pará, no Rio e no Distrito Federal.

A visita de Macron será a primeira bilateral na América Latina. Ele já visitou a Guiana Francesa, em 2017, por onde vai passar novamente antes de pisar no Brasil, e foi à Argentina para a Cúpula do G-20.

A delegação ainda está em definição, mas incluirá uma série de ministros, empresários de pequenas, médias e startups, além de executivos de multinacionais. Parte delas é diretamente ligada a soluções ambientais, bioeconomia, proteção florestal e conservação de espécies. Entre os executivos confirmados, estão nomes CEOs do Carrefour, Airbus, Naval Group e Vicat. Entre as empresas inovadoras, estão Agro-Tech, Agriodor, Solaire e Net Zero.

O Palácio do Eliseu também disse que Macron vai lançar com Lula "iniciativas estruturantes" nas áreas de biodiversidade, transição ecológica e bioeconomia. Há plano de "fortes anúncios" em cooperação de setores como pesquisa, inovação e tecnologia, que envolve conhecimento de empresas francesas na proteção da Amazônia.

Integrantes do governo francês não mencionaram, mas existe um possível aporte ao Fundo Amazônia, que vem sendo estudado há pelo menos um ano. O governo Macron entende que houve um "progresso substancial" no combate ao desmatamento quando comparados os governos Lula e Jair Bolsonaro, mas que ainda há problemas no Cerrado, por exemplo.

Paris demonstrou preocupação com o pós-Lula. Conselheiros de Macron entendem que o desafio do petista é assegurar a proteção florestal para além de seu mandato, com uma política perene, e eliminar o desmatamento sem provocar a reação de um "populismo que leve à eleição de um novo Bolsonaro". Eles dizem que essa é uma "questão chave" para o País.

ACORDO

Ministro afirma que Israel vai invadir Rafah independente do que os EUA determinem

Reuters

Dermer: "os EUA não rejeitaram qualquer operação militar de Israel em Rafah"

Um oficial de alto escalão de Israel disse que o exército de seu país vai invadir a cidade de Rafah, no sul de Gaza, e derrotar o grupo terrorista Hamas, mesmo que "o mundo inteiro se volte contra a Israel, incluindo os Estados Unidos".

"Nós vamos invadir e finalizar esse trabalho, e qualquer pessoa que não entende isso não entende que um nervo existencial dos judeus foi tocado" pelo ataque de 7 de outubro quando os terroristas do Hamas mataram 1,2 mil israelenses e sequestraram 250, disse Ron Dermer, ministro de Assuntos Estratégicos de Israel, em um podcast dos Estados Unidos que foi ao ar na quinta-feira, 21.

Confidente próximo do primeiro-ministro Binyamin Netayahu, Dermer irá para Washington na próxima semana para ouvir as preocupações do governo de Joe Biden de que tal invasão provocaria muito mais vítimas civis em um momento em que a fome e doenças se espalham em Gaza.

O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, está na região da guerra pressionando por um acordo entre Israel e o grupo terrorista Hamas que iria permitir um cessar-fogo de seis semanas e a troca de reféns por prisioneiros palestinos, juntamente com um grande aumento de ajuda humanitária para os mais de 2 milhões de palestinos na região costeira do enclave.

Dermer disse que os Estados Unidos não rejeitaram categoricamente qualquer operação militar de Israel em Rafah. "Eles disseram que sem uma forma credível de retirar uma quantidade massiva de pessoas para fora de Rafah e de lhes fornecer assistência humanitária, não veem como isso pode ser feito de forma eficaz", declarou.

"E nós estamos dizendo que nós concordamos com vocês que nós temos que retirar as pessoas, nós concordamos que temos que dar assistência humanitária a eles, e nós acreditamos que podemos fazer isso", disse Dermer.

O ministro israelense ainda declarou que está viajando para Washington para ouvir as ideias dos Estados Unidos sobre o que fazer. Houve uma série de discordâncias entre Estados Unidos e Israel sobre a estratégia durante os mais de cinco meses de conflito, mas eles acabaram superando-as, disse. "Você poderia ter uma ruptura sobre Rafah? Poderia. Esperamos que não tenhamos."

Nas últimas semanas, especialmente à medida que a fome e as doenças se espalharam em Gaza sem um plano claro sobre a distribuição de comida, Biden e outros democratas dos Estados Unidos criticaram abertamente Netanyahu e as políticas israelenses. O líder da maioria no Senado americano, Chuck Schumer, apelou a Israel para realizar novas eleições, uma medida que Netanyahu rejeitou.

Assim como Netanyahu enfrenta pressão a sua direita, Biden enfrenta pressão pela esquerda, e cada um deles luta pela sobrevivência política.

Nenhuma invasão de Rafah parece iminente, uma vez que as reuniões de Washington não ocorreram ainda. Outros fatores como uma potencial trégua e a necessidade de Israel de finalizar e implementar um plano para remover civis de perigo e convocar milhares de tropas para operação também afetarão o cronograma.

Mesmo assim, Dermer argumentou que os batalhões e os principais líderes do Hamas que se pensa estarem em Rafah - além dos possíveis 100 reféns - precisam ser derrotados para que o grupo terrorista possa ser removido do poder em Gaza. Até que aconteça, ele diz, outros moradores de Gaza terão medo de avançar como líderes de um enclave pós-guerra.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

VIOLAÇÕES

Lula investirá R$ 665 milhões em ações para jovens negros

O presidente afirmou que o racismo e suas consequências perversas, que a sociedade resiste tanto em reconhecer, se revela todos os dias nos mais diversos ambientes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, na quinta-feira (21), o Plano Juventude Negra Viva que prevê investimento de mais de R$ 665 milhões nos próximos anos em ações transversais de 18 ministérios para a redução da violência letal e outras vulnerabilidades sociais que afetam essa parcela da população. Considerando políticas que englobam os jovens negros, mas não são exclusivos para este público, o montante ultrapassa R$ 1,5 bilhão.

Para Lula, não é possível "achar normal" o extermínio da juventude negra do país. "O racismo e suas consequências perversas, que nossa sociedade resiste tanto a reconhecer, se revela todos os dias nos mais diversos ambientes", afirmou, citando situações que, segundo ele, são resultado do racismo estrutural do país.

"Todos os dias, pessoas negras, crianças, jovens, adultos, idosos são vítimas de múltiplas violações de direito em um contexto de vulnerabilidade que nós, poder público, e a sociedade não podemos aceitar", disse em cerimônia que ocorreu no Ginásio Regional da Ceilândia, região administrativa a cerca de 30 quilômetros do centro de Brasília.

"Enquanto estamos aqui reunidos, em algum canto do país há uma pessoa negra sofrendo agressões verbais e físicas, única e exclusivamente por causa da cor de sua pele. Ou pior, sendo confundida com bandido e executada a sangue frio. Ou então, vítima de uma bala perdida que, quase sempre, encontra um corpo negro em seu caminho, e que tantas vezes mancha de sangue um uniforme escolar e rouba a alegria e a paz de famílias inteiras no nosso país", ressaltou.

O presidente destacou ainda a importância da divulgação do plano lançado na quinta para que ele cumpra com seu objetivo e cobrou que seus ministros atuem nessa comunicação. "Nada disso é totalmente suficiente se vocês não entenderem concretamente para que serve a política que nós estamos anunciando", disse.

"Todo mundo aqui tem a obrigação de colocar o Plano Juventude Negra Viva no cotidiano dos discursos. Porque se cada um falar apenas aquilo do seu ministério as pessoas não sabem. Se cada um só falar das suas coisas não adianta um programa com 18 ministros", acrescentou.

Ao se dirigir ao público da cerimônia, Lula afirmou que os jovens precisam se motivar politicamente. "Precisamos de cada vez mais negros ocupando espaço de poder: procuradores, juízes, ministros dos tribunais superiores, servidores públicos do primeiro escalão, deputados, senadores, ministros e, por que não dizer, até um presidente da República pode amanhã vir a ser um negro, e quem sabe esse presidente pode estar aqui nesse plenário, pode ser um de vocês", disse Lula.

"Não desacredite na política, porque o político honesto, o político trabalhador, o político decente, o político inteligente que você deseja, possivelmente, esteja dentro de você. Então assuma a sua responsabilidade política e seja o político que você quer que o Brasil tenha."

O Plano Juventude Negra Viva foi articulado pelo Ministério da Igualdade Racial e pela Secretaria-Geral da Presidência da República e desenvolvido a partir das demandas os próprios jovens. Em 2023, as pastas realizaram caravanas participativas em todos os estados e no Distrito Federal e escutaram cerca de 6 mil jovens.

De acordo com o governo, a juventude negra representa aproximadamente 23% da população brasileira e a principal demanda desse grupo é "viver em um país que respeita e investe na vida dos jovens negros". Com isso, o plano tem o intuito de promover mudanças estruturantes e duradouras para essa população.

Segundo a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, 84% dos jovens negros saem da escola para trabalhar e, por isso, as primeiras demandas apresentadas por eles sempre eram segurança, empregabilidade e acesso à educação.

"Então, nesse pacote a gente fala da redução de vulnerabilidades sociais, a gente fala da redução da letalidade, a gente fala de bolsa de estudo com editais de intercâmbios", disse, destacando ainda o programa de saúde mental para jovens negros.

"A gente precisa garantir os nossos jovens vivos", afirmou. "Eu tô cansada de falar de juventude negra, dos nossos líderes mortos. Eu quero falar da gente vivo, chegando, protagonizando e fazendo a diferença porque é o que a gente pode fazer", acrescentou Anielle.

Para ela, o Plano Juventude Negra Viva vai deixar um legado de políticas para a juventude negra.

"Um legado na educação, no combate à violência, na saúde desses jovens e um legado de empregabilidade que dá direito de sonhos. Que nunca nos tirem a vontade e o direito de sonhar."

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa do lançamento do plano Juventude Negra Viva, no Ginásio Regional da cidade satélite de Ceilândia

OCORRÊNCIAS

Violência não letal contra mulheres subiu 19% em cinco anos no Brasil

Entre 2018 e 2022, todos os tipos não letais de violência contra mulheres cresceram 19% no Brasil. Essas formas de agressão incluem a patrimonial, a física, a sexual, a psicológica e a moral e, com exceção da última, foram acompanhadas pelo Instituto Igarapé, que realizou levantamento sobre o assunto, em parceria com a Uber.

De acordo com o Instituto Igarapé, na última década, tais ocorrências aumentaram 92%. Para elaborar o relatório que contém esses dados, foram extraídas estatísticas dos sistemas oficiais de saúde e dos órgãos de segurança pública.

No apanhado dos pesquisadores, contabilizam-se ocorrências, o que significa que uma mesma mulher pode ter sido vítima de mais de uma das formas de violência registradas.

Ao longo da apuração dos dados, constatou-se que as mulheres negras são os principais alvos da violência de gênero não letais, independentemente da forma que as agressões assumem. Em 2018, mulheres pretas e pardas apareciam em 52% dos registros. No ano passado, elas eram as vítimas em 56,5% das ocorrências.

Segundo os responsáveis pelo levantamento, somente no ano passado, em média, quatro mulheres foram vítimas de feminicídio, que é o homicídio motivado por ódio contra o gênero feminino, ou seja, contra mulheres, pelo fato de serem mulheres. Em 2018, os feminicídios representavam cerca de 27% das mortes violentas, porcentagem que subiu para 35% em 2022.

A violência patrimonial, que se configura quando o parceiro da vítima restringe, por exemplo, o acesso a contas bancárias, ou se apropria do dinheiro ganho por ela, foi a que mais aumentou nos últimos cinco anos, 56,4%. Em 2022, seis mulheres a cada 100 sofreram esse tipo de violência, a maior taxa já registrada na série histórica sistematizada pelo levantamento, que se iniciou em 2009.

O segundo maior crescimento foi o da violência sexual: 45,7%. Na última década, os casos que envolveram esse tipo de agressão duplicaram.

PAUTA VERDE

STF manda governo criar plano contra as queimadas na Amazônia e Pantanal

O Supremo Tribunal Federal deu 90 dias para que o governo Lula apresente um plano de prevenção e combate a incêndios no Pantanal e na Amazônia, com monitoramento, metas e estatísticas. A decisão atendeu pedidos do Sustentabilidade e do PT, que questionaram a política ambiental adotada no governo Jair Bolsonaro.

A união terá de elaborar um plano de recuperação da capacidade operacional do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais e ainda desenvolver um plano de ação com medidas concretas para processamento das informações prestadas ao Cadastro Ambiental Rural.

De outro lado, seguindo o voto do relator André Mendonça, a maioria do colegiado negou declarar o estado de coisas inconstitucional, com 'violação massiva de direitos fundamentais', na política de combate a incêndios e queimadas no Pantanal e na região amazônica.

Os ministros Edson Fachin e Luiz Fux e a ministra Cármen Lúcia divergiram, por considerarem que, mesmo com avanços no primeiro ano do governo Lula, a situação na política ambiental ainda se mostra inconstitucional.

Também por maioria, o STF negou regulamentar - conforme proposta de Mendonça - o Fundo Social, que é abastecido com recursos do pré-sal, com a destinação de parte do montante para a proteção do meio ambiente e redução das mudanças climáticas.

Nesse ponto, restou vencedor o posicionamento do ministro Flávio Dino, no sentido de que a fixação de prazos e percentuais está na área de atuação discricionária dos Poderes Executivo e Legislativo.

A decisão foi proferida na tarde de quarta, 20, durante julgamento de uma das ações da chamada pauta verde - discussões sobre uma série de ações relacionadas à políticas de preservação do meio ambiente.

Na última quinta-feira, 14, a Corte já havia determinado que o governo federal tome providências para reduzir o desmatamento na Amazônia Legal para a taxa de 3.925 km anuais até 2027 e a zero até 2030.

O STF também determinou ao Congresso Nacional a abertura de crédito extraordinário ainda 2024, para assegurar a continuidade das ações governamentais, além vedar o bloqueio orçamentário de recursos dos programas de combate ao desmatamento.

PROVIDÊNCIAS

Dias Toffoli faz 'piada' com peso de Flávio Dino

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli fez uma piada sobre a forma física do colega Flávio Dino durante a sessão plenária da Corte. Durante a discussão dos ministros sobre três ações envolvendo a pauta ambiental, Toffoli afirmou, rindo, que a experiência de Dino "só não é maior que ele".

"As argumentações do ministro Flávio, com a experiência que ele tem da vida pública, é muito grande. Só não é maior que ele", afirmou Toffoli ao fazer seu voto. Dino respondeu, também rindo, dizendo que tomaria providências sobre a brincadeira. "Peço providências para a Procuradoria-Geral da República. Acho que há indícios de um crime de ação penal pública, viu doutor?", rebateu, em tom de brincadeira.

As "piadas" envolvendo o peso do mais novo ministro do STF não são de hoje, e já foram feitas tanto por aliado quanto por desafeto político dele.

Dino foi atacado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo menos quatro vezes com falas focadas em sua forma física. Quando era um dos cotados para a vaga no STF, Dino foi comparado a uma baleia pelo ex-chefe do Executivo. Em novembro de 2023, Bolsonaro ironizou o inquérito do qual é alvo por importunação a uma baleia-jubarte. Sem citá-lo nominalmente, se referiu ao então ministro da Justiça como "a única baleia que não gosta" dele na Esplanada.

Em outra ocasião, em 2022, Bolsonaro disse que líderes de Estado comunistas geralmente são obesos. "Já reparou que nos países comunistas, geralmente o chefe é gordo? Coreia do Norte, Venezuela, são gordinhos, né? Maranhão..." Após chamar o ministro de "comunista gordo", citando-o nominalmente em uma live, Bolsonaro "tranquilizou" os apoiadores que participavam da transmissão com ele, afirmando que "os gordos" lá presentes não eram de esquerda. "Estou vendo uns barrigudos aqui, não é de esquerda, não."

Dino respondeu o ex-presidente em seu perfil no X (antigo Twitter), classificando o comentário como "compatível com a notória escassez de neurônios do indivíduo" e disse "vai trabalhar".

Em agosto de 2021, também respondendo a um comentário de Bolsonaro, que disse que "quanto mais pobre é o Estado, mais gordo é o governador", o ex-governador do Maranhão recomendou que o então presidente fosse trabalhar. "Acho que ele está se oferecendo para ser meu personal trainer. Não, obrigado. Que estranha obsessão. Vai trabalhar, presidente. No Maranhão, as rodovias federais estão destruídas".

Em março do ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez um comentário sobre o peso do então ministro da Justiça em uma reunião ministerial. No encontro, o petista afirmou que o almoço ocorreria durante os discursos e que serviriam "pouca comida" para Dino. Uma pessoa presente no encontro disse, duas vezes ao fundo em voz alta, que a declaração era bullying. Na ocasião, o ministro ficou em silêncio.

No mesmo mês, durante o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Lula disse que "a obesidade causa tanto mal quanto a fome. É por isso que Flávio Dino está andando de bicicleta". Apesar dos risos vindos da plateia e do próprio alvo da "brincadeira", nas redes sociais o comentário foi interpretado como gordofóbico, repercutindo negativamente.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

DESMATAMENTO

Mau uso da floresta no mundo compromete a vida no planeta

O Brasil deve liderar as iniciativas contra o desmatamento por ser o país que mais será atingido se a crise ambiental continuar em curso nos próximos anos

A crise ambiental global apressa a busca por soluções que permitam um equilíbrio entre os recursos existentes no planeta e a existência da humanidade. Neste dia 21 de março, Dia Internacional das Florestas, pesquisadores alertam que as medidas adotadas pelo mundo, até o momento, ainda são insuficientes para que essa relação seja duradoura.

O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Philip Fearnside recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2007 por pesquisas sobre as consequências das mudanças climáticas. Para ele, é necessário que o Brasil lidere essas iniciativas, não apenas por possuir a maior reserva de biodiversidade de todo o globo, mas também por ser o país que mais será atingido se a crise ambiental continuar em curso.

"Está tudo caminhando para ter menos floresta e mais aquecimento global, mesmo se o desmatamento for freado."

Segundo Fearnside, o Brasil e o mundo dependem totalmente dos serviços ecossistêmicos prestados pelas florestas, que além de produzirem sombra, alimento e oxigênio, também retêm gás carbônico, transportam água em parte do ciclo hídrico e resfriam o planeta.

Para o Nobel da Paz, a forma como o aquecimento global afeta o planeta já pode ser observado em problemas reais. Um exemplo é a interrupção dos chamados "rios voadores", que são os fluxos de vapor que têm origem na Floresta Amazônica e que são transportados pela atmosfera para outros lugares.

Algumas pesquisas que Fearnside realizou, indicam que isso vem acontecendo com maior frequência nos últimos anos. "Tem que lembrar que, em 2014, São Paulo quase ficou sem água até para beber e, depois, em 2021 houve uma enorme seca naquela região do país, então, o clima lá já mudou e deve piorar mais ainda".

Iniciativas como a redução do desmatamento na Amazônia e em outros biomas brasileiros são caminhos necessários, aponta o pesquisador, mas somente isso não é capaz de evitar que as reservas naturais cheguem a um ponto de não retorno.

"Todas a floresta precisa ser convertida em unidade de conservação, que pode ser de uso sustentável pela população que vive dentro dela, mas não pode ser a área de proteção ambiental, porque nesse caso é difícil controlar quando abre para uso particular e desmatamento legalizado."

Reuters

Desmatamento: o Brasil e o mundo dependem totalmente dos serviços ecossistêmicos prestados pelas florestas

As políticas públicas também precisam convergir para a preservação das florestas, afirma o pesquisador, ao criticar projetos como o de recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. O projeto prevê a abertura de novas estradas, como a AM-366, em uma região intacta de floresta, a oeste do Rio Purus, no estado do Amazonas.

Com a inclusão da proposta ao Plano de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PRDA) para 2024-2027 pelo governo federal a ameaça ganhou forma de projeto de lei (4.994/2023), no Congresso Nacional.

O pesquisador explica que se for aprovado, além da abertura de mais cobertura verde, toda a região ficará suscetível a ação de grileiros, pecuaristas, agricultores e madeireiros, que não se interessam atualmente pela área por causa da dificuldade de acesso.

Essa parcela de floresta também inclui a maior parte da Amazônia de terras públicas não designadas, o que significa uma área mais desprotegida, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em fevereiro deste ano.

O Brasil possui mais de 55% de seu território coberto por florestas dos seis biomas: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal. Desse total, 327,3 milhões de hectares são de florestas públicas, ou seja, 38,4% de todo o território, segundo a última atualização do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, de junho de 2023.

De acordo com o estudo do Ipam, 57,5 milhões de hectares – que equivale ao tamanho da Espanha – nunca foram designados, seja para unidade de conservação, ou para outras finalidades, como terras indígenas ou regularização fundiária, conforme previsto na Lei de Gestão de Florestas.

"Hoje, mais da metade do desmatamento na Amazônia acontece em terra pública, ou seja, é espoliação de patrimônio público e o dono é o povo brasileiro. A demora em destinação, seja pelos governos federais ou pelos governos de estado, permite que a grilagem invada essas áreas e transforme, em grande proporção, em pastagens clandestinas na Amazônia, especialmente nos últimos cinco anos", afirma Paulo Moutinho, pesquisador do Ipam que participou da pesquisa.

O estudo utilizou imagens de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), sobrepondo as áreas de desmatamento identificadas às bases de dados cartográficos.

REGISTRO EMPRESARIAL

Contadores elogiam novo fluxo do Empresa Mais Simples no CE

O novo fluxo de aberturas de empresas, implementado pela Junta Comercial do Estado do Ceará (Jucec), com a atualização do Empresa Mais Simples, tem sido elogiado por contadores que experimentaram a novidade. O contador Levy Guedes comenta que a celeridade no processo foi o que mais gostou do novo fluxo do Programa, pois reduz o tempo de abertura de empresas por meio de um ambiente único de registro empresarial.

"O Ceará vem sendo protagonista no que diz respeito à aceleração e desburocratização do registro empresarial no país. Os dados corroboram com isso e acredito que serve de espelho para as demais Juntas", afirma Levy.

O novo fluxo permite ao usuário optar por utilizar o fluxo rápido ou tradicional, condição que pode ser alterada ao longo do procedimento, de acordo com as opções preenchidas no processo. O sistema indicará sempre que o processo for alterado do fluxo rápido para o tradicional.

Sobre sua experiência com os dois novos fluxos do Empresa Mais Simples, o contador conta que a possibilidade de utilizar um ambiente único facilita e agiliza o processo, tornando-o mais intuitivo: "Isso permite que profissionais e empreendedores tenham mais facilidade na hora de abrir um novo negócio" explica Levy. A atualização implementada faz parte do conjunto de evolutivas desenvolvidas pela Jucec, desde 2016.

Jucerja recebe visita de comitiva da Junta Comercial do Maranhão

Na semana passsada, na quinta-feira (14), a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) recebeu a visita de uma comitiva da Junta Comercial do Maranhão (Jucema).

A equipe, composta pelo Vice-Presidente da autarquia maranhense, Francisco Moura, e os chefes da Procuradoria e da Secretaria Geral, Max Sá e Carlos André Moraes, respectivamente, viajou à capital fluminense com o objetivo de conhecer serviços implementados nos últimos anos na autarquia fluminense e levar ideias inovadoras para o Maranhão.

A delegação da Junta Comercial do Maranhão foi recebida pelo Assessor da Presidência da Jucerja, Felipe Goloni, que apresentou os novos projetos da autarquia fluminense.

Depois, os representantes maranhenses ainda se encontraram com o Presidente da Jucerja, Sergio Romay, o Vice, Alexandre Velloso, a Procuradora Anna Luiza Gayoso e o Chefe de Gabinete Affonso D'Anzicourt. A delegação maranhense teve ainda a oportunidade de conhecer o Centro de Memórias da Jucerja.

Reprodução / JucisRS

Abertura do evento de inovação e empreendedorismo contou com a participação da JucisRS

JucisRS prestigia abertura do South Summit

Na tarde desta quarta-feira (20), a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul - JucisRS - prestigiou a abertura do South Summit Brazil, o mais importante evento de Inovação e Empreendedorismo na América Latina, que acontece nos dias 20, 21 e 22 de março no Cais Mauá, em Porto Alegre.

Neste ano, são esperados mais de 20 mil visitantes durante os três dias de evento, uma expectativa de receber visitantes de mais de 50 países, com um programa diversificado de palestras, painéis e sessões de networking. O South Summit Brazil busca oferecer uma plataforma única para explorar as últimas tendências, tecnologias e oportunidades de investimento no mundo do empreendedorismo.

O South Summit Brazil, uma das iniciativas mais proeminentes no cenário internacional de empreendedorismo, reúne empreendedores, investidores, corporações e instituições de todo o mundo para compartilhar ideias inovadoras, promover colaborações estratégicas e impulsionar o crescimento do ecossistema empreendedor.

Durante o evento, a gestora da autarquia Lauren de Vargas Momback participará do lançamento nesta sexta-feira (22), às 11h20min do Avança Mulher Empreendedora, projeto que visa a capacitação das mulheres das comunidades em vulnerabilidade social que desejem empreender. Lauren também prestigia o ato de apresentação do RS Digital. A JucisRS está com estande do Tudo Fácil Empresas – TFE – no SSB.

A presença do Órgão de Registro neste evento destaca o compromisso contínuo da autarquia em promover um ambiente favorável aos negócios e estimular a inovação e o empreendedorismo no estado do Rio Grande do Sul.

"O South Summit Brazil é uma fonte inspiradora de inovação e colaboração, refletindo o dinamismo e a vitalidade do empreendedorismo brasileiro", destacou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, durante a abertura do evento.

"Este evento celebra a criatividade e o empreendedorismo, mas também fomenta conexões valiosas e impulsiona o crescimento econômico", ressaltou Lauren.

Jucemg reúne servidores para apresentar planejamento

Os servidores da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) compareceram em peso ao evento de apresentação do Planejamento Estratégico 2024-2027, terça-feira (19), no auditório da autarquia, em Belo Horizonte. Os servidores lotados no interior acompanharam no formato on-line.

O Planejamento Estratégico é uma ferramenta que reúne metas, objetivos, diretrizes e compromissos que orientarão a Jucemg na direção do propósito da autarquia.

Em sua apresentação, a presidente da Jucemg, Patricia Vinte Di Iório, destacou os aspectos institucionais do Planejamento Estratégico, enfatizando o papel da autarquia como indutora de desenvolvimento econômico do Estado.

Na sequência, o vice-presidente, Iesser Anis Lauar, detalhou a perspectiva de transformação da Jucemg em uma referência em inteligência de dados.

A apresentação técnica coube aos servidores Lilian Lessa e Antônio Evangelista, da Assessoria Estratégica, unidade responsável pela elaboração e sistematização do Planejamento Estratégico.

A Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg) participou nos últimos dias 14 e 15 do Encontro Regional da Rede de Atendimento Aqui tem Sebrae, realizado pelo Sebrae Minas, em Patos de Minas, no Alto Paranaíba,

O congresso é destinado a agentes de atendimento de entidades parceiras e colaboradores da instituição da Regional Noroeste e Alto Paranaíba.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/ME nº 60.444.437/0001-46 NIRE nº 33.300.106.448
Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 19ª (décima nona) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em Série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para Distribuição Pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora") realizada em Segunda Convocação, em 24 de novembro de 2023, às 11 horas suspensa nesta data para reabertura em 16 de janeiro de 2024, às 11 horas. Data, Hora e Local: Assembleia Geral de Debenturistas realizada aos 16 (dezesseis) dias do mês de janeiro de 2024, às 11 (onze) horas, de forma exclusivamente digital, com realização de vídeo conferência online através do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Assembleia AGD") cujo link de acesso da plataforma foi disponibilizado pelo Agente Fiduciário, conforme **Anexo I,** habilitados nos termos do Edital de Convocação (conforme definido abaixo) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81 da CVM"), considerando-se realizada para fins de registro na sede da Emissora, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro. **Convocação**: Os Editais de Convocação foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" "Diário Comercial" impresso e digital nas suas edições de 06, 07 e 08 de novembro de 2023 ("Editais de Convocação"), conforme disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das S.A") e nas cláusulas 9.1.5 e 9.1.6 do "*Instrumento Particular de Escritura da 19ª (Décima Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A.* , conforme aditado ("Escritura de Emissão" "Debêntures 19ª Emissão"). **Presença**: (i) representante(s) dos titulares das debêntures da 19ª Emissão ("Debenturistas") representando **8,06% (oito inteiros e seis centésimos por cento) das Debêntures em Circulação,** sendo excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria e/ou canceladas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por suas respectivas controladas; e (b) as de titularidade de acionistas controladores (ou grupo de controle), direta ou indiretamente, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas; e administradores da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau e (ii) representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da 19ª Emissão ("Agente Fiduciário"). **Composição da Mesa:** Presidente Sra. Lucimara Fasolin Saito e Secretária, Sra. Andréia Marques Ramos. **Ordem do Dia**: Examinar e deliberar as seguintes matérias: **1)** Ratificação das eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fiduciário, na defesa dos interesses dos Debenturistas, na RJ; e **2)** Aprovação da orientação de voto elaborada pelo assessor legal e circulada aos Debenturistas com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência da deliberação na AGD, através de solicitação realizada pelos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br, para que o assessor legal possa votar em conformidade com esta AGD em assembleia de credores da RJ ("**AGC**") em representação aos Debenturistas; **3)** Autorização para que o assessor legal, possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, caso necessário; **4)** Aprovação e definição, dos limites e critérios para eventuais ajustes ao PLRJ deliberado conforme item 2) acima, que venham a ser implementados durante a AGC conforme orientação a ser disponibilizada pelo assessor legal em até 3 (três) dias úteis antes da AGC através da solicitação dos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br; **5)** Aprovação para que o Agente Fiduciário e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; e **6)** Aprovação para suspensão dos itens desta AGD, para reabertura e deliberação em data a ser indicada pelo assessor legal, em caso de orientação deste a ser disponibilizada pelo assessor legal em até 3(três) dias úteis antes da AGD através da solicitação dos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br. **Deliberações:** Tendo em vista a presença **8,06% (oito inteiros e seis centésimos por cento) das Debêntures em Circulação**, a presente AGD foi instalada validamente nos termos da cláusula 9.2.1 da Escritura de Emissão, e os debenturistas presentes deliberaram da seguinte forma os itens da Ordem do Dia: **Quanto ao item 1) da Ordem do Dia**, 7,80**% (sete inteiros e oitenta centésimos por cento) das Debêntures em Circulação,** ratificaram eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fiduciário. **0,28% (vinte e oito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se abstiveram em relação a este item. Não houve votos reprovando o presente item da Ordem do Dia. Quanto ao item 2) da Ordem do Dia**, **8,04% (oito inteiros e quatro centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram** que o assessor legal possa votar pela não aprovação do PLRJ em conformidade com esta AGD na AGC **e 0,02% (dois centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se abstiveram em relação a este item. Não houve votos reprovando o presente item da Ordem do Dia. Quanto ao item 3) da Ordem do Dia, 8,04% (oito inteiros e quatro centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram** que o assessor legal possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 90 (noventa) dias **e 0,02% (dois centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se abstiveram em relação a este item. Não houve votos reprovando o presente item da Ordem do Dia. Quanto ao item 4) da Ordem do Dia: 8,00% (oito inteiros por cento) das Debêntures em Circulação, não aprovam a definição de limites para o PLRJ, 0,04% (quatro centésimos por cento) das Debêntures em Circulação aprovam, e ainda 0,02% (dois centésimos por cento) das Debêntures em Circulação se abstiveram em relação a este item. Quanto ao item 5) da Ordem do Dia 8,04% (oito inteiros e quatro centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram** que o Agente Fiduciário e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações **0,02% (dois centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se abstiveram em relação a este item. Não houve votos reprovando o presente item da Ordem do Dia. Quanto ao item 6) da Ordem do Dia 8,04% (oito inteiros e quatro centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram** a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 05 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD **e 0,02% (dois centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se abstiveram em relação a este item. Não houve votos reprovando o presente item da Ordem do Dia. Consignações:** O Banco do Brasil S.A (BB), titular de debêntures da 19ª Emissão (LIGHA9), que autoriza a publicação destas informações em ata, optou por individualizar seus créditos. Adotará em nome próprio (autorrepresentação), de forma isolada, as medidas judiciais e/ou administrativas que entender adequadas à defesa de seus interesses. Desta forma, exercerá a individualização dos direitos de voz, voto e representação no âmbito da Recuperação Judicial em comento. Esclarece ainda o BB que, considerando a pendência de apreciação do requerimento de individualização (autorrepresentação) do crédito detido, enquanto não houver decisão judicial nesse sentido, ou na hipótese de indeferimento judicial do pleito a ser formalizado pelo BB nesse sentido, será mantida a legitimidade e responsabilidade do Agente Fiduciário na defesa dos interesses jurídicos do BB, de forma coletiva com os demais debenturistas, nos termos do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76. Os termos iniciados em maiúsculas utilizados, mas não definidos nesta ata da AGD, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da auditoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo a forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz. A listagem de Debenturistas utilizada para computo do quórum da presente AGD foi disponibilizada pela B3 em **15 de janeiro de 2024**. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a AGD, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela Presidente, pela Secretária, e pelo Agente Fiduciário. A Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, parágrafo 2º da Resolução 81 da CVM, registra a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas ao final desta ata. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2024. **Mesa:** Nome: Lucimara Fasolin Saito. CPF: 302.412.368-78 e-mail: lucimarasaito@bb.com.br; **Presidente;** Nome: Andréia Marques Ramos CPF: 136.158.737-77, e-mail:aramos@pentagonotrustee.com.br. **Secretária. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** Representado por: Andréia Marques Ramos, CPF:136.158.737-77. e-mail:aramos@pentagonotrustee.com.br. **(Anexo I à Ata de Assembleia Geral de Debenturistas da 19ª (décima nona) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em Série Única, da espécie quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora") realizada em Segunda Convocação, em 24 de novembro de 2023, às 11 horas suspensa nesta data para reabertura em 16 de janeiro de 2024, às 11 horas Link para Participação da Assembleia.** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWRjODcyOWMtZGU5Ni00MDRhLThhYmMtMmU1NmY1YzcxYTcy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22abc5717c-2997-412a-9ba7-a19b0984e853%22%2c%22Oid%22%3a%228d326fac-429f-4d0b-a288-b1babd9b758c%22%7d. **Arquivado na Jucerja nº 6087412 em 19/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.**

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/ME Nº 60.444.437/0001-46 NIRE 33.300.106.448
Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 17ª (Décima Sétima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até 4 (quatro) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para distribuição pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora"), iniciada em Primeira Convocação em 26 de outubro de 2023, às 11 horas, reaberta em 23 de novembro de 2023, às 11 horas suspensa nesta data para reabertura em 15 de janeiro de 2024, às 11 horas. Data, Hora e Local: Assembleia Geral de Debenturistas realizada aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro de 2024, às 11 (onze) horas, de forma exclusivamente digital, com realização de vídeo conferência online através do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Assembleia ou "AGD") cujo link de acesso da plataforma foi disponibilizado pelo Agente Fiduciário, conforme **Anexo I,** habilitados nos termos do Edital de Convocação (conforme definido abaixo) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81 da CVM"), considerando-se realizada para fins de registro na sede da Emissora, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro. **Convocação**: Os Editais de Convocação foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Diário Comercial impresso e digital" nas suas edições de 26, 27 e 28 de setembro de 2023 ("Editais de Convocação") conforme disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e nas cláusulas 10.1.1 (ii) e 10.1.4 *Instrumento Particular de Escritura da 17ª (Décima Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até 4 (Quatro) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A.*, conforme aditado ("Escritura de Emissão", "Debêntures" e ("17ª Emissão") **Presença**: Presentes o(s) (i) representante(s) dos titulares das debêntures da 17ª Emissão ("Debenturistas") representando **26,17% (vinte e seis inteiros e dezessete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação**, sendo excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria e/ou canceladas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por suas respectivas controladas; e (b) as de titularidade de acionistas controladores (ou grupo de controle), direta ou indiretamente, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas; e administradores da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau; e (ii) representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da 17ª ("Agente Fiduciário"). **Composição da Mesa:** Presidente Sr. Fábio Pereira Maia e Secretária, Sra. Andréia Marques Ramos. **Ordem do Dia**: **Examinar e deliberar as seguintes matérias da Ordem do Dia:** 1) Aprovação da orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais e circulada aos Debenturistas com no mínimo 3(três) dias úteis de antecedência da deliberação em AGD, através de solicitação realizada pelos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br, para que o assessor legal possa votar em conformidade com as deliberações desta AGD na assembleia de credores da RJ ("**AGC**") em representação aos Debenturistas; 2) Autorização para que os Assessores Legais, possam votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da AGC, no caso dessa deliberação ser submetida à AGC; 3) Aprovação da suspensão dos itens da Ordem do Dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelos Assessores Legais na AGD, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PLRJ em até 3 (três) dias úteis de antecedência da deliberação em AGD; e 4) Aprovação para que o Agente Fiduciário e os Assessores Legais, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD. **Termo de não Instalação: Tendo em vista a presença de 26,17% (vinte e seis inteiros e dezessete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, não foi atingindo o quórum mínimo necessário para reabertura desta AGD em 1ª convocação nos termos da cláusula 10.2.1 da Escritura de Emissão, sendo certo que serão publicados Editais de 2ª convocação nos termos da Escritura de Emissão.** Os termos iniciados em maiúsculas utilizados, mas não definidos nesta ata da AGD, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. Todos os Debenturistas presentes declaram que se enquadram no conceito de detentores de Debêntures em Circulação, nos termos da Escritura de Emissão. As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da auditoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo a forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz. A listagem de Debenturistas utilizada para computo do quórum da presente AGD foi disponibilizada pela B3 em **12 de janeiro de 2024**. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a AGD, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente, pela Secretária, e pelo Agente Fiduciário. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, parágrafo 2º da Resolução 81 da CVM, registra a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas ao final desta ata. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2024. **Mesa:** Nome: Fábio Pereira Maia CPF: 041.154.056-43. e-mail: fabio.maia@aceprev.aperam.com - **Presidente.** Nome: Andreia Marques Ramos, CPF: 136.158.737-77. e-mail: aramos@pentagonotrustee.com.br - **Secretária. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários -** Representado por: Andréia Marques Ramos, CPF:136.158.737-77. e-mail: aramos@pentagonotrustee.com.br.. (**Anexo I à Ata de Assembleia Geral de Debenturistas 17ª (décima sétima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até 4 (quatro) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para distribuição pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A., iniciada em primeira convocação em 26 de outubro de 2023, às 11 horas, reaberta em 23 de novembro de 2023, às 11 horas suspensa nesta data para reabertura em 15 de janeiro de 2024, às 11 horas.). Link para participação da Assembleia.** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWNjMThjYzUtYmM1OS00ZjFlLWJlOTYtNjJhMWExMDMyNjRk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22abc5717c-2997-412a-9ba7-a19b0984e853%22%2c%22Oid%22%3a%228d326fac-429f-4d0b-a288-b1babd9b758c%22%7d. **Arquivado na Jucerja nº 6077351 em 08/02/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.**

PREVENÇÃO

Rio inicia vacinação contra gripe em grupos prioritários

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro iniciou na quinta-feira (21) a campanha de vacinação contra o vírus Influenza. Até 31 de maio, a vacina está disponível nas unidades de Atenção Primária - centros municipais de saúde e clínicas da família - para idosos, crianças de seis meses a 5 anos, trabalhadores da saúde, gestantes, puérperas, mulheres até 45 dias pós-parto e trabalhadores da educação, entre outros públicos.

A meta é imunizar 90% da população-alvo, mais de 1,5 milhão de moradores da cidade. Segundo a pasta, a vacina da gripe é anual: quem se vacinou no ano passado precisa tomar uma nova dose este ano.

Em 2024, a fórmula usada na campanha protege contra as três cepas do vírus Influenza que mais circularam no Hemisfério Sul no ano passado: H1N1 Victoria, H3N2 Tailândia e B Áustria.

Para quem já tomou o imunizante, o esquema vacinal é de dose única. Já para as crianças que vão tomar a vacina pela primeira vez, serão duas doses, com intervalo de 30 dias entre elas.

A imunização contra a gripe é fundamental para prevenir complicações, internações e mortes decorrentes das infecções pelos vírus nos grupos mais vulneráveis. Estudos estimam que a vacinação reduza de 32% a 45% as hospitalizações por pneumonias; de 39% a 75% da mortalidade global; e cerca de 50% as doenças relacionadas à influenza.

"Iniciamos hoje (quinta) a campanha de vacinação contra a influenza e recomendamos que todo o grupo prioritário procure umas das 238 unidades de saúde do município do Rio de Janeiro para se vacinar. O número de casos de dengue na cidade vem caindo e o número de casos de gripe está aumentando, por isso, é importante se imunizar o quanto antes.

A vacina previne as formas mais graves da doença, que pode ser fatal em pessoas mais vulneráveis", afirmou o secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz.

As 238 unidades de Atenção Primária abrem de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e aos sábados, das 8h às 12h.

O Super Centro Carioca de Vacinação, localizado no complexo do Hospital Municipal Rocha Maia, em Botafogo, na zona sul, funciona em horário especial, de domingo a domingo, das 8h às 22h, assim como o Super Centro Carioca Carioca de Vacinação, unidade Campo Grande, que está localizado no ParkShoppingCampoGrande e funciona no mesmo horário que o do centro comercial. O dia D de mobilização pela vacina ocorrerá em 13 de abril.

São considerados grupos prioritários pessoas de 60 anos ou mais, crianças de seis meses a 5 anos, 11 meses e 29 dias, gestantes em qualquer período gestacional, puérperas (mulheres até 45 dias pós-parto), trabalhadores de saúde, professores do ensino básico e superior das escolas públicas e privadas, povos indígenas, povos quilombolas, população privada de liberdade, funcionários do sistema prisional, adolescentes e jovens de 12 a 21 anos de idade sob medidas socioeducativas, força de segurança pública e salvamento (policiais federais, militares, civis e rodoviários; bombeiros militares e civis; e guardas municipais), Forças Armadas (membros ativos da Marinha, Exército e Aeronáutica), pessoas com deficiência permanente, caminhoneiros de transporte de cargas, trabalhadores portuários, trabalhadores de transporte coletivo rodoviário urbano e de longo curso, população em situação de rua e pessoas portadoras de doenças crônicas não transmissíveis.

Pessoas com comorbidades também fazem parte do público preferencial e poderão apresentar uma autodeclaração da condição clínica.

Para se vacinar, o cidadão deve comparecer à unidade de saúde com documento de identificação e caderneta de vacinação, além de comprovante de classificação como grupo prioritário (laudo médico, documento funcional para os grupos profissionais atendidos, entre outros.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/ME nº 60.444.437/0001-46 NIRE nº 33.300.106.448
Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 20ª (vigésima) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com garantia fidejussória adicional, para Distribuição Pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("emissora") realizada em segunda convocação, em 24 de novembro de 2023, às 15 horas suspensa nesta data para reabertura em 16 de janeiro de 2024, às 15 horas. Data, Hora e Local: Assembleia Geral de Debenturistas realizada aos 16 (dezesseis) dias do mês de janeiro de 2024, às 15 (quinze) horas, de forma exclusivamente digital, com realização de vídeo conferência online através do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Assembleia ou AGD") cujo link de acesso da plataforma foi disponibilizado pelo Agente Fiduciário, conforme **Anexo I,** habilitados nos termos do Edital de Convocação (conforme definido abaixo) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81 da CVM"), considerando-se realizada para fins de registro na sede da Emissora, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro. **Convocação**: Os Editais de Convocação foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Diário Comercial impresso e nas digital" nas suas edições de 06, 07 e 08 de novembro de 2023, ("Editais de Convocação"). Conforme disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A. cláusulas 9.1.5 e 9.1.6 "*Instrumento Particular de Escritura da 20ª (Vigésima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única*, *da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A."* conforme aditado (" Escritura de Emissão", "Debêntures" e "20ª Emissão"). **Presença**: (i) representante(s) dos titulares das debêntures da 20ª Emissão ("Debenturistas") representando **10,07% (dez inteiros e sete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação,** sendo excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria e/ou canceladas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por suas respectivas controladas; e (b) as de titularidade de acionistas controladores (ou grupo de controle), direta ou indiretamente, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas; e administradores da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau e (ii) representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da 20ª ("Agente Fiduciário"). **Composição da Mesa:** Presidente Sra. Lucimara Fasolin Saito e Secretária Sra. Andréia Marques Ramos. **Ordem do Dia**: Examinar e deliberar as seguintes matérias: **1)** Ratificação das eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fiduciário, na defesa dos interesses dos Debenturistas, na RJ; e **2)** Aprovação da orientação de voto elaborada pelo assessor legal e circulada aos Debenturistas com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência da deliberação na AGD, através de solicitação realizada pelos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br, para que o assessor legal possa votar em conformidade com esta AGD na em assembleia de credores da RJ **("AGC")** em representação aos Debenturistas; **3)** Autorização para que o assessor legal, possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, caso necessário; **4)** Aprovação e definição, dos limites e critérios para eventuais ajustes ao PLRJ deliberado conforme item 2) acima, que venham a ser implementados durante a AGC conforme orientação a ser disponibilizada pelo assessor legal em até 3 (três) dias úteis antes da AGC através da solicitação dos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br; **5)** Aprovação para que o Agente Fiduciário e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; e **6)** Aprovação para suspensão dos itens desta AGD, para reabertura e deliberação em data a ser indicada pelo assessor legal, em caso de orientação deste a ser disponibilizada pelo assessor legal em até 3 (três) dias úteis antes da AGD através da solicitação dos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br. **Deliberações:** Tendo em vista a presença **10,07% (dez inteiros e sete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação**, a presente AGD foi instalada validamente nos termos da cláusula 9.2.1 da Escritura de Emissão, e os debenturistas presentes deliberaram da seguinte forma os itens da Ordem do Dia: **Quanto ao item 1) da Ordem do Dia**, **9,99% (nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das Debêntures em Circulação,** ratificaram eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fiduciário e **0,09% (nove centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se abstiveram em relação a este item.** Não houve votos pela **reprovação** do presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 2) da Ordem do Dia: 10,07% (dez inteiros e sete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram** que o assessor legal possa votar pela não aprovação do PLRJ em conformidade com esta AGD na AGC. Não houve votos pela **reprovação nem abstenções** em relação ao presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 3) da Ordem do Dia: 10,07% (dez inteiros e sete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação aprovaram** que o assessor legal possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 90 (noventa) dias. Não houve votos pela **reprovação nem abstenções** em relação ao presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 4) da Ordem do Dia: 10,01% (dez inteiros e um centésimo por cento) das Debêntures em Circulação, não aprovam a definição de limites para o PLRJ, 0,06% (seis centésimos por cento) das Debêntures em Circulação aprovam a definição de limites para o PLRJ.** Não houveram **abstenções** em relação ao presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 5) da Ordem do Dia: 9,99% (nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram** que o Agente Fiduciário e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações e **0,09% (nove centésimos por cento) das Debêntures em Circulação se abstiveram em relação a este item.** Não houve votos pela **reprovação** do presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia: 10,07% (dez inteiros e sete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram** a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 05 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD. Não houve votos pela **reprovação nem abstenções** em relação ao presente item da Ordem do Dia. **Consignações:** O Banco do Brasil S.A. (BB), titular de debêntures da 20ª Emissão (LIGHB0), que autoriza a publicação destas informações em ata, optou por individualizar seus créditos. Adotará em nome próprio (autorrepresentação), de forma isolada, as medidas judiciais e/ou administrativas que entender adequadas à defesa de seus interesses. Desta forma, exercerá a individualização dos direitos de voz, voto e representação no âmbito da Recuperação Judicial em comento. Esclarece ainda o BB que, considerando a pendência de apreciação do requerimento de individualização (autorrepresentação) do crédito detido, enquanto não houver decisão judicial nesse sentido, ou na hipótese de indeferimento judicial do pleito a ser formalizado pelo BB nesse sentido, será mantida a legitimidade e responsabilidade do Agente Fiduciário na defesa dos interesses jurídicos do BB, de forma coletiva com os demais debenturistas, nos termos do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76. Os termos iniciados em maiúsculas utilizados, mas não definidos nesta ata da AGD, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da auditoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo a forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz. A listagem de Debenturistas utilizada para computo do quórum da presente AGD foi disponibilizada pela B3 em **15 de janeiro de 2024**. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a AGD, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela Presidente, pela Secretária, e pelo Agente Fiduciário. A Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, parágrafo 2º da Resolução 81 da CVM, registra a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas ao final desta ata. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2023. **Mesa:** Nome: Lucimara Fasolin Saito, CPF: 302.412.368-78; e-mail: lucimarasaito@bb.com.br - **Presidente**; Nome: Andréia Marques Ramos, CPF: 136.158.737-77. e-mail: aramos@pentagonotrustee.com.br - **Secretária**. **Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários -** Representado por: Andréia Marques Ramos, CPF:136.158.737-77; e-mail:aramos@pentagonotrustee.com.br. - **(Anexo I à Ata de Assembleia Geral de Debenturistas 20ª (vigésima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora") realizada em Segunda Convocação, em 24 de novembro de 2023, às 15 horas, suspensa nesta data para reabertura em 16 de janeiro de 2024, às 15 horas) link para participação da assembleia.** https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTI2MDBmMWItMzNhOC00MGQyLThhMDYtYWZlYWUzMDllYWVk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22abc5717c-2997-412a-9ba7-a19b0984e853%22%2c%22Oid%22%3a%228d326fac-429f-4d0b-a288-b1babd9b758c%22%7d **Arquivado na Jucerja nº 6121775 em 08/03/2024. Gabriel Oliveira De Souza Voi - Secretário Geral.**

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

STREAMING

Brasil fica em 9º em ranking dos dez principais mercados musicais do mundo

Impulsionado pelo streaming (tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, sem a necessidade de baixar o conteúdo), o Brasil ocupou, em 2023, a nona posição no ranking dos dez principais mercados musicais do mundo.

No ano passado, o mercado fonográfico brasileiro teve faturamento de R$ 2,864 bilhões, com aumento de 13,4%, em comparação ao ano anterior.

Os dados estão em relatório divulgado na quinta-feira (21) pela Pro-Música, entidade que representa as principais gravadoras e produtoras fonográficas do país. O resultado obtido no ano passado mais do que triplica o faturamento do mercado fonográfico nacional nos últimos seis anos.

Há sete anos consecutivos, o Brasil aparece no ranking dos dez principais mercados musicais do mundo.

O crescimento brasileiro em 2023 supera a expansão do mercado global (10,2%), cuja receita atingiu US$ 28,6 bilhões no período e que também foi influenciado pelo streaming.

O presidente da Pro-Música, Paulo Rosa, disse que o crescimento observado no Brasil é um fato a ser comemorado e um sinal de que o país continua sendo um mercado muito importante para a música, principalmente a música brasileira.

O relatório aponta que, dentre as 200 músicas mais acessadas nas plataformas de streaming no Brasil em 2023, a música brasileira teve participação de 93,5%. "Uma coisa muito maior do que já foi nos tempos físicos do vinil e do CD. Normalmente, o consumo de música brasileira representava cerca de 75%. Hoje, está representando muito mais, pelo menos na amostra das mais tocadas. É um fato a ser comemorado também. Mostra uma diversidade grande de música nacional. Não fica só no eixo Rio/São Paulo, na música que é produzida nos grandes centros, mas entra música de todos os lugares do Brasil e de todos os lugares do mundo."

Paulo Rosa comentou que, também há bastante tempo, os países da América Latina, que engloba México, América Central e América do Sul, de uma forma geral, crescem acima da média mundial. Isso ocorre, segundo o presidente da Pro-Música, porque esses mercados latino-americanos, desde a metade para o final da década de 1990 e, principalmente nos primeiros anos da década de 2000, foram muito afetados pela pirataria de CDs.

"Não existia mercado digital na época. Não existia download nem streaming. Tudo isso ainda eram projetos que iam se realizar anos depois. O Spotify, para se ter uma ideia, surgiu na Suécia, em 2008 e, depois, foi se espalhando no mundo. Então, os países latino-americanos sofreram muito, afetados pela pirataria física de CDs, que os camelôs vendiam. Isso existiu tanto no Brasil, como na América Latina toda." De acordo com Paulo Rosa, isso fez com que o tamanho dos mercados legítimos na região se reduzisse bastante. E, quando veio o digital, primeiro o download e depois o streaming, que tem crescido de cerca de 11 a 12 anos para cá, todos esses mercados abraçam o streaming e têm taxa de crescimento maior, embora sejam mercados menores que os grandes mercados mundiais.

O presidente da Pro-Música destacou que o Brasil não está tão distante dos grandes mercados, ocupando a nona posição no ranking dos dez maiores da Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI, do nome em inglês). "Estamos em nono lugar no top 10, mas ainda longe quando comparado com o mercado americano, por exemplo, que tem mais de US$ 15 bilhões, ou o mercado da Inglaterra (S$ 3 bilhões), mas estamos ali brigando no top 10."

Paulo Rosa acredita que o Brasil, como maior mercado musical na América Latina, representa muito bem a região. "Eu acho que ainda tem bastante espaço para crescer. Se a gente olhar os dados demográficos do país, a gente sente que ainda existe bastante espaço para seguir crescendo tanto a base de assinantes de plataformas de streaming, que hoje é o modelo dominante e que puxa o crescimento do mercado". Para ele, esse é um modelo extremamente bem-sucedido na América Latina, porque oferece muita música acessível a quem assina, em troca de um preço razoável. Isso também é uma das explicações para o crescimento do streaming tão rápido no mundo, na América Latina e no Brasil.

O streaming representou 87,1% do total das receitas do mercado musical no Brasil, alta de 14,6% em relação a 2022, totalizando R$ 2,5 bilhões, mantendo-se como a maior fonte de receitas para o setor. O streaming por assinatura em plataformas como Spotify, YouTube Music, Deezer, Apple Music e outros, registrou crescimento de 21,9%, atingindo R$ 1,6 bilhão. Já o streaming remunerado por publicidade evoluiu 7,3% com vídeos musicais e mostrou leve queda de 1% no segmento de áudio.

As receitas oriundas de execução pública para artistas, músicos e produtores fonográficos cresceram 4%, somando R$ 336 milhões, enquanto as de sincronização subiram 87%, alcançando R$ 14 milhões.

O mercado físico também mostrou evolução no ano passado. Apesar de representar apenas 0,6% do total das receitas, esse mercado alcançou R$ 16 milhões, maior patamar desde 2018, com crescimento de 35,2% em relação a 2022. Os discos de vinil foram o grande destaque, com vendas que totalizaram R$ 11 milhões, um aumento de 136,2%, e tornando-se o formato físico mais vendido, ultrapassando os CDs.

Em termos globais, os números divulgados pela IFPI revelam que o faturamento do streaming de áudio por assinatura aumentou 11,2%, alcançando 48,9% do total do mercado, por meio de 667 milhões de usuários de contas de assinatura pagas, ao final de 2023.

O presidente da Pro-Música apontou que a tendência é o Brasil continuar crescendo de forma consistente. Ele espera também que a economia brasileira siga crescendo e que o país, de forma geral, continue se mantendo saudável economicamente.

"Porque isso vai fazer com que o público consumidor de música tenha cada vez mais condições de consumir música de forma legítima, utilizando aplicativos como as plataformas de streaming. É muito melhor, como experiência musical, você assinar uma plataforma do que, por exemplo, ouvir a música de graça, mas sendo interrompido a cada três ou quatro músicas por publicidade".

Ele lembrou também que, fora do streaming, o público não dispõe de funcionalidades como playlist (lista de músicas que podem ser reproduzidas uma vez ou em sequência). "Ou seja, a experiência de interatividade no streaming entre usuário e plataforma se dá mesmo nas plataformas que admitem alguma funcionalidade grátis em troca de publicidade", destacou Paulo Rosa.

Apesar dos bons resultados conquistados até o momento, a Pro-Música está preocupada com o uso de ferramentas robotizadas para criação de streams falsos, o que constitui prática ilegal e fraudulenta, e também com os impactos negativos que o uso da inteligência artificial generativa pode vir a causar no ecossistema do mercado de música gravada. A entidade está trabalhando para que os setores criativos, incluindo a música, tenham justa proteção nas novas regulações sobre o uso responsável de IA no Brasil e no mundo. O assunto se encontra em discussão, no momento, no Congresso Nacional.

DIAGNÓSTICO

Rio lidera ranking dos estados com mais mulheres empreendedoras

O Diagnóstico do Empreendedorismo Feminino, lançado na quinta-feira (21), no Palácio Guanabara, mostra que o Rio de Janeiro é o estado que mais tem mulheres à frente de negócios em todo o país. O levantamento visa promover a autonomia econômica das mulheres fluminenses, incentivando a abertura de novos negócios e fortalecendo o empreendedorismo feminino.

De acordo com o estudo, elaborado pela Secretaria da Mulher, o estado tem 941 mil mulheres no comando de algum tipo de negócio, ou seja, 38% dos empreendimentos no Rio de Janeiro são liderados por mulheres, superando a média nacional de 34%. A maioria tem entre 35 e 44 anos, 68% atuam no setor de serviços, 52% se autodeclaram negras e 53% são as principais provedoras financeiras de seus lares.

O levantamento indica, também, que cerca de 85% dos negócios com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) conduzidos por mulheres são geridos por empreendedoras individuais. Cerca de 9% empregam entre um e cinco funcionários e 66% dos negócios operam informalmente.

Os dados contidos no relatório são importantes para a expansão e fortalecimento de políticas públicas que já estão em implementação há um ano, desde a criação da Secretaria de Estado da Mulher, indicou o governador Cláudio Castro, que deu posse a 30 mulheres membros do Conselho Estadual do Empreendedorismo Feminino (CEEF), presidido pela secretária da Mulher, Heloisa Aguiar.

Cláudio Castro destacou que o empreendedorismo é uma importante ferramenta de transformação profissional, econômica, social e pessoal na vida das mulheres. "Estamos montando um conselho plural, que engloba todas. Políticas públicas para mulheres precisam ser perenes, por isso somos produtores de ações, e não apenas de projetos", afirmou.

A secretária de Estado da Mulher, Heloisa Aguiar, disse que o Diagnóstico é resultado de um esforço que começou em novembro, com o Mês Estadual da Mulher Empreendedora, e reúne, pela primeira vez, dados sobre o universo de mulheres que ajudam a movimentar a economia do estado.

"Essa publicação faz um mapeamento de oportunidades e desafios para construirmos uma política pública avançada, inovadora, que seja exemplo para o Brasil. E para isso, a partir de hoje, contamos também com o Conselho Estadual do Empreendedorismo Feminino, um instrumento plural, inovador e democrático", afirmou a secretária.

Os membros do conselho atuarão pelo período de dois anos. Ele será um órgão consultivo, que vai assessorar a Secretaria da Mulher na promoção de políticas públicas e diretrizes voltadas para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino.

A atuação dos membros do conselho valerá pelo período de dois anos. O conselho será um órgão consultivo, que vai assessorar a Secretaria da Mulher na promoção de políticas públicas e diretrizes voltadas para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/ME nº 60.444.437/0001-46 NIRE 33.300.106.448
Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 24ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para distribuição pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("emissora") iniciada em Primeira Convocação em 26 de outubro de 2023, às 15 horas, suspensa naquela data para reabertura em 23 de novembro de 2023, às 15 horas suspensa nesta data para reabertura em 15 de janeiro de 2024, às 15 horas. Data, Hora e Local: Assembleia Geral de Debenturistas realizada aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro de 2024, às 15 (quinze) horas, de forma exclusivamente digital, com realização de vídeo conferência online através do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Assembleia" ou "AGD") pelo Agente Fiduciário, conforme **Anexo I,** habilitados nos termos do Edital de Convocação (conforme definido abaixo) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81 da CVM"), considerando-se realizada para fins de registro na sede da Emissora, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro. **Convocação:** Os Editais de Convocação foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Diário Comercial impresso e digital" nas suas edições de 26, 27 e 28 de setembro de 2023 ("Editais de Convocação") conforme disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e nas cláusulas 10.1.1 (ii) e 10.1.4 do "*Instumento Particular de Escritura da 24ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A.*" conforme aditado. *("*"Escritura de Emissão" ("Debêntures" e "24ª Emissão"). **Presença**: Presentes o(s) (i) representante(s) dos titulares das debêntures da 24ª Emissão ("Debenturistas") representando **56,00% (cinquenta e seis inteiros por cento) das Debêntures em Circulação**, sendo excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria e/ou canceladas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por suas respectivas controladas; e (b) as de titularidade de acionistas controladores (ou grupo de controle), direta ou indiretamente, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas; e administradores da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau; e (ii) representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da 24ª Emissão ("Agente Fiduciário"). **Composição da Mesa:** Presidente Sra. Lucimara Fasolin Saito e Secretária, Sra. Andréia Marques Ramos. **Ordem do Dia**: **Examinar e deliberar as seguintes matérias da Ordem do Dia: 1)** Aprovação da orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais e circulada aos Debenturistas com no mínimo 3(três) dias úteis de antecedência da deliberação em AGD, através de solicitação realizada pelos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br, para que o assessor legal possa votar em conformidade com as deliberações desta AGD na assembleia de credores do RJ ("**AGC**") em representação aos Debenturistas; **2)** Autorização para que os Assessores Legais, possam votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da AGC, no caso dessa deliberação ser submetida à AGC; **3)** Aprovação da suspensão dos itens da Ordem do Dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelos Assessores Legais na AGD, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PLRJ em até 3 (três) dia úteis de antecedência da deliberação em AGD; e **4)** Aprovação para que o Agente Fiduciário e os Assessores Legais, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD. **Deliberações: Tendo em vista a presença 56,00% (cinquenta e seis inteiros por cento) das Debêntures em Circulação, a presente AGD foi instalada validamente nos termos da cláusula 10.2.1 da Escritura de Emissão, e após discussões sobre as matérias da Ordem do Dia, os Debenturistas votaram da seguinte forma: Quanto ao item (1) da Ordem do Dia: 56,00% (cinquenta e seis inteiros por cento) das Debêntures em Circulação**, aprovaram a orientação dos Assessores Legais, de voto pela rejeição do atual plano de recuperação judicial, na AGC; **Não houve votos de abstenção ou reprovando o presente item da Ordem do Dia. Quanto ao item (2) da Ordem do Dia: 56,00% (cinquenta e seis inteiros por cento) das Debêntures em Circulação**, aprovaram que o Assessor legal possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da AGC; **Não houve votos de abstenção ou reprovando o presente item da Ordem do Dia. Quanto ao item (3) da Ordem do Dia: 56,00% (cinquenta e seis inteiros por cento) das Debêntures em Circulação**, aprovaram a suspensão de todos os itens desta assembleia para nova votação em **04 de março de 2024, às 15h, na mesma forma desta assembleia ("Reabertura da AGD"). Não houve votos de abstenção ou reprovando o presente item da Ordem do Dia. Quanto ao item (4) da Ordem do Dia:** 53,52% (cinquenta e três inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), aprovaram que o Agente Fiduciário e os Assessores Legais, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; 5,33% (cinco inteiros e trinta e três centésimos por cento), se abstiveram acerca deste item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos de abstenção são retirados da base de cálculo da aprovação acima. **Não houve votos de reprovação acerca deste item da Ordem do Dia. Consignações:** O Banco do Brasil S.A. (BB), titular de debêntures da 24ª Emissão (LIGHB4), que autoriza a publicação destas informações em ata, optou por individualizar seus créditos. Adotará em nome próprio (autorrepresentação), de forma isolada, as medidas judiciais e/ou administrativas que entender adequadas à defesa de seus interesses. Desta forma, exercerá a individualização dos direitos de voz, voto e representação no âmbito da Recuperação Judicial em comento. Esclarece ainda o BB que, considerando a pendência de apreciação do requerimento de individualização (autorrepresentação) do crédito detido, enquanto não houver decisão judicial nesse sentido, ou na hipótese de indeferimento judicial do pleito a ser formalizado pelo BB nesse sentido, será mantida a legitimidade e responsabilidade do Agente Fiduciário na defesa dos interesses jurídicos do BB, de forma coletiva com os demais debenturistas, nos termos do artigo 68 da Lei n.º 6.404/76.Os termos iniciados em maiúsculas utilizados, mas não definidos nesta ata da AGD, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. Todos os Debenturistas presentes declaram que se enquadram no conceito de detentores de Debêntures em Circulação, nos termos da Escritura de Emissão. As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da auditoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo a forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz. A listagem de Debenturistas utilizada para computo do quórum da presente AGD foi disponibilizada pela B3 em **12 de janeiro de 2024**. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a AGD, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela Presidente, pela Secretária, e pelo Agente Fiduciário. A Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, parágrafo 2º da Resolução 81 da CVM, registra a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas ao final desta ata. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2024. **Mesa:** Nome: Lucimara Fasolin Saito, CPF: 302.412.368-78; e-mail: lucimarasaito@bb.com.br - **Presidente**. Nome: Andréia Marques Ramos, CPF: 136.158.737-77; e-mail: aramos@pentagonotrustee.com.br - **Secretária. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.** Representado por: Andréia Marques Ramos, CPF:136.158.737-77 e-mail: Aramos@Pentagonotrustee.com.br. (**Anexo I à Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 24ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para distribuição pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("emissora") iniciada em primeira convocação em 26 de outubro de 2023, às 15 horas, suspensa naquela data para realização em 23 de novembro de 2023, às 15 horas suspensa nesta data para reabertura em 15 de janeiro de 2024, às 15 horas.) Link para Participação da Assembleia.**https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting-YjZhNTZmNTMtYjc1OS00NTc5LWJiMEtZGE1ZGNiM2NkN_WQw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22abc5717c-2997-412a-9ba7-a19b0984e853%22%2c%22Oid%22%3a%228d326fac-429f-4d0b-a288-b1babd9b758c%22%7d. **Arquivado na Jucerja nº 6087354 em 19/02/2024. Gabriel Oliveira De Souza Voi - Secretário Geral.**

NETUNO OFFSHORE LTDA.
CNPJ/MF nº 13.520.817/0001-32 - NIRE 33.208.912.395

Manifestação da Sócia Única em 13 de Março de 2024. Marlin Navegação S.A., sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller n° 116, sala 3.502, Botafogo, CEP 22.290-160, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 20.854.869/0001-00 ("Sócia" ou "Marlin"); Única sócia da **Netuno Offshore Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller n° 116, sala 2.605, Botafogo, CEP 22.290-160, inscrita no CNPJ sob o n° 13.520.817/0001-32, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.208.912.395 ("Companhia"), **Aprova**, **(I)** nos termos da cláusula sétima, itens (iii) e (v), do contrato social da Companhia, a outorga, pela Companhia, em garantia do integral pagamento das obrigações a serem assumidas pela Marlin no âmbito **(a)** da sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no montante total de até R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na data da emissão ("Debêntures da 4ª Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n° 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Marlin Navegação S.A.*" a ser celebrado entre a Marlin Navegação, na qualidade de emissora das Debêntures da 4ª Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 4ª Emissão, a Companhia, a Poseidon Participações S.A., a Marlin Serviços Ambientais Ltda. e a BR NAV Participações S.A., na qualidade de fiadoras, e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes, a Marlin International Cooperatief U.A. e a Dosly S.A. ("Escritura da 4ª Emissão"); e **(b)** da sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no montante total de R$ 209.000.000,00 (duzentos e nove milhões de reais) na data da emissão ("Debêntures da 1ª Emissão"), as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, Sob Regime de Garantia Firme, da Marlin Navegação S.A.*" celebrado entre a Marlin e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão, com a interveniência anuência da Poseidon Participações S.A., em 10 de fevereiro de 2015, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura da 1ª Emissão"): **(1)** garantia fidejussória, na forma de fiança, a ser prestada individualmente, por meio da celebração da Escritura da 4ª Emissão e do 13º (décimo terceiro) aditamento à Escritura da 1ª Emissão ("Aditamento à Escritura da 1ª Emissão" e "Fiança", respectivamente), com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e dos artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; **(2)** em regime de compartilhamento entre os titulares das Debêntures da 4ª Emissão e dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão, alienação fiduciária sobre a embarcação de apoio marítimo denominada "Marlin Leblon", do tipo PSV 3000 (Platform Support Vessel), de propriedade da Companhia, por meio da celebração da "*Escritura de 6º Aditamento e Ratificação à Escritura de Alienação Fiduciária de Embarcações*" entre a Marlin, a Companhia e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures da 4ª Emissão e dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão ("Alienação Fiduciária de Embarcação" e "Escritura de Alienação Fiduciária de Embarcação", respectivamente); e **(3)** em regime de compartilhamento entre os titulares das Debêntures da 4ª Emissão e dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão, cessão fiduciária sobre todos os direitos creditórios, recursos, valores, frutos, rendimentos, juros e quaisquer outros montantes, presentes e futuros, a que a Companhia fizer jus decorrentes do produto que sobejar de eventual excussão, judicial ou extrajudicial, da Alienação Fiduciária de Embarcação ("Cessão Fiduciária de Sobejo" e, quando referida em conjunto com a Fiança e a Alienação Fiduciária de Embarcação, as "Garantias"), por meio da celebração do "*7º (Sétimo) Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*" entre a Marlin, a Companhia e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures da 4ª Emissão e dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, quando referido em conjunto com a Escritura da 4ª Emissão, o Aditamento à Escritura da 1ª Emissão e a Escritura de Alienação Fiduciária de Embarcação, os "Contratos da Operação"); e **(II)** a autorização à administração da Companhia a negociar, em nome da Companhia, todos os termos e condições refentes às Garantias, bem como celebrar, em nome da Companhia, os Contratos da Operação e quaisquer outros instrumentos e/ou documentos relacionados às Garantias, conforme aplicável, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade atrelado à integral quitação das obrigações assumidas e a serem assumidas no âmbito dos Contratos da Operação, dentre outros. Rio de Janeiro, 13 de março de 2024. **Marlin Navegação S.A.** Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos. JUCERJA nº 6133563 em 14/03/2024.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ/MF Nº 01.629.083/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL Valores em milhares de reais)

ATIVO	31/dez./2023	31/dez./2022
CIRCULANTE	**13.677**	**14.713**
Caixa e equivalentes de caixa	11	107
Clientes	7.055	8.405
(-) Provisão de Créditos de Liquidez Duvidosa	(313)	(313)
Tributos a recuperar	4.167	3.847
Adiantamentos	351	316
Estoques	2.017	2.052
Despesas do exercício seguinte	389	299
NÃO CIRCULANTE	**259.667**	**271.422**
Realizável a longo prazo	**2.191**	**2.104**
Créditos judiciais	686	686
Depósitos judiciais	1.432	1.345
Valores a receber longo prazo	73	73
Investimento	**197.171**	**189.683**
Imobilizado	**22.940**	**25.067**
Intangível	**37.365**	**54.568**
TOTAL DO ATIVO	**273.344**	**286.135**

PASSIVO	31/dez./2023	31/dez./2022
CIRCULANTE	**27.389**	**26.764**
Fornecedores	2.595	1.713
Obrigações sociais e trabalhistas	2.396	1.975
Credores por cauções e consignações	68	66
Impostos e contribuições a recolher	1.013	1.152
Provisão para Contingências	610	650
Parcelas do Arrendamento e Concessão	20.512	20.488
Dividendos a pagar	8	555
Outras Contas a pagar	187	165
NÃO CIRCULANTE	**238.023**	**244.613**
Debêntures	217.816	205.487
Adiantamento de clientes	50	50
Arrendamento a Pagar - Direito de Uso	19.854	38.773
Receita Diferida - Processo INSS	303	303
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.932**	**14.758**
Capital Social	12.299	12.299
Reserva Legal	2.459	2.459
Resultados Acumulados	(6.826)	-
TOTAL DO PASSIVO	**273.344**	**286.135**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores em milhares de reais)

	31/dez./2023	31/dez./2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**88.297**	**96.738**
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	**(9.738)**	**(4.525)**
Impostos incidentes	(9.738)	(4.525)
RECEITA LÍQUIDA	**78.559**	**92.213**
CUSTO OPERACIONAL	**(52.600)**	**(49.654)**
RESULTADO BRUTO	**25.959**	**42.559**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	**(11.300)**	**(12.163)**
Despesas administrativas e gerais	(15.115)	(13.226)
Outras despesas operacionais	(100)	(129)
Outras receitas operacionais	3.915	1.192
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**14.659**	**30.396**
RESULTADO FINANCEIRO	**(18.889)**	**(26.579)**
Despesas financeiras	(19.127)	(26.992)
Receitas financeiras	238	413
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL	**(4.230)**	**3.817**
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	**(2.596)**	**(3.269)**
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**(6.826)**	**548**
Por ação do capital social	(2,01)	0,16

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022	**12.299**	**2.459**	**-**	**14.758**
Lucro do Exercício	-	-	548	548
Dividendos de 2022 à Distribuir			(548)	(548)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**12.299**	**2.459**	**-**	**14.758**
Prejuízo do Exercício	-	-	(6.826)	(6.826)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**12.299**	**2.459**	**(6.826)**	**7.932**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores em milhares de reais)

	31/dez./2023	31/dez./2022
1. CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**8.670**	**18.944**
Lucro Ajustado	**27.270**	**47.035**
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	(6.826)	548
Depreciação e amortização	18.940	19.520
Provisão para contingências	(40)	10
Atualização de títulos e valores mobiliários	12.329	11.631
Amortização encargos financeiros Arrendamento e Concessão	6.774	15.326
Reversão de Provisão Arrendamento/Concessão	(3.907)	-
Variações nos ativos e passivos	**(18.600)**	**(28.091)**
Contas a receber	1.350	(5.818)
Estoques	35	482
Tributos a recuperar	(320)	12
Depósitos judiciais	(87)	-
Fornecedores	882	(504)
Obrigações sociais e trabalhistas	421	203
Arrendamento e concessão pagos	(20.333)	(19.727)
Dividendos Pagos	(548)	(3.153)
Outros	-	414
2. CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(8.766)**	**(18.932)**
Aquisições de bens do imobilizado	(1.278)	(3.779)
Aquisições/Vendas de títulos e valores mobiliários	(7.488)	(15.153)
3. REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(96)**	**12**
4. Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício	107	95
5. Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício	11	107

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma). 1 – Contexto Operacional - Informações gerais. A Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC), foi constituída em dezembro de 1996, tendo como atividade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, em conformidade com o Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de janeiro de 1997 e de Arrendamento, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), de acordo com o Edital nº PND/A-07/96/RFFSA, decorrente do Programa Nacional de Desestatização (PND) conforme Decreto nº 473 de 10 de março de 1992 que incluiu a RFFSA no referido Programa. Todos os bens vinculados ao Contrato de Arrendamento, como locomotivas, vagões, via permanente e instalações da malha Tereza Cristina da unidade de Tubarão/SC, estão sob a administração da FTC. Os Contratos de Concessão da malha ferroviária e de Arrendamento dos bens da RFFSA foram firmados em 28 de janeiro de 1997, pelo prazo de 30 anos. A Ferrovia Tereza Cristina S.A. é uma sociedade anônima com sede no Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro. Seus acionistas controladores são: Santa Lúcia Concessões Públicas S.A. e APPLY Participações Ltda. A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração. **2 - Resumo das principais práticas contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 – Alteração em políticas adotadas.** A única alteração que a companhia adotou inicialmente em suas políticas contábeis, foi com relação a adequação ao modelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de Janeiro de 2019, para o contrato de arrendamento dos bens operacionais firmado com a União Federal. **2.2 – CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil.** O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamentos até então existentes. Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários a partir de 1º de janeiro de 2019. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 ao contrato celebrado com a União para os bens utilizados na concessão de sua malha ferroviária, antes de 1º de janeiro de 2019 e ainda vigentes após essa data. O ativo de arrendamento, inicialmente, foi igual ao passivo de arrendamento remanescente. A Companhia detém compromissos significativos decorrentes de contratos de arrendamento classificados anteriormente como operacional, principalmente, o contrato de arrendamento junto ao Poder Concedente vinculado a Concessão. O valor do arrendamento e concessão com o Poder Concedente foi utilizado a taxa média ponderada de 11,04% ao ano. Na adoção inicial, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontado pela taxa de desconto informada e ajustado pelo saldo já reconhecido no balanço imediatamente antes da data da adoção inicial. O ativo de direito de uso, para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional, foi reconhecido com o valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor dos pagamentos antecipados. A Companhia optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecida como um ajuste de abertura no saldo dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2019. **2.3 Base de preparação.** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC, em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT. A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Concessionária no processo de aplicação das políticas contábeis da Concessionária. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas em nota. **2.4 Caixa e equivalente de caixa.** Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros. 2.5.1 Classificação e mensuração.** A Concessionária classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. **b) Créditos e recebíveis.** Os créditos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os créditos e recebíveis da Concessionária compreendem "Contas a receber derivado da venda à prazo de serviços de transporte de cargas e Receitas Extraordinárias e demais contas a receber" e "Caixa e equivalente de caixa". **c) Ativos financeiros disponíveis para venda.** Os ativos financeiros não derivativos estão disponíveis para venda, e são classificados no ativo não circulante. Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. **2.5.2 Reconhecimento e mensuração.** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. **2.5.3 Impairment de ativos financeiros. a) Ativos classificados como disponível para venda.** A Concessionária avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. **2.6 Clientes.** A conta Clientes corresponde aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas, receitas alternativas e prestação de serviços no decurso normal das atividades. É reconhecida pelo valor faturado. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, será classificada no ativo circulante, caso contrário, será apresentada no ativo não circulante. **2.7 Estoques.** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoque obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo do estoque é determinado pelo método da média ponderada. **2.8 Imobilizado.** O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis às aquisições dos itens. Os custos subsequentes, conforme apropriados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, abaixo demonstrado.

BENS	ANOS
Equipamentos de sinalização	10
Aparelhos e equip. de telecomunicações	10
Equipamentos, máquinas e ferramentas	10
Veículos	5
Móveis e Utensílios	10
Equipamentos eletrônicos de dados	5
Sistema aplicativos e software	5
Sistema de gestão corporativa	5
Outros imobilizados	10
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas, líquidos" na Demonstração do Resultado. **2.9 Ativos intangíveis.** Ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada de acordo com as normas. **a) Softwares.** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos quando de sua aquisição ou quando estejam prontas para serem utilizadas. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **b) Contrato de Concessão e Arrendamento.** Os Contratos de Concessão e Arrendamento foram reconhecidos no ativo intangível e no passivo e estão sendo amortizados pelo período remanescente dos mesmos. Os juros provisionados de acordo com a taxa média ponderada, conforme nota 2.2 estão sendo reconhecido mensalmente na conta de resultado. **2.10 Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.11 Provisões.** As provisões para ações judiciais, trabalhista e civil são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. **2.12 Imposto de renda e contribuição social.** A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no lucro real trimestral. **2.13 Capital social.** O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal. **2.14 Reconhecimento da receita.** As Receitas dos Serviços Ferroviários são reconhecidas pelo regime de competência, com base na prestação dos serviços ferroviários e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos. As Receitas alternativas são reconhecidas pelo regime de competência, referente aos serviços prestados ou pelo aluguel de material rodante. **a) Receita financeira.** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.15 Custo dos serviços prestados.** Os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência e são computados no mesmo exercício que correspondem às receitas incorridas. **2.16 Distribuição de dividendos.** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Companhia, com base no estatuto social da mesma. **3 Julgamento e uso de estimativas contábeis.** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras, são os passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com o departamento jurídico da empresa. **4 Caixa e equivalentes de caixa.** Os valores apresentados como disponibilidade, estão assim representados.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Caixa e equivalentes de Caixa	11	107

5 Ativos financeiros. O principal ativo financeiro está representado por debêntures com participação no lucro da emissora, e está apresentado abaixo.

	31/dez./2023	31/12/2022
Debêntures	197.167	189.679

6 Contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes, em sua totalidade a curto prazo, estão assim representadas.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Contas a receber de clientes	7.055	8.405

7 Estoques. Os estoques da empresa representam materiais para sua operacionalização, contendo materiais de manutenção, combustível, estoque em processo e itens de almoxarifado.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Estoques	2.017	2.052

8 Tributos a recuperar. Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	31/dez./2023	31/dez./2022
ICMS a recuperar	4.108	3.811
PIS e COFINS a compensar	41	18
Outros	18	18
	4.167	**3.847**

9 Intangível. A movimentação referente ao ativo intangível e seu saldo contábil liquido estão demonstrados abaixo.

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxa média anual de Amortização
Softwares	1.936	(1.876)	60	20%
Contrato de Arrendamento e Concessão	79.852	(42.547)	37.305	*
	81.788	**(44.423)**	**37.365**	

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto o arrendamento, foi estimada em 20% ao ano. O Contrato de Arrendamento no valor de R$ 71.917, foi reconhecido no Ativo Intangível a partir de 01 de janeiro de 2019 e está sendo atualizado anualmente pelo seu valor remanescente até dezembro de 2026 e está sendo amortizado mensalmente. **10 Imobilizado.** O imobilizado está representado pelas seguintes contas, em data de 31.dez.2023.

	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxa média anual de Depreciação
Equipamentos de sinalização	1.977	(1.112)	865	10%
Aparelhos e equip. de telecomunicações	1.164	(762)	402	10%
Equipamentos, máquinas e ferramentas	3.043	(2.485)	558	20%
Veículos	46	(26)	20	20%
Móveis e Utensílios	576	(435)	141	10%
Equipamentos eletrônicos de dados	964	(820)	144	20%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	67.128	(47.431)	19.697	10%
Imobilizações em andamento	-	-	-	-
Outros imobilizados	1.533	(420)	1.113	10%
	76.431	**(53.491)**	**22.940**	

As taxas de depreciação são baseadas no tempo de vida útil econômica do bem, conforme nota nº 2.8 **11 Fornecedores.** As obrigações com fornecedores de materiais e serviços estão classificadas no passivo circulante, demonstradas a seguir.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Contas a pagar aos Fornecedores	2.595	1.713

12 Obrigações sociais e trabalhistas. As obrigações sociais e trabalhistas, estão demonstradas a seguir.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Salários e encargos	891	723
Provisão para férias e 13º salário	1.505	1.252
	2.396	**1.975**

13 Impostos e contribuições a recolher. Os impostos e contribuições a recolher tem sua origem da seguinte forma.

	31/dez./2023	31/dez./2022
PIS e COFINS	-	238
IRPJ e CSLL	752	700
Imposto de renda retido na fonte	191	152
INSS de terceiros a recolher	26	27
Outros	44	35
	1.013	**1.152**

14 Parcelas do Arrendamento e Concessão. As parcelas de arrendamento e concessão foram provisionadas para pagamento em parcelas trimestrais no exercício seguinte e estão demonstradas abaixo.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Arrendamento	19.487	19.464
Concessão	1.025	1.024
	20.512	**20.488**

15 Operações com debêntures. 15.1 Debêntures emitidas. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 1998, foram emitidas 1.100.000 debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal de R$ 100,00 cada, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2018, sendo o período de rendimentos coincidente com o vencimento final. A primeira série, correspondente a 300.000 debêntures, são remuneradas pela variação acumulada da taxa da ANBID, juros 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano. A segunda série, correspondente a 800.000 debêntures, são remuneradas através da participação no lucro líquido da emissora. Através do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 15 de outubro de 2008, foi aumentado o número de debêntures da 2ª serie dessa mesma emissão, passando de 200.000 para 800.000. Em virtude da descontinuidade da divulgação da taxa ANBID, foi decidido através da Reunião de Diretoria realizada em 27.12.2012, substituí-la pela taxa SELIC. Na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19 de setembro de 2020 e com a concordância dos debenturistas, ficou decidido que a remuneração máxima para as debêntures será de 9% (nove por cento) ao ano, fixo e sem correção monetária, composto anualmente, até o vencimento das debêntures. Através da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 23/12/2021, foi decidido em alterar o prazo de vencimento das debêntures para 28/02/2042 e fixa a remuneração máxima de 13,8% ao ano. Todas as debêntures dessa emissão não gozam de garantia, subordinando-se aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da emissora, na forma prevista no art. 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/1976. Estão no mercado 35.003 debêntures da 1ª série dessa emissão, no valor de R$ 217.816 mil, atualizada até 31.dez.2023, registradas contabilmente no Passivo Não Circulante. **15.2 Debêntures adquiridas.** A empresa adquiriu 1.971.660 debêntures de empresa privada, no valor de R$ 197.166 mil, tendo como forma de remuneração a participação no lucro líquido da emissora; todas estas debêntures são vencíveis a longo prazo e serão mantidas até o vencimento, registradas no Ativo Não Circulante. **16 Instrumentos financeiros.** Os principais instrumentos financeiros da Companhia são apresentados a seguir.

Classificação	Não circulante	2023	2022
Mantidos até o vencimento	Debêntures – ativas	197.166	189.678
Passivos financeiros	Debêntures - passivas	217.816	205.487

Os instrumentos financeiros acima são decorrentes das debêntures adquiridas de empresas privadas qualificadas como "mantidos até o vencimento" e as debêntures de sua emissão e negociadas com empresas privadas qualificadas como "passivos financeiros", cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização. **16.1 Risco de liquidez.** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais. **17 Provisão para contingências.** A empresa possui processos de natureza trabalhista, para os quais foram constituídas provisões no montante de R$ 610 mil, considerado suficiente para fazer face à possibilidade de perdas, de acordo com estimativa de seus advogados. **a) Trabalhistas.** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativas como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais. **18 Capital social e reservas. 18.1 Capital social.** O capital social está representado por 3.394.234 ações, sem valores nominais, divididas em 1.697.117 ações ordinárias e 1.697.117 ações preferenciais. O capital social está inteiramente subscrito e integralizado pelos seus acionistas, pessoas jurídicas e físicas, domiciliadas no País. Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações. **18.2 Reserva legal.** A companhia possui provisionado uma reserva legal no valor de R$ 2.459 mil, conforme determinação legal. **19 Receitas.** As receitas brutas, as deduções incidentes e a receita líquida, são demonstradas a seguir:

	31/dez./2023	31/dez./2022
Receita de transporte de cargas	87.096	95.627
Receitas alternativas	1.201	1.111
Tributos incidentes sobre as receitas	(9.738)	(4.525)
Receita líquida	**78.559**	**92.213**

20 Custos de transporte de cargas. Os custos associados à Receita dos Serviços de Transporte de Cargas são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	31/dez./2023	31/dez./2022
Custos com Pessoal	11.706	8.561
Peças, Partes e Componentes	8.102	5.588
Serviços de Terceiros	7.055	3.503
Custo de Aluguel e Arrendamentos	0	738
Depreciação e Amortização	17.407	19.008
Combustíveis e Lubrificantes	7.596	11.510
Custos Gerais	734	746
	52.600	**49.654**

21 Despesas/Receita operacionais.a) Despesas administrativas. As despesas administrativas estão demonstradas a seguir.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Pessoal	5.186	4.846
Encargos sociais	1.207	1.373
Serviços contratados	4.582	3.500
Material	416	324
Depreciação	528	512
Outras	3.196	2.671
	15.115	**13.226**

b) Outras despesas/receitas operacionais. As receitas e despesas que não fazem parte das operações da empresa, estão demonstradas a seguir.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Outras receitas	3.915	1.192
Outras despesas	100	129

c) Despesas/receitas financeiras. As despesas e receitas financeiras referem-se a juros sobre aplicações financeiras. Juros sobre debêntures, empréstimos, juros sobre parcelamento de tributos federais e outros, demonstrada a seguir.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Receita Financeira		
Juros sobre aplicação financeira	11	12
Outras receitas financeiras	227	401
	238	**413**
Despesa financeira		
Juros sobre debêntures	12.329	11.631
Encargos AVP Arrendamento e Concessão	6.774	15.326
Outras despesas financeiras	24	35
	19.127	**26.992**

22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real

	31/dez./2023	31/dez./2022
Imposto de renda da pessoa jurídica	1.893	2.145
Contribuição social sobre o lucro líquido	703	1.124
	2.596	**3.269**

23 Lucro do Exercício. O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade total de ações que, cada acionista detém da companhia.

	31/dez./2023	31/dez./2022
Resultado do Exercício	(6.826)	548

24 Redução ao valor recuperável de ativos. O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas. **25 Obrigações com arrendamento e concessão.** Refere-se ao saldo relativo à obrigação para com arrendamento dos bens operacionais para a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas e a concessão da malha ferroviária, conforme estabelecido nos contratos de arrendamento firmado com a Rede Ferroviária Federal S.A. e de concessão firmado com a União, já mencionados na NOTA 1. A Companhia adotou como prática reconhecer seus compromissos relacionados aos contratos de Arrendamento conforme CPC 06(R2)/IFRS 16. Os valores pagos antecipadamente no início da Concessão e do Arrendamento foram ativados e também são alocados ao resultado linearmente pelo prazo dos contratos. **26 Contrato de concessão e arrendamento.** Conforme descrito na NOTA 1, a FTC firmou contrato com a Rede Ferroviária Federal S.A em decorrência da privatização das linhas férreas brasileiras. Este contrato foi assinado em novembro de 1996, sendo que as operações iniciaram em fevereiro de 1997. O prazo total da concessão e do arrendamento é de 30 anos, com vencimento final em dezembro de 2026. O prazo de carência foi de 24 meses a partir do seu início, sendo o pagamento da concessão e do arrendamento compostos de 112 parcelas trimestrais, atualizadas pelo IGP-DI. O valor correspondente à primeira parcela paga no ato para aquisição do direito de concessão e do arrendamento está contabilizado em "Ativo Intangível" e está sendo amortizado de acordo com o prazo da concessão e do arrendamento.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ/MF Nº 01.629.083/0001-45

Bens objeto da concessão e arrendamento: a) Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente; b) Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente; c) Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários; d) Prédios, Instalações e Terrenos.

Prazo da concessão e arrendamento: 30 anos.

Montante residual da concessão e arrendamento:

Valor a pagar pelos 3 anos restantes do contrato, já atualizado pelo IGP/DI até 31.dez.2023	R$ 49.530 mil
Montante pago durante o exercício de 2023	R$ 20.333 mil

A periodicidade de pagamento das parcelas é trimestral.

27 Contratos de aluguel de vagões. A Companhia, alugou equipamentos ferroviários à Ferrovia Paraná S.A. – Ferropar. Com a decretação da falência da Ferropar em 14.12.2006 (Autos nº 631/2005 – 3ª Vara Cível de Cascavel – PR), e, com a justificativa da continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Guarapuava – Cascavel, o Governo do Estado do Paraná determinou através do Decreto nº 10/2007 e seguintes, em favor da Estrada de Ferro Paraná Oeste – Ferroeste, Sociedade de Economia Mista do Estado do Paraná, a requisição de todos os bens. Esta requisição está "sub judice" nos autos do processo nº 2007.70.00.004154-0, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba, em que a Companhia postula a devolução dos bens, o pagamento pelo uso de acordo com o mercado e indenização pelos danos causados pela falta de manutenção dos referidos bens pela Ferroeste. Em 19 de fevereiro de 2019, houve o trânsito em julgado de decisão do TRF 4 favorável à Ferrovia Tereza Cristina S.A. A Companhia iniciou o processo de execução e cumprimento de sentença no ano de 2020. **28 Continuidade dos negócios.** A administração após analisar a capacidade econômica e financeira da Companhia, concluiu que a mesma tem condições em continuar suas operações em um futuro previsível. **29 Eventos subsequentes.** Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração não identificou eventos subsequentes relevantes, entre a data do Balanço Patrimonial e a data de emissão das Demonstrações Contábeis.

30 Seguros

ATIVOS	Valor segurado em 2023
Responsabilidade Civil Geral	4.498
Responsabilidade Civil do Transportador	2.000
Riscos Operacionais	14.790
Automóveis	200
Riscos Diversos em Equipamentos	655
Total	22.143

A cobertura pelos seguros é considerada suficiente pela Administração, para cobrir eventual sinistro.

Diretores: Benony Schmitz Filho, Luis Mario Novochadlo, Paulo Eduardo Canalles. **Contador -** Manoel Acacio Braga - CRC/SC 14.479/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Aos **Acionistas e Administradores da Companhia ferrovia tereza cristina s.a.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia **FERROVIA TEREZA CRISTINA s.a.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais politicas contábeis.Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia **ferrovia tereza cristina s.a.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorções relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. O responsável pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Laguna/SC, 01 de março de 2024
MARCOS DANILO VIANA.

ÁGUAS DO RIO INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ: 50.875.903/0001-94

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Rio de Janeiro, 22/03/2024. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Controladora 2023	Consolidado 2023
Caixa e equivalentes de caixa	992	173.992
Aplicações financeiras	–	786.685
Contas a receber de clientes	–	2.408.903
Estoques	–	24.955
Tributos a recuperar	–	64.665
Outros créditos	–	57.220
Total do ativo circulante	992	3.516.420
Aplicações financeiras	–	261.840
Contas a receber de clientes	–	170.174
Depósitos judiciais	–	32.457
Outros créditos	–	45
Total do realizável a longo prazo	–	464.516
Investimentos	8.277.531	–
Imobilizado	–	123.734
Ativo de contrato da concessão	–	599.062
Intangível	–	19.663.061
Total do ativo não circulante	8.277.531	20.850.373
Total do ativo	8.278.523	24.366.793

Passivo	Controladora 2023	Consolidado 2023
Fornecedores e empreiteiros	–	1.457.027
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	131.292
Obrigações trabalhistas e sociais	–	55.131
Obrigações fiscais	–	63.986
Outras contas a pagar	–	3.557.976
Total do passivo circulante	–	5.265.412
Fornecedores e empreiteiros	–	31.634
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	9.179.217
Dividendos a pagar	51.189	1.011.453
Passivo fiscal diferido	–	569.613
Provisões	–	14.547
Outras contas a pagar	–	67.583
Total do passivo não circulante	51.189	10.874.047
Total do passivo	51.189	16.139.459
Patrimônio líquido		
Capital social	8.064.462	8.064.462
Reservas de lucros	161.872	161.872
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000	1.000
Total do patrimônio líquido	8.227.334	8.227.334
Total do passivo e patrimônio líquido	8.278.523	24.366.793

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Período de 22 de maio a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 22 de maio de 2023 (data da constituição)		–	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital social		8.323.633	(259.171)	8.064.462	1.000	–	–	–	8.065.462
Lucro líquido do período		–	–	–	–	–	–	213.061	213.061
Destinação:									
Reserva legal	16 c.	–	–	–	–	10.653	–	(10.653)	–
Dividendos intercalares	16 d.	–	–	–	–	–	–	(51.189)	(51.189)
Lucros retidos Lucros retidos	16 e.	–	–	–	–	–	151.219	(151.219)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.323.633	(259.171)	8.064.462	1.000	10.653	151.219	–	8.227.334

Demonstração do fluxo de caixa - Período de 22 de maio à 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	213.061	460.631
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	–	313.587
Provisões para riscos cíveis	–	37.572
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	–	702.673
Resultado de equivalência patrimonial	(213.070)	–
Rendimentos de aplicações financeiras	–	(152.946)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	201.894
Ajuste a valor presente de clientes	–	58.386
Amortização do custo de captação	–	49.037
	(9)	1.670.834
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	–	(1.044.452)
Estoques	–	678
Depósitos judiciais	–	(6.884)
Tributos a recuperar	–	(10.243)
Outros créditos	–	39.691
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	–	512.758
Obrigações trabalhistas e sociais	–	(6.910)
Obrigações fiscais	–	29.803
Pagamento de riscos cíveis	–	(26.548)
Outras contas a pagar	–	(69.940)
Juros pagos	–	(673.696)
Fluxo de caixa líquido (usados nas) proveniente das atividades operacionais	(9)	415.091
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	–	(739.634)
Juros recebidos	–	104.647
Aquisição de imobilizado	–	(6.171)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	–	(1.125.501)
Caixa de controlada adquirido via transferência de ações	–	51.898
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	–	(1.714.761)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	–	10.397.101
Custo de emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	(1.395.839)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	–	(7.800.000)
Aumento de capital social	1.001	272.400
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.001	1.473.662
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	992	173.992
Caixa e equivalentes de caixa em 22 de maio	–	–
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	992	173.992
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	992	173.992

Demonstração do resultado - Período de 22 de maio à 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	–	4.411.791
Custos dos serviços prestados	–	(2.630.230)
Lucro bruto	–	1.781.561
Despesas administrativas e gerais	–	(1.008.424)
Outras receitas operacionais	–	10.972
Outras despesas operacionais	–	(953)
Resultado de equivalência patrimonial	213.070	–
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	213.070	783.156
Receitas financeiras	–	190.923
Despesas financeiras	(9)	(513.448)
Resultado financeiro	(9)	(322.525)
Resultado antes dos tributos	213.061	460.631
Imposto de renda e contribuição social	–	(160.402)
Lucro líquido do período	213.061	300.229

Demonstração do resultado abrangente - Período de 22 de maio a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Lucro líquido do período	213.061	300.229
Resultado abrangente total	213.061	300.229

Demonstração do valor adicionado - Período de 22 de maio a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Receitas	–	4.054.367
Serviços	–	3.613.799
Receita de construção	–	1.132.269
Outras receitas	–	10.972
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	–	(702.673)
Insumos adquiridos de terceiros	(9)	(2.782.950)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	–	(1.132.269)
Custos dos serviços prestados	–	(1.099.992)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9)	(550.689)
Valor adicionado bruto	(9)	1.271.417
Amortização e depreciação	–	(313.587)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(9)	957.830
Valor adicionado recebido em transferência	213.070	190.923
Resultado de equivalência patrimonial	213.070	–
Receitas financeiras	–	190.923
Valor adicionado total a distribuir	213.061	1.148.753
Distribuição do valor adicionado	213.061	1.148.753
Pessoal	–	94.302
Remuneração direta	–	67.916
Benefícios	–	21.778
F.G.T.S.	–	4.608
Impostos, taxas e contribuições	–	524.820
Impostos federais	–	524.012
Impostos estaduais	–	120
Impostos municipais	–	688
Remuneração de capitais de terceiros	–	229.400
Juros	–	221.872
Aluguéis	–	7.528
Remuneração de capitais próprios	213.061	300.231
Dividendos	51.189	51.189
Lucros acumulados	161.872	249.042

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Período de 22 de maio a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

Contexto operacional: A Águas do Rio Investimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de propósito específico, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, constituída em 22 de maio de 2023, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro- RJ. A companhia tem por objeto social, a participação e administração de investimentos nas seguintes sociedades de propósito específico, ambas inseridas no contexto da Lei nº 11.478/2007: Águas do Rio 1 SPE S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Rodrigues Alves, 10, Armazém 2, Bloco 1, Bairro Saúde, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.310.775/0001-03 ("Águas do Rio 1"), e Águas do Rio 4 SPE S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Rodrigues Alves, 10, Armazém 2, Bloco 4, Bairro Saúde, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.644.220/0001-06 ("Águas do Rio 4" e, conjunto com a Águas do Rio 1, as "Subsidiárias" ou, individual e indiscriminadamente, uma "Subsidiária"). **Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Principais políticas contábeis:** Receita de contrato com cliente, Instrumentos financeiros e Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura.

Diretoria

Alexandre Bianchini Antonio	Anselmo Henrique Seto Leal	Vinicius Saraiva Caraça Benedito
Diretor Presidente	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	CRC SP 295505/O-9

Contador

Resumo do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da Águas do Rio Investimentos S.A. ("Companhia") referentes ao período de 22 de maio à 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.aegea.com.br bem como se encontra disponível na sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 13 de março de 2024, sem modificações.

As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. na data de 13 de março de 2024, sem ressalvas estão à disposição em sua sede

Aviso: A demonstração financeira está disponível também no endereço eletrônico do Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal)

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

MARLIN NAVEGAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 20.854.869/0001-00 NIRE 33300313052

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2024. 1. Data, Hora e Local: Em 14 de março de 2024, às 10 horas, na sede da Marlin Navegação S.A., localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 3.502, Botafogo ("Companhia"). **2. Presença:** Presente o acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, considerando a presença do único acionista da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. Mesa:** Presidente: Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos; Secretário: Fábio Manuel Guiso da Cunha. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a realização, pela Companhia, da sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no montante total de R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures da 4ª Emissão" e "4ª Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta da 4ª Emissão"), por meio da celebração, pela Companhia, do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Marlin Navegação S.A.*" junto à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 4ª Emissão ("Debenturistas da 4ª Emissão"), e, ainda, na qualidade de fiadoras, a BR NAV Participações S.A. ("BR NAV"), a Poseidon Participações S.A. ("Poseidon"), a Marlin Serviços Ambientais Ltda. ("Marlin Serviços Ambientais") e a Netuno Offshore Ltda. ("Netuno" e, quando referida em conjunto com a BR NAV, a Poseidon e a Marlin Serviços Ambientais, as "Fiadoras Brasileiras"), e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes, a Marlin International Cooperatief U.A. ("Marlin International") e a Dosly S.A. ("Dosly" e, quando referida em conjunto com a Marlin International, as "Intervenientes Anuentes"; e "Escritura da 4ª Emissão", respectivamente); **(ii)** em garantia do pagamento das Obrigações Garantidas da 4ª Emissão (conforme definido abaixo), a outorga, pela Companhia, em favor dos Debenturistas da 4ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, em regime de compartilhamento com as Obrigações Garantidas da 1ª Emissão (conforme definido abaixo), das Garantias Reais da Companhia (conforme definido abaixo); **(iii)** a alteração de determinadas condições referentes às debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, as quais foram objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Debêntures da 1ª Emissão", "1ª Emissão" e "Oferta da 1ª Emissão", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Marlin Navegação S.A.*" celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão ("Debenturistas da 1ª Emissão"), em 10 de fevereiro de 2015, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura da 1ª Emissão"), aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 10 de fevereiro de 2015, 07 de abril de 2015, 28 de março de 2019, 08 de junho de 2020, 29 de dezembro de 2020, 27 de agosto de 2021, 13 de abril de 2022, 24 de junho de 2022, 13 de dezembro de 2022 e 18 de outubro de 2023 ("AGEs da 1ª Emissão"), em conformidade com as deliberações da assembleia geral de Debenturistas da 1ª Emissão realizada na presente data; **(iv)** a autorização à diretoria da Companhia para negociar, em nome da Companhia, todos os termos e condições necessários a **(a)** a realização, formalização, aperfeiçoamento e conclusão da 4ª Emissão e da Oferta da 4ª Emissão, bem como a constituição das Garantias Reais da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, **(a.1)** a contratação do(s) estruturador(es) da Oferta da 4ª Emissão, do Coordenador Líder (conforme definido abaixo) e dos demais prestadores de serviços no âmbito da 4ª Emissão e da Oferta da 4ª Emissão, tais como o Agente Fiduciário, o banco liquidante, o escriturador, a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e os assessores legais, dentre outros ("Prestadores de Serviços da Oferta da 4ª Emissão"), podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços; **(a.2)** a celebração da Escritura da 4ª Emissão, dos Contratos de Garantia da Companhia e de todos e quaisquer outros documentos pertinentes à realização da 4ª Emissão e da Oferta da 4ª Emissão, bem com à constituição das Garantias Reais da Companhia, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade atrelado à integral quitação das Obrigações Garantidas da 4ª Emissão, independentemente da limitação temporal para outorga de procurações prevista no estatuto social da Companhia, dentre outros (em conjunto, os "Documentos da Oferta da 4ª Emissão"), e **(b)** formalização e aperfeiçoamento das novas condições referentes às Debêntures da 1ª Emissão que venham a ser deliberados nesta assembleia, incluindo, mas não se limitando a, a celebração de aditamento à Escritura da 1ª Emissão ("Aditamento à Escritura da 1ª Emissão"), dos Contratos de Garantia da Companhia e de todos e quaisquer outros documentos pertinentes às Debêntures da 1ª Emissão que venham a ser necessários para a efetivação das deliberações desta assembleia, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade atrelado à integral quitação das Obrigações Garantidas da 1ª Emissão, independentemente da limitação temporal para outorga de procurações prevista no estatuto social da Companhia, dentre outros; e **(v)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia, anteriormente à presente data, em relação ao disposto na Ordem do Dia acima. **6. Deliberações:** Após a leitura da Ordem do Dia, o acionista presente, representando a totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições ou ressalvas, resolve: **(i)** aprovar a realização, pela Companhia, da 4ª Emissão e da Oferta da 4ª Emissão, as quais terão as seguintes condições: **(a)** Valor Total da 4ª Emissão. O valor total da 4ª Emissão será de até R$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures da 4ª Emissão (conforme definido abaixo); **(b)** Número de Séries. A 4ª Emissão será realizada em série única; **(c)** Garantias Reais: Para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórios, presentes e futuras, a serem assumidas pela Companhia na Escritura da 4ª Emissão, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão, da Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão, do Prêmio de Pagamento Antecipado decorrente do Resgate Antecipado Facultativo e/ou da Amortização Extraordinária Facultativa, do Valor de Vencimento Antecipado, dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo) e de quaisquer outras obrigações pecuniárias que venham a ser assumidas pela Companhia e/ou por qualquer das Fiadoras Brasileiras relativas às Debêntures da 4ª Emissão, nos termos da Escritura da 4ª Emissão e dos demais Documentos da Oferta da 4ª Emissão, bem como, quando houver e desde que comprovados, verbas indenizatórias, despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo, mas não se limitando a, remuneração e/ou despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas da 4ª Emissão, inclusive com a excussão de Garantias da 4ª Emissão (conforme definido abaixo), conforme previstos na Escritura da 4ª Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas da 4ª Emissão, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, conforme necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas da 4ª Emissão decorrentes da Escritura da 4ª Emissão e dos Contratos de Garantia ("Obrigações Garantidas da 4ª Emissão"), as Debêntures da 4ª Emissão contarão com as seguintes garantias, as quais serão constituídas em favor dos Debenturistas da 4ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, em regime de compartilhamento com os Debenturistas da 1ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, na qualidade de credores das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures: **(i)** cessão fiduciária sobre os direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia decorrentes do "*Instrumento Contratual Jurídico 5900.0119611.21.2*" celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e a Companhia ("Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Leblon" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Leblon", respectivamente), por meio da celebração do "*7º (Sétimo) Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*" entre a Companhia e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas da 4ª Emissão e dos Debenturistas da 1ª Emissão ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); **(ii)** cessão fiduciária, sob condição suspensiva, sobre os direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia decorrentes do "*Instrumento Contratual Jurídico 5900.0118548.21.2*" celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e a Companhia ("Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Copacabana" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Copacabana", respectivamente; sendo os Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Copacabana em conjunto com os Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Leblon, os "Direitos Creditórios – Contratos de Afretamento"), por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(iii)** cessão fiduciária sobre todos os direitos creditórios, recursos, valores, frutos, rendimentos, juros e quaisquer outros montantes, presentes e futuros, a que a Companhia fizer jus decorrentes do produto que sobejar de eventual excussão, judicial ou extrajudicial, da Alienação Fiduciária de Embarcações Brasileiras (conforme definido abaixo), conforme aplicável ("Cessão Fiduciária de Sobejo da Companhia"), por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(iv)** cessão fiduciária sobre todos os direitos creditórios, recursos, valores, frutos, rendimentos, juros e quaisquer outros montantes, presentes e futuros, a que a Netuno fizer jus decorrentes do produto que sobejar de eventual excussão, judicial ou extrajudicial, da Alienação Fiduciária de Embarcações Brasileiras (conforme definido abaixo), conforme aplicável ("Cessão Fiduciária de Sobejo da Netuno" e, quando referida em conjunto com a Cessão Fiduciária de Sobejo da Companhia, a "Cessão Fiduciária de Sobejo"), por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(v)** cessão fiduciária sobre determinada conta vinculada de titularidade da Companhia, descrita no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo), na qual serão depositados os Direitos Creditórios – Contratos de Afretamento ("Conta Vinculada" e "Cessão Fiduciária de Conta Vinculada", respectivamente; sendo (1) a Cessão Fiduciária de Conta Vinculada em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Leblon, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Copacabana e a Cessão Fiduciária de Sobejo, a "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"; e (2) a Cessão Fiduciária de Conta Vinculada em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Leblon, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios – Contrato de Afretamento Copacabana e a Cessão Fiduciária de Sobejo da Companhia, a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Companhia), por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(vi)** alienação fiduciária sobre **(a)** a embarcação de apoio marítimo denominada "Marlin Leblon", do tipo PSV 3000 (Platform Support Vessel), de propriedade da Netuno ("Alienação Fiduciária de Embarcação da Netuno"); **(b)** a embarcação denominada "Marlin Copacabana", do tipo AHTS-TO (Anchor Handling and Tug Supply – Terminal Offshore), de propriedade da Companhia; e **(c)** a embarcação denominada "Marlin Flamengo", do tipo PSV 3000 (Platform Support Vessel), de propriedade da Companhia (sendo os itens (b) e (c) em conjunto, a "Alienação Fiduciária de Embarcações da Companhia"; e, ainda, (1) a Alienação Fiduciária de Embarcações da Companhia, quando referida em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Companhia, as "Garantias Reais da Companhia"); e (2) a Alienação Fiduciária de Embarcações da Companhia, quando referida em conjunto com a Alienação Fiduciária de Embarcação da Netuno, a "Alienação Fiduciária de Embarcações Brasileiras", respectivamente; sendo as embarcações descritas nos itens (a) a (c) acima, as "Embarcações Brasileiras"), por meio da celebração da "*Escritura de 6º Aditamento e Ratificação à Escritura de Alienação Fiduciária de Embarcações*" entre a Companhia, a Netuno e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas da 4ª Emissão e dos Debenturistas da 1ª Emissão ("Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcações Brasileiras"); e **(vii)** hipoteca sobre **(a)** a embarcação denominada "Marlin Stolmen", do tipo PSV 3000 (Platform Support Vessel), de propriedade da Marlin International; e **(b)** a embarcação denominada "Marlin Yare", do tipo PSV 3000 (Platform Support Vessel), de titularidade da Marlin International ("Embarcações Estrangeiras" e "Hipoteca de Embarcações Estrangeiras", respectivamente; sendo as Embarcações Estrangeiras quando referidas em conjunto com as Embarcações Brasileiras, as "Embarcações", e, ainda, a Hipoteca de Embarcações Estrangeiras quando referida em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Embarcações Brasileiras, as "Garantias Reais" e estas, quando referidas em conjunto com a Fiança da 4ª Emissão e a Garantia Corporativa Estrangeira da 4ª Emissão (conforme definidos abaixo), as "Garantias da 4ª Emissão"), nos termos de instrumento(s) a ser(em) celebrado(s) entre a Marlin International e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas da 4ª Emissão e dos Debenturistas da 1ª Emissão ("Instrumento(s) de Hipoteca das Embarcações Estrangeiras" e, quando referido(s) em conjunto com os Instrumentos de Garantia Corporativa Estrangeira da 4ª Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcações Brasileiras, os "Contratos de Garantia"); **(d)** Fiança. Adicionalmente às Garantias Reais, para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das Obrigações Garantidas da 4ª Emissão, as Fiadoras Brasileiras, prestarão, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas da 4ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas da 4ª Emissão tenham recebido ou venham a receber, garantia fidejussória, na forma de fiança, obrigando-se cada Fiadora Brasileira, bem como seus respectivos sucessores, a qualquer título, como fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis com a Companhia pelo pagamento das Obrigações Garantidas da 4ª Emissão, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e dos artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada, nos termos a serem previstos na Escritura da 4ª Emissão ("Fiança da 4ª Emissão"); **(e)** Garantia Corporativa Estrangeira. Adicionalmente às Garantias Reais e à Fiança da 4ª Emissão, para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das Obrigações Garantidas da 4ª Emissão, as Intervenientes Anuentes outorgarão, em favor dos Debenturistas da 4ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas da 4ª Emissão tenham recebido ou venham a receber, garantia corporativa, obrigando- se cada Interveniente Anuente, bem como seus respectivos sucessores, a qualquer título, como garantidoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis com a Companhia pelo pagamento das Obrigações Garantidas da 4ª Emissão ("Garantia Corporativa Estrangeira da 4ª Emissão"); **(f)** Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures da 4ª Emissão serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, destinadas a Investidores Profissionais (conforme será definido na Escritura da 4ª Emissão), nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de melhores esforços de colocação com relação à totalidade das Debêntures da 4ª Emissão, com a intermediação de uma instituição financeira contratada para atuar como coordenador líder no âmbito da Oferta da 4ª Emissão ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da 4ª (Quarta) Emissão da Marlin Navegação S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição da 4ª Emissão"). O plano de distribuição das Debêntures da 4ª Emissão seguirá o procedimento descrito na Resolução CVM 160, conforme previsto no Contrato de Distribuição da 4ª Emissão; **(g)** Destinação dos Recursos. Observado o disposto na Escritura da 4ª Emissão, os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures da 4ª Emissão serão utilizados para **(i)** a quitação, parcial ou integral, das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, da Companhia, as quais foram objeto de oferta privada de distribuição, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Privada, da Marlin Navegação S.A.*" celebrado entre a Companhia e o Akron Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, em 02 de março de 2023, conforme aditado de tempos em tempos; **(ii)** a quitação integral das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito das Operações Sifra (conforme será definido na Escritura da 4ª Emissão); **(iii)** o pagamento integral, pela Companhia, dos valores devidos no âmbito das notas fiscais em atraso emitidas por fornecedores da Companhia e/ou da Netuno a serem indicadas na Escritura de Emissão; e **(iv)** o curso ordinário dos negócios da Companhia; **(h)** Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 4ª Emissão será 18 de março de 2024 ("Data de Emissão das Debêntures da 4ª Emissão"); **(i)** Data de Início da Rentabilidade. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a 1ª (primeira) data de integralização das Debêntures das 4ª Emissão ("Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 4ª Emissão"); **(j)** Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debêntures da 4ª Emissão serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures da 4ª Emissão será comprovada pelo extrato das Debêntures da 4ª Emissão emitido pelo escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures da 4ª Emissão que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista da 4ª Emissão, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures da 4ª Emissão; **(k)** Conversibilidade. As Debêntures da 4ª Emissão serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(l)** Espécie. As Debêntures da 4ª Emissão serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; **(m)** Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de **(i)** resgate antecipado das Debêntures da 4ª Emissão, nas hipóteses a serem previstas na Escritura da 4ª Emissão, **(ii)** Aquisição Facultativa das Debêntures da 4ª Emissão (conforme definido abaixo), com o consequente cancelamento das Debêntures da 4ª Emissão, e/ou **(iii)** vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 4ª Emissão, nos termos a serem previstos na Escritura da 4ª Emissão, as Debêntures da 4ª Emissão terão vencimento em 28 de fevereiro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da 4ª Emissão"); **(n)** Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 4ª Emissão terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão das Debêntures da 4ª Emissão ("Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão"); **(o)** Prazo, Preço e Forma de Subscrição e de Integralização. A subscrição das Debêntures da 4ª Emissão deverá ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de divulgação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160. As Debêntures da 4ª Emissão serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, e/ou com bens, por meio de dação em pagamento, exclusivamente na forma de créditos representados pelas Debêntures da 1ª Emissão, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição das Debêntures da 4ª Emissão: (i) pelo seu Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão na Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 4ª Emissão; ou (ii) caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 4ª Emissão, pelo seu Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 4ª Emissão até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3; **(i)** Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão não será atualizado monetariamente; **(j)** Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da 4ª Emissão, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 7% (sete inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão"); **(k)** Pagamento da Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de **(i)** resgate antecipado das Debêntures da 4ª Emissão, nas hipóteses a serem previstas na Escritura da 4ª Emissão; **(ii)** Aquisição Facultativa das Debêntures da 4ª Emissão (conforme definido abaixo), com o consequente cancelamento das Debêntures da 4ª Emissão, e/ou **(iii)** vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 4ª Emissão, nos termos a serem previstos na Escritura da 4ª Emissão, a Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão será paga em parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 30 (trinta) de cada mês, sendo o 1º (primeiro) pagamento em 30 de março de 2024 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures da 4ª Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão"); **(l)** Amortização do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de **(i)** resgate antecipado das Debêntures da 4ª Emissão, nas hipóteses a serem previstas na Escritura da 4ª Emissão; **(ii)** Aquisição Facultativa das Debêntures da 4ª Emissão, com o consequente cancelamento das Debêntures da 4ª Emissão, e/ou **(iii)** vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 4ª Emissão, nos respectivos prazos e condições a serem previstos na Escritura da 4ª Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão, será pago em parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 30 (trinta) de cada mês, sendo o 1º (primeiro) pagamento em 30 de março de 2025 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures da 4ª Emissão, de acordo com as datas e percentuais a serem indicados na Escritura da 4ª Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da 4ª Emissão"); **(m)** Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures da 4ª Emissão serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando- se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures da 4ª Emissão custodiadas eletronicamente nela; e/ou **(ii)** os procedimentos adotados pelo escriturador, para as Debêntures da 4ª Emissão que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(n)** Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas da 4ª Emissão nos termos da Escritura de 4ª Emissão e/ou nos demais Documentos da Oferta da 4ª Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(ii)** multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento); e **(iii)** atualização monetária pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; todos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios das Debêntures da 4ª Emissão"); **(o)** Repactuação Programada. As Debêntures da 4ª Emissão não serão objeto de repactuação programada; **(p)** Desmembramento: Não será admitido desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(q)** Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da 4ª Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 4ª Emissão"). Em razão do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 4ª Emissão, o valor devido pela Companhia aos Debenturistas da 4ª Emissão será equivalente ao Valor Nominal Unitário e/ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão, conforme o caso, acrescido **(a)** Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 4ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 4ª Emissão; e **(b)** de prêmio equivalente ao produto entre: **(b.1)** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão, conforme o caso; **(b.2)** o prazo médio das Debêntures da 4ª Emissão, apurado em anos; e **(b.3)** **(1)** caso o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 4ª Emissão ocorra em até 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão das Debêntures da 4ª Emissão (inclusive), 5,00% (cinco inteiros por cento) ao ano, ou **(2)** caso o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 4ª Emissão ocorra a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures da 4ª Emissão (exclusive), 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme fórmula a ser prevista na Escritura da 4ª Emissão ("Prêmio de Pagamento Antecipado das Debêntures da 4ª Emissão); **(r)** Oferta de Resgate Antecipado. Não será permitida a realização de oferta de resgate antecipado das Debêntures da 4ª Emissão; **(s)** Amortização Extraordinária Facultativa. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures da 4ª Emissão ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 4ª Emissão"). Em razão da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 4ª Emissão, o valor devido pela Companhia aos Debenturistas da 4ª Emissão será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário e/ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão a serem amortizadas, conforme o caso, acrescida **(i)** Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 4ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 4ª Emissão imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 4ª Emissão; e **(ii)** de Prêmio de Pagamento Antecipado das Debêntures da 4ª Emissão; **(t)** Aquisição Facultativa. Observadas as restrições de negociação e prazo previstos na Resolução CVM 160 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá, a qualquer tempo, nos termos da Escritura da 4ª Emissão, adquirir Debêntures da 4ª Emissão no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista da 4ª Emissão vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 77: **(i)** por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão, conforme o caso; ou **(ii)** por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Emissão, conforme o caso, sendo certo que, neste caso, a aquisição facultativa deverá, necessariamente, observar o disposto na Escritura da 4ª Emissão, devendo, em qualquer um dos casos dos subitens (i) e (ii) acima, o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, observado o disposto no artigo 6º da Resolução CVM 77 ("Aquisição Facultativa"); **(u)** Vencimento Antecipado: Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na versão final da Escritura da 4ª Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado"), todas as obrigações objeto da Escritura da 4ª Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, sendo certo que a qualificação dos Eventos de Vencimento Antecipado (automático ou não automático), prazos de cura, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), ressalvas e/ou exceções, bem como demais especificações, em relação a tais eventos, serão negociados e da Escritura da 4ª Emissão; e **(v)** Demais Termos e Condições: As demais características da 4ª Emissão e das Debêntures da 4ª Emissão serão aquelas especificadas na Escritura da 4ª Emissão. **(ii)** aprovar a outorga, pela Companhia, em garantia do pagamento das Obrigações Garantidas da 4ª Emissão, em favor dos Debenturistas da 4ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, em regime de compartilhamento com as Obrigações Garantidas da 4ª Emissão, as Garantias Reais da Companhia; **(iii)** aprovar a alteração de determinadas condições referentes às Debêntures da 1ª Emissão originalmente aprovados nas AGEs da 1ª Emissão, de modo que as Debêntures da 1ª Emissão passarão a ter as seguintes condições, em conformidade com as deliberações da assembleia geral de Debenturistas da 1ª Emissão realizada na presente data: **(a)** Valor Total da 1ª Emissão. O valor total da 1ª Emissão foi de R$209.000.000,00 (duzentos e nove milhões de reais), na Data de Emissão das Debêntures da 1ª Emissão (conforme definido abaixo); **(b)** Número de Séries. A 1ª Emissão foi realizada em série única; **(c)** Garantias Reais: Para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórios, presentes e futuras, assumidas pela Companhia na Escritura da 1ª Emissão, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão, da Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão, do Prêmio de Pagamento Antecipado decorrente do Resgate Antecipado Facultativo e/ou da Amortização Extraordinária Facultativa, do Valor de Vencimento Antecipado, dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo) e de quaisquer outras obrigações pecuniárias assumidas pela Companhia e/ou por qualquer das Fiadoras Brasileiras relativas às Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Escritura da 1ª Emissão e dos demais Documentos da Oferta da 1ª Emissão, bem como, quando houver e desde que comprovados, verbas indenizatórias, despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo, mas não se limitando a, remuneração e/ou despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas da 1ª Emissão, inclusive com a excussão de Garantias da 1ª Emissão (conforme definido abaixo), conforme previstos na Escritura da 1ª Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas da 1ª Emissão, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, conforme necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas da 1ª Emissão decorrentes da Escritura da 1ª Emissão e dos Contratos de Garantia ("Obrigações Garantidas da 1ª Emissão"), as Debêntures da 1ª Emissão contarão com as seguintes garantias, as quais serão constituídas em favor dos Debenturistas da 1ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, em regime de compartilhamento com os Debenturistas da 4ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, na qualidade de credores das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da 4ª Emissão de Debêntures: **(i)** Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, por meio da celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; **(ii)** Alienação Fiduciária de Embarcações Brasileiras, por meio da celebração da Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Embarcações Brasileiras; e **(iii)** Hipoteca de Embarcações Estrangeiras, nos termos do(s) Instrumento(s) de Hipoteca das Embarcações Estrangeiras; **(d)** Fiança. Adicionalmente às Garantias Reais, para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das Obrigações Garantidas da 1ª Emissão, as Fiadoras Brasileiras, prestarão, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas da 1ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas da 1ª Emissão tenham recebido ou venham a receber, garantia fidejussória, na forma de fiança, obrigando-se cada Fiadora Brasileira, bem como seus respectivos sucessores, a qualquer título, como fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis com a Companhia pelo pagamento das Obrigações Garantidas da 1ª Emissão, nos termos a serem previstos na Escritura da 1ª Emissão ("Fiança da 1ª Emissão"); **(e)** Garantia Corporativa Estrangeira. Adicionalmente às Garantias Reais e à Fiança da 1ª Emissão, para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das Obrigações Garantidas da 1ª Emissão, as Intervenientes Anuentes outorgarão, em favor dos Debenturistas da 1ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas da 1ª Emissão tenham recebido ou venham a receber, garantia corporativa, obrigando- se cada Interveniente Anuente, bem como seus respectivos sucessores, a qualquer título, como garantidoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis com a Companhia pelo pagamento das Obrigações Garantidas da 1ª Emissão ("Garantia Corporativa Estrangeira da 1ª Emissão" e, quando referida em conjunto com a Fiança da 1ª Emissão e as Garantias Reais, as "Garantias da 1ª Emissão"); **(f)** Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures da 1ª Emissão foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituição financeira contratada para atuar como coordenador líder no âmbito da Oferta, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP. O plano de distribuição estabelecido no contrato de distribuição das Debêntures da 1ª Emissão seguiu o procedimento descrito na Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Para tanto, no âmbito da 1ª Emissão, o coordenador líder: (i) somente pôde procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme definido na Escritura da 1ª Emissão); e (ii) as Debêntures da 1ª Emissão somente puderam ser adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido na Escritura da 1ª Emissão); **(g)** Destinação dos Recursos. Os recursos captados por meio da 1ª Emissão foram destinados para: **(i)** o pagamento do valor devido em razão da aquisição das Embarcações Brasileiras (conforme definido na Escritura da 1ª Emissão), pela Companhia; e **(ii)** o reforço no capital de giro da Companhia, de suas controladas ou controladoras; **(h)** Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª Emissão foi 15 de abril de 2015 ("Data de Emissão das Debêntures da 1ª Emissão"); **(i)** Data de Início da Rentabilidade. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a 1ª (primeira) data de integralização das Debêntures das 1ª Emissão ("Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Emissão"); **(j)** Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debêntures da 1ª Emissão foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures da 1ª Emissão será comprovada pelo extrato das Debêntures da 1ª Emissão emitido pelo escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures da 1ª Emissão que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista da 1ª Emissão, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures da 1ª Emissão; **(k)** Conversibilidade. As Debêntures da 1ª Emissão são simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(l)** Espécie. As Debêntures da 1ª Emissão são da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; **(m)** Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de **(i)** resgate antecipado das Debêntures da 1ª Emissão, nas hipóteses a serem previstas na Escritura da 1ª Emissão, **(ii)** Aquisição Facultativa das Debêntures da 1ª Emissão (conforme definido abaixo), com o consequente cancelamento das Debêntures da 1ª Emissão, e/ou **(iii)** vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos a serem previstos na Escritura da 1ª Emissão, as Debêntures da 1ª Emissão terão prazo de vencimento de 5.068 (cinco mil e sessenta e oito) dias contados da Data de Emissão das Debêntures da 1ª Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de fevereiro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Emissão"); **(n)** Valor Nominal Unitário. As Debêntures da 1ª Emissão tiveram valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão das Debêntures da 1ª Emissão ("Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão"); **(o)** Prazo, Preço e Forma de Subscrição e de Integralização. As Debêntures da 1ª Emissão foram subscritas e integralizadas

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

em parcela única na Data de Emissão das Debêntures da 1ª Emissão, em observância ao plano de distribuição descrito no contrato de distribuição das Debêntures da 1ª Emissão, de acordo com os procedimentos de liquidação aplicáveis da CETIP. O preço de subscrição e integralização de cada Debênture da 1ª Emissão foi o seu Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão; **(w)** Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão não será atualizado monetariamente; **(x)** Remuneração. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da 1ª Emissão, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes **(i)** a partir da Data de Emissão das Debêntures da 1ª Emissão até 11 de março de 2024 (inclusive), 114,20% (cento e quatorze inteiros e vinte centésimos por cento) da variação da Taxa DI; e **(ii)** a partir de 12 de março de 2024 (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Emissão, 100% (cem por cento) da variação acumulada Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 10,35% (dez inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão"); **(y)** Pagamento da Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de **(i)** resgate antecipado das Debêntures da 1ª Emissão, nas hipóteses a serem previstas na Escritura da 1ª Emissão; **(ii)** Aquisição Facultativa das Debêntures da 1ª Emissão (conforme definido abaixo), com o consequente cancelamento das Debêntures da 1ª Emissão, e/ou **(iii)** vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos a serem previstos na Escritura da 1ª Emissão, a Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão será paga **(a)** a partir da Data de Emissão das Debêntures da 1ª Emissão e até 11 de março de 2024 (inclusive), de acordo com as datas a serem indicadas na Escritura da 1ª Emissão; e **(b)** a partir de 12 de março de 2024 (inclusive) e até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Emissão, em parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 30 (trinta) de cada mês, sendo o 1º (primeiro) pagamento em 30 de março de 2024 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Emissão ("Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão"); **(z)** Amortização do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de **(i)** resgate antecipado das Debêntures da 1ª Emissão, nas hipóteses a serem previstas na Escritura da 1ª Emissão; **(ii)** Aquisição Facultativa das Debêntures da 1ª Emissão, com o consequente cancelamento das Debêntures da 1ª Emissão, e/ou **(iii)** vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 1ª Emissão, nos respectivos prazos e condições a serem previstos na Escritura da 1ª Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão, será pago **(a)** a partir da Data de Emissão das Debêntures da 1ª Emissão e até 11 de março de 2024 (inclusive), de acordo com as datas e percentuais a serem indicados na Escritura da 1ª Emissão; e **(b)** a partir de 12 de março de 2024 (inclusive) e até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Emissão, em parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 30 (trinta) de cada mês, sendo o 1º (primeiro) pagamento em 30 de março de 2025 e o último pagamento na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Emissão, de acordo com as datas e percentuais a serem indicadas na Escritura da 1ª Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da 1ª Emissão"); **(aa)** Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures da 1ª Emissão serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando- se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures da 1ª Emissão custodiadas eletronicamente nela; e/ou **(ii)** os procedimentos adotados pelo escriturador, para as Debêntures da 1ª Emissão que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(bb)** Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas da 1ª Emissão nos termos da Escritura de 1ª Emissão e/ou nos demais Documentos da Oferta da 1ª Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(ii)** multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento); e **(iii)** atualização monetária pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), calculada *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; todos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios das Debêntures da 1ª Emissão"); **(cc)** Repactuação Programada. As Debêntures da 1ª Emissão não serão objeto; **(dd)** Resgate Antecipado Facultativo. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da 1ª Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Emissão"). Em razão do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Emissão, o valor devido pela Companhia aos Debenturistas da 1ª Emissão será equivalente ao Valor Nominal Unitário e/ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão, conforme o caso, acrescido **(a)** Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Emissão; e **(b)** de prêmio equivalente ao produto entre: **(b.1)** o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão, conforme o caso; **(b.2)** o prazo médio das Debêntures da 1ª Emissão, apurado em anos; e **(b.3) (1)** caso o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Emissão ocorra até 18 de março de 2026 (inclusive), 5,00% (cinco inteiros por cento) ao ano, ou **(2)** caso o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Emissão ocorra a partir de 18 de março de 2026 (exclusive), 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, conforme fórmula a ser prevista na Escritura da 1ª Emissão ("Prêmio de Pagamento Antecipado das Debêntures da 1ª Emissão); **(ee)** Oferta de Resgate Antecipado. Não será permitida a realização de oferta de resgate antecipado das Debêntures da 1ª Emissão; **(ff)** Amortização Extraordinária Facultativa. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures da 1ª Emissão ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 1ª Emissão"). Em razão da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 1ª Emissão, o valor devido pela Companhia aos Debenturistas da 1ª Emissão será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário e/ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão a serem amortizadas, conforme o caso, acrescida **(a)** Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 1ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Emissão imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures da 1ª Emissão; e **(b)** de Prêmio de Pagamento Antecipado das Debêntures da 1ª Emissão; **(gg)** Aquisição Facultativa. Observadas as restrições de negociação e prazo previstos na Resolução CVM 160 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá, a qualquer tempo, nos termos da Escritura da 1ª Emissão, adquirir Debêntures da 1ª Emissão no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista da 1ª Emissão vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 77: **(i)** por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão, conforme o caso; ou **(ii)** por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Emissão, conforme o caso, sendo certo que, neste caso, a aquisição facultativa deverá, necessariamente, observar o disposto na Escritura da 1ª Emissão, devendo, em qualquer um dos casos dos subitens (i) e (ii) acima, o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, observado o disposto no artigo 6º da Resolução CVM 77 ("Aquisição Facultativa"); **(hh)** Vencimento Antecipado: Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na versão final da Escritura da 1ª Emissão ("Eventos de Vencimento Antecipado"), todas as obrigações objeto da Escritura da 1ª Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, sendo certo que a qualificação dos Eventos de Vencimento Antecipado (automático ou não automático), prazos de cura, limites e/ou valores mínimos (*thresholds*), ressalvas e/ou exceções, bem como demais especificações, em relação a tais eventos, serão negociados e da Escritura da 1ª Emissão; e **(ii)** Demais Termos e Condições: As demais características da 1ª Emissão e das Debêntures da 1ª Emissão serão aquelas especificadas na Escritura da 1ª Emissão. **(iv)** aprovar a autorização à diretoria da Companhia para negociar, em nome da Companhia, todos os termos e condições necessários a **(a)** a realização, formalização, aperfeiçoamento e conclusão da 4ª Emissão e da Oferta da 4ª Emissão, bem como a constituição das Garantias Reais da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, **(a.1)** a contratação dos Prestadores de Serviços da Oferta da 4ª Emissão, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços; **(a.2)** a celebração dos Documentos da Oferta da 4ª Emissão; e **(b)** a formalização e aperfeiçoamento das novas condições referentes às Debêntures da 1ª Emissão deliberados nesta assembleia, incluindo, mas não se limitando a, a celebração Aditamento à Escritura da 1ª Emissão, dos Contratos de Garantia e de todos e quaisquer outros documentos pertinentes às Debêntures da 1ª Emissão que venham a ser necessários para a efetivação das deliberações desta assembleia, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade atrelado à integral quitação das Obrigações Garantidas da 1ª Emissão, independentemente da limitação temporal para outorga de procurações prevista no estatuto social da Companhia, dentre outros; e **(v)** aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia, anteriormente à presente data, em relação às deliberações aprovadas nesta assembleia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo único acionista da Companhia, além dos componentes da mesa. **Mesa:** Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos - Presidente. Fábio Manuel Guiso da Cunha - Secretário. **Acionista**: **Poseidon Participações S.A.** - Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos. Jucerja nº 6136796 em 18/03/2024.

ÁGUAS DO RIO 1 SPE S.A.

CNPJ nº 42.310.775/0001-03

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Rio de Janeiro, 22/03/2024. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	56.473	35.487
Aplicações financeiras	187.267	88.270
Contas a receber de clientes	645.977	502.222
Estoques	14.495	7.968
Tributos a recuperar	28.802	8.383
Outros créditos	25.718	79.096
Total do ativo circulante	958.732	721.426
Aplicações financeiras	134.474	–
Contas a receber de clientes	43.310	7.488
Depósitos judiciais	12.314	707
Outros créditos	22	–
Total do realizável a longo prazo	190.120	8.195
Imobilizado	47.008	41.824
Ativo de contrato da concessão	215.550	128.456
Intangível	10.162.386	9.206.762
Total do ativo não circulante	10.615.064	9.385.237
Total do ativo	11.573.796	10.106.663

Passivo	2023	2022
Fornecedores e empreiteiros	465.778	326.261
Empréstimos, financiamentos e debêntures	74.427	4.500.801
Obrigações trabalhistas e sociais	34.356	36.026
Obrigações fiscais	17.748	11.904
Dividendos a pagar	–	28.460
Outras contas a pagar	1.873.638	12.987
Total do passivo circulante	2.465.947	4.916.439
Fornecedores e empreiteiros	10.518	33
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.713.017	–
Dividendos a pagar	214.490	–
Provisões	3.424	–
Passivo fiscal diferido	146.392	68.521
Outras contas a pagar	25.060	1.699.773
Total do passivo não circulante	5.112.901	1.768.327
Total do passivo	7.578.848	6.684.766
Patrimônio líquido		
Capital social	3.958.128	2.795.146
Reserva de capital	–	535.382
Reservas de lucros	36.820	91.369
Total do patrimônio líquido	3.994.948	3.421.897
Total do passivo e patrimônio líquido	11.573.796	10.106.663

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita operacional líquida	2.318.489	1.849.696
Custos dos serviços prestados	(1.499.874)	(1.305.774)
Lucro bruto	818.615	543.922
Despesas administrativas e gerais	(480.715)	(295.628)
Outras receitas operacionais	2.719	4
Outras despesas operacionais	(284)	–
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	340.335	248.298
Receitas financeiras	96.597	33.021
Despesas financeiras	(227.581)	(84.207)
Resultado financeiro	(130.984)	(51.186)
Resultado antes dos tributos	209.351	197.112
Imposto de renda e contribuição social	(77.871)	(71.451)
Lucro líquido do exercício	131.480	125.661
Resultado por ação		
Lucro por ação - Básico (em R$)	0,09	0,55

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	2.397.951	–	2.397.951	535.382	40.000	–	–	(5.832)	2.967.501
Aumento de capital social	435.102	(37.907)	397.195	–	(40.000)	–	–	–	357.195
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	125.661	125.661
Destinação									
Reserva legal	–	–	–	–	–	5.991	–	(5.991)	–
Dividendos intercalares	–	–	–	–	–	–	–	(22.189)	(22.189)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(6.271)	(6.271)
Lucros retidos	–	–	–	–	–	–	85.378	(85.378)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.833.053	(37.907)	2.795.146	535.382	–	5.991	85.378	–	3.421.897
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	589.693	–	–	–	589.693
Aumento de capital social	1.384.246	(221.264)	1.162.982	(535.382)	(589.693)	–	–	–	37.907
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	131.480	131.480
Reserva legal	–	–	–	–	–	6.574	–	(6.574)	–
Dividendos intermediários	–	–	–	–	–	–	(37.029)	–	(37.029)
Dividendos intercalares	–	–	–	–	–	–	(48.349)	(100.651)	(149.000)
Lucros retidos	–	–	–	–	–	–	24.255	(24.255)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.217.299	(259.171)	3.958.128	–	–	12.565	24.255	–	3.994.948

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	131.480	125.661
Resultado abrangente total	131.480	125.661

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	209.351	197.112
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	307.643	260.011
Provisões para riscos cíveis	9.455	329
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	271.599	94.634
Rendimentos de aplicações financeiras	(88.870)	(26.166)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	104.810	26.166
Amortização do custo de captação	41.512	22.704
Ajuste a valor presente de clientes	17.319	1.492
	872.819	576.282
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(468.495)	(376.468)
Estoques	(6.527)	(6.209)
Depósitos judiciais	(11.607)	(707)
Tributos a recuperar	(1.934)	471
Outros créditos	53.356	(70.082)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	150.002	155.872
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.670)	25.813
Obrigações fiscais	5.844	3.449
Pagamento de riscos cíveis	(6.031)	(329)
Outras contas a pagar	(7.927)	2.260
Juros pagos	(727.504)	(639.668)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	(149.674)	(329.316)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	(226.869)	398.177
Juros recebidos	63.783	24.830
Aquisição de imobilizado	(3.406)	(1.907)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(492.301)	(418.826)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(658.793)	2.274
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	5.373.162	–
Custo de emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	(771.309)	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(4.400.000)	–
Aumento de capital social	37.907	357.195
Adiantamento para futuro aumento de capital	589.693	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	829.453	357.195
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	20.986	30.153
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	35.487	5.334
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	56.473	35.487
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	20.986	30.153

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Receitas	2.235.406	1.900.912
Serviços	2.008.630	1.576.716
Receita de construção	495.656	418.826
Outras receitas	2.719	4
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(271.599)	(94.634)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.388.210)	(1.155.682)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(495.656)	(418.826)
Custos dos serviços prestados	(622.622)	(562.068)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(269.932)	(174.788)
Valor adicionado bruto	847.196	745.230
Amortização e depreciação	(307.643)	(260.011)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	539.553	485.219
Valor adicionado recebido em transferência	96.597	33.021
Receitas financeiras	96.597	33.021
Valor adicionado total a distribuir	636.150	518.240
Distribuição do valor adicionado	636.150	518.240
Pessoal	84.004	102.434
Remuneração direta	60.472	78.703
Benefícios	19.694	20.197
F.G.T.S	3.838	3.534
Impostos, taxas e contribuições	280.552	227.218
Impostos federais	279.313	226.077
Impostos estaduais	104	61
Impostos municipais	1.135	1.080
Remuneração de capitais de terceiros	140.114	62.927
Juros	119.628	30.457
Aluguéis	20.486	32.470
Remuneração de capitais próprios	131.480	125.661
Dividendos	100.651	28.460
Lucros acumulados	30.829	97.201

Notas explicativas

Contexto operacional: A Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 30 de março de 2022, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, têm por objeto social, a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativos aos municípios de Cachoeiras de Macacu, Tanguá, Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo, Magé, Maricá e alguns bairros do Rio de Janeiro (Região 1), por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, nos termos e condições do contrato de concessão 032/2021, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, após se sagrar vencedora do Bloco n° 1 do Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021 pelo período de 35 anos de concessão. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Principais políticas contábeis:** Receita de contrato com cliente, instrumento financeiro e Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura.

Diretoria

Alexandre Bianchini Antonio
Diretor Presidente

Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Contador

Vinicius Saraiva Caraça Benedito
CRC SP 295505/O-9

Resumo do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras completas da Águas do Rio 1 SPE S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/aguas-do-rio/ bem como se encontra disponível na sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 13 de março de 2024, sem modificações

As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. na data de 13 de março de 2024, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.

Aviso: A demonstração financeira está disponível também no endereço eletrônico do Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal)

Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

ÁGUAS DO RIO 4 SPE S.A.

CNPJ: 42.644.220/0001-06

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Rio de Janeiro, 22/03/2024. **A Diretoria.**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	116.527	87.872
Aplicações financeiras	599.417	104.362
Contas a receber de clientes	1.762.925	1.363.485
Estoques	10.460	14.823
Tributos a recuperar	35.863	8.783
Outros créditos	37.211	5.025
Total do ativo circulante	2.562.403	1.584.350
Aplicações financeiras	127.366	–
Contas a receber de clientes	126.864	15.954
Depósitos judiciais	20.143	3.819
Outros créditos	23	–
Total do realizável a longo prazo	274.396	19.773
Imobilizado	76.726	53.169
Ativo de contrato da concessão	383.512	244.861
Intangível	9.500.675	8.193.302
Total do ativo não circulante	10.235.309	8.511.105
Total do ativo	12.797.712	10.095.455

Passivo	2023	2022
Fornecedores e empreiteiros	991.249	839.768
Empréstimos, financiamentos e debêntures	56.865	3.477.721
Obrigações trabalhistas e sociais	20.774	23.745
Obrigações fiscais	46.237	8.931
Dividendos a pagar	–	142.610
Outras contas a pagar	1.690.048	93.485
Total do passivo circulante	2.805.173	4.586.260
Fornecedores e empreiteiros	21.116	101
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.466.201	–
Passivo fiscal diferido	423.220	165.204
Dividendos a pagar	745.774	–
Provisões	11.122	32
Outras contas a pagar	42.523	1.509.734
Total do passivo não circulante	5.709.956	1.675.071
Total do passivo	8.515.129	6.261.331
Patrimônio líquido		
Capital social	4.055.793	2.795.969
Reserva de capital	–	656.234
Reservas de lucros	226.790	347.131
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	34.790
Total do patrimônio líquido	4.282.583	3.834.124
Total do passivo e patrimônio líquido	12.797.712	10.095.455

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	2.348.171	(2.103)	2.346.068	448.045	–	7.350	78.439	–	2.879.902
Aumento de capital social	447.798	2.103	449.901	208.189	–	–	–	–	658.090
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	34.790	–	–	–	34.790
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	342.744	342.744
Destinação:									
Reserva legal	–	–	–	–	–	17.137	–	(17.137)	–
Dividendos Intercalares	–	–	–	–	–	–	–	(64.088)	(64.088)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	–	(17.314)	(17.314)
Lucros retidos	–	–	–	–	–	–	244.205	(244.205)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.795.969	–	2.795.969	656.234	34.790	24.487	322.644	–	3.834.124
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	257.800	–	–	–	257.800
Aumento de capital social	1.259.824	–	1.259.824	(656.234)	(292.590)	–	–	–	311.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	482.824	482.824
Destinação:									
Reserva legal	–	–	–	–	–	24.141	–	(24.141)	–
Dividendos intermediários	–	–	–	–	–	–	(322.644)	–	(322.644)
Dividendos Intercalares	–	–	–	–	–	–	–	(280.521)	(280.521)
Lucros retidos	–	–	–	–	–	–	178.162	(178.162)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.055.793	–	4.055.793	–	–	48.628	178.162	–	4.282.583

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Receitas	5.058.788	4.102.781
Serviços	4.873.969	3.854.629
Receita de construção	1.066.844	697.771
Outras receitas	8.517	523
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(890.542)	(450.142)
Insumos adquiridos de terceiros	(3.399.439)	(2.846.167)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custo de construção	(1.066.844)	(697.771)
Custos dos serviços prestados	(1.761.072)	(1.754.265)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(571.523)	(394.131)
Valor adicionado bruto	1.659.349	1.256.614
Amortização e depreciação	(296.095)	(232.460)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.363.254	1.024.154
Valor adicionado recebido em transferência	135.027	43.972
Receitas financeiras	135.027	43.972

	2023	2022
Valor adicionado total a distribuir	1.498.281	1.068.126
Distribuição do valor adicionado	1.498.281	1.068.126
Pessoal	111.249	104.202
Remuneração direta	80.026	72.164
Benefícios	26.181	27.295
F.G.T.S.	5.042	4.743
Impostos, taxas e contribuições	738.526	551.153
Impostos federais	737.068	549.088
Impostos estaduais	45	94
Impostos municipais	1.413	1.971
Remuneração de capitais de terceiros	165.682	70.027
Juros	136.713	29.004
Aluguéis	28.969	41.023
Remuneração de capitais próprios	482.824	342.744
Dividendos	280.521	81.402
Lucros acumulados	202.303	261.342

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receita operacional líquida	5.489.972	4.195.848
Custos dos serviços prestados	(3.202.686)	(2.755.849)
Lucro bruto	2.287.286	1.439.999
Despesas administrativas e gerais	(1.284.406)	(765.095)
Outras receitas operacionais	8.517	523
Outras despesas operacionais	(730)	(13)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	1.010.667	675.414
Receitas financeiras	135.027	43.972
Despesas financeiras	(403.798)	(200.890)
Resultado financeiro	(268.771)	(156.918)
Resultado antes dos tributos	741.896	518.496
Imposto de renda e contribuição social	(259.072)	(175.752)
Lucro líquido do exercício	482.824	342.744
Resultado por ação		
Lucro por ação - Básico (em R$)	0,74	2,68

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	482.824	342.744
Resultado abrangente total	482.824	342.744

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	741.896	518.496
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	296.095	232.460
Provisões para riscos cíveis	41.569	1.879
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	890.542	450.142
Resultado na baixa de imobilizado	–	191
Rendimentos de aplicações financeiras	(76.233)	(20.210)
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	109.241	20.217
Ajuste a valor presente de clientes	54.462	3.518
Amortização do custo de captação	31.153	17.506
	2.088.725	1.224.199
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.455.354)	(1.182.007)
Estoques	4.363	(12.272)
Depósitos judiciais	(16.324)	(3.819)
Tributos a recuperar	(14.111)	(8.451)
Outros créditos	(32.209)	(158)
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	172.496	464.850
Obrigações trabalhistas e sociais	(2.971)	20.748
Obrigações fiscais	37.306	(11.762)
Pagamento de riscos cíveis	(30.479)	(1.847)
Outras contas a pagar	(61.013)	64.501
Juros pagos	(581.941)	(494.289)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(80.036)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	108.488	(20.343)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	(608.465)	86.210
Juros recebidos	48.252	16.044
Aquisição de imobilizado	(12.267)	(4.518)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(1.063.431)	(697.771)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.635.911)	(600.035)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	5.023.939	–
Custo de emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	(636.661)	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(3.400.000)	–
Aumento de capital social	311.000	658.090
Adiantamento para futuro aumento de capital	257.800	34.790
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.556.078	692.880
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	28.655	72.502
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	87.872	15.370
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	116.527	87.872
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	28.655	72.502

Notas explicativas

Contexto operacional: A Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 30 de março de 2022, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, têm por objeto social, a prestação regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área da concessão relativos aos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e alguns bairros do Rio de Janeiro (Região 4), por meio da exploração das infraestruturas integrantes do sistema, nos termos e condições do contrato de concessão 033/2021, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, após se sagrar vencedora do Bloco nº 4 do Edital de Concorrência Internacional nº 001/2021 pelo período de 35 anos de concessão. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Principais políticas contábeis:** Receita de contrato com cliente e Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura.

Diretoria

Alexandre Bianchini Antonio
Diretor Presidente
Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Contador

Vinicius Saraiva Caraça Benedito - CRC SP 295505/O-9

Resumo do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras completas da Águas do Rio 4 SPE S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/aguas-do-rio-4/ bem como se encontra disponível na sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 13 de março de 2024, sem modificações.

As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. na data de 13 de março de 2024, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.

Aviso: A demonstração financeira está disponível também no endereço eletrônico do Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal)

BR NAV PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 37.185.532/0001-50 - NIRE 33.300.334.475

Ata da Reunião de Diretoria realizada em 13 de março de 2024. 1. Data, Hora e Local: Em 13 de março de 2024, às 10 horas, na sede da BR NAV Participações S.A., localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 3.502, Botafogo ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da diretoria da Companhia. **3. Mesa**: Presidente: Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos; Secretário: Fábio Manuel Guiso da Cunha. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre **(i)** em garantia das obrigações assumidas e a serem assumidas pela Marlin Navegação S.A. ("Marlin"), no âmbito **(a)** da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Marlin, no montante total de até R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na data da emissão ("Debêntures da 4ª Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n° 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Marlin Navegação S.A.*" a ser celebrado entre a Marlin, na qualidade de emissora das Debêntures da 4ª Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 4ª Emissão, a Companhia, a Netuno Offshore Ltda., a Marlin Serviços Ambientais Ltda. e a BR NAV Participações S.A., na qualidade de fiadoras, e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes, a Marlin International Cooperatief U.A. e a Dosly S.A. ("Escritura da 4ª Emissão"); e **(b)** da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Marlin, no montante total de R$ 209.000.000,00 (duzentos e nove milhões de reais) na data da emissão ("Debêntures da 1ª Emissão"), as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, Sob Regime de Garantia Firme, da Marlin Navegação S.A.*" celebrado entre a Marlin e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão, com a interveniência anuência da Poseidon Participações S.A., em 10 de fevereiro de 2015, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura da 1ª Emissão"); a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, a ser prestada individualmente, por meio da celebração da Escritura da 4ª Emissão e do 13º (décimo terceiro) aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura da 1ª Emissão" e "Fiança", respectivamente); **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia para negociar, em nome da Companhia, todos os termos e condições refentes à Fiança, bem como celebrar, em nome da Companhia, a Escritura da 4ª Emissão, o Aditamento à Escritura da 1ª Emissão e quaisquer outros instrumentos e/ou documentos relacionados à Fiança, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade atrelado à integral quitação das obrigações assumidas e a serem assumidas no âmbito da Escritura da 4ª Emissão e do Aditamento à Escritura da 1ª Emissão, dentre outros; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia, anteriormente à presente data, em relação ao disposto na Ordem do Dia acima. **5. Deliberações:** Após a leitura da Ordem do Dia, os diretores presentes, sem quaisquer restrições ou ressalvas, resolvem: **(i)** aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e dos artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; **(ii)** aprovar a autorização à diretoria da Companhia para negociar, em nome da Companhia, todos os termos e condições referentes à Fiança, bem como celebrar, em nome da Companhia, a Escritura da 4ª Emissão, o Aditamento à Escritura da 1ª Emissão e quaisquer outros instrumentos e/ou documentos relacionados à Fiança, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade atrelado à integral quitação das obrigações assumidas e a serem assumidas no âmbito da Escritura da 4ª Emissão e do Aditamento à Escritura da 1ª Emissão, dentre outros; e **(iii)** aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia, anteriormente à presente data, em relação às deliberações aprovadas nesta reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 13 de março de 2024. **Mesa**: Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos - Presidente; Fábio Manuel Guiso da Cunha - Secretário. **Diretores**: Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos. JUCERJA nº 6140351 em 20/03/2024.

COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS
CNPJ nº 31.590.862/0001-45 - NIRE nº 3330014720-9

AVISO. Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede da empresa, Avenida José Homem da Costa, nº 635/693, Bairro São Luiz, em Santo Antônio de Pádua - RJ, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da COPAPA - COMPANHIA PADUANA DE PAPÉIS a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da empresa, Avenida José Homem da Costa, nº 635/693, Bairro São Luiz, em Santo Antônio de Pádua - RJ, às 10h00 do dia 24.04.2024, a fim de examinar, discutir e votar a seguinte ordem do dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.** a) Aprovação das contas do exercício de 2023; b) Destinação do resultado do exercício encerrado; c) Fixação da remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) e dos Conselheiros Fiscais para o exercício de 2024; e, d) Outros assuntos de interesse da sociedade. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** a) Aprovação de nova redação do Estatuto Social. Santo Antônio de Pádua, 20 de março de 2024. **SAULO FONSECA PADILHA - Presidente do Conselho de Administração.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O **Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações - SINSTAL,** inscrito no CNPJ: 02.742.202/0001-34, de acordo com o artigo 2º, II, VI, artigo 19º, I e § 1º do Estatuto Social vigente, c/c artigo 611 e seguintes da CLT, convoca todos os associados e não associados das empresas prestadoras de serviços e instaladoras de sistema e redes de tv por assinatura, cabo, mmds, dth, telecomunicações e correlatas, do Estado do Rio de Janeiro, para a Assembleia Geral Extraordinária de caráter permanente, que será realizada no dia **26 de março de 2024 às 10:00h** em primeira convocação, e, em segunda convocação, às 10:30h com qualquer número dos presentes, através de videoconferência no link: https://bit.ly/prestadoras-rj-2024, com a seguinte **Ordem do Dia: I** - Início dos debates e deliberações sobre a pauta laboral de reivindicações para a formalização da Convenção Coletiva de Trabalho 2024-2025, data-base ABRIL; **II -** Fixação da Contribuição Assistencial Patronal e/ou outras taxas para a categoria; **III -** Outros assuntos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024
Vivien Mello Suruagy - Presidente

Empresa de Transportes Limousine Carioca S/A
CNPJ/MF 29.330.594/0001-80

Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 25/04/2024, às 11hs., na Av. Governador Leonel de Moura Brizola, 540, Duque de Caxias, RJ , a fim de deliberarem sobre a seguintes Ordens do Dia: 1.Aprovação do Balanço Patrimonial exercício encerrado em 2023; 2. Destinação do Resultado do exercício. 3. Eleição da Diretoria para o Biênio 2024/2025 4. Fixação dos honorários da Diretoria; e 5. Assuntos Gerais. Duque de Caxias, 20/03/2024. A Diretoria.

EMPRESA AUTO VIAÇÃO JUREMA S/A
CNPJ (MF) nº 29.336.674/0001-43

Convocação: Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem em AGO a realizar-se no dia 25/04/2024, às 10hs., na Av. Governador Leonel de Moura Brizola, 559, Duque de Caxias, RJ , a fim de deliberarem sobre a seguintes Ordens do Dia: 1. Aprovação do Balanço Patrimonial exercício encerrado em 2023; 2. Destinação do Resultado do exercício; 3. Eleição da Diretoria para o Biênio 2024/2025 4. Fixação dos honorários da Diretoria; e 5. Assuntos Gerais. Duque de Caxias, 20/03/2024. A Diretoria.

POSEIDON PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 19.560.759/0001-57 - NIRE 33.300.310.771

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de março de 2024. 1. Data, Hora e Local: Em 13 de março de 2024, às 11 horas, na sede da Poseidon Participações S.A., localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 3.502, Botafogo ("Companhia"). **2. Presença:** Presente o acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas.**3. Convocação**: Dispensadas as formalidades de convocação, considerando a presença do único acionista da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. Mesa**: Presidente: Rodrigo Eppinghaus de Vaconcelos; Secretário: Fábio Manuel Guiso da Cunha. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre **(i)** nos termos do artigo 14, itens (i) e (ii), do estatuto social da Companhia, em garantia das obrigações assumidas e a serem assumidas pela Marlin Navegação S.A. ("Marlin"), no âmbito **(a)** da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Marlin, no montante total de até R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na data da emissão ("Debêntures da 4ª Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n° 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Marlin Navegação S.A.*" a ser celebrado entre a Marlin, na qualidade de emissora das Debêntures da 4ª Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 4ª Emissão, a Companhia, a Netuno Offshore Ltda., a Marlin Serviços Ambientais Ltda. e a BR NAV Participações S.A., na qualidade de fiadoras, e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes, a Marlin International Cooperatief U.A. e a Dosly S.A. ("Escritura da 4ª Emissão"); e **(b)** da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Marlin, no montante total de R$ 209.000.000,00 (duzentos e nove milhões de reais) na data da emissão ("Debêntures da 1ª Emissão"), as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, Sob Regime de Garantia Firme, da Marlin Navegação S.A.*" celebrado entre a Marlin e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão, com a interveniência anuência da Companhia, em 10 de fevereiro de 2015, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura da 1ª Emissão"); a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança, a ser prestada individualmente, por meio da celebração da Escritura da 4ª Emissão e do 13º (décimo terceiro) aditamento à Escritura da 1ª Emissão ("Aditamento à Escritura da 1ª Emissão" e "Fiança", respectivamente); **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia para negociar, em nome da Companhia, todos os termos e condições refentes à Fiança, bem como celebrar, em nome da Companhia, a Escritura da 4ª Emissão, o Aditamento à Escritura da 1ª Emissão e quaisquer outros instrumentos e/ou documentos relacionados à Fiança, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade atrelado à integral quitação das obrigações assumidas e a serem assumidas no âmbito da Escritura da 4ª Emissão e do Aditamento à Escritura da 1ª Emissão, dentre outros; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia, anteriormente à presente data, em relação ao disposto na Ordem do Dia acima. **6. Deliberações:** Após a leitura da Ordem do Dia, o acionista presente, representando a totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições ou ressalvas, resolve: **(i)** aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e dos artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; **(ii)** aprovar a autorização à diretoria da Companhia para negociar, em nome da Companhia, todos os termos e condições referentes à Fiança, bem como celebrar, em nome da Companhia, a Escritura da 4ª Emissão, o Aditamento à Escritura da 1ª Emissão e quaisquer outros instrumentos e/ou documentos relacionados à Fiança, tais como aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade atrelado à integral quitação das obrigações assumidas e a serem assumidas no âmbito da Escritura da 4ª Emissão e do Aditamento à Escritura da 1ª Emissão, dentre outros; e **(iii)** aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia, anteriormente à presente data, em relação às deliberações aprovadas nesta assembleia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo único acionista da Companhia, além dos componentes da mesa. Rio de Janeiro, 13 de março de 2024. **Mesa**: Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos - Presidente; Fábio Manuel Guiso da Cunha - Secretário. **Acionista**: **BR Nav Participações S.A.** Rodrigo Eppinghaus de Vasconcelos. JUCERJA nº 6136196 em 18/03/2024.

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

EUROINVEST S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ/MF nº 34.190.991/0001-34

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022		2023	2022
ATIVO			**PASSIVO**		
CIRCULANTE	2.078	2.345	**CIRCULANTE**	13	2
DISPONIBILIDADES	1.954	2.223	**OUTRAS OBRIGAÇÕES**	13	2
TÍTULOS E VALORES MOB. E INSTR. FINANC	-	-	Imposto e Contribuições a recolher	10	2
Livres	-	-	Adiantamento de clientes	3	-
OUTROS CRÉDITOS	124	122	**EXÍGIVEL A LONGO PRAZO**	265	265
Serviços prestados a receber	45	-	Provisão p/ Passivos Contingentes	264	264
Impostos e Contribuições a Compensar	79	122	Partes relacionadas	1	1
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	-	-	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	1.800	2.078
Devedores por Depósitos em Garantia	-	-	Capital de domiciliados no país	1.500	1.500
PERMANENTE	-	-	Reservas de Lucros	300	578
INVESTIMENTOS	-	-	Ajuste de avaliação patrimonial		
Títulos patrimoniais	-	-			
IMOBILIZADO	-	-			
TOTAL DO ATIVO	2.078	2.345	**TOTAL DO PASSIVO**	2.078	2.345

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Capital Realizado	Reservas legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de retenção de lucro	Ajustes de avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2023	1.500	300	-	813	0	-	2.613
Prejuízo do exercício	-	-	-		-	(535)	-535
Constituição de reservas	-	-	-	(535)	-	535	-
Em 31 de dezembro de 2023	1.500	300	-	278	-	-	2.078
Mutações do exercício	0	0	-	(535)	-	0	(535)
Em 1° de janeiro de 2023	1.500	300	-	278	0	-	2.078
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	225	225
Distribuição de dividendos	-	-	-	(503)	-		(503)
Constituição de reservas	-	-	-	225	-	(225)	-
Em 31 de dezembro de 2023	1.500	300	-	-	-	-	1.800
Mutações do exercício	-	0	-	(278)	-	-	(278)
Em 1° de julho de 2023	1.500	300	-	404	-		2.204
Lucro do semestre	-	-	-		-	99	99
Distribuição de dividendos	-	-	-	(503)	-		(503)
Constituição de reservas	-	-	-	99	-	(99)	-
Em 31 de dezembro de 2023	1.500	300	-	0	-	-	1.800
Mutações do semestre	-	-	-	(404)	-	-	(404)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022 (Reapresentado)
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	437	771	475
Resultado de títulos e valores mobiliários	80	201	37
Receitas de Prestação de Serviços	342	539	162
Outras Receitas Operacionais	15	31	276
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	437	771	475
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(218)	(426)	(1.010)
Despesas de pessoal	(37)	(73)	(34)
Outras despesas administrativas	(133)	(230)	(400)
Outras despesas tributárias	(37)	(96)	(190)
Outras despesas operacionais	(11)	(27)	(386)
RESULTADO OPERACIONAL	219	345	(535)
Contribuição social	(56)	(56)	
Imposto de renda	(64)	(64)	
PREJUÍZO (LUCRO LÍQUIDO) DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	99	225	(535)
Número de ações	750.000	750.000	750.000
Lucro por ação - em reais	0,13	0,30	-0,71

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	225	(535)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Resultado Abrangente Total	**225**	**(535)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022 (Reapresentado)
Das atividades operacionais:			
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre / exercício	99	225	(535)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
. Depreciação	-	-	-
.Provisão de Contingências	-	-	194
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
. Outros créditos	(8)	(2)	202
. Realizável a longo prazo			
Aumento (Redução) nos passivos operacionais			
. Outras obrigações	7	12	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais	98	235	(139)
Das atividades de investimentos:			
. Aquisição de imobilizado			
. Atualização de título patrimonial	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-	-
Das atividades de Financiamento:			
. Distribuição de dividendos	(503)	(503)	-
Partes relacionadas	-	(1)	(475)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento	(503)	(504)	(18.236)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(405)	(269)	(18.375)
No início do semestre	2.359	2.223	2.837
No fim do semestre	1.954	1.954	2.223
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES	(405)	(269)	(614)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais). **1 CONTEXTO OPERACIONAL.** A Euroinvest S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários tem por objetivo a prática de negociação e intermediação de títulos públicos e privados, administração de fundos de investimento, a realização de operações de câmbio praticadas no mercado de taxas flutuantes, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais, conforme disposições legais e regulamentares emanadas principalmente do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e apresentadas com as diretrizes estabelecidas, pelo Banco Central do Brasil, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, em conformidade com a Resolução CMN n° 4.720/19 e da Circular BACEN n° 3.959/19. A partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN n° 4.720/2021 e Circular BACEN n° 3.959/2020, posteriormente consolidadas na Resolução BCB n° 2/2021, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. Estas informações contábeis foram aprovadas pela Diretora da Corretora em 05 de março de 2024. **2.1 Apuração do resultado.** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. **2.2 *Estimativas contábeis.*** Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente. **2.3 Títulos e valores mobiliários e derivativos.** De acordo com a Circular 3.068/01 e a Carta Circular 3.026/02, os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias conforme a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os títulos classificados na categoria "para negociação" são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado, os classificados na categoria "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período. **2.2 Ativo e passivo circulante.** O ativo é demonstrado pelos valores de realização e o passivo pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias, os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos diariamente. Os rendimentos e encargos prefixados não incorridos são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável realização. **2.4 Permanente.** É demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A atualização desse título é registrada em contrapartida da conta de reserva de capital específica. **3 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.** Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

	2023	2022
Depósitos Bancários	42	83
Aplicação em depósito de poupança	1.912	2.140
Total de Caixa e equivalentes de caixa	**1.954**	**2.223**

5 OUTROS CRÉDITOS

	2023	2022
Serviços prestados a receber	45	-
Impostos e contribuições a compensar	79	122
Total Circulante	124	122

Os valores registrados na conta de devedores por depósito em garantia referem-se a um bloqueio judicial, efetuado em junho de 2009, em função de um processo movido pela CVM por diferenças no pagamento da taxa de fiscalização durante os exercícios de 1998 a 2001 e 2021.

6 OUTRAS OBRIGAÇÕES - PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

	2023	2022
Processo Judicial n. 0522124-77.2002.4.02.5101 CVM	28	28
Processo Administrativo n. 1999-5053 CVM	-	-
Processo Judicial n. 0044573-98.2013.4.01.3300 CVM	152	152
Processo Judicial n. 0030796-46.2013.4.01.3300 CVM	84	84
	264	**264**

Até o final do exercício findo em 31/12/2023 a posição dos assessores jurídicos era que a possibilidade de perda dos processos judiciais e administrativos movido pela CVM por diferenças no pagamento da taxa de fiscalização era remota. A Euroinvest decidiu para efeito desta demonstração seu reconhecimento. **7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**. **7.1 Capital social.** O capital social é de 750.000 ações, dividido em 550.000 ações ordinárias e 200.000 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital. **11 OUVIDORIA.** O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 3.849, de 26 de março de 2010. **12 PARTES RELACIONADAS.** A Corretora não possui transações com outras partes relacionadas

Nelson Lecce G. Rios
Diretor Executivo
Paulo Henrique Barbosa Antonio
CRC/RJ 037.565/O-7 - CPF 023.624.657-72

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTR6AÇÕES CONTÁBEIS. São Paulo, 20 de março de 2024. Ilmos. Senhores Diretores e Acionista da **EUROINVEST S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.** Rio de Janeiro RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da **EUROINVEST S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.** ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EUROINVEST S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à "Instituição", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da "Instituição" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às "Instituição" autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a "Instituição" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a "Instituição" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da "Instituição" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "Instituição". • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "Instituição". Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "Instituição" a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP13744/O-1
ALCINDO TAKACHI ITIKAWA - CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

SYNERGY S/A

CNPJ/MF nº 30.278.527/0001-43

BALANÇO PATRIMONIAL FINDO EM:	**31/12/2023**	**31/12/2022**
ATIVO CIRCULANTE	**22.645.857,68**	**22.654.280,74**
Disponibilidades	33.880,48	79.103,54
Títulos e Valores Mobiliários	14.301.000,00	14.266.200,00
Títulos de renda fixa	14.301.000,00	14.266.200,00
Outros Créditos	8.310.977,20	8.308.977,20
Depósitos p/ Interposição Judicial	5.377,20	5.377,20
Créditos a receber	8.303.600,00	8.303.600,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**238.135.305,74**	**214.035.305,74**
Adiantamento P/ Futuro A.de Capital	863.520,57	863.520,57
Permanente	237.271.785,17	213.171.785,17
Investimentos permanentes	237.271.785,17	213.171.785,17
TOTAL DO ATIVO	**260.781.163,42**	**236.689.586,48**
PASSIVO CIRCULANTE	**485,82**	**485,52**
Outras Obrigações	485,82	485,52
Fiscais e Previdenciárias	485,82	485,52
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**216.907.500,00**	**192.807.500,00**
Outras Obrigações	24.100.000,00	
Notas Promissórias a pagar	24.100.000,00	
Recursos de Debêntures	192.807.500,00	192.807.500,00
Captação em Debêntures	192.807.500,00	192.807.500,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**43.873.177,60**	**43.881.600,96**
Capital Social	27.070.140,00	27.070.140,00
Reservas de Capital	3.692.745,34	3.692.745,34
Reserva Legal	2.408,08	2.408,08
Reservas de Lucros a Realizar	11.438,37	11.438,37
Reservas de Lucros	13.096.445,81	13.104.869,17
TOTAL DO PASSIVO	**260.781.163,42**	**236.689.586,48**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022. 1. Apresentação Das Demonstrações E Principais Diretrizes Contábeis. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis**. 2.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. 2.2 Títulos e Valores Mobiliários: São representados pelas aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança no seu valor de mercado. 2.3 Notas Promissórias: Registradas pelo valor negociado e resgatáveis no prazo determinado de até um ano. **3. Permanente:** É demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. **4. Recursos de Debêntures:** As debêntures em circulação são inconversíveis em ação, sendo atualizadas de acordo com a participação no Lucro Líquido ajustado da emissora em cada exercício social. **5. Patrimônio Líquido:** 5.1 Capital Social: O Capital Social está dividido em 778.860.145 ações ordinárias e 265.224.865 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não tem direito a voto, mas tem prioridade no reembolso do capital. 5.2 Dividendos: Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária.

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de Vs.Sas., as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31/12/2023 Colocamo-nos à disposição de Vs.Sas, para quaisquer esclarecimentos adicionais. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM:

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS OPERACIONAIS	**42.696,90**	**99.902,37**
Rendas de Títulos de Renda Fixa	198,00	97,37
Rendas de Títulos de Renda Variável	31.818,90	90.282,00
Receitas de Aluguéis	10.680,00	9.523,00
DESPESAS OPERACIONAIS	**(51.120,26)**	**(1.071.485,81)**
Despesas de Pessoal	(3.120,00)	(2.919,86)
Despesas de Publicações	(14.235,00)	(13.850,00)
Desp.de Serv.Técnico Especializado	(2.351,00)	(851,00)
Despesas Tributárias	(583,47)	(330,82)
Outras Despesas Administrativas	(1.311,95)	(1.334,48)
Outras Despesas Operacionais	(16.595,79)	(1.039.138,28)
Despesa de Ocupação	(12.923,05)	(13.061,37)
RESULTADO OPERACIONAL	**(8.423,36)**	**(971.583,44)**
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(8.423,36)**	**(971.583,44)**
Número de Ações	**1.044.085.010**	**1.044.085.010**
Lucro por ação em Reais	**(0,000008)**	**(0,000931)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM:

	31/12/2023	31/12/2022
Das Atividades Operacionais:		
Lucro/Prejuizo líquido do exercício	(8.423,36)	(971.583,44)
Aumento (Redução) - dos Títulos e Valores Mobiliários	(34.800,00)	24.000,00
(Aumento) Redução - Outros Créditos	861.520,57	-
(Aumento) Redução - Recursos de debêntures	-	-
(Aumento) Redução - Fiscais e previdenciárias	24.100.000,30	203,57
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	24.918.297,51	(947.379,87)
Das Atividades de Investimentos:		
Alienação de investimentos	(24.963.520,57)	1.023.633,18
Fluxo de Caixa das Atividades Investimentos	(24.963.520,57)	1.023.633,18
(Aumento) Redução do Saldo de Disponibilidades	(45.223,06)	76.253,31
Disponibilidade no inicio do exercício	79.103,54	2.850,23
Disponibilidade no fim do exercício	33.880,48	79.103,54
(Aumento)Redução do Saldo de Disponibilidades	(45.223,06)	76.253,31

Diretoria:
Fernando Lana de Noronha
Contador: Andréa Dos Santos Do Carmo - Contador- CRC/RJ 080.829/O-3

Demonstração de Resultado Abrangente dos Exercicios Findos Em:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Liquido do Exercício	(8.423,36)	(971.583,44)
Resultado Abrangente Total	(8.423,36)	(971.583,44)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	27.070.140,00	3.692.745,34	2.408,08	11.438,37	14.076.452,61	44.853.184,40
Resultado do exercício de 2022					(971.583,44)	(971.583,44)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.070.140,00	3.692.745,34	2.408,08	11.438,37	13.104.869,17	43.881.600,96
Resultado do exercício de 2023					(8.423,36)	(8.423,36)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.070.140,00	3.692.745,34	2.408,08	11.438,37	13.096.445,81	43.873.177,60

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

CORRUPÇÃO

MPF vê fraude na compra de blindados pela PRF entre os anos de 2019 e 2022

Uma investigação do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF) apura possíveis práticas como corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e formação de associação criminosa na compra de veículos blindados por parte da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O volume financeiro dos contratos fechados entre 2019 e 2022 chega a R$ 94 milhões e envolvem a empresa Combat Armor Defense do Brasil Ltda. "As descobertas desta investigação são de importância crítica", disse o MPF.

As compras suspeitas dos chamados caveirões também são investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após a empresa ter sido citada no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de Janeiro, do Congresso Nacional.

O procedimento investigatório é conduzido pelo procurador da República Eduardo Benones. Os investigadores explicaram que as apurações foram desencadeadas por um "conjunto substancial de evidências", sendo direcionadas para desvendar "uma complexa rede de atividades ilícitas, incluindo fraudes em licitações, possíveis práticas de corrupção ativa e passiva; lavagem de dinheiro e formação de associação criminosa".

A Combat Armor é uma empresa que tem matriz nos Estados Unidos. O MPF destaca que o proprietário, Daniel Beck, é apoiador do ex-presidente Donald Trump (2017-2021) e esteve em Washington durante a invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021.

"As descobertas desta investigação são de importância crítica, não apenas devido ao volume financeiro envolvido, apurado até o momento em R$ 94.096.361,52, mas também pelo curto intervalo de tempo e coincidência ao quadriênio 2019-2022, bem como pela maneira como essas práticas ilícitas comprometeram a transparência e a justiça no uso dos recursos públicos", aponta o MPF, que considera preocupante a implicação de agentes públicos e privados nas atividades ilícitas.

Apesar de o procedimento investigatório criminal ter sido instaurado em agosto de 2023, o MPF já tinha apurações iniciais do caso desde maio, quando esteve na superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e flagrou 14 veículos blindados novos inutilizados por inadequações técnicas, havendo, ainda, indícios de fraudes nas compras.

Havia, também, suspeita de conflito de interesses na confecção do atestado de capacidade técnica apresentado pela Combat Armor. O documento - requisito indispensável para verificar a adequação dos veículos fornecidos - foi emitido por sociedade empresarial controlada pelo presidente da Combat Armor.

A Combat é administrada por Maurício Junot. Ele e a empresa foram citados no relatório final da CPMI de 8 de janeiro. "O sr. Maurício Junot, que gozaria de dupla nacionalidade, brasileira e americana, teria sido condenado por fraude em Dubai, figurando, inclusive, em lista de procurados pela Interpol", cita o texto da relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA).

Pelo relatório, a matriz americana seria uma empresa de fachada, que se utilizaria da filial brasileira para fazer negócios.

"Há fortes indicativos de que se trata de uma empresa 'de papel', sem qualquer atuação no ramo de blindados, cujo propósito de reativação e alteração do seu contrato social foi viabilizar negócios no Brasil, por meio do sr. Maurício Junot", menciona o documento.

A investigação de parlamentares cita, ainda, suposto envolvimento do ex-diretor-geral da PRF Silvinei Vasques.

A análise dos valores pagos à Combat Armor, de acordo com a CPMI, coincide com a atuação de Vasques. As três unidades gestoras com maior valor despendido à Combat foram a superintendência do Rio de Janeiro, onde ele foi superintendente até abril de 2021, o Departamento de PRF em Brasília (quando Silvinei já era diretor-geral) e a superintendência em Santa Catarina, onde foi superintendente.

"Da análise da quebra de sigilo fiscal da Combat Armor identificaram-se os seguintes fortes indícios que reforçam o entendimento de favorecimento à empresa Combat Armor por agentes da PRF, do Ministério da Justiça e pelo sr. Silvinei Vasques, inclusive com pagamento de vantagens indevidas", diz trecho do relatório final aprovado em 18 de outubro de 2023.

O documento final da CPMI destaca ainda que "a empresa fechou as portas no Brasil no primeiro semestre de 2023, ou seja, logo após a mudança do governo federal, deixando de cumprir contratos firmados com a Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos".

O ex-superintendente da PRF, Silvinei Vasques, foi preso em 9 de agosto de 2023 durante a Operação Constituição Cidadã, da Polícia Federal, que investiga possíveis ações de agentes públicos para interferir no processo eleitoral do segundo turno das eleições presidenciais de 2022.

Procurada pela reportagem na quinta-feira, a PRF não forneceu comentários sobre a investigação do MPF até a conclusão desta matéria.

À época do início da apuração, a PRF informou que criou um grupo de trabalho (GT) para a realização de estudos a respeito do efetivo emprego de veículos blindados e que o resultado final do GT poderia motivar a abertura de investigação preliminar sumária (IPS), que poderia fornecer informações e elementos de prova para o Ministério Público e demais órgãos de investigação. Procurada, a empresa Combat Armor não respondeu.

PROLAGOS S.A. - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 02.382.073/0001-10

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Rio de Janeiro, 22/03/2024. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.322	4.761	Fornecedores e empreiteiros	25.631	24.341
Aplicações financeiras	256.939	86.823	Financiamentos e debêntures	79.209	227.826
Contas a receber de clientes	161.206	141.873	Obrigações trabalhistas e sociais	6.725	6.131
Estoques	4.676	4.552	Obrigações fiscais	6.032	5.465
Tributos a recuperar	199	181	Imposto de renda e contribuição social	17.106	16.072
Outros créditos	3.295	1.356	Outras contas a pagar	3.724	3.010
Total do ativo circulante	431.637	239.546	**Total do passivo circulante**	138.427	282.845
Aplicações financeiras	8.245	11.506	Fornecedores e empreiteiros	8.686	8.285
Contas a receber de clientes	65.944	67.640	Financiamentos e debêntures	575.369	222.124
Tributos a recuperar	29	29	Passivo fiscal diferido	31.654	31.539
Depósitos judiciais	23.773	30.453	Provisões	10.276	10.311
Outros créditos	17	375	Outras contas a pagar	1.227	331
Total do realizável a longo prazo	98.008	110.003	**Total do passivo não circulante**	627.212	272.590
Imobilizado	5.414	3.417	**Total do passivo**	765.639	555.435
Ativo de contrato da concessão	100.674	55.904	**Patrimônio líquido**		
Intangível	651.657	649.802	Capital social	376.353	376.353
Total do ativo não circulante	855.753	819.126	Custo com emissão de novas ações	(13.030)	(13.030)
Total do ativo	1.287.390	1.058.672	Reservas de lucros	158.428	139.914
			Total do patrimônio líquido	521.751	503.237
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.287.390	1.058.672

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Custos de captação	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Estatutária	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	376.353	(13.030)	42.984	1.621	82.430	–	490.358
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	139.955	139.955
Destinação:							
Reserva legal	–	–	6.998	–	–	(6.998)	–
Dividendos intermediários	–	–	–	–	(82.430)	–	(82.430)
Dividendos intercalares	–	–	–	–	–	(44.646)	(44.646)
Reserva estatutária	–	–	–	261	–	(261)	–
Lucros retidos	–	–	–	–	88.050	(88.050)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	376.353	(13.030)	49.982	1.882	88.050	–	503.237
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	157.514	157.514
Destinação:							
Reserva legal	–	–	7.876	–	–	(7.876)	–
Dividendos intermediários	–	–	–	–	(88.050)	–	(88.050)
Dividendos intercalares	–	–	–	–	–	(50.950)	(50.950)
Lucros retidos	–	–	–	–	98.688	(98.688)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	376.353	(13.030)	57.858	1.882	98.688	–	521.751

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	235.783	208.597
Ajustes para:		
Amortização e depreciação	56.343	53.958
Resultado na baixa de intangível	–	39
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	3.762	949
Provisão (Reversão) de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	100	(566)
Baixa de títulos do contas a receber	9.328	10.043
Rendimentos de aplicações financeiras	(19.265)	(25.125)
Encargos sobre financiamentos e debêntures	57.164	54.991
Amortização custo de captação	2.668	2.524
Ajuste a valor presente de clientes	8.379	4.884
Atualização monetária de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	713	(112)
	354.975	310.182
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(35.444)	(33.387)
Estoques	(124)	(1.035)
Tributos a recuperar	(442)	(121)
Depósitos judiciais	6.680	(4.762)
Outros créditos	(1.581)	107
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	1.691	1.579
Obrigações trabalhistas e sociais	594	404
Obrigações fiscais	567	1.389
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais	(4.510)	(5.082)
Outras contas a pagar	(1.308)	(783)
Juros pagos	(49.992)	(49.879)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(73.241)	(65.918)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	197.865	152.694
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	(162.867)	64.706
Juros recebidos	11.822	20.557
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(92.826)	(82.288)
Aquisição de imobilizado	(731)	(799)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(244.602)	2.176
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Financiamentos e debêntures captadas	416.939	–
Custo na captação de financiamentos e debêntures	(4.598)	–
Financiamentos e debêntures pagas	(226.043)	(30.659)
Dividendos pagos	(139.000)	(127.076)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	47.298	(157.735)
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	561	(2.865)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.761	7.626
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.322	4.761
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	561	(2.865)

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita operacional líquida	630.908	556.065
Custos dos serviços prestados	(227.198)	(201.769)
Lucro bruto	403.710	354.296
Despesas administrativas e gerais	(76.157)	(62.640)
Outras receitas operacionais	85	114
Outras despesas operacionais	(8)	(2)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	327.630	291.768
Receitas financeiras	29.840	27.854
Despesas financeiras	(121.687)	(111.025)
Resultado financeiro	(91.847)	(83.171)
Resultado antes dos tributos	235.783	208.597
Imposto de renda e contribuição social	(78.269)	(68.642)
Lucro líquido do exercício	157.514	139.955
Lucro por ação		
Lucro por ação - Básico (em R$)	0,45924	0,40805
Lucro por ação - Diluído (em R$)	0,45924	0,40805

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	157.514	139.955
Resultado abrangente total	157.514	139.955

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Receitas	684.874	604.703
Serviços	583.573	518.468
Receitas de construção ativo intangível	101.316	85.555
Outras receitas	85	114
(Provisão) Reversão de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	(100)	566
Insumos adquiridos de terceiros	(272.230)	(234.986)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos de construção ativo intangível	(101.316)	(85.555)
Custos dos serviços prestados	(55.257)	(48.276)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(115.657)	(101.155)
Valor adicionado bruto	412.644	369.717
Amortização e depreciação	(56.343)	(53.958)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	356.301	315.759
Valor adicionado recebido em transferência	29.840	27.854
Receitas financeiras	29.840	27.854
Valor adicionado total a distribuir	386.141	343.613
Distribuição do valor adicionado	386.141	343.613
Pessoal	22.927	21.932
Remuneração direta	14.865	13.860
Benefícios	7.015	7.004
F.G.T.S	1.047	1.068
Impostos, taxas e contribuições	133.125	116.976
Impostos federais	132.863	116.665
Impostos estaduais	28	39
Impostos municipais	234	272
Remuneração de capitais de terceiros	72.575	64.750
Juros	60.119	55.755
Aluguéis	12.456	8.995
Remuneração de capitais próprios	157.514	139.955
Dividendos	50.950	44.646
Lucros acumulados	106.564	95.309

Notas explicativas

Contexto Operacional: A Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") desde 11 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de São Pedro da Aldeia - RJ. A Companhia foi constituída em 2 de fevereiro de 1998, iniciando efetivamente suas operações em julho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão nº 04/96, contrato este em vigência, com prazo de encerramento previsto para maio de 2041. O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e tratamento dos esgotos dos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Arraial do Cabo, todos no Estado do Rio de Janeiro. **Base de Preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Principais Políticas Contábeis:** Receita de contrato com cliente e Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura.

Diretoria

Pedro Augusto de Araújo Freitas
Diretor Presidente

José Carlos Almeida de Sousa
Diretor Executivo

Contador

Vinicius Saraiva Caraça Benedito
CRC SP 295505/O-9

Resumo do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras completas da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.aegea.com.br/debdentures-companhias-abertas/prolagos/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 13 de março de 2024, sem modificações.

As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. na data de 13 de março de 2024, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.

Aviso: A demonstração financeira está disponível também no endereço eletrônico do Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal)

CIA. BOZANO
CNPJ/MF nº 42.113.662/0001-18 - NIRE 33.300.055.622

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Ficam convidados os Senhores Acionistas da CIA. BOZANO a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede social da Companhia, na Rua Visconde de Ouro Preto, nº. 5, 11º andar - parte, nesta Cidade e Estado do Rio de Janeiro, para, em primeira convocação, às 10 horas, no dia 29 de abril de 2024, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Exame, discussão e votação da Proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício de 2023, inclusive a ratificação do pagamento de juros sobre capital próprio aprovado na Reunião de Diretoria de 31/12/2023, *ad referendum* da Assembleia Geral; **c)** Eleição da Diretoria; e **d)** Fixação dos honorários dos administradores. Rio de Janeiro, 21 de março de 2024. **CIA. BOZANO. Sergio Eraldo de Salles Pinto - Diretor Presidente, Lucianne Nigri Finkelsztain - Diretora Executiva.**

Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A.
CNPJ/MF 14.821.124/0001-42 - NIRE 33.3.0030083-0

Edital de Convocação. A Target Instituição de Pagamento e Securitizadora de Créditos S.A. ("Companhia") vem, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, convocar seus acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada em 18 de abril de 2024, às 10 horas, para deliberar sobre o aumento de capital da Companhia e a consequente reforma do Estatuto Social. A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo certo que o link de acesso e as orientações para participação na AGE, serão enviados aos Acionistas com até 2 (dois) dias úteis de antecedência.

INSTITUTO DE PROFESSORES PÚBLICOS E PARTICULARES CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL

Ficam convocados os associados do Instituto de Professores Públicos e Particulares para a Assembléia Geral a ser realizada no dia 5 de abril de 2024, na sede do Instituto na Avenida Rio Branco 185, sala 1312 - Centro, nesta cidade, no horário de 10hs, em primeira convocação, com a presença de 1/3 (um terço) da totalidade dos associados ou às 10:30hs, em segunda convocação, visando a eleição de associado para o exercício do cargo de Diretor Geral e tratar de assuntos gerais, com os associados presentes. Rio de Janeiro 20 de março de 2024. João Batista de Morais Junior - Diretor Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

GranServices S.A.

CNPJ/MF nº 11.010.481/0001-32

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.186	43.182
Contas a receber	5	136.876	79.952
Estoques	6	11.540	24.107
Adiantamentos		1.303	1.356
IR, CSLL e outros impostos a recuperar	7	5.719	4.639
Contas a receber - partes relacionadas	10	264	5.048
Outras contas a receber		3.564	1.704
Bens em desmobilização		-	128
		234.452	**160.116**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições diferidos	25	6.696	1.220
Depósitos judiciais		80	441
IR, CSLL e outros impostos a recuperar	7	319	136
		7.095	**1.797**
Imobilizado	8	38.385	32.537
Intangível	9	1.213	1.470
Direito de uso	8.1	62.219	33.606
		108.912	**69.410**
Total do ativo		**343.364**	**229.526**
Passivo Circulante			
Arrendamentos a pagar	11	5.425	3.289
Empréstimos e financiamentos	12	23.548	15.900
Fornecedores e outras contas a pagar	13	34.158	29.997
Imposto de renda e contribuição social	14.1	7.873	4.565
Impostos e contribuições a recolher	14.2	18.088	13.104
Salários e encargos sociais a pagar	15	33.665	19.985
Outras obrigações	16	2.290	621
Outras obrigações trabalhistas	17	14.670	8.701
Contas a pagar - partes relacionadas	10	1.489	-
Dividendos a pagar	18	-	14.495
		141.206	**110.657**
Não circulante			
Arrendamentos a pagar	11	62.736	33.794
Empréstimos e financiamentos	12	19.512	12.840
Outras obrigações trabalhistas	17	29.895	-
Provisão para contingências	25	-	311
		112.143	**46.945**
Patrimônio líquido	19		
Capital social	19.a	44.233	44.233
Reserva legal	19.b	6.361	3.604
Reserva de lucros para expansão	19c	6.421	9.592
Dividendos adicionais propostos	19d	33.000	14.495
		90.015	**71.924**
Total do passivo e patrimônio líquido		**343.364**	**229.526**

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais			
Receita operacional líquida	20	685.718	418.222
Custo das vendas e serviços	21	(538.043)	(330.270)
Lucro bruto		**147.675**	**87.952**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	22	(53.433)	(39.361)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(3.041)	1.431
Lucro antes do resultado financeiro líquido		**91.201**	**50.022**
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	24	(14.398)	(6.321)
Receitas financeiras	24	4.599	4.221
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**81.402**	**47.922**
IR/ CSLL Corrente	25	(31.732)	(16.875)
IR/ CSLL Diferido	25	5.476	(531)
Lucro líquido do exercício		**55.146**	**30.516**

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro do exercício	**55.146**	**30.516**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**55.146**	**30.516**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros para expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**44.233**	**2.078**	**-**	**9.592**	**-**	**55.903**
Reserva de lucros para expansão lucros	-	-	9.592	(9.592	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.516	30.516
Destinação do lucro líquido:						
. Reserva de legal	-	1.526	-	-	(1.526)	-
. Dividendo obrigatório	-	-	-	-	(14.495)	(14.495)
. Dividendo adicional proposto	-	-	-	14.495	(14.495)	-
Saldos em 31/12/2022	**44.233**	**3.604**	**9.592**	**14.495**	**-**	**71.924**
Dividendo adicional proposto	-	-	(9.592)	(14.495)	-	(24.087)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	55.146	55.146
Destinação do lucro líquido:						
. Reserva de legal	-	2.757	-	-	(2.757)	-
. Dividendos intermediários	-	-	-	-	(12.968)	(12.968)
. Dividendo adicional proposto				33.000	(33.000)	
. Constituição reserva	-	-	6.421	-	(6.421)	-
Saldos em 31/12/2023	**44.233**	**6.361**	**6.421**	**33.000**	**-**	**90.015**

Demonstrações dos fluxos e caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**55.146**	**30.516**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
. Depreciação e amortização	4.616	5.142
. Depreciação direito de uso	6.650	3.362
. Perda na baixa do imobilizado/intangível	4.320	55
. Perda na alienação de investimento	4.322	
. Receitas Financeiras	(194)	(323)
. Despesa com imposto de renda e contribuição social, corrente e diferidos	26.256	17.406
. Juros sobre arrendamento	6.958	2.727
. Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos não realizados	4.227	3.292
. Provisões (reversões) para demandas judiciais	(311)	-
. Provisões relacionadas a folha de pagamento	35.543	(8.701)
	147.533	**53.476**
Variações nos ativos e passivos:		
. Contas a receber	(56.924)	(26.458)
. Contas a receber e a pagar com partes relacionadas	(1.017)	(856)
. IR, CSLL e outros impostos a recuperar	(1.069)	(12.299)
. Adiantamento	53	(444)
. Estoques	12.567	(16.734)
. Depósitos judiciais	361	(141)
. Outras contas a receber	(1.732)	(1.049)
. Fornecedores	4.161	14.761
. Salários e encargos sociais a pagar	13.680	9.837
. IR, CSLL e outros impostos a recolher	4.984	5.829
. Outras obrigações	1.990	11.658
Imposto de Renda e Contribuição social pagos	(28.424)	(4.435)
Juros pagos	(4.547)	(3.252)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**91.616**	**29.893**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
. Aquisição de imobilizado	(14.420)	(20.654)
. Aquisição de Intangível	(107)	(303)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(14.527)**	**(20.957)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
. Captação de empréstimos e financiamentos	27.633	23.143
. Pagamento de empréstimos e financiamentos	(12.993)	(3.825)
. Pagamento de Arrendamento mercantil	(11.143)	(5.539)
. Dividendos pagos	(48.582)	(9.593)
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de financiamento	**(45.085)**	**4.186**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**32.004**	**13.122**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
. No início do exercício	43.182	30.060
. No final do exercício	75.186	43.182
	32.004	**13.122**

Composição da Diretoria
Rodrigo Dantas
Presidente
Mariana Sitta - **Diretora Financeira**
Domingues e Pinho Contadores Ltda. - CRC-RJ 001137/O-0
Marluci Rodrigues - CRC-RJ 059.203/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Aos Acionistas e Administradores da Gran Services S.A. (anteriormente denominada GranIHC Services S.A.) Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Gran Services S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gran Services S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. • Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 15/03/2024. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Leandro Basto Pereira - Contador CRC RJ115543/O-6.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ: 04.066.598/0001-72

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral as Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Considerações gerais:

O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresenta resultados excelentes nos mais variados aspectos: econômicos, financeiros e técnicos. Como será detalhado adiante, fechamos o ano com lucro líquido de R$ 155.777 (quase 53% de margem líquida) sendo o maior valor de toda a série da Companhia desde 2006, e atendemos tecnicamente a todos os padrões de qualidade de geração esperados para empresas similares do Setor.

O Contrato de Compra e Venda de Energia – CCVE foi integralmente cumprido e seus valores foram corrigidos pelo índice contratual (IGP-M). O "ROE" (return over equity) encerrou o ano em mais de 35%, no contexto de um balanço livre de dívidas (debêntures quitadas) e com índice de Liquidez Corrente maior que 1, mesmo após pagamento dos dividendos no limite o caixa. Os valores de EBITDA e Lucro Líquido realizados foram melhores que o orçamento para esse ano, quando excluímos os efeitos orçados da reversão de provisão SANEAGO, que não foi efetivada. O indicador de capacidade de cobertura dos encargos da dívida não se aplica em 2023 dado a inexistência de dívidas onerosas (fora saldo da Outorga). Da mesma forma os indicadores de endividamento geral e da participação de capital de terceiros sobre recursos próprios foram bastante reduzidos dado a amortização da totalidade do saldo devedor das debêntures em 2022.

Foram pagos em 2023 R$ 147.028 a título de Dividendos (vis a vis a conta de reservas de lucros a realizar), sendo o maior "pay out" da série histórica desde 2006, uma parte paga ordinariamente em abril de 2023 e outra como parcela extraordinária, a conta de lucros a realizar, em dezembro do mesmo ano. A proposta da administração para distribuição de dividendos de 2023 segue o artigo 39-B do Estatuto da Companhia que prevê a destinação mínima obrigatória de 10% da base lucro líquido após reserva mais distribuição complementar ao final do ano na medida da disponibilidade de caixa. Registramos ainda, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, o pagamento de R$ 27.561 de Juros Sobre Capital Próprio (JCP) em outubro desse ano, como mais uma forma de remunerar o capital investido pelos Acionistas.

As despesas operacionais (OPEX) gerenciais (fora obra jusante, compra de energia e despesas regulatórias) se situaram em cerca de 9% do faturamento bruto sendo um dos menores percentuais até a data. As receitas financeiras, apesar da redução da SELIC, foram bastante maiores que os anos anteriores dado a maior disponibilidade de caixa, ao passo que as despesas financeiras foram em maior parte dos meses de 2023 positivas (credoras) dado ao registro de IGP-M negativo em vários meses, o que afeta a Outorga. Lembrando que desde a quitação das debêntures, em final de 2022, não mais registramos despesas financeiras relacionadas a esse item.

As metas são postas e na maioria das vezes superadas através de um intenso trabalho de equipe. Em sentido positivo registramos correção do CCVE em cerca de 0,17% na sua janela de correção (que exclui alguns valores negativos).

Importantes projetos técnicos na Usina foram implementados nesse ano: Realização de simulação de evacuação junto à comunidade à jusante, de acordo com o Plano de Ação e Emergência (PAE) do Plano se Segurança da Barragem (PSB); Avanço nas obras de aumento da calha do rio a jusante do canal de fuga; Manutenções preventivas e corretivas da Linha de Transmissão; Conexão elétrica com a distribuidora local (LT 34,5kv 225KVA) visando economia de diesel nos geradores auxiliares; Elaboração da Revisão Periódica de Segurança de Barragem, etc.

Foi iniciado em 2023 o importante projeto de cercamento de áreas prioritárias/sensíveis na APP "patrimonial" da Companhia, de forma a preservar e manter a posse dessas áreas lindeiras. A pretensão é cercar mais de 400km dessas áreas no prazo de 3 anos.

Em 2020 foi contratada empresa Russell Bedford para Consultoria e Assessoria em Proteção de Dados Pessoais para adequação à Lei de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei nº 13.709/18, contemplando a Capacitação e Conscientização de Colaboradores e Gestores, o Diagnóstico e Implementação da LGPD, assim como o Acompanhamento da referida Lei. Os treinamentos e serviços de diagnósticos foram iniciados em outubro de 2020, com conclusão da implantação no primeiro trimestre de 2021. Continuamos investindo e melhorando processos de "BackOffice", com auxílio da consultoria JTG Signum, que, junto aos gerentes, implementou melhorias em várias rotinas financeiras e de compras.

Após vários meses de trabalho intenso em conjunto com o IBAMA, em 20 de dezembro de 2021 a Companhia obteve a renovação da sua licença de operação L.O. nº 514/2005 por um período adicional de 10 anos, com os ajustes nos Programas de Gestão Ambiental (PGAs) conforme discutido e revisado por todos e sem nenhuma penalização (multa/advertência) que pudesse onerar a Companhia de forma relevante.

Ainda com relação ao IBAMA registramos a aprovação da adesão da Companhia ao Projeto de conversão de multas em projetos ambientais, substituindo contingências de cerca de R$ 9.113 com desconto de 40% a serem comprados equipamentos para o IBAMA em vinte e quatro meses, com valor final de R$ 5.467, tendo sido já executados cerca de 25% dos compromissos desse acordo ainda em 2023.

Ressalta-se em dezembro de 2022 o sucesso no pleito da Companhia de redução da sua APP (Área de Preservação Permanente), conforme segue:Em 2021, após análise técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), houve o redimensionamento da área total da Área de Preservação Permanente ("APP") de propriedade da Companhia de 8.983,87 hectares para 5.460,8 hectares, de acordo com o Parecer Técnico nº 78/2021-COHID/CGTEF/DILIC.

Nesse sentido, em 24 de outubro de 2022, a Corumbá encaminhou à Agência Nacional de Energia Elétrica – ("ANEEL") a Carta CCSA/000185/2022 solicitando a anuência prévia da mesma para alteração do Estatuto Social da Companhia, com o intuito de reduzir o capital social da Corumbá no montante equivalente ao valor patrimonial imobilizado dos 3.523,07 hectares, que perderam a natureza de APP.

Referida operação se justifica pela alocação mais eficiente dos recursos da Companhia, uma vez que a manutenção, conservação e fiscalização das áreas que não são mais consideradas APP e que não são utilizadas na geração de energia elétrica, inclusive custos para evitar e/ou reverter ocupações irregulares por terceiros nessa área, acarretam significativos custos financeiros e operacionais à Companhia.

A ANEEL, por sua vez, emitiu 21 de dezembro de 2022 a Nota Técnica nº 241/2022 – SFF/ANEEL, que concluiu que a redução de capital da Corumbá, em valor proporcional ao valor da área de 3.523,07 hectares que perdeu a natureza de APP, não impacta o resultado da Companhiae, portanto, não impactará a viabilidade da operação da concessão, que continuará com uma estrutura de capital adequada para financiar seus ativos e suas obrigações.

A afluência hídrica local média em 2023 (76,5 m^3/s) se situou bastante menor das médias ideais de longo prazo (127 m3/s) porém não muito diferente do realizado na bacia do Paranaíba como um todo, verificando-se um patamar de 60% do ideal (Média de Longo Termo – MLT - esperada). O subsistema Sudeste/Centro-Oeste como um todo registrou bons valores nesse ano, em cerca de 90% da MLT.

Tais valores foram menores que o conjunto do Sistema Interligado Nacional - SIN, e do subsistema Sudeste/Centro-Oeste que findou o ano com 69% de armazenamento contra 35,7% observados na Companhia. Foi a quinta pior série média de afluências desde a entrada em operação da Companhia em 2006.

A geração bruta média acumulada no ano foi de cerca de 38,2 MW (cerca de 53% da energia assegurada total versus orçamento de 60%) foi um pouco melhor do que os piores anos da série desde 2006 (2015 a 2019) e bem abaixo de 2020 e dos demais anos bons da série. Apesar disso, as demais variáveis sistêmicas do mercado nacional de energia, principalmente aquelas relacionadas às liquidações financeiras do mercado de curto prazo (GSFs, PLDs etc.) fizeram com que o resultado das liquidações financeiras na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) fosse negativo (despesa) em cerca de R$ 4.290 apenas, graças ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e da estratégia de compra de energia para lastro e hedge aprovado pelo Comitê de Comercialização para 2023.

A geração operacional de caixa da Companhia pelo método direto/gerencial foi de R$ 229.297 (76,8% da receita) nesse ano, sendo integralmente suficiente para fazer face ao restante do pagamento da obra jusante, impostos, dividendos maiores e Juros sobre capital próprio - JCP. Os prazos médios de recebimento e pagamento (ciclos operacionais e financeiros) estão alinhados de forma que a necessidade de capital de giro seja adequada ao faturamento, sendo cerca de um terço do mesmo.

A Companhia continuou a investir em seus projetos ambientais e sociais, bem como atendeu com excelência suas condicionantes ambientais previstas em sua L.O. (Licença de Operação), tendo requerido a renovação da mesma em 01 de outubro de 2019, um mês antes do prazo previsto. Em 2020 o IBAMA remeteu para a Companhia uma análise preliminar da renovação da L.O. pedindo ajustes diversos, novos dados e novos relatórios que foram enviados em dezembro de 2020. Ao longo de 2021 ajustes e conversas foram envidadas com o IBAMA tendo o mesmo liberado a renovação da L.O. por mais 10 anos em dezembro de 2021.

GSF ("Generation scalling fator")

Nas médias mensais não houve descolamento significativo dos GSF de Mercado versus o GSF de Repactuação, que, ao final do ano ambos fecharam em 90%, valor bastante acima dos observados nos anos de péssima afluência geral (2015-2019) e dentro do limite do seguro contratado (SP90). O impacto negativo pequeno nas liquidações financeiras do MRE em 2023 se explica pela trajetória do PLD ao longo desses períodos dado a retomada da afluência hídrica nacional, de forma confortável, onde observamos menores PLDs justamente onde o pequeno descolamento dos dois GSFs foi desfavorável.

Liquidação SANEAGO:

Foi retirado, em 2020, do passivo contingente da Companhia a provisão de R$45.000 referente à liquidação de sentença do caso SANEAGO, alusivos à indenização de uma estação inacabada de captação de água bruta no Rio Corumbá (Estação Elevatória de Água Bruta - EEAB) que foi submersa pelo enchimento dolago de UHE Corumbá IV, no município de Luziânia (GO), cujo valor a indenizar deveria ser apurado por perícia judicial. Durante a fase pericial a SANEAGO produziu extenso laudo técnico alternativo apontando o valor a indenizar atualizado de R$81.796, o qual foi veementemente impugnado pela Companhia através do trabalho produzido por sua assistência técnica de engenharia civil e advogados. Ao final, na data de 29 de outubro de 2020, após audiência de esclarecimentos pelo perito e de oitiva das partes, o juiz homologou a perícia judicial, na ordem de R$ 13.659, o qual tem por referência os cálculos, índices e parâmetros utilizados no laudo pericial datado de 21 de setembro de 2019, reduzindo consideravelmente o valor anteriormente provisionado e afastando definitivamente os parâmetros utilizados no cálculo da SANEAGO nessa data.

Contudo, em 11 de junho de 2021, foi proferida sentença de liquidação, fixando a indenização devida pela Companhia em R$13.659, com a incidência de correção monetária pelo INPC a partir de 23 de setembro de 2019 e juros moratórios de 1 % (um por cento), desde a citação na ação de conhecimento em 2007. Os cálculos somariam então R$ 41.065. A sentença de liquidação foi alterada pelo próprio juiz em julgamento de recurso de embargos de declaração, para ajustar o valor devido pela Companhia, limitando a incidência de juros e correção monetária a partir de 23 de setembro de 2019, o que corresponde ao valor de R$ 18.500. Desse modo, a Companhia depositou em 21 de julho de 2021, o valor incontroverso de R$ 18.500, com o devido registro e atualização na respectiva conta contábil e a diferença, isto é R$ 22.229 foi provisionada, já que a sentença de liquidação ainda não transitou em julgado. Em dezembro de 2021, o TJDFT reformou a sentença de liquidação, restabelecendo os juros de mora em 1 % a partir da citação na ação de conhecimento (abril de 2007). A Companhia interpôs embargos de declaração, que não foram providos pelo TJDFT. Na sequência, a Companhia então interpôs recurso especial que não foi admitido pela presidência do TJDFT. Diante da não admissão do recurso especial, a Companhia interpôs recurso de Agravo em Recurso Especial, que foi remetido ao STJ, e aguarda julgamento, com o objetivo de restabelecer os juros de mora, a partir do laudo pericial e não desde a citação, que foi remetido ao STJ, com autuação em 09 de setembro de 2022 e distribuído ao Ministro Marco Buzzi, na data de 15 de dezembro de2022, aguardando julgamento desde então, com o objetivo de restabelecer os juros de mora, a partir do laudo pericial e não desde a citação.

Voltando a falar sobre o tema de armazenamento/afluência hídrica do Sistema Interligado, o Subsistema Sudeste-Centro Oeste fechou 2023 com valores bastante bons, próximos a 69% de armazenamento de água, acima dos valores do reservatório da Companhia que fechou o ano com 35,7% de nível de armazenamento, explicado pela despacho conservador do ONS no contexto de um ano que a afluência média na bacia do Paranaíba não foi muito boa (em contraste com as demais sub bacias do país), fechando o ano com apenas 56,8% de armazenamento.

Em termos mensais notamos baixas afluências na Companhia, com exceção somente dos meses de janeiro e março de 2023. No cômputo global, pior que o subsistema SE/CO e média de afluência percebida pela empresa em 2022 foi cerca de 60% da Média de Longo Termo (MLT).

A maior cota observada no reservatório foi em março e abril com quase 100% de armazenamento (842,6 metros). Quando observamos o gráfico a seguir fica clara a estratégia do ONS em conservar água na usina (sub bacia do Paranaíba), onde meses como abril e maio, que tipicamente são bons meses de geração, em 2023 foram despachados em média um terço da energia assegurada.

Outro fator explicativo para os despachos intermitentes é o fato de as geradoras hídricas serem as "baterias" do setor, provendo flexibilidade de geração e potência em face das gerações "não flexíveis" (solar & eólica).

Os gastos da Companhia com compra de energia bilateral para hedge/lastro em face do GSF no ano de 2023 foram cerca de R$ 10.500 (referentes a compras escalonadas de 5,1 MW até 15,1 MW no mesmo ano em dezembro), que ensejaram no balanço energético final que as liquidações financeiras no âmbito da CCEE somassem apenas R$ 4.290. Quando somamos compra de energia e liquidações CCEE observamos umas das menores relações com o faturamento, de apenas 4,95% no ano.

Podemos observar a menor geração física (MW médios) ao longo de 2023 em comparação ao requisito da energia garantida (72 MW) sazonalizado "flat". A exposição média ao final do ano foi de cerca de 34 MW sendo "comprados" no MRE ao preço da TEO (tarifa de energia de otimização).

Após 2015, com as seguidas crises hídricas (local e nacional), com exceção do ano de 2020, verificamos menores patamares realizados de geração e uma curva quase "flat", desde 2022. Os reflexos financeiros de eventuais patamares de geração menores são minorados pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE entre as geradoras hídricas, pagando-se uma "tarifa" de cerca de R$ 25/MWh (com mix da TEO Itaipú) para cada MWh não gerado no "condomínio".

Por outro lado, as horas diárias sem geração leva ao acionamento dos geradores a diesel da Usina para suprir a energia para os serviços auxiliares, demandando recursos para a compra do combustível citado. Em agosto de 2023 a casa de força foi ligada à rede da Distribuidora (Equatorial GO), em alta tensão, evitando o consumo de diesel a partir desta data.

Em 2023 mais da metade (58%) do total de horas não foi registrada geração. Esse patamar foi pior que o ano de 2021 e 2022 onde registramos 48/54% do total de horas sem geração. Essa piora no perfil de geração também foi sentida na distribuição desigual da geração ao longo das horas dentro de cada dia, de cada mês, levando a um consumo maior de diesel em 2022 para os GDG's, os quais abastecem os Serviços Auxiliares (SA) quando a Usina não gera, porém em 2023 os gastos com diesel finalizaram em julho.

O último fornecimento de diesel para os GDG's foi realizado em julho, devido a conclusão do Painel de Transferência da LT de 34,5kv 225KVA e a concessionaria de energia local (Equatorial) começou a fornecer energia aos SA da Usina. Resultado que originou uma economia de aproximadamente R$ 380 em relação ao ano anterior.

Iniciando-se com a performance integral do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVE reajustado pelo IGP-M em cerca de 0,17%, passamos por outros itens que reduzem a receita como as liquidações financeiras do MRE pouco negativas em 2023, que ainda assim não penalizaram fortemente as receitas. Mesmo reconhecendo nesse ano algumas despesas *ad hoc* com advogados relacionadas aos casos litigiosos de sucesso, taxas e despesas com peritos não recorrentes, registra-se um índice de cerca de 9,2% da relação OPEX gerencial (Pessoal/Material/Serviços e compra de energia) vis a vis o faturamento bruto, em linha com o ano anterior, parte explicado por reduções de despesas negociadas e parte explicado por revisões de processos.

De forma a cumprir e superar as metas do Plano de Negócios 2023-2027, alavancar os resultados econômicos bem como cumprir as diretrizes do Conselho de Administração, a Companhia continuou focada em sua trajetória de redução de custos gerenciais. Os custos gerenciais são aqueles que estão diretamente ligados a gestão da Companhia no dia a dia, excluindo-se provisões, baixas puramente contábeis e compra de energia que está fortemente ligada aos fatores de Mercado/Setoriais já comentados.

A partir do resultado operacional chegamos a um resultado financeiro em 2023 bastante melhor que o estimado, e com melhores resultados que os observados em 2022 e 2021. Ao mesmo tempo que as despesas financeiras associadas às debêntures findaram em 2022, observamos vários valores negativos de IGP-M que, dessa forma, impactam positivamente o saldo devedor da Outorga, registrando-se receitas financeiras ao invés de despesas. No que diz respeito as Receitas Financeiras (R$ 9.427) as mesmas superaram bastante o orçamento sendo as melhores da série histórica desde 2006. O maior saldo médio em conta explica esse descolamento positivo.

A geração operacional (pelo método direto/gerencial) de caixa no ano (R$ 229.297) foi mais que suficiente para cobertura dos demais itens, como, obra jusante e demais despesas com impostos, dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

Com a continuidade da excelência operacional de resultados, projeta-se uma trajetória de caixa livre para os Acionistas em linha com os lucros recorrentes a serem auferidos. Como não poderia deixar de ser, maiores resultados levam a maiores pagamentos de impostos. Em 2023 registramos impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) cerca de duas vezes maiores que os mesmos em 2021.

A grande dimensão do reservatório (173 km^2 de superfície), ao longo de sete municípios, acarreta maiores pressões de custos relacionados às cerca de 23 condicionantes ambientais (PBA's), principalmente em função das demandas adicionais do IBAMA relacionadas ao sucesso da renovação da L.O. em 2021.

Todos os programas ambientais foram reformatados para o formato de "Programas de Gestão Ambiental" (PGA) incluindo algumas demandas adicionais do IBAMA em face da renovação da L.O., que foi emitida com prazo de 10 anos.

Ainda no tocante à geração operacional de resultados, podemos evidenciar o bom desempenho do indicador financeiro chamado "ROIC", que mede o retorno sobre o capital investido (EBIT menos impostos divididos pelo Passivo e PL menos Caixa). Isto é, qual é o retorno percentual nos últimos 12 meses que a Companhia obteve levando-se em conta todas as fontes de financiamento (dívidas + patrimônio Líquido). Nesse ano o ROIC (incluindo obra) atingiu cerca de 26,3%, um excelente retorno. Quando calculamos o retorno sobre o "equity" (ROE em inglês) observamos valores de cerca de 35,3% em dezembro de 2023. A título de derivação das análises, o valor percentual obtido para o ROIC pode ser diminuído do Custo Médio Ponderado de Capital da Companhia (WACC) para chegarmos à geração de valor líquido da Companhia (muito conhecido como Economic ValueAded - EVA). Sendo claramente bastante positivo quando partimos do ROIC já citado.

Presente no Plano de Negócios 2022-2026, a Administração propôs como meta a se desenvolver nesse período, a ação judicial do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, que, iniciada em dezembro de 2017, tem como meta recuperar o valor do negócio que a Companhia perdeu em função de atrasos na entrada em operação comercial e demais sobrecustos não previstos, que, de forma geral, já foram considerados pela ANEEL, como excludente de responsabilidade, como relatado a seguir.

No que concerne ao pleito impetrado na ANEEL, desde 2011, de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 93/2000-ANEEL, através da dispensa dos pagamentos relacionados ao Uso do Bem Público - UBP, como forma de ressarcimento, bem como o pleito de recomposição do prazo de Outorga solicitado na mesma oportunidade, baseado no reconhecimento da excludente de responsabilidade no atraso da obra, a ANEEL, emitiu Nota Técnica (nº 898/2016-SCG/ANEEL), em 13 de dezembro de 2016, recomendando para aprovação em Diretoria o seguinte:

(i) o reconhecimento do período de 479 dias, referente ao atraso na entrada da UHE Corumbá IV, como de excludente responsabilidade da Concessionária, (ii) o aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000 a fim de postergar o prazo de concessão da outorga da usina por igual período e (iii) o indeferimento do pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP.

No que concerne ao indeferimento do pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo UBP, a Companhia, com auxílio do seu corpo técnico e advogados externos, montou processo completo de provas e argumentos, evidenciando todos os sobrecustos associados ao atraso da obra (excludente de responsabilidade) e imputações extras de órgãos ambientais, e deu entrada em petição judicial, na 1ª Vara Cível Federal, de "ação pelo rito comum", com vistas ao reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, agora solicitando, além do não pagamento da UBP mas também, adicionar 4.117 dias ao prazo da Concessão bem como indenização para fazer face aos demais valores de sobrecusto. Em 2018 foi apresentada a petição inicial da Companhia, com a juntada de várias provas, em seguida foi apresentada contestação pela União e pela ANEEL, e por conseguinte a réplica da Companhia baseada em sólidos argumentos. Após, foi determinado que a União e a ANEEL indicassem as provas a serem produzidas, as quais informaram que não têm provas a produzir. Em final de 2019 foram solicitadas perícias contábil e de engenharia Civil, com apresentação de quesitos pela Companhia. Os peritos apresentaram propostas de honorários que estão sendo questionadas pela União.

Após analisada as impugnações pelo juízo, o valor da proposta de honorários foi mantido e a Companhia foi intimada a depositar os honorários periciais, o fazendo em setembro de 2021. As perícias tiveram início em setembro de 2021, com previsão de entrega dos laudos periciais até o final do mês de fevereiro de 2022. As perícias foram concluídas entre agosto e outubro de 2022, respectivamente. Nesse passo, a perícia de engenharia reconheceu os danos apurados em virtude da realização de obras de infraestrutura adicionais, corrigidos monetariamente pelo IGP-M até novembro de 2017, contemplando o custo total do remanejamento do poliduto da Petrobrás, as construções não previstas de estradas e pontes no reservatório da usina e a manutenção do canteiro de obras por 357 dias, pelo valor global de R$ 86.500. A perícia contábil concluiu que a Companhia incorreu efetivamente no pagamento de custos financeiros por contrair empréstimos com outras instituições financeiras em virtude da suspensão do contrato de financiamento com o BNDES, no valor atualizado em outubro de 2022, equivalente a R$ 75.000.

A Companhia se manifestou favorável à conclusão adotada nos laudos periciais, ao passo que a União, solicitou esclarecimentos adicionais ao juízo processante, que se encontra pendente de análise, desde dezembro de 2022.

No tocante a taxa de disponibilidade da Usina em 2023, a mesma, medida pelo ONS se situou em patamares bem acima de 87%, valor mínimo estipulado pela ANEEL, realizando 98% de disponibilidade. Estima-se, para 2024, valores próximos a 96%, devido que a manutenção bianual de 2023 indeferida pelo Operador e adiada para maio de 2024. Bem como, de eventuais atividades de manutenção que necessitem da parada das máquinas.

Os demais parâmetros operacionais na Usina e da Linha de Transmissão se situaram dentro dos padrões esperados. O monitoramento de estabilidade da barragem continua apontando a mesma dentro dos padrões de segurança esperados, sem observações relevantes, sendo inclusive utilizada pelas seguradoras como referência de estabilidade, reduzindo o prêmio pago nos seguros de risco operacional. Nesse quesito registramos em 2018 a substituição de 6 piezômetros que estavam defeituosos por outros (tipo "casa grande") aumentando ainda mais a confiabilidade do monitoramento da estrutura da barragem, e em novembro de 2020 foram trocados os multiplexadores e "datalogers" que compõe os terminais de leitura dos piezômetros elétricos da barragem de forma a atualizar e melhorar a confiabilidade deles.

Ainda, no período de 2022, foi realizada a Revisão Periódica de Segurança de Barragens (RPS), exigida pela Resolução Normativa nº 1.064, de 2 de maio de 2023. A RPS concluiu que não há ocorrências de caráter emergencial e as poucas ações recomendadas podem ser realizadas a médio/ longo prazo.

As manutenções elétricas, eletrônicas e mecânicas dos equipamentos da Central Geradora em 2023 foram, em sua quase totalidade, pequenas manutenções periódicas e programadas. Apenas um pequeno percentual de 4,2 % diz respeito às manutenções corretivas, todas elas sem severidade. Da mesma forma as manutenções na Linha de Transmissão não demandaram intervenções fora da rotina de manutenções previstas, tendo sido quase 100% delas efetuadas.

Da mesma forma, no tocante à manutenção da LT de 138 kV até a Subestação de Santa Maria (41 km), foram efetuadas em 2023 100% das manutenções visuais, detalhadas e mesmo as manutenções corretivas, mantendo a mesma em funcionamento plenamente satisfatório.

1. Finalização das obras de aumento da calha do rio a jusante do canal de fuga (Estudo de Jusante);

A cota de jusante observado na saída do canal de fuga tem sido superior a cota prevista na Curva Chave Cadastrada no ONS (Projeto Básico), o que pode ser ocasionado por barreiras que impedem o escoamento da vazão regular do rio.

Em dezembro de 2019 iniciamos os estudos de escoamento do rio no trecho de jusante e realizado uma simulação hidrodinâmica com o objetivo de investigar o comportamento do fluxo da água nesse trecho. Nesse primeiro estudo, conclui-se que, na hipótese da remoção do assoreamento, composto por material de 1ª e 2ª categoria, o escoamento seria facilitado, podendo ocasionar na redução do Nível d'água (NA) de jusante em aproximadamente (~) 0,65m.

O estudo anterior recomendou que a análise fosse ampliada para um trecho mais longo, de até aproximadamente 14km. Para isso, foi providenciado um estudo complementar tendo como objetivo buscar alternativas que reduziriam o NA no canal a jusante da Casa de Força (CF) da Usina para os valores originais ou próximos à Curva Chave cadastrada (Projeto Básico).

Nessa ocasião, a empresa projetista do empreendimento, com subsídios de seções topobatimétricas e outros dados levantados pela empresa especializada em topografia, que realizou simulações para verificar o efeito na curva-chave de jusante em função de duas possíveis intervenções ao longo de aproximadamente 13km do Rio Corumbá a partir da retificação da Casa de Força.

Os resultados obtidos nessas duas simulações provaram que o NA de jusante seria reduzido ao da Curva Chave Cadastrada. Fica claro que o foco para as intervenções e estratégias para a execução de serviços se concentra na adequação do canal como a remoção das barreiras (assoreamento e afloramento rochoso) e regularização da rugosidade no canal. As atividades de remoção desse material foram iniciadas em novembro de 2021 e finalizaram em 2023, restando apenas a desmobilização da obra.

2. Finalização das atividades de conexão elétrica com a distribuidora local (LT 34,5kv 225KVA).

Os Sistemas Auxiliares (SA) da Usina são alimentados nos seguintes momentos:

• Unidades Geradoras (UG's) em operação no Sistema, independente da geração;
• Um Grupo Diesel Gerador (GDG's), com as UG's fora do Sistema.

Em casos de parada das máquinas por questões de conveniência operativa (carga no SIN), proteção, emergência ou manutenção, o GDG assume a alimentação dos SA.

Ainda, os GDG's são responsáveis pela realização da partida da máquina.

Existem dois GDG's na Casa de Força (CF) de 450kVA, os quais alimenta toda a Usina, e um no Vertedouro (VT) de 115kVA, que por sua vez, alimenta apenas o VT em caso de emergência.

Os GDG's estão em funcionamento juntamente com o início da operação da Usina, em abril de 2006, completando 16 anos de vida. Cada um deles deve funcionar continuamente pelo período máximo de 8 horas, tendo a necessidade da prorrogação desse tempo, é realizada a comutação para outro GDG.

Em casos de paradas das máquinas por um longo período que coincida com manutenções em um dos geradores a Usina não possui outra fonte de energia para alimentação dos SA, bem como, realizar a partida da máquina, o que ocasiona na locação de um gerador provisório para essa situação. Porém, o aluguel de um gerador se torna um desafio por suas especificações, tais como, interligação com o circuito da Usina, potência e, ainda, na dificuldade da busca por fornecedores locais e transporte para a Usina.

Como fonte alternativa de energia para a UHE Corumbá IV, a construção de uma Linha de Transmissão (LT) de 34,5KV, com medição indireta, aumenta a confiabilidade e segurança da Usina. Uma vez que é mais uma fonte de energia a qual será utilizada em dias e horários em que as Unidades Geradoras (UG's) se encontrarem em manutenção ou paradas por conveniência operativa.

Ainda, reduz desde julho de 2023, o consumo de diesel pelos geradores, reduzindo a emissão de poluentes na atmosfera e proporcionando maior segurança para Usina, bem como economia para Empresa, uma vez que o óleo diesel passaria a ser consumido apenas para dar partida nas máquinas.

A Companhia, em linha com as melhores práticas de recursos humanos e ciente de que o seu valor é potencializado através dos seus colaboradores, envidou esforços extras para dar continuidade ao desenvolvimento e valorização da sua equipe, seja investindo em treinamento cerca de 1.461 horas em 2023, seja compartilhando resultados ou mesmo enfatizando o aperfeiçoamento dos seus processos de administração de pessoas.

A fim de atender aos requisitos da Lei Federal nº 14.066/2020 e à Resolução Normativa nº 696 da ANEEL, de 15 de dezembro de 2015 o empreendimento desenvolveu o Plano de Ação de Emergência (PAE) para o barramento da UHE Corumbá IV, documento este que organiza os procedimentos de resposta a situações emergenciais que ameaçam as estruturas da barragem e serve como suporte para a elaboração dos planos de contingência municipais. E, como parte das atividades de operacionalização do PAE, no ano de 2022 foram realizados os simulados internos (colaboradores e terceiros) e externos (população à jusante) para capacitar todos os envolvidos a aplicar os procedimentos necessários e orientá-los a agir frente à cenários emergenciais.

Este foi um importante projeto de capacitação conduzido pelo empreendimento que envolveu toda a comunidade residente na Zona de Autossalvamento (ZAS) e Zona de Segurança Secundária (ZSS), bem como a participação da Defesa Civil do município de Luziânia para materializar os protocolos contidos no PAE.

Comprometida com a preparação e capacitação do jovem no mercado de trabalho, a Companhia mantém programas de aprendizagem e estágio em seu quadro de colaboradores, capacitando os jovens com conhecimento técnico e desenvolvimento de importantes habilidades para o sucesso de sua carreira profissional.

Ainda em conformidade com a promoção de saúde e diversidade da equipe, todas as gestantes, colaboradoras ou dependentes legais, também têm acesso gratuito a um programa especial que oferece orientação e tira todas as dúvidas do período gestacional e pós-parto.

Em adição às ações citadas anteriormente, não se pode perder de vista as seguintes ações qualitativas implementadas e/ou continuadas nesse exercício:

• Pilotagem das demandas fundiárias sem maiores custos para a Companhia;
• Pronto atendimento a diversas demandas dos Acionistas.
• Bom relacionamento com os órgãos reguladores, fiscalizadores e governamentais;
• Início do cercamento das áreas mais sensíveis da APP.

A Administração, por fim, acredita que com a continuidade da trajetória de eficiência nos gastos, a projeção de estabilização das variáveis de mercado/ hidrologia e, principalmente, focando no trabalho dedicado de condução da Companhia ao longo dos desafios regulatórios e jurídicos que se avizinham, a mesma manterá a sua trajetória de lucratividade iniciada em 2017/2018 e alavancada desde 2021.

Sempre atentos às oportunidades comerciais para minimizar possíveis efeitos negativos de uma nova baixa disponibilidade hídrica, da mesma forma, a Companhia através de suas diversas instâncias de governança corporativa continuará a zelar pela excelência técnica bem como a manutenção das melhores práticas.

O atendimento aos Programas Ambientais (sócio, econômicos e físicos) preconizados em sua Licença de Operação (L.O.), da mesma forma, seguirão sendo cumpridos, com estrito senso de manutenção do bom relacionamento e eficiência da Companhia com a Sociedade, o meio ambiente e os órgãos de fiscalização.

Testes de "impairment":

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado.

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de "impairment") a Administração ressalta no caso prático:

A - Principais Indicadores **Externos** de "*impairment*":

(i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;

(ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a Lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada.

(iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que as taxas diminuíram nesse período;

(iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

B - Principais Indicadores **Internos** de "*impairment*":

(i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;

(ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;

(iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Companhia continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

• Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
• Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento "workflow" informatizado de compras e aquisições e relacionamento com fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões;
• Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Companhia, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros;
• Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas;
• Grupo ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área socioambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável - DSR;
• Comitê de Comercialização: Proposto a formatação deste Comitê em 2017, implementado em 2018. Visa a discussão e recomendação das melhores práticas comerciais para deliberação no Conselho de Administração.

A título de nota, é importante frisar que em 2021, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez a gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações os eventuais ajustes nas provisões para esses riscos de acordo com a CPC 25.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2	11.550
Contas a receber	33.542	25.319
Adiantamentos	789	840
Tributos a recuperar	6.466	5.008
Despesas antecipadas	1.165	1.064
Outros ativos	1.303	964
	43.267	44.745
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos diferidos	10.019	10.237
Despesas antecipadas	2.544	3.366
	12.563	13.603
Imobilizado	467.348	483.221
Intangível	4.543	4.939
	484.454	501.763
Total do ativo	**527.721**	**546.508**

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Circulante		
Fornecedores	3.851	2.405
Empréstimos e financiamentos	1.538	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	2.066	1.014
Obrigações trabalhistas e sociais	1.080	1.014
Obrigações tributárias	7.788	7.464
Compromisso com outorga – Uso do bem público	2.671	2.756
Dividendos propostos	14.798	11.528
Outros passivos	433	551
	34.225	26.732
Não circulante		
Fornecedores	131	131
Provisão para causas judiciais	22.467	22.503
Compromisso com outorga – Uso do bem público	29.599	33.298
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	290	476
Obrigações tributárias	532	808
	53.019	57.216
Patrimônio líquido		
Capital social	280.014	280.014
Reservas de lucro	160.463	182.546
	440.477	462.560
Total do passivo e do patrimônio líquido	**527.721**	**546.508**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2023	2022
Operações continuadas		
Receita líquida	287.647	279.709
Custo dos serviços de energia elétrica	(67.807)	(85.204)
Lucro bruto	219.840	194.505
Resultado operacional		
Despesas administrativas	(9.192)	(9.282)
Indenizações		-
Outras receitas/despesas administrativas		
Reversão provisão	372	1.990
Constituição provisão	(336)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	210.684	187.213
Receita financeira	9.893	6.013
Despesa financeira	257	(10.022)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	220.834	183.204
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(64.839)	(60.976)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(218)	(883)
Lucro Líquido do exercício	155.777	121.345
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	875.649	875.649
Lucro Líquido do exercício por lote de mil ações – Em reais	177,90	138,58

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2023	2022
Resultado do Exercício	155.777	121.345
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	155.777	121.345

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ: 04.066.598/0001-72

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	220.716	183.463
Ajustes		
Depreciação e amortização	17.517	17.794
Reversão/constituição de provisões	(36)	(1.990)
Juros, variações monetárias sobre empréstimos	-	7.486
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(8.223)	(3.259)
Fornecedores	(1.446)	279
Tributos a recuperar	(1.458)	(1.495)
Despesas antecipadas	721	757
Outros ativos e passivos	(1.886)	7.443
Caixa proveniente das operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(63.081)	(58.098)
Juros pagos	(27.634)	(26)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	135.190	152.354
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (*)		
Outros	(1.248)	(925)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(1.248)	(925)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos	-	(79.651)
Captação recursos	1.538	-
Dividendos pagos	(147.028)	(67.711)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(145.490)	(147.362)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(11.548)**	**4.067**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.550**	**7.483**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2**	**11.550**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Retenção de lucros	Lucro/Prejuízo acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**280.014**	**12.539**	**120.190**	**-**	**412.743**
Dividendo complementar de 2020	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Lucro do exercício	-	-	-	121.345	121.345
Constituição de reservas	-	6.067	103.750	(109.817)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(11.528)	(11.528)
Em 31 de dezembro de 2022	**280.014**	**18.606**	**164.940**	**-**	**462.560**
Dividendo complementar de 2021	-	-	(135.500)	-	(135.500)
Juros sobre capital próprio (JCP)	-	-	(27.561)	-	(27.561)
Lucro do exercício	-	-	-	155.777	155.777
Constituição de reservas	-	7.788	133.190	(140.978)	-
Dividendos propostos	-	-		(14.799)	(14.799)
Em 31 de dezembro de 2023	**280.014**	**26.394**	**134.069**	**-**	**440.477**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Corumbá Concessões S.A. ("Companhia") foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão nº 93/2000, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo original de 35 anos, podendo ser prorrogada ao final, tendo sido estendido o prazo em 1.137 dias, até 03/07/2040, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.132 de 8 de fevereiro de 2022, consolidada no 7º Termo Aditivo ao contrato de Concessão nº 093/2000.

A Companhia obteve a Licença de Operação – L.O. em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento, renovando a Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, com validade de 18 de abril de 2012 a 26 de março de 2020. Em 20 de dezembro de 2021, o IBAMA renovou a L.O. por mais 10 anos. Após novos estudos de viabilidade técnica, na data de 26 de março de 2014, foi emitida a 1ª Retificação da Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, autorizando o alteamento da cota de operação máxima normal para 842,60m. Com o aumento da cota máxima operacional da barragem em + 0,60 m (842,6 m total), a garantia física da Companhia passou de 76 MW médios para 78,6 MW obtidos (0,6 MW relativos ao ganho local e 2,0 MW relativos aos ganhos de energia na cascata - benefício indireto - ao fim de 2017. A partir de janeiro de 2018, a garantia física total foi reduzida para 75,2 MW médios dado revisão ordinária realizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME (Portaria nº 387, de 19 de dezembro de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2017). Em 06 de dezembro de 2019, de acordo com a Portaria 352 do Ministério de Minas e Energia (MME), a garantia física foi aumentada para 75,3 MW como consequência do aumento de potência instalada para 129,2 MW anuído pela ANEEL em 31 de maio de 2019 (Nota Técnica 346/2019-SCG). Após a segunda revisão ordinária em dezembro de 2022, a garantia física foi para 72MW.

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- Redução do custeio a níveis de excelência;
- Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais;
- Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética;
- Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente;
- Balancear o capital de giro líquido, reduzindo a captação com terceiros progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional;
- Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.); e
- Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica, via aumento de energia assegurada e aumento do prazo de concessão.

A Companhia na condição de associada da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, foi beneficiada em julho/2015 pela liminar proferida nos autos do processo nº. 34944-23.2015.4.01.3400, em trâmite na 20ª Vara Federal, que teve por objeto o fim da cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao aumento do GSF ("GeneratingScaling Factor"). Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico ("seguro" contra GSF) oportunizada pela Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos, e as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 95 dias. Com a opção de repactuação, a Companhia desiste da liminar judicial que a protegia do GSF.

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Conta garantia (a)	1.538	-
	1.538	**-**
Circulante	1.538	-
Não circulante	-	-

Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	-
Principal	1.538	-
Juros	-	-
Amortização	-	-
	1.538	**-**

(a) Utilização em dezembro/2023 de conta garantida, tendo em vista não recebimento da 3ª parcela do PPA, dado efeito calendário/dia útil, liquidada em 02 de janeiro de 2024.

2 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Conforme Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, o recolhimento dos recursos não comprometidos com projetos de pesquisa foram destinados à modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), mensalmente, ao longo de 2022 e devem comprometer em 30% o montante de investimento em projetos de PD&I até dezembro de 2025.

Diante disso, até dezembro de 2025, sob o 1% da ROL, os investimentos em PD&I serão realizados da seguinte forma:

- 0,40% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;
- 0,20% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia);
- 0,28% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,12 % para Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico	188	188
P&D	2.017	1.152
MME - Ministério das Minas e Energia	94	94
CDE	57	56
	2.356	**1.490**
Circulante	2.066	1.014
Não circulante	290	476

Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

Composição (causas prováveis)

	Provisão para causas judiciais – 31 de dezembro de 2023	Provisão para causas judiciais – 31 de dezembro de 2022
Saneago (i)	22.229	22.229
Desapropriação (ii)	230	228
Outros	8	46
	22.467	**22.503**

Movimentação da provisão

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	22.503	24.493
Baixas/reversões	(372)	(2.178)
Constituições	336	188
	22.467	22.503

De acordo com as práticas de governança corporativa e em linha com CPC 25, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2023, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais.

O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos

(i) SANEAGO

Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da Companhia, distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R$ 24.021, orçado em outubro de 2006. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido da SANEAGO, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização equivalente ao custo atual da obra submersa, nas mesmas dimensões e capacidades do fim específico, a ser apurado em procedimento de liquidação de sentença, com o auxílio de peritos judiciais e assistentes técnicos das partes. A condenação incluí mais 10% de honorários de sucumbência em favor da SANEAGO. Em 11 de junho de 2021, foi proferida sentença de liquidação, fixando a indenização devida pela Companhia em R$13.659, com a incidência de correção monetária pelo INPC a partir de 23 de setembro de 2019 e juros moratórios de 1 % (um por cento), desde a citação na ação de conhecimento em 2007. Os cálculos somariam então R$ 41.065. A sentença de liquidação foi alterada pelo próprio juiz em julgamento de recurso de embargos de declaração, para ajustar o valor devido pela Companhia, limitando a incidência de juros e correção monetária a partir de 23 de setembro de 2019, o que corresponde ao valor de R$ 18.500. Nessa linha, a conta contábil foi atualizada fazendo constar o valor de R$ 2.735, correspondendo à diferença entre a atualização dos valores devidos calculados em 16 de novembro de 2020 (R$ 15.739) e os valores devidos com a conta de liquidação atualizada até junho de 2021 (R$ 18.475). Desse modo, a Companhia depositou em 21 de julho de 2021, o valor incontroverso de R$ 18.500, com o devido registro e atualização na respectiva conta contábil, no valor de R$ 1.969, compreendendo a diferença da atualização realizada em junho de 2021 e o valor efetivamente pago em julho de 2021), por fim, o valor de R$ 22.229 foi provisionado, já que a sentença de liquidação ainda não transitou em julgado. A SANEAGO interpôs recurso de Agravo de Instrumento para restabelecer os parâmetros da sentença de liquidação, no que tange à início dos juros de mora desde 2007 (citação no processo de conhecimento). O recurso da SANEAGO foi provido restabelecendo os juros de mora com termo inicial em 2007. A Companhia então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de reverter o entendimento firmado no TJDFT, destacando que os juros de mora devem incidir tão somente a partir da apresentação do laudo pericial em juízo (23 de setembro de 2019). O Recurso Especial foi inadmitido pela presidência do TJDFT, ocasião em que a Companhia interpôs recurso de Agravo no Recurso Especial, com os autos encaminhados ao STJ e aguardando decisão desde 15 de dezembro de 2022. Valor da provisão: R$ 22.229.

(ii) Desapropriação - Engexplo Desmonte e Explosivos Ltda.

Trata-se de ação de desapropriação que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Luziânia-GO, sob o nº 200401747799, referente a área rural atingida pela formação do reservatório da UHE Corumbá, em que não foi possível a composição amigável quanto ao preço da indenização do imóvel, nem quanto aos lucros cessantes da exploração de areia que existia no local. Ao tempo das negociações administrativas verificou-se que o imóvel possuía gravames e averbações em favor do INSS, impossibilitando a continuidade de tentativa de qualquer acordo administrativo amigável, sob pena da Companhia responder por fraude contra credores. Na esfera judicial, após a realização de perícia e de apresentação de recurso de apelação, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização pelas terras e benfeitorias na ordem de R$229 e condenação pelos lucros cessantes de exploração de areia na ordem de R$291, totalizando uma condenação de R$520 (depositado R$ 190). Após apelação e demais recursos pertinentes, foi apresentado Recurso Especial pela Companhia. Em 09 de março de 2021 foi proferida decisão favorável pelo STJ afastando a condenação de lucros cessantes, na ordem de R$291. Restando um saldo de valor histórico a pagar de R$40 e eventuais obrigações acessórias (juros, correção, adv., custas finais).

A ação transitou em julgado na data de 07 de abril de 2021, com a apuração do valor devido pela contadoria judicial em R$ 468. Entretanto, a Companhia impugnou os cálculos de liquidação, para afastar a incidência dos juros moratórios, bem como que seja deduzido do valor devido, a importância depositada em 2004. Foi apresentada conta de liquidação judicial em 03 de outubro de 2023, apontando o valor devido de R$ 497. Em 04 de outubro de 2023, foi expedido ofício à Caixa Econômica Federal para que apresente o valor atualizado do depósito judicial realizado pela Companhia em fevereiro de 2004, no valor de R$ 190. A atualização exata dos valores é fundamental para o encerramento da demanda, já que o valor depositado atualizado, será utilizado para compor o eventual saldo remanescente da obrigação. O feito aguarda a resposta da Caixa Econômica Federal acerca da atualização do depósito judicial. Valor da provisão: R$ 230.

Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

A Companhia possui as seguintes partes relacionadas:

- SERVENG - Energias Renováveis S.A.
- CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
- CEB - Companhia Energética de Brasília
- CEBPAR - CEB Participações S.A.
- CEVPAR -Participações e Investimentos Ltda
- TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília

A Corumbá não possui saldos mantidos com partes relacionadas, exceto pelos dividendos a pagar aos acionistas, no valor de R$ 14.799.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal foi de R$ 2.104 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (2022 – R$ 1.970).

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é representado por 875.649.260 Ações Nominativas sendo 291.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA", 261.401.094 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNB", totalizando um capital subscrito de R$ 280.014.

Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe "A" não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe "A" participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

As ações preferenciais nominativas da Classe "B" têm as mesmas condições das ações Classe "A", com exceção dos dividendos 10% maiores que são atribuídos às ações da Classe "A".

O pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício é devido aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A", Classe "B" e ações ordinárias.

Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado líquido do exercício	155.777	121.345
Constituição de Reserva legal – 5%	(7.788)	(6.067)
Base de cálculo dos dividendos	147.989	115.278
Dividendos das ações ON	(4.758)	(3.707)
Dividendos das ações PNA	(5.780)	(4.502)
Dividendos das ações PNB	(4.261)	(3.319)
	(14.799)	(11.528)
Reserva para retenção de lucros (f)	133.190	103.750

QUADRO ACIONÁRIO

ACIONISTAS	TIPO	QUANTIDADE DE AÇÕES	% AÇÕES SOBRE CAPITAL TOTAL
SERVENG -Energias Renováveis S.A.	ON	157.455.805	17,98
	PNB	261.401.094	29,85
CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal	ON	12.500.000	1,43
	PNA	37.500.000	4,28
CEB - Companhia Energética de Brasília	ON	81.595.364	9,32
	PNA	203.199.943	23,21
CEBPAR - CEB Participações S.A.	ON	6.802.842	0,78
	PNA	6.642.500	0,76
CEVPAR Participações e Investimentos Ltda	ON	8.551.713	0,98
TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília	ON	25.000.000	2,86
	PNA	74.999.999	8,57
Subtotais	ON	291.905.724	33,34
	PNA	322.342.442	36,81
	PNB	261.401.094	29,85
TOTAL		875.649.260	100,0

Reserva de lucros

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	182.546	149.021
Juros sobre Capital Próprio (JCP) (i)	(27.561)	-
Dividendos complementares	(135.500)	(60.000)
Absorção Ajuste Patrimonial	-	(16.292)
Reserva Legal	7.788	6.067
Retenção de Lucros	133.190	103.750
	160.463	**182.546**

(i) Conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Matheus Penido | **Mauro Freitas** | **Marina Jesus de Salles Abreu** | **João Wellisch** | **Cézar Rubens Figueiredo**

DIRETORIA

Marcelo Siqueira Mendes
Diretor Presidente

Kim Parente Currlin Perpétuo
Diretor Técnico

CONTADORA

Rejane Reis Salgado
CRC MG-069601/O-4 T-DF

Informamos que as Demonstrações Financeiras completas incluindo (I) O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (II) Cópia das Demonstrações Financeiras; (III) Parecer dos auditores independentes; e (IV) Parecer do Conselho Fiscal, estão disponíveis no site da empresa **www.corumba4.com.br/publicacoes/** e no seu escritório no endereço SIA Trecho 03 lote 1875 – Setor de Indústrias – Brasília (DF).

FTD EDUCAÇÃO

EDITORA FTD S.A.

CNPJ nº 61.186.490/0001-57

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 *(Em milhares de reais - R$)*

Relatório da Diretoria: Dando cumprimento às disposições estatutárias, submetemos aos Srs. acionistas as demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2023 e 2022.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais – Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	281.971	81.962	282.986	84.788
Contas a receber	242.864	283.859	242.196	285.298
Estoques	402.916	431.061	402.916	431.224
Impostos e contribuições a recuperar	35.946	24.311	36.281	24.627
Instrumentos financeiros derivativos	–	6.750	–	6.750
Outros ativos	29.601	30.158	29.405	29.232
Total do ativo circulante	**993.298**	**858.101**	**993.784**	**861.919**
Não Circulante				
Contas a receber	34	–	34	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	38.798	34.644	38.798	34.644
Instrumentos financeiros derivativos	–	493	–	493
Outros ativos não circulantes	5.620	2.576	5.409	1.439
Total realizável a longo prazo	**44.452**	**37.713**	**44.241**	**36.576**
Investimentos	12.438	12.782	12.649	10.375
Imobilizado	73.681	84.878	73.683	84.882
Intangível	238.811	262.096	238.814	262.099
	324.930	359.756	325.146	357.356
Total do ativo não circulante	**369.382**	**397.469**	**369.387**	**393.932**
Total do Ativo	**1.362.680**	**1.255.570**	**1.363.171**	**1.255.851**

Balanços Patrimoniais – Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Fornecedores	246.370	153.902	246.381	153.904
Empréstimos e financiamentos	108.263	199.312	108.263	199.312
Instrumentos financeiros derivativos	1.618	–	1.618	–
Arrendamentos	8.398	11.288	8.398	11.288
Obrigações sociais e trabalhistas	63.850	57.727	64.109	57.746
Obrigações tributárias	1.088	1.159	1.112	1.159
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	–	2.457	40	2.521
Dividendos a distribuir	22.136	20.823	22.138	20.832
Comissões e direitos autorais a pagar	57.302	45.161	57.302	45.318
Adiantamentos de clientes	60.839	58.244	60.839	58.244
Outras contas a pagar	4.890	2.730	4.893	2.731
Receitas diferidas	370	370	370	370
Total do passivo circulante	**575.124**	**553.173**	**575.463**	**553.425**
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	21.800	4.078	21.800	4.078
Arrendamentos	1.653	8.702	1.653	8.702
Obrigações tributárias	–	–	140	–
Benefícios pós-emprego	24.219	21.201	24.219	21.201
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	4.161	2.812	4.161	2.812
Outras contas a pagar	1.927	1.590	1.927	1.590
Receitas diferidas	1.172	1.481	1.172	1.481
Total do passivo não circulante	**54.932**	**39.864**	**55.072**	**39.864**
Patrimônio Líquido				
Capital social	400.000	400.000	400.000	400.000
Reserva de lucros	311.041	244.281	311.041	244.281
Dividendos adicionais propostos	23.285	18.975	23.285	18.975
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.702)	(723)	(1.702)	(723)
Patrimônio líquido	732.624	662.533	732.624	662.533
Participação não controladores	–	–	12	30
Total Patrimônio líquido	**732.624**	**662.533**	**732.636**	**662.563**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.362.680**	**1.255.570**	**1.363.171**	**1.255.851**

Demonstrações do Resultado Abrangente	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	93.206	87.613	93.216	87.651
Outros resultados abrangentes	(979)	(910)	(979)	(910)
Resultado Abrangente Total do Exercício	**92.227**	**86.703**	**92.237**	**86.741**
Atribuído a:				
Acionistas controladores da Companhia	92.227	86.703	92.227	86.703
Participação não controladores	–	–	10	38
	92.227	86.703	92.237	86.741

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**400.000**	**38.815**	**148.416**	**9.235**	**187**	**–**	**596.652**	**27**	**596.679**
Integralização do capital social	–	–	–	–	–	–	–		–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	87.613	87.613	38	87.651
Reserva legal	–	4.381	–	–	–	(4.381)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios sob a forma de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(20.822)	(20.822)	–	(20.822)
Dividendos adicionais propostos sob a forma de juros sobre o capital próprio	–	–	–	18.975	–	(18.975)	–	–	–
Retenção de lucros	–	–	52.669	(9.235)	–	(43.435)	–	–	–
Resultado atuarial	–	–	–	–	(910)	–	(910)	–	(910)
Outros valores não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(35)	(35)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**400.000**	**43.196**	**201.085**	**18.975**	**(723)**	**–**	**662.533**	**30**	**662.563**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	93.206	93.206	10	93.216
Reserva legal	–	4.660	–	–	–	(4.660)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios sob a forma de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(22.136)	(22.136)	–	(22.136)
Dividendos adicionais propostos sob a forma de juros sobre o capital próprio	–	–	–	23.285	–	(23.285)	–	–	–
Retenção de lucros	–	–	62.099	(18.975)	–	(43.124)	–	–	–
Resultado atuarial	–	–	–	–	(979)	–	(979)	–	(979)
Outros valores não controladores	–	–	–	–	–	–	–	(28)	(28)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**400.000**	**47.856**	**263.185**	**23.285**	**(1.702)**	**–**	**732.624**	**12**	**732.636**

Demonstrações do Resultado

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita Líquida de Vendas e Serviços	**1.358.139**	**1.162.539**	**1.360.828**	**1.166.983**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(472.054)	(419.310)	(472.827)	(419.312)
Lucro Bruto	**886.085**	**743.229**	**888.001**	**747.671**
Com vendas e comerciais	(475.080)	(400.868)	(475.359)	(401.380)
Gerais e administrativas	(235.893)	(224.037)	(238.001)	(224.178)
Resultado da equivalência patrimonial	(840)	5.379	401	1.699
Outras despesas operacionais	(26.753)	(505)	(26.753)	(497)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	**147.519**	**123.198**	**148.289**	**123.315**
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	19.850	9.404	20.025	9.632
Despesas financeiras	(60.109)	(19.024)	(60.788)	(19.047)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**107.260**	**113.578**	**107.526**	**113.900**
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Corrente	(17.704)	(30.403)	(17.960)	(30.687)
Diferido	3.650	4.438	3.650	4.438
	(14.054)	(25.965)	(14.310)	(26.249)
Lucro Líquido do Exercício	**93.206**	**87.613**	**93.216**	**87.651**
Atribuído a:				
Acionistas controladores da Companhia	93.206	87.613	93.206	87.613
Participação não controladores	–	–	10	38
	93.206	**87.613**	**93.216**	**87.651**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício:	93.206	87.613	93.216	87.651
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	55.984	48.056	55.986	48.057
Equivalência patrimonial	840	(5.379)	(401)	(1.699)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	14.054	25.965	14.310	26.249
Juros e variação cambial sobre empréstimos	13.377	10.612	14.032	10.612
Perdas (Ganhos) em contratos derivativos	8.861	609	8.861	609
Juros sobre arrendamentos	1.123	1.504	1.123	1.504
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	4.322	1.329	4.322	1.329
Benefícios pós-emprego	1.535	1.182	1.535	1.182
Provisão para perda no estoque e devoluções	3.386	8.626	3.386	8.626
Provisão créditos com perdas esperadas	3.643	(951)	3.643	(986)
Provisão para devoluções esperadas	4.695	(741)	4.695	(741)
Resultado na baixa de bens do imobilizado	–	(5)	–	(5)
Resultado na baixa de bens do intangível	125.861	128.097	125.861	128.097
Alienação do imobilizado	15.744	511	15.744	511
Reversão provisão para perda em investimentos	(55)	–	(55)	–
Lucro líquido do exercício ajustado	**346.576**	**307.028**	**346.258**	**310.996**
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber	32.623	(81.133)	34.838	(82.461)
Estoques	24.759	(194.810)	24.922	(194.773)
Impostos a recuperar	(29.321)	(44.267)	(29.596)	(44.551)
Outros créditos	(3.169)	(8.780)	(4.137)	(9.444)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(8.305)	69.424	(8.316)	69.448
Obrigações sociais e trabalhistas	6.123	5.353	6.175	5.349
Obrigações tributárias	(71)	344	(190)	344
Comissões e direitos autorais a pagar	12.141	3.723	11.986	3.842
Adiantamentos de clientes	2.595	(11.045)	2.527	(11.045)
Outras contas a pagar	2.495	652	2.663	652
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	17.704	30.403	17.960	30.687
Receitas diferidas	(309)	1.628	(309)	1.628
Pagamentos tributários, trabalhistas e cíveis	(2.973)	(1.213)	(2.973)	(1.213)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(6.582)	(4.950)	(6.759)	(4.950)
Partes relacionadas	–	–	(1.073)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.161)	(34.325)	(20.441)	(34.547)
Caixa gerado nas operações	**374.125**	**38.032**	**373.535**	**39.962**
Aquisições de investimentos, líquido do caixa da adquirida	(4.200)	–	(4.192)	–
Recebimento na venda de imobilizado	48	241	48	241
Aquisições de imobilizado	(30.757)	(6.593)	(30.757)	(6.593)
Aquisições de intangível	(129.468)	(156.486)	(129.468)	(156.486)
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos	4.112	2.701	405	254
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(160.265)**	**(160.137)**	**(163.964)**	**(162.584)**
Fornecedores convênios	100.773	–	100.773	–
Empréstimos obtidos	277.638	225.327	277.156	225.327
Pagamento de empréstimos	(357.760)	(58.389)	(357.865)	(58.391)
Pagamento de arrendamentos	(13.679)	(12.200)	(13.679)	(12.200)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(20.823)	(16.531)	(20.936)	(16.564)
Adiantamento para aumento de capital em combinação de negócio	–	–	479	–
Aumento de capital - CL2M	–	–	2.699	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(13.851)**	**138.207**	**(11.373)**	**138.172**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**200.009**	**16.102**	**198.198**	**15.550**
Saldo inicial	81.962	65.860	84.788	69.238
Saldo final	281.971	81.962	282.986	84.788
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**200.009**	**16.102**	**198.198**	**15.550**

Diretoria

Vanderlei Siqueira dos Santos
Diretor-Presidente

Maurício Leite de Barros Marques Zanforlin
Diretor-Superintendente

Contador

Loecir Anderson de Andrade
CRC 1PR 054023/O-7

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas e embasadas pela Lei 6.404/76 e suas alterações, atendendo às normas tributárias pertinentes. As Notas Explicativas na íntegra e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Empresa.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

espaçolaser depilação

MPM Corpóreos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 26.659.061/0001-59

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Srs. Acionistas, Atendendo às disposições legais, a Administração da MPM Corpóreos S.A. e controladas - "Espaçolaser" ou "Companhia" - apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). **Sobre a Espaçolaser:** A Espaçolaser é a maior empresa de depilação a laser do Brasil em termos de faturamento, número de lojas e clientes atendidos. Em atuação há 19 anos e presente em todos os estados brasileiros, nossa ambição é democratizar o bem-estar por meio da oferta da melhor tecnologia para todos, rompendo com soluções tradicionais. Possuímos um modelo de negócios disruptivo, baseado na satisfação de nossos clientes e colaboradores, e que permite rápida expansão para capturar as oportunidades de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, contávamos com 789 lojas (próprias e franquias) de depilação a laser no Brasil, 20 lojas de depilação a laser na Argentina (através da marca parceira Definit), 9 lojas de marca própria na Colômbia, 25 lojas no Chile (após aquisição da marca Cela), 1 loja franqueada no Paraguai e 4 lojas da Estudioface. Ao final do ano de 2023, a Espaçolaser contava também com 4.659 colaboradores. **Mensagem da Administração:** É com grande satisfação que compartilhamos os resultados do quarto trimestre e ano de 2023, que foi marcado por diversos desafios no cenário macroeconômico, com impactos relevantes principalmente no setor de varejo, e nossa superação nas entregas, mesmo diante dessa conjuntura. Nossa Companhia demonstrou resiliência e determinação, resultando em um período de crescimento notável e transformações significativas, com conquistas significativas em todas as áreas de atuação. Como marca dessa gestão, temos concentrado esforços na execução de nossa estratégia de crescimento sustentável. Iniciamos o ano registrando recordes históricos de vendas em todos os meses do primeiro trimestre. Esses resultados impulsionaram nosso indicador de same-store-sales a um crescimento significativo de 5,0% no ano de 2023, marcando o início do turnaround iniciado em meados de 2022. Além disso, durante todo o período implementamos otimizações estratégicas em nosso portfólio de lojas próprias, além de melhorias na jornada do cliente, que resultaram em maior eficiência operacional e sustentabilidade financeira. Durante o primeiro semestre do ano, mantivemos um foco constante na aquisição e fidelização de clientes, refletindo no fortalecimento do funil de vendas, e que garantiu consistência no crescimento das vendas, com destaque para um system-wide sales que atingiu R$ 1,6 bilhão no ano, representando uma alta de 7,0% em relação a 2022. Atrelado a nossa estratégia de crescimento sustentável, o ano também foi marcado pela implementação de diversas iniciativas, com foco na captura de ganhos de eficiência nos custos e despesas e que geraram resultados relevantes. Essas iniciativas refletiram na melhora expressiva de margens da Companhia. No acumulado do ano de 2023, o EBITDA ajustado totalizou R$ 213,1 milhões, com crescimento expressivo de 39,0% e ganho de margem de 4,7 p.p. Nosso foco constante na otimização da operação e melhoria de todos os indicadores nos levaram a uma reversão de prejuízo importante, com lucro líquido ajustado totalizando R$ 6,6 milhões em 2023, e ganhos de margem líquida de 5,7 p.p., frente a um prejuízo de R$ 47,0 milhões no ano anterior. Estes esforços fizeram com que encerrássemos o ano com uma posição financeira mais sólida, reflexo de nossa gestão eficiente e estratégias bem executadas. Encerramos o ano com fluxo de caixa operacional ajustado de R$ 197,2 milhões, com crescimento de 73,2% no período e cash conversion de 92,5%. Nosso forte compromisso com a excelência nos serviços e satisfação dos clientes resultou em índices elevados de satisfação e liderança no mercado. Encerramos mais um ano sendo referência em qualidade no atendimento, com um NPS de 87 pontos no ano, e alcançando uma nota do Reclame Aqui de 8,7 (Ótimo) em dezembro, com certificado RA1000. Adicionalmente, ao longo do ano fomos reconhecidos em iniciativas ESG, incluindo a renovação da Certificação Great Place to Work pelo 4º ano consecutivo, a entrada no ranking GPTW Saúde, e recebemos diversos reconhecimentos relacionados à inclusão e diversidade, além de nossa entrada no IDIVERSA da B3. Por fim, em fevereiro de 2024, anunciamos a 3ª emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R$ 733 milhões. Com essa nova estrutura de capital, voltaremos a investir em tecnologia, digital e na infraestrutura de nossas lojas. Além disso, aumentaremos a eficiência na nossa estrutura de capital, com alongamento da dívida e redução do passivo, para continuarmos otimizando nossas operações, permitindo a realização de investimentos no negócio atrelados à nossa estratégia de crescimento. Em resumo, o ano de 2023 foi marcado por um período de crescimento sustentável, eficiência operacional e compromisso com a excelência nos serviços. Agradecemos a todos os nossos colaboradores, clientes e acionistas pela confiança depositada em nossa empresa. Estamos ansiosos para continuar essa jornada de sucesso no próximo ano. **Otimização da Estrutura de Capital:** Conforme Fato Relevante divulgado no dia 19 de fevereiro de 2024, a Espaçolaser anunciou a aprovação de duas emissões de debêntures, não conversíveis em ações, no valor total de R$ 733 milhões. Foram emitidas (i) 346,5 mil debêntures MPM, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, totalizando, assim, R$ 346,5 milhões, no âmbito da Emissão MPM e (ii) 386,5 mil debêntures Corpóreos, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, totalizando, assim, R$ 386,5 milhões, no âmbito da Emissão Corpóreos e totalizaram, conjuntamente, o valor de R$ 733,0 milhões. Ambas as Emissões possuem prazo de vencimento de 5 anos contados das datas de suas respectivas emissões, com amortização trimestral a partir do 12º mês contado da data de suas respectivas emissões. Os recursos foram usados para quitação antecipada de determinadas dívidas da Companhia, incluindo a segunda emissão de debêntures, realizada em 2022, além da a quitação de operações de crédito externo da Companhia e da Controlada, regidas pela Lei nº 4.131. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% da taxa DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de spread equivalente a 4,50% ao ano. Cabe destacar que, dessa forma, temos toda nossa dívida com pelo menos 12 meses de carência na amortização do principal, e que o nível de alavancagem, medido pela relação dívida líquida/EBITDA contábil excluindo o efeito das incorporações e custos e despesas não recorrentes foi definido em 3,0x até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e em 2,5x deste trimestre social encerrado em 31 de março de 2025 até a data de vencimento das debêntures. Com o alongamento do endividamento, a Espaçolaser pretende usar o dinheiro em caixa para voltar a investir em sistemas de tecnologia e na infraestrutura de suas lojas. Esse movimento estratégico não só se alinha melhor com o fluxo de geração de caixa da empresa, mas também permite que a empresa volte a investir no negócio. **Desempenho Operacional:** ***Espaçolaser Brasil:*** Encerramos o ano de 2023 com um total de 789 lojas Espaçolaser no Brasil, representando uma alta de 2,6% quando comparado ao mesmo período de 2022. Durante o 4T23, registramos uma abertura de 8 franquias, em conformidade com a nossa estratégia de otimização de portfólio de lojas e ênfase na expansão por meio de franquias. No acumulado do ano de 2023, a abertura líquida de franquias totalizou 20 unidades. Ao final do 4T23, das 789 lojas Espaçolaser Brasil, 13,9% estavam em processo de maturação, considerando uma curva de aproximadamente dois anos. Quando comparado ao quarto trimestre de 2022, expandimos a nossa atuação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ao mesmo tempo em que aumentamos nossa capilaridade de lojas de rua e em centros comerciais, e que representaram, no encerramento do 4T23, 44% da base de lojas Espaçolaser no Brasil, frente a 41% no ano anterior. As vendas brutas da rede Espaçolaser (system-wide sales) registrou novo recorde histórico, atingindo R$ 500,5 milhões no 4T23, crescimento de 0,4% frente ao mesmo trimestre do ano anterior, no reflexo do melhor resultado das campanhas promocionais ocorridas no trimestre, e também do maior ticket médio em relação ao 4T22, devido ao ajuste na tabela de preços realizado no 3T23. No acumulado do ano, o system-wide sales também atingiu o maior patamar histórico, totalizando R$ 1,6 bilhão, com crescimento de 7,0% em relação ao ano de 2022. Já o nosso indicador de vendas nas mesmas lojas (same-store sales) apresentou leve redução de 1,3% no 4T23 em relação ao 4T22. O impacto decorre em função da busca de equilíbrio entre volume e preço, onde ao longo do primeiro semestre fortalecemos nosso funil de vendas e conversão de clientes, que geraram um volume significativo, com aumento de frequência e menor ociosidade. Ao longo do segundo semestre, buscamos melhorar a rentabilidade da nossa carteira, incrementando o ticket médio. No acumulado de 2023 o crescimento foi registrado de 5,0%. ***Operação Internacional:*** *Argentina:* Estamos presentes na Argentina desde 2018, nosso primeiro país de atuação fora do Brasil, através de um modelo de joint-venture. Ao longo do trimestre realizamos duas aberturas de lojas, encerrando o 4T23 com 22 unidades neste país, sendo 16 próprias. As vendas atingiram R$ 17,8 milhões no trimestre, alta de 36,2% na comparação anual. No acumulado do ano, as vendas registraram crescimento de 34,5% em comparação a 2022, totalizando R$ 56,2 milhões. Ao longo do trimestre, realizamos 87,1 mil procedimentos no país, alta de 5,0% quando comparado a quantidade de procedimentos realizados no mesmo período do ano anterior. No ano, foram realizados 305,7 mil procedimentos, com ganhos de 20% em relação a 2022. Ambos os crescimentos refletem o aumento relevante de novos clientes na base, no reflexo da captação de leads no período com forte reversão em vendas. *Colômbia:* Em 2020, abrimos a nossa primeira loja na Colômbia, através de uma operação 100% greenfield. Ao final do 4T23, somávamos 9 lojas próprias neste país. As vendas registraram R$ 1,6 milhão no trimestre, crescimento de 11,4% frente ao reportado no 4T22. No ano de 2023, as vendas totalizaram R$ 5,2 milhões. No 4T23, foram realizados 26,5 mil procedimentos no país, com aumento de 37% em relação ao 4T22, e no acumulado do ano, o número de procedimentos realizados totalizou 92,5 mil, com aumento de 35% em relação ao ano de 2022. Em janeiro de 2024, anunciamos a parceria estratégica com a F3L, um influente operador local na Colômbia, que opera negócios em 11 países da América Latina e Espanha e se consolida como um player-chave no cenário colombiano. O grupo assumiu em fevereiro a operação das nove unidades da Espaçolaser na Colômbia no formato de franquias. A expertise consolidada da companhia colombiana é crucial para impulsionar o ambicioso plano de expansão da Espaçolaser na América Latina, e reflete a busca contínua da Companhia por eficiência e aprimoramento em todos os setores do negócio, representando uma oportunidade estratégica para alinhamento operacional e crescimento internacional. Essa colaboração estratégica não apenas fortalece a presença da Espaçolaser no mercado colombiano, mas também demonstra o compromisso contínuo da empresa em oferecer serviços de alta qualidade e inovação em depilação a laser. *Chile:* Iniciamos nossas operações no país em 2021, com a aquisição do controle do grupo Cela, marca que apresenta semelhanças com o serviço, tecnologia e cultura da Espaçolaser. Durante o trimestre, realizamos a abertura de 2 lojas no modelo de franquias encerrando o 4T23 com 25 lojas no país, das quais 20 são próprias. No 4T23, nossas vendas no Chile totalizaram R$ 8,8 milhões, com ganhos relevantes de 24,7% em relação ao 4T22. No acumulado do ano, as vendas apresentaram crescimento de 29,8% em relação ao ano de 2022, e totalizaram R$ 27,8 milhões. No 4T23, registramos aumento de 76,0% em procedimentos realizados, atingindo 98,9 mil procedimentos, e no ano os ganhos foram de 81,5%, com um total de 324,8 mil procedimentos realizados. **Desempenho Financeiro:** *Receita Líquida:* Para fins de comparabilidade, somamos os resultados das Joint Ventures (JVs) e franquias incorporadas nos resultados entre os trimestres 2021 e 2022. A partir do resultado do 4T22 não é mais necessário esse ajuste, dado a conclusão do processo de consolidação societária no 3T22. Conforme artigos 226 e 227 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, as JVs e franquias incorporadas são absorvidas pela Companhia, tendo os resultados do exercício dessas JVs e franquias transferidos para o Patrimônio Líquido da Companhia, a incorporadora. No 4T23, a receita líquida da Companhia atingiu novo recorde histórico de R$ 268,5 milhões, crescimento de 4,8% em relação ao 4T22. Ao longo do trimestre foram implementadas iniciativas que resultaram na redução do nível de cancelamentos, que teve queda de 5,3% na comparação trimestral, para 11,1% da receita bruta, comparado a 12,1% no mesmo período de 2022. Adicionalmente, e alinhado à nossa estratégia de aumento de rentabilidade, o ticket médio apresentou aumento de 7,1% 4T23 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em 2023, a receita líquida ajustada atingiu o patamar recorde de R$ 1,0 bilhão, com ganhos de 8,1% em relação ao ano de 2022. *Custo dos Serviços Prestados e Lucro Bruto:* Nosso custo por loja atingiu R$ 98,6 mil/mês no 4T23, frente aos R$ 93,9 mil/mês registrados no 4T22, incremento de 4,9% no período. No acumulado do ano, nosso custo por loja atingiu R$ 88,1 mil/mês, subindo 9,5% em relação ao ano de 2022. Esse aumento decorre principalmente dos maiores custos diretos no trimestre, reflexo do maior volume registrado no período. Ressalta-se que no acumulado de 2023, o custo por loja como percentual da receita líquida por loja apresentou redução de 1,6 p.p. em relação ao ano de 2022. Os custos de pessoal apresentaram queda de 3,4% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, no reflexo das iniciativas de reestruturação organizacional ocorridas ao longo do ano, impactadas pelo menor headcount por loja em comparação ao 4T22. No acumulado, o custo de pessoal cresceu 1,5% em relação a 2022, impactados pelo maior pagamento de comissões por superação das metas de venda, além do efeito do acordo coletivo anual da categoria. Apesar do crescimento registrado, como percentual da receita líquida os custos apresentaram melhora de 2,4 p.p. em relação ao ano de 2022, refletindo os ganhos de alavancagem operacional das iniciativas de redução de custos implementadas ao longo do ano. Nossos custos de aluguel apresentaram redução de 8,4% em relação ao 4T22. Ao longo de todo o ano de 2023, a Companhia implementou um programa de renegociação dos contratos de aluguéis, com revisão de toda a base de lojas, resultando em uma diminuição nos custos de ocupação, com diluição de 1,1 p.p. em relação à receita líquida no ano comparado ao mesmo período de 2022. Continuamos focados no ganho de alavancagem operacional, por meio da melhor gestão de custos e despesas, com o intuito de minimizar os efeitos inflacionários sobre nossas operações. As ações voltadas para a redução de despesas com pessoal, renegociações dos contratos de aluguel, iniciativas de aprimoramento da eficiência operacional e a revisão de contratos que vem ocorrendo desde o início de 2023, devem continuar gerando ganhos de eficiência, fortalecendo ainda mais a sólida gestão de custos da Companhia. Com isso, o lucro bruto da Companhia totalizou R$ 99,3 milhões no 4T23, crescimento de 9,6% em relação ao 4T22, com margem bruta de 37,0%. No acumulado de 2023, o lucro foi de R$ 399,8 milhões, com crescimento de 12,5% e ganho de margem bruta de 1,6 p.p. para 39,7%, demonstrando a continuidade dos ganhos de eficiência relacionados as iniciativas de otimização de custos foram realizadas durante o ano. *Despesas Gerais e Administrativas:* As despesas gerais e administrativas alcançaram R$ 52,0 milhões no 4T23, queda de 3,8% na comparação anual, o que equivale a 19,4% da receita líquida do trimestre, 1,7 p.p. abaixo na comparação anual, refletindo os esforços contínuos de otimização de headcount em nosso backoffice, além da reversão de provisões de devedores duvidosos e outras iniciativas de eficientização. O incremento em despesas de marketing registrado no trimestre e ano de 2023 está alinhado com a estratégia da Companhia de reforçar o investimento em propaganda e publicidade e em melhorias na jornada dos nossos clientes, que resultou no aumento do sell-out, e na consolidação da marca como sinônimo de categoria. Durante o trimestre, realizamos ajustes nas despesas operacionais para excluir montantes não recorrentes relacionados ao provisionamento total de royalties que anteriormente eram objeto de um provisionamento gradual, alinhando nossos registros contábeis à realidade de que esgotamos as iniciativas para recebimento dos valores. Como resultado de write-off dos royalties reconhecemos a reversão de provisão correspondente e a constituição da perda efetiva, atualizando a nossa aderência as mais sofisticadas regras contábeis. Adicionalmente, no 4T23, houve também a revisão de investimentos históricos e royalties relacionados à nossa operação na Argentina. No ano, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 192,1 milhões, com redução de 2,4% e equivalente a 19,1%, com melhora de 2,1 p.p. como percentual da receita líquida em relação ao ano anterior. *EBITDA Ajustado:* Como resultado dos esforços em todas as frentes realizados no 4T23 e durante todo o ano, conseguimos entregar resultados sólidos e consistentes, com um EBITDA Ajustado de R$ 43,9 milhões no trimestre, crescimento de 29,8% em relação ao 4T22, e uma margem EBITDA ajustada de 16,4%, ganho de 3,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2023, os indicadores de EBITDA apresentaram um crescimento significativo de 39,0% em comparação com o mesmo período do ano anterior, e atingiram R$ 213,1 milhões, com margem EBITDA ajustada de 21,2%, representando um ganho de 4,7 p.p. Esses resultados reforçam a eficiência do nosso turnaround iniciado em meados de 2022, com a implementação de projetos focados no crescimento da receita e redução de custos, melhorando a rentabilidade da Companhia e toda a experiência e jornada dos nossos clientes. *Depreciação e Amortização:* No 4T23, a depreciação e amortização totalizou R$ 13,4 milhões, aumento de 6,2% na comparação anual. Em 2023, a depreciação e amortização atingiu R$ 51,4 milhões, estável em relação ao mesmo período de 2022. *Resultado Financeiro:* No 4T23, nosso resultado financeiro foi uma despesa de R$ 29,6 milhões, estável (-0,3%) em relação ao 4T22. No acumulado, o resultado financeiro foi uma despesa de R$ 115,5 milhões, com redução de 16,8% em relação ao ano de 2022, positivamente impactado pelo menor pagamento de juros no período, além do rendimento de aplicações financeiras realizadas no período. *Imposto de Renda e Contribuição Social:* Ajustamos a linha de Imposto de Renda e Contribuição Social para refletir os custos e despesas não recorrentes detalhados nas seções correspondentes do documento. No 4T23, registramos uma despesa de R$ 8,3 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social, frente a uma despesa de R$ 4,4 milhões no ano anterior. Em 2023, o imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 39,7 milhões negativos, ante R$ 10,0 milhões negativos em 2022. *Lucro (Prejuízo) Líquido:* No 4T23, registramos um prejuízo de R$ 7,4 milhões, em comparação ao prejuízo de R$ 12,9 milhões registrado no mesmo período do ano anterior. Em 2023, e no reflexo dos efeitos descritos acima, a Companhia apresentou reversão de prejuízo, registrando um lucro líquido ajustado de R$ 6,6 milhões, em comparação ao prejuízo de R$ 47,0 milhões em 2022. A margem líquida também apresentou um crescimento expressivo de 5,7 p.p. no período, para 0,7% no ano de 2023. *Fluxo de Caixa Operacional:* No 4T23, o fluxo de caixa operacional ajustado foi de R$ 34,8 milhões, com crescimento de 24,5% em relação ao 4T22. Essa melhoria deve-se ao menor capital de giro registrado no período, principalmente devido às iniciativas de otimização na gestão do caixa da Companhia. No acumulado, a Companhia apresentou uma geração de caixa operacional ajustada de R$ 197,2 milhões, representando uma conversão de EBITDA para caixa de 92,5% no período e um crescimento de 73,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. *Investimentos:* Durante o 4T23, mantivemos a nossa estratégia de concentrar os esforços na expansão por franquias, sem a abertura de lojas próprias no período, representando assim uma redução de 74,0% nas atividades de investimento na comparação com o mesmo período do ano anterior. No ano de 2023, nosso Capex somou R$ 45,4 milhões, redução de 24,6% quando comparado ao ano de 2023. A maior parcela dos investimentos foi direcionada à renovação do nosso parque tecnológico, especialmente no 1T23. *Endividamento:* Ao final do 4T23, a Companhia possuía uma dívida líquida de R$ 594,5 milhões, redução de R$ 6 milhões na comparação anual, resultando em um nível de alavancagem de 2,36x no 4T23, redução importante em relação aos 3,41x registrado no mesmo período de 2022, e considerando a relação dívida líquida/EBITDA Contábil excluindo o efeito contábil das empresas incorporadas e custos e despesas não recorrentes, patamar segue abaixo dos covenants da 2ª emissão de debêntures de 3,0x, com redução considerável de 0,7x no indicador em relação ao mesmo período do ano anterior. É importante mencionar que, conforme citado anteriormente, a Companhia possui desde fevereiro de 2024 uma nova estrutura de capital, que melhor se alinha com o fluxo de geração de caixa da empresa, e que também permitirá que a empresa volte a investir no negócio e na execução de sua estratégia de crescimento. **Governança Corporativa:** Em 01 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu sua listagem no Novo Mercado da B3, segmento que contempla as melhores práticas de governança corporativa de companhias abertas, demonstrando a importância deste tema para a Companhia. A Companhia possui uma estrutura organizada de governança para os temas de riscos, compliance e auditoria. O Comitê de Auditoria composto de 3 membros, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão: (i) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) da conformidade da Companhia com seus valores, diretrizes estratégicas, Código de Ética e Conduta e políticas internas; (iii) das qualificações e independência do auditor independente; (iv) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes; e (v) da gestão de riscos. Desde 2021, a Companhia mantém o Comitê de Ética para promover o respeito, o cumprimento e o aprimoramento dos princípios éticos, bem como monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia. O Comitê de Pessoas, Cultura e Governança, implantado em 2022, tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão e avaliação: (i) da estrutura organizacional da Companhia; (ii) das políticas ou práticas de desenvolvimento de pessoas, diversidade, treinamento, remuneração, benefícios e retenção de talentos; (iii) dos planos de sucessão de colaboradores que ocupem posições chaves na Companhia; e (iv) das políticas relacionadas aos temas de pessoas, cultura e governança da Companhia. A Companhia possui uma área de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, responsável por, dentre outros: (i) avaliar a eficácia do nível de governança da Companhia; (ii) supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria e o alcance dos controles implementados; e (iii) aferir a aderência dos processos da Companhia aos órgãos reguladores diversos. Em 29 de abril de 2022, foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia, composto por três membros e seus suplentes, com a missão de fiscalizar os atos dos órgãos da administração da Companhia e informar aos órgãos da administração e à Assembleia Geral as matérias de sua competência, exercendo as suas funções no exclusivo interesse da Companhia. A Companhia possui ainda um Canal de Denúncias ativo administrado por uma empresa externa independente, que permite que seus colaboradores, quaisquer terceiros, fornecedores, clientes, franqueados e público em geral, encaminhem denúncias através do site https://canalconfidencial.com.br/espacolaser/ ou do telefone 0800 591 1896. Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Apuração de Denúncias, que orienta sobre a apuração de desvios de conduta ou atos ilegais reportados ao canal de denúncias ou quaisquer outros meios de contato. A apuração das denúncias resguarda a segurança e a confidencialidade das informações tratadas e de eventuais testemunhas que auxiliarem na elucidação dos fatos. A Política de Apuração de Denúncias é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, parceiros comerciais, agentes intermediários, representantes, prestadores de serviços ou quaisquer outros terceiros que atuem em nome da Companhia. **Premiações:** Em 2023, recebemos os seguintes prêmios e reconhecimentos: • Certificação *Great Place to Work*; • 8° lugar no Ranking GPTW Saúde - Categoria Indústria e Serviços; • Certificação Saúde Emocional da *Great Place to Work;* • Prêmio Reclame Aqui; • Selo Master de Franquia Internacional (ABF); • Prêmio Destaque de Internacionalização (ABF); • Selo Bronze de Empresas pelo Bem-Estar (Zenklub). **Responsabilidade Social:** A Companhia busca realizar ações que contribuam para a formação de uma sociedade mais justa. Valorizamos a inclusão e o acolhimento, adotando práticas que visam transformar vidas e promover o bem-estar em diversas esferas da sociedade. Abaixo são listadas algumas das principais iniciativas da Companhia: ***• Patrocínio de Atletas.*** A Companhia patrocina a carreira de vários atletas brasileiros de diferentes modalidades, entre eles, os medalhistas paralímpicos Phelipe Rodrigues, Edênia Garcia e Maria Carolina Santiago os esgrimistas Paulo Morais e Pedro Marostega e os surfistas Caio Costa e Carlos Bahia. ***• Mel Acolhe.*** A Companhia criou um programa de apoio às suas colaboradoras vítimas de violência doméstica. O Mel Acolhe oferece acolhimento e orientação jurídica, psicológica, socioassistencial e médica, e o atendimento é sigiloso e sem nenhum tipo de interferência da Companhia, apenas de especialistas da ONG Bem Querer Mulher. Em 2023, foram realizados 3 eventos (contando com 139 participantes), e o programa atendeu 34 mulheres. ***• Espaçolaser Abraça.*** O Espaçolaser Abraça é um programa de inclusão social e capacitação de pessoas com deficiência intelectual. O programa foi desenhado com alguns parceiros especialistas no tema: Instituto Jô Clemente, Consultoria UDiversidade e Instituto Serendipidade. O programa também contempla treinamentos sobre diversidade e inclusão para os atuais colaboradores, para receberem os nossos novos profissionais. Em 2023, foram treinados 4.951 colaboradores. Além disso, a Companhia desenvolveu um treinamento sobre DE&I 100% focado em liderança, e foram treinados 523 líderes, incluindo a alta liderança. ***• ONU Mulheres.*** A Companhia é signatária da ONU Mulheres. A Companhia se juntou a essa importante entidade na defesa dos direitos da mulher, firmando o compromisso com os Princípios de Empoderamento das Mulheres (ou Women's Empowerment Principles - WEPs). O propósito da Companhia com esse pacto é contribuir com o empoderamento das mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia. Dentro do quadro de funcionários da Companhia, 96% são do sexo feminino, sendo que 92% de nossa liderança e 83% dos cargos de C-Level são compostos por mulheres. ***• Projeto Gestantes Espaçolaser.*** Programa que, desde 2018, assegura o acompanhamento durante a gestação, com o apoio da empresa Topmed. A cada 3 meses, são realizados "Encontros de Gestantes", onde o RH traz profissionais da saúde (médicos/enfermeiros obstétricos) para falar de temas como amamentação, parto e primeiros cuidados com o bebê, etc. Em 2023, foram realizados 4 encontros, contando com 117 participantes. Além disso, a Companhia prepara dentro do programa a ação "Mamãe Retorna" que tem como objetivo acolher/respaldar estas mães que estão retornando ao trabalho, atualizando-as com as informações do período em que ela esteve ausente. Em 2023, 170 colaboradoras participaram deste momento. ***• Etnias EL.*** Programa de diversidade étnica, contemplando rodas de conversas, workshops e grupo na plataforma de comunicação interna para criar uma rede de apoio. Em 2023, foram realizados 3 encontros, somando 138 participantes. ***• ELGBT+.*** Programa que contempla rodas de conversas e grupo na plataforma de comunicação interna da Companhia para fóruns de discussão e compartilhamento de informações. Em 2023, foram realizados 2 encontros, somando 140 participantes. ***• Programa EL Cuida:*** Programa de saúde emocional com o parceiro Zenklub. Colaboradores e seus dependentes têm disponível uma plataforma de saúde emocional que conta com diversos conteúdos, registro de emoções diárias, acesso a psicólogos e terapeutas para realizações de sessões de terapia. Além disso, são realizados encontros e palestras para todos os colaboradores com informações sobre o tema. Em 2023, tivemos 5 eventos, somando 330 participantes. Neste mesmo ano, tivemos a conquista do Selo Empresa pelo Bem-Estar na categoria Bronze da Zenklub e a Certificação Saúde Emocional da *Great Place to Work.* ***• Programa de Voluntariado:*** No decorrer do ano, são realizadas diversas ações sociais envolvendo os colaboradores para apoiarem alguma causa ou ONG. Em 2023, nossos colaboradores nos ajudaram a transformar a vida de mais de 360 pessoas, com ações de Natal solidário, campanha do agasalho, páscoa, etc. Outra frente dentro do programa, é concessão do serviço do laser, em nossa área técnica para pessoas de baixa renda, vinculadas às ONG's parceiras, em 2023, foram atendidas 187 pessoas. **Auditores Independentes:** Informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços para a Companhia: (i) revisão das informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com o "CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária" e a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, assim como para os mesmos trimestres de 2021, 2022 e 2023; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022, 2021, 2020, 2019, 2018 e 2017; (iii) revisão de documentos da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e emissão de carta conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia; e (iv) assim como um trabalho de seller due *diligence* contratado pela empresa no quarto trimestre de 2019. Adicionalmente, em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. **Declaração da Diretoria Executiva:** A Diretoria da Espaçolaser declara que, em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 21 de março de 2024; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, autorizando sua conclusão nesta data. **Agradecimentos:** A Administração da Espaçolaser agradece a todos seus clientes, colaboradores, franqueados e acionistas pela confiança e apoio durante o ano de 2023. Encerramos o ano com melhoras importantes para a operação, confiantes de que temos planos sólidos para a retomada gradual da rentabilidade de nossa operação e para capturar as oportunidades de crescimento associadas ao desenvolvimento do mercado de depilação a laser.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**15.959**	178.279	**157.962**	238.394
Contas a receber	7	–	–	**738.090**	691.179
Instrumentos financeiros derivativos	26	–	–	**2.421**	5.129
Adiantamento a fornecedores		–	2	**1.313**	11.002
Tributos a recuperar	16.2	**4.007**	1.497	**40.730**	27.186
Outros ativos		**968**	1.063	**12.179**	7.432
Total do ativo circulante		**20.934**	180.841	**952.695**	980.322
Não circulante					
Contas a receber	7	–	–	**59.030**	56.424
Contas a receber - partes relacionadas	17	**7.852**	514.972	**8.072**	18.458
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	–	–	**35.744**	41.235
Imobilizado disponível para venda		–	–	**1.958**	–
Outros ativos		–	11	**1.050**	5.633
Títulos e valores mobiliários	13	–	–	**20.000**	20.000
Investimentos	8	**1.601.485**	990.295	–	–
Ativos por direito de uso	12	–	–	**89.116**	64.474
Imobilizado	9	**206**	233	**311.984**	322.170
Intangível	10	**3**	6	**804.968**	821.801
Total do ativo não circulante		**1.609.546**	1.505.517	**1.331.922**	1.350.195
Total do ativo		**1.630.480**	1.686.358	**2.284.617**	2.330.517

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**60.559**	9.003	**132.432**	45.757
Debêntures	13	**291.583**	47.061	**291.583**	47.061
Passivo de arrendamento	12	–	–	**32.189**	26.868
Fornecedores	19	**478**	1.744	**27.879**	27.487
Contrato oneroso	11	–	–	**8.243**	8.243
Receita diferida	21.1	–	–	**304.599**	303.649
Salários e encargos sociais		**33**	–	**66.231**	47.155
Impostos e contribuições a pagar	16	**79**	207	**75.782**	44.822
Parcelamento de impostos		–	–	**2.322**	3.360
Contas a pagar por aquisição	18	**815**	4.346	–	1.387
Outras contas a pagar		**956**	1.032	**8.219**	6.356
Contas a pagar - partes relacionadas	17	–	–	**975**	1.221
Total do passivo circulante		**354.503**	63.393	**950.454**	563.366
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**57.541**	118.134	**76.723**	203.028
Debêntures	13	**274.134**	562.859	**274.134**	562.859
Passivo de arrendamento	12	–	–	**61.957**	33.769
Contrato oneroso	11	–	–	**48.770**	57.013
Impostos e contribuições a pagar	16	–	–	**185**	5.054
Provisão para perda de investimento	8	**2.535**	1.913	**2.535**	1.913
Contas a pagar por aquisição	18	–	5.392	–	–
Parcelamento de impostos		–	–	**3.290**	4.915
Provisões para desmantelamento de ativos		–	–	–	4.326
Provisões para demandas judiciais	14	**40**	110	**4.964**	6.121
Contas a pagar - partes relacionadas	17	**83.937**	53.600	–	–
Outras contas a pagar		–	–	**1.245**	737
Total do passivo não circulante		**418.187**	742.008	**473.803**	879.735
Patrimônio líquido	20				
Capital social		**1.483.831**	1.483.831	**1.483.831**	1.483.831
Reservas de capital		**143.462**	134.618	**143.462**	134.618
Ágio/deságio em transação de capital		**(867.020)**	(867.020)	**(867.020)**	(867.020)
Reserva de lucros		**160.433**	191.860	**160.433**	191.860
Custo na emissão de ações		**(58.247)**	(58.247)	**(58.247)**	(58.247)
Outros resultados abrangentes		**(4.669)**	(4.085)	**(4.669)**	(4.085)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**857.790**	880.957	**857.790**	880.957
Participação de acionistas não controladores		–	–	**2.570**	6.459
Total do patrimônio líquido		**857.790**	880.957	**860.360**	887.416
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.630.480**	1.686.358	**2.284.617**	2.330.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de vendas	21	–	–	**1.006.447**	906.515
Custo dos serviços prestados	22	–	–	**(634.560)**	(588.512)
Lucro bruto		–	–	**371.887**	318.003
Despesas com vendas	23		–	**(72.759)**	(43.918)
Despesas gerais e administrativas	23	**(5.426)**	(11.320)	**(182.461)**	(182.911)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**95.036**	13.660	**610**	5.719
Outras (despesas) receitas operacionais		**(505)**	–	**10.399**	7.131
Lucro antes do resultado financeiro		**89.105**	2.340	**127.676**	104.024
Receitas financeiras	24	**11.343**	5.804	**31.451**	20.207
Despesas financeiras	24	**(123.559)**	(60.374)	**(157.382)**	(168.372)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(23.111)**	(52.230)	**1.745**	(44.141)
Imposto de renda e contribuição social	16.1	–	2.032	**(27.260)**	(7.225)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		–	2.032	**(21.769)**	(10.871)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		–	–	**(5.491)**	3.646
(Prejuízo) líquido do exercício		**(23.111)**	(50.198)	**(25.515)**	(51.366)
(Prejuízo) líquido do exercício atribuído a					
Acionistas controladores		–	–	**(23.111)**	(50.198)
Acionistas não controladores		–	–	**(2.404)**	(1.168)
(Prejuízo) líquido por ação ordinária - básico/diluído - em reais	25	**(0,0639)**	(0,1889)	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(Prejuízo) líquido do exercício	**(23.111)**	(50.198)	**(25.515)**	(51.366)
Outros resultados abrangentes	**(584)**	(3.001)	**(584)**	(3.001)
Total de resultado abrangente do exercício	**(23.695)**	(53.199)	**(26.099)**	(54.367)
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	–	–	**(23.695)**	(53.199)
Acionistas não controladores	–	–	**(2.404)**	(1.168)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo/lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		**(23.111)**	(52.230)	**1.745**	(44.141)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais	DRE				
Ajuste a valor presente líquido	24	–	–	**465**	6.391
Depreciação e amortização	9,10,12	**28**	39	**94.018**	88.105
Resultado de equivalência patrimonial	DRE, 8	**(95.036)**	(13.660)	**(610)**	(5.719)
Resultado de instrumentos financeiros		–	–	**2.708**	–
Juros de empréstimos, debêntures, arrendamentos, parcelamentos fiscais e ex-acionistas	12,13, 24	**118.363**	52.520	**131.455**	106.047
Provisão para perdas esperadas de contas a receber	7	–	–	**4.534**	6.733
Partes relacionadas - Baixa		**(1.077)**	–	**4.169**	–
Recuperação de créditos vencidos	7	–	–	**(1.744)**	–
Perda efetiva de crédito	23	–	–	**17.339**	–
Provisão para desmantelamento - baixa		–	–	**(4.326)**	–
(Reversão de) provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	**(68)**	80	**3.581**	(2.941)
Despesas com plano de opção de ações	15	**528**	3.007	**528**	3.007
Contrato Oneroso	11	–	–	**(8.243)**	(8.243)
Valor residual da baixa de ativo imobilizado, intangível e arrendamento	9,10,12	–	–	**13.252**	6.864
Variação cambial		**(524)**	–	**(2.513)**	(2.476)
Redução (aumento) em ativos		–	–		
Contas a receber		–	71	**(70.111)**	(58.508)
Outros ativos		**(2.403)**	743	**(9.652)**	11.867
Contas a receber - partes relacionadas		**(2.407)**	(487.735)	**6.217**	(8.655)
Aumento (redução) em passivos		–	–		
Fornecedores		**(1.266)**	(2.137)	**9.788**	13.405
Salários e encargos sociais		**33**	–	**19.076**	4.868
Impostos e contribuições a pagar		**(128)**	(68)	**13.721**	(12.986)
Contas a pagar - partes relacionadas		**30.337**	40.680	**47**	(2.025)
Receita diferida		–	–	**951**	15.589
Juros pagos - Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	**(119.412)**	(61.811)	**(126.720)**	(111.041)
Pagamento parcelamento de impostos		–	–	**(3.699)**	801
Demais contas a pagar		**(76)**	111	**2.661**	4.692
Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas		–	–	**(4.738)**	(5.903)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		–	118	**(23.387)**	7.729
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(96.219)**	(520.272)	**70.512**	13.460
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de participação acionária		**(8.633)**	(1.910)	**(1.367)**	(92.024)
Aquisição de Imobilizado	9	–	–	**(41.875)**	(61.980)
Aquisição de Intangível	10	–	–	**(3.535)**	(1.439)
Envio de Caixa - Colômbia	8	**(5.512)**	–	–	–
Venda de Imobilizado		–	–	**7.396**	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**(14.145)**	(1.910)	**(39.381)**	(155.443)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de Capital		–	217.899	–	217.899
Captação de empréstimos e financiamentos	13	–	126.812	**5.056**	349.873
Custo na emissão de empréstimos e debêntures	13	**3.765**	–	**3.765**	–
Emissão de debêntures	13	–	605.546	–	605.546
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13	**(9.596)**	–	**(41.103)**	(645.362)
Pagamento de debêntures - principal	13	**(46.125)**	(250.000)	**(46.125)**	(250.000)
Contraprestação de arrendamentos	12	–	–	**(33.156)**	(41.025)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(51.956)**	700.257	**(111.563)**	236.931
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		**(162.320)**	178.075	**(80.432)**	94.948
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**178.279**	204	**238.394**	143.446
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**15.959**	178.279	**157.962**	238.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas	–	–	**1.149.598**	1.052.154
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	–	–	**1.166.510**	1.049.714
Outras receitas	–	–	**(12.378)**	9.173
Provisão/reversão de perdas crédito esperada	–	–	**(4.534)**	(6.733)
Insumos adquiridos de terceiros	**(4.856)**	(6.271)	**(253.103)**	(223.696)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	–	–	**(55.178)**	(28.891)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(4.856)**	(6.271)	**(186.740)**	(181.816)
Perda/recuperação de valores ativos	–	–	**(11.185)**	(12.989)
Valor adicionado bruto	**(4.856)**	(6.271)	**896.495**	828.458
Retenções	**(27)**	(39)	**(87.764)**	(78.528)
Depreciação e amortização	**(27)**	(39)	**(87.764)**	(78.528)
Valor adicionado líquido produzido	**(4.883)**	(6.310)	**808.731**	749.930
Valor adicionado recebido em transferência	**106.379**	19.464	**32.061**	25.926
Receitas financeiras	**11.343**	5.804	**31.451**	20.207
Resultado de equivalência patrimonial	**95.036**	13.660	**610**	5.719
Valor adicionado total a distribuir	**101.496**	13.154	**840.792**	775.856
Distribuição do valor adicionado	**(101.496)**	(13.154)	**(840.792)**	(775.856)
Pessoal	**(836)**	(3.196)	**(392.945)**	(379.949)
Remuneração direta	**(308)**	(208)	**(249.962)**	(238.039)
Benefícios	**(528)**	(2.988)	**(116.807)**	(116.084)
FGTS	–	–	**(26.176)**	(25.826)
Impostos, taxas e contribuições	**(172)**	(285)	**(243.409)**	(206.817)
Federais	**(52)**	–	**(186.510)**	(152.642)
Estaduais	–	–	**(30)**	(21)
Municipais	**(120)**	(285)	**(56.869)**	(54.154)
Remuneração de capitais de terceiros	**(123.599)**	(59.871)	**(229.953)**	(240.456)
Aluguéis	**(20)**	(92)	**(72.571)**	(69.590)
Despesas financeiras	**(123.559)**	(60.374)	**(157.382)**	(168.372)
Outros	**(20)**	595	–	(2.494)
Remuneração de capitais próprios	**23.111**	50.198	**25.515**	51.366
Prejuízo retido do exercício	**23.111**	50.198	**25.515**	51.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

→★ continuação

MPM CORPÓREOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

			Reservas de capital			Reserva de lucros								
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ágio na subscrição de ações	Custo na emissão de ações	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimento	Ágio/deságio em transação de capital	Prejuízo do exercício	Outros resultados abrangentes e demais ajustes	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.303.361	18.086	72.000	(51.144)	18.041	22.371	198.639	(867.020)	–	(1.084)	713.250	8.872	722.122
Aumento de capital		180.470	44.532	–	–	–	–	–	–	–	–	225.002	–	225.002
Plano de opção de compra de ações		–	–	–	–	–	–	3.007	–	–	–	3.007	–	3.007
Custos da transação relacionada à oferta pública de ações		–	–	–	(7.103)	–	–	–	–	–	–	(7.103)	–	(7.103)
Efeito da alteração de participação em controladas		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.245)	(1.245)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	(50.198)	–	(50.198)	(1.168)	(51.366)
Absorção de prejuízos com reservas de lucros		–	–	–	–	–	–	(50.198)	–	50.198	–	–	–	–
Variação cambial de investimentos no exterior		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.001)	(3.001)	–	(3.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.483.831	62.618	72.000	(58.247)	18.041	22.371	151.448	(867.020)	–	(4.085)	880.957	6.459	887.416
Plano de opção de compra de ações	**15**	**–**	**8.844**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(8.316)**	**–**	**–**	**–**	**528**	**–**	**528**
Efeito da alteração de participação em controladas		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.485)**	**(1.485)**
Prejuízo líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(23.111)**	**–**	**(23.111)**	**(2.404)**	**(25.515)**
Absorção de prejuízos com reservas de lucros		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(23.111)**	**–**	**23.111**	**–**	**–**	**–**	**–**
Variação cambial de investimentos no exterior	**8**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(584)**	**(584)**	**–**	**(584)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.483.831**	**71.462**	**72.000**	**(58.247)**	**18.041**	**22.371**	**120.021**	**(867.020)**	**–**	**(4.669)**	**857.790**	**2.570**	**860.360**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A MPM Corpóreos S.A. ("MPM") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Avenida do Eucaliptos, nº 763 - Sala 02, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código ESPA3. A MPM foi constituída em 04 de novembro de 2016, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta e indireta no capital de companhias dedicadas à atividade de prestação de serviços fisioterapêuticos. A MPM e suas controladas são, em conjunto, chamadas "Companhia" ou o "Grupo". A Companhia tem como controlador o bloco contendo os acionistas: Ygor Alessandro de Moura e Paulo José de Iász de Morais, SMZXP Participações Ltda. e Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo dispunha de 617 lojas próprias (627 em 31 de dezembro de 2022), e 233 lojas franqueadas em funcionamento (198 em 31 de dezembro de 2022). Incorporação de empresas controladas: Durante o período de 2022, como reflexo do plano do Initial Public Offering (IPO), a Companhia realizou diversas incorporações. Os acionistas da Companhia autorizaram a incorporação do acervo líquido das controladas listadas abaixo, com base em laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis: Em 10 de janeiro de 2022, foi deliberado em AGE sobre a incorporação das seguintes controladas indiretas e respectivo acervo líquido: B Sanches Rupolo Fagotti Ltda. R$1.037; Bethina Sanches Rupolo Fagotti Eirelli R$963; Plaza Itu Serviços Estéticos Ltda. R$1.301; JV9 Depilação a Laser Ltda. R$783. Em 08 de fevereiro de 2022, foi deliberado em AGE sobre a incorporação das seguintes controladas indiretas e respectivo acervo líquido: Lasercorp Serviços Estéticos Ltda. R$6.684; MGM Corp Serviços Estéticos Ltda. R$2.022; EL WL Serviços de Estética Ltda. R$2.014; JV10 Depilação a Laser Ltda. R$285; MR Serviços Estéticos Ltda. R$200; Clínica Londrina Serviços Estéticos Ltda. R$1.399; Clínica Londrina Boulevard Serviços Estéticos Ltda. R$284; Teresina Depilação a Laser Ltda. R$1.287; Tepam Serviços Estéticos Ltda. R$1.511, Montes Claros Serviços Estéticos Ltda. R$794. Em 08 de março de 2022, foi deliberado em AGE sobre a incorporação das seguintes controladas indiretas e respectivo acervo líquido: Cerqueira Ramos Serviços de Beleza Ltda. R$1.276; Depila Fácil II Serv. Estéticos Ltda. ME R$2.624; Elcity Serv Estéticos Ltda. EPP R$2.303; Hélio Omori Serviços Estéticos Ltda. R$1.782; JV6 Depilação a Laser Ltda. R$676; JV7 Depilação a Laser Ltda. R$1.201; Ipatinga Serviços Estéticos Ltda. R$751; DSLM Service Ltda. R$829; OM Serviços de Estética Ltda. R$2.238; Patos Serviços Estéticos Ltda. R$1.930; Blumenau Serviços Estéticos Ltda. R$370; Itabira Serviços Estéticos Ltda. R$1.848; MPAC Corp Serviços Estéticos Ltda. R$5.216; AJM Espaço de Estética Eireli R$3.125; Bro Depilação a Laser Ltda. R$1.573; Giovanna Gabilheri Eirelli - EPP R$1.019; Marcus Vinicius Gabilheri - EPP R$801; Laser Santa Clara Serviços Estéticos Ltda. R$2.675; El Belém Ltda. R$4.577; Depilação Laser Sobral Ltda. R$1.213. Em 08 de abril de 2022, foi deliberado em AGE sobre a incorporação das seguintes controladas indiretas e respectivo acervo líquido: At Corp Serviços Estéticos Ltda. R$13.494; Urban Laser Serviços Estéticos Ltda. R$4.732; JV1 Depilação a Laser Ltda. R$624; JV4 Depilação a Laser Ltda. R$421; M.M Juliano Depilação a Laser Ltda. R$151; JV13 Depilação a Laser Ltda. R$545. Em 25 de maio de 2022, foi deliberado em AGE sobre a incorporação das seguintes controladas indiretas e respectivo acervo líquido: JV2 Depilação a Laser Ltda. R$ 1.855; JV8 Depilação a Laser Ltda. R$819; PM Serviços Estéticos Ltda. R$639; M5 Serviços Estéticos Ltda. R$8.165; Depilação Laser Parnaíba R$1.172; SJB Serviços R$1.594; Studio Laser Serviços R$1.749; UL Serviços Estéticos Eireli R$30.320; Clínica Maringá Serviços Estéticos Ltda. R$260; Boulevard Campos Serviços Estéticos Ltda. R$1.880; E.L. Rio Serviços de Depilação Estética Ltda. R$20.276; EL SGPS Serviços de Estética Ltda. R$1.370; Lagos Laser Serviços Terapêuticos S.A. R$14.603; Clínica Fisioterápica Estética Laser Maringá Ltda. R$876; Clínica Espaço Maringá Serviços Estéticos Ltda. R$1.238; Duque Serviços Estéticos Ltda. R$362; BMF Serviços de Estética Ltda. R$1.979; Duque Estética e Laser Ltda. R$1.495; EL Parque Shop Serviços de Beleza Ltda. R$1.590; Laser Vilas Serviços de Beleza Ltda. R$1.506; PMA Estética Ltda. R$2.934; Divinópolis Serviços Estéticos Ltda. R$455. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, sendo sua moeda funcional o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua (sendo que as operações internacionais contidas no Chile, Colômbia e Argentina, foram convertidas para a moeda de apresentação - NE 4.5). As demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico de cada transação, exceto pelos instrumentos financeiros e derivativos, que foram mensurados pelos seus valores justos e pela operação hiperinflacionária contida na Argentina. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Administração do Grupo aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e conclui que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não possui conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2024. **3. Base de consolidação**: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da MPM Corpóreos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data efetiva da aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as entidades do grupo incluídas nas informações intermediárias consolidadas, são eliminados integralmente. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem as seguintes controladas:

	% Participação			
	31/12/2023		31/12/2022	
Controladas	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
A Lisa Depilação a Laser S.A.	**24,50%**	**51,00%**	24,50%	51,00%
APL Participações Societárias S.A.	**100,00%**	**–**	100,00%	–
Aut Estética S.A.	**100,00%**	**–**	100,00%	–
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda.	**66,70%**	**–**	66,70%	–
Corpóreos Colômbia SAS	**100,00%**	**–**	100,00%	–
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	**100,00%**	**–**	100,00%	–
Estudioface - Servicos Estéticos Ltda.	**100,00%**	–	100,00%	–
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda.	**100,00%**	**–**	100,00%	–
EL Commerce - Plataforma Digital para Intermediação de Negócios Ltda.	**100,00%**	**–**	100,00%	–
EL Franchising Ltda.	**100,00%**	**–**	100,00%	–
El Participações S.A.	**–**	**100,00%**	–	100,00%
TL Franchising Ltda.	**100,00%**	**–**	100,00%	–
M&M Holdings de Participações Societárias Ltda.	**–**	**100,00%**	–	100,00%
El Participações e Administração Ltda.	**100,00%**	**–**	100,00%	–
E-Bank Capital Fundo de Investimentos	**–**	**60,00%**	–	60,00%

4. Resumo das políticas contábeis: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e suas controladas. **4.1. Combinações de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **4.2. Investimento em joint venture:** Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os julgamentos efetuados na apuração de controle conjunto são semelhantes àqueles utilizados para determinar controle em relação às subsidiárias. A única *joint venture* da Companhia é a HG-Arg S.A., sobre a qual a Companhia possui 51% de suas ações ordinárias. A HG-Arg S.A. opera as lojas de depilação a laser e detém os direitos sobre a marca Definit na Argentina, marca utilizada para comercialização do serviço de depilação a laser no país. Apesar de possuir a maioria das ações, o acordo de acionistas prevê que decisões estratégicas e que afetam diretamente o retorno dos investidores devem ser tomadas em conjunto, enquanto nenhum dos acionistas detenha individualmente participação societária superior a 65% das ações ordinárias. Dessa forma, a Administração concluiu que não possui controle dessa investida, e classificou esse investimento como *joint venture,* conforme previsto no CPC 18 (R2)/IAS 28. O investimento da Companhia na HG-Arg S.A. é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes da investida é apresentada na conta Outros Resultados Abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da joint venture, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*. As demonstrações financeiras da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento *na joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da joint venture e o valor contábil na conta de Investimentos, e reconhece a perda na Demonstração do Resultado. Ao perder controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da *joint venture*, no momento da perda de controle conjunto, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos na Demonstração de Resultado. **4.3. Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos nos balanços patrimoniais individuais e consolidados com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e • Está classificado como caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **4.4. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura os instrumentos financeiros e derivativos ao valor justo em cada data de encerramento do exercício. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **4.5. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora. A *joint venture* HR-Arg S.A. possui como moeda funcional o Peso Argentino, a controlada Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda. possui como moeda funcional o Peso Chileno e a controlada Corpóreos Colômbia SAS possui como moeda funcional o Peso Colombiano. Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de encerramento do exercício. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Investimento no exterior: Os ativos e passivos da *joint venture* e controladas são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, com exceção da Argentina que há conversão pela taxa de fechamento (tanto para o balanço, quanto para o resultado). As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes, considerando a participação societária da Companhia na investida. No momento da baixa do investimento no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa investida, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado. Devido à *joint venture* atuar em um ambiente de economia hiperinflacionária, as demonstrações financeiras da HR-Arg S.A. são inicialmente atualizadas em termos de unidade de mensuração corrente em Pesos Argentinos no final do período de relatório, conforme previsto no CPC 42/IAS 29 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária. Somente após atualização é que os saldos e transações são convertidos para Reais para fins de registro de equivalência patrimonial e reconhecimento de diferenças cambiais em outros resultados abrangentes. **4.6. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. **4.8. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para desmantelamento de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente, e estão demonstrados na Nota Explicativa 9. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **4.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida (representados substancialmente por ágio) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.10. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatária: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso, trazido a valor presente). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **4.12. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos também nesse grupo. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia e suas controladas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais correntes líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Tributos sobre as vendas: Despesas, passivos e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais individuais e consolidados. **4.13. Provisões:** Geral: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente em consequência de eventos passados. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Contrato oneroso: A obrigação presente do contrato oneroso é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Refere-se à passivo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda. referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo na data de aquisição pela MPM. Vide Nota Explicativa 11. **4.14. Receita de contrato com cliente:** A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços fisioterapêuticos na área de depilação a laser, estética facial e estética corporal. Devido à característica de suas atividades operacionais, a Companhia possui obrigações de desempenho, que se referem à realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são efetivamente prestados, que é caracterizado pelo cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia. No momento da contratação desses serviços, as obrigações de desempenho relativo às sessões não estão cumpridas. Os montantes dos serviços a serem prestados são reconhecidos no passivo circulante, na conta de receita diferida, e são apropriados conforme a obrigação de desempenho é satisfeita. A Administração exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, consequentemente, o reconhecimento da receita. Os critérios de apropriação da receita estão descritos na Nota Explicativa 21. Passivos de contrato: Um passivo de contrato consiste na obrigação de prestação de serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes dos serviços serem prestados pela Companhia ou suas controladas, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado. Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato. Receita de royalties e taxa de franquia: As receitas da controlada EL Franchising correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de franquias e royalties realizadas no curso regular das atividades da Companhia, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos, incidentes sobre essas receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de vendas de franquias é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando os treinamentos foram devidamente concedidos aos franqueados, transferindo assim o *know-how*. As receitas são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são reconhecidas no mês em que os serviços são prestados. As receitas de royalties são reconhecidas com base em percentual cobrado sobre as vendas efetuadas pelas franqueadas, independente da forma como essa venda será recebida, se à vista ou de forma parcelada, conforme acordo firmado com franqueados. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS) às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS. Programa de pontos de fidelidade: A Companhia possui o programa de fidelidade: "Elovers (Indique & Ganhe)", oferecido aos clientes da Espaçolaser com vigência por prazo indeterminado, que possui por objetivo o reconhecimento dos participantes através da concessão de pontos, em decorrência da indicação da Espaçolaser a pessoas que se tornem novos clientes, dos serviços prestados pela Espaçolaser. O cliente poderá utilizar seus pontos em uma nova compra na Espaçolaser a partir do atingimento de faixas que o cliente deverá consultar no site **https://espacolaser.com.br/elovers**. **4.15. Receitas (despesas) financeiras:** Representam juros, variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas. **4.16. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade. i) Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, ao custo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); e • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente das categorias custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas, classificados no ativo circulante e não circulante. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos financeiros derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui derivativos de *swap* classificados nesse grupo de ativos financeiros. *Desreconhecimento*: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MPM CORPÓREOS S.A. - 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento, conta a pagar a ex-acionistas, contas a pagar a partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC48/IFRS 9 forem atendidos. Exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos de *swap*, a Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **4.17. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. A Companhia possui contratos de empréstimo na modalidade 4131 junto ao Banco Itaú e Santander denominados em EUR e USD, respectivamente, para mitigar o risco de variação cambial, celebrou contratos de *swap* para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados e pós fixados. A Companhia não aplica a contabilidade de hedge (*hedge accounting)* prevista no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. **4.18. Dividendos:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. No exercício atual, devido ao prejuízo apresentado, não ocorreu essa destinação. **4.20. Transações envolvendo pagamento baseado em ações:** Funcionários (inclusive executivos seniores) da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado. Transações liquidadas com títulos patrimoniais: O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota Explicativa 15) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em Reserva de Capital), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. Todas as outorgas realizadas pela Companhia até o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 são transações com títulos patrimoniais. **4.21. Prejuízo/lucro por ação:** O prejuízo/lucro básico por ação é calculado dividindo-se o prejuízo/lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício. O prejuízo/lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do prejuízo/lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o prejuízo/lucro por ação. **4.22. Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos da perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.23. Segmento operacional:** Como forma de gestão dos negócios, a administração classificou suas operações em Laser, Operação Internacional e Franquias (royalties). Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são: • Laser -corresponde substancialmente ao tratamento de depilação oferecido aos seus clientes nas lojas próprias através da marca "Espaçolaser"; • Operação Internacional - em dezembro de 2023, possuímos operação de depilação a laser nos seguintes países além do Brasil: Chile, Colômbia e Argentina; • Franquias (*royalties*) - por meio de sua controlada EL Franchising, esse segmento oferece aos potenciais investidores a oportunidade de ser tornarem franqueados das marcas citadas acima, a rentabilidade desse segmento se dá substancialmente pela cobrança de royalties. **4.24. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuadas alterações e revisões nos seguintes pronunciamentos, envolvendo os seguintes assuntos: Alterações no IFRS 17 (CPC 50), IAS 8 (CPC 23), IAS 1 (CPC 26) e IAS 32 (CPC 32): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: estrutura conceitual, estimativas contábeis, divulgação de políticas materiais. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas. **4.25. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. (a) Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação (transação de venda e retroarrendamento); (b) Alterações no IAS 1: Classificação de Passivos como circulante ou não circulante; e (c) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. Tanto o novo pronunciamento quanto as alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo. **5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota Explicativa 10. Provisão para perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato: A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e controladas. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de encerramento do exercício, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na Nota Explicativa 7. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Provisões para demandas judiciais: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ativo imobilizado e intangível: O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária): A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos. A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo). Consolidação de controladas: Exceto quanto à investida HG-Arg S.A., em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou nenhuma situação nos acordos de acionistas/quotistas vigentes que impeça o exercício de controle sobre as atividades relevantes das investidas cujo percentual de participação é inferior à maioria absoluta. Reconhecimento de receita: Devido à característica de suas atividades operacionais, as controladas da Companhia possuem obrigações de desempenho, que se referem à realização das sessões de tratamento de depilação pelos clientes, mediante à contratação de pacotes de serviços. No momento da contratação desses serviços, as obrigações de desempenho relativo às sessões não estão cumpridas. A receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são efetivamente prestados. A Companhia exerce julgamento para determinar o prazo em que a obrigação de desempenho é satisfeita. Para isso, a Administração efetuou estudos para determinar esse prazo, que combina padrões de utilização dos serviços pelos clientes. Quaisquer alterações significativas no prazo de utilização afetam de forma relevante o prazo de reconhecimento da receita de prestação de serviços. Transações com pagamentos baseados em ações: A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, a Companhia utiliza o modelo Binomial.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixas e bancos	**3**	10	**10.087**	9.248
Aplicações financeiras	**15.956**	178.269	**147.875**	229.146
Total	**15.959**	178.279	**157.962**	238.394

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundo de Investimento são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa podem ser resgatados a qualquer momento, são de curto prazo e não sofrem risco de mudanças significativas de valores. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha R$ 666 (R$ 435 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado de saldos bancários denominados em pesos colombianos sobre o qual não há remuneração, e R$ 1.209 (R$ 870 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado de saldos bancários denominados em pesos chilenos sobre o qual não há remuneração. As aplicações financeiras são representadas da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
CDB e Fundo de Investimento	**15.956**	178.269	**139.949**	229.010
Operação compromissada	**–**	–	**7.906**	–
Aplicação automática	**–**	–	**20**	136
Total	**15.956**	178.269	**147.875**	229.146

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras em CDB eram remuneradas a uma taxa entre 100,0% a 103,15% do CDI (em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras em CDB eram remuneradas a uma taxa entre 100,0% a 103,0% do CDI). **7. Contas a receber:** As contas a receber são reconhecidas ao valor total da transação e ajustadas pela provisão para perda de crédito esperada, se necessário.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Proveniente de vendas por meio de:		
Administradoras de cartões de crédito (a)	**812.359**	**752.253**
Carteira E-bank Capital	**3.095**	**5.783**
Venda de franquias (b)	**4.744**	**2.049**
Serviços (*royalties*)	**31.525**	**49.190**
Taxa de Cartão (c)	**(15.511)**	**(14.370)**
Ajuste a Valor Presente	**(9.171)**	**(9.714)**
Provisão para perda de crédito esperada	**(29.921)**	**(37.588)**
	797.120	**747.603**
Ativo circulante	**738.090**	**691.179**
Ativo não circulante	**59.030**	**56.424**

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam 18 meses. (b) Vendas a prazo de franquias são recebidas em parcelas que não ultrapassam 10 meses. (c) Custo adicional que é aplicado a cada transação que é realizada usando um cartão de crédito ou débito. A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
A vencer	**831.772**	**767.315**
Títulos vencidos		
De 1 a 30 dias	**12.048**	**11.589**
De 31 a 90 dias	**5.825**	**7.056**
De 91 a 180 dias	**2.078**	**23.315**
Total	**851.723**	**809.275**

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício foi:

	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(22.904)
Constituição de provisão	(24.504)
Recuperação de créditos vencidos	7.296
Créditos baixados definitivamente	1.899
Aquisição e/ou incorporação de controladas	625
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(37.588)
Constituição de provisão	**(4.534)**
Recuperação de créditos vencidos	**1.744**
Reversão/Utilização da provisão	**10.457**
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**(29.921)**

Ajuste a valor presente: A Companhia e suas controladas consideram a taxa Selic 11,75% a.a. + 3,50% a.a. para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto a longo prazo em 31 de dezembro de 2023 (13,75% a.a. + 3,50% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

8. Investimentos:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Investimentos	**1.601.485**	990.295	**–**	–
Provisão para perda de investimentos	**(2.535)**	(1.913)	**(2.535)**	(1.913)
	1.598.950	988.382	**(2.535)**	(1.913)

A movimentação dos investimentos da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está representada abaixo:

	31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência	Outros resultados abrangentes e demais ajustes	31/12/2023
EL Franchising Ltda.	148.224	–	9.298	–	157.522
TL Franchising Ltda.	1	–	(2)	–	(1)
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (a)	769.712	510.604	97.666	–	1.377.982
Corpóreos Colômbia S.A.S. (b)	2.848	5.512	(4.690)	483	4.153
APL Participações Societárias S.A.	49.205	–	(88)	–	49.117
A LISA Depilação a Laser S.A.	244	–	76	–	320
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda.	(1.279)	–	(695)	–	(1.974)
Aut Estética S.A.	8.688	–	(44)	–	8.644
EF Franchising Serviços Terapêuticos	(2.086)	–	(1.232)	–	(3.318)
El Commerce - Plataforma Digital	(620)	–	52	–	(568)
Cela - Clínica Estética Láser Alemán	15.358	–	(5.915)	165	9.608
HR-Arg S.A.	(1.913)	–	610	(1.232)	(2.535)
Total	988.382	516.116	95.036	(584)	1.598.950

(a) Em 15 de maio de 2023, foi aprovada através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária a integralização do montante de R$ 510.604 no capital da Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., mediante capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital; (b) Em 2023, a MPM Corpóreos S.A. realizou aportes de capital na controlada Corpóreos Colômbia S.A.S em um montante de R$ 1.088 em 03/01/2023, R$ 880 em 23/02/2023, R$ 508 em 20/04/2023, R$ 958 em 26/05/2023, R$ 346 em 08/08/2023, R$ 472 em 01/09/2023, R$ 336 em 05/10/2023, R$ 452 em 06/11/2023 e R$ 472 em 06/12/2023, mediante contrato de câmbio com a Fair Corretora de Câmbio. A movimentação dos investimentos da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está representada abaixo:

	31/12/2021	Aumento de capital	Equivalência	Efeitos de incorporação e outras movimentações líquidas	Outros resultados abrangentes	31/12/2022
EL Franchising Ltda.	132.739	–	15.485	–	–	148.224
TL Franchising Ltda.	29	–	(28)	–	–	1
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	756.525	–	13.191	(4)	–	769.712
Corpóreos Colômbia S.A.S.	5.001	1.910	(3.204)	–	(859)	2.848
APL Participações Societárias S.A.	49.315	–	(110)	–	–	49.205
A LISA Depilação a Laser S.A.	232	–	12	–	–	244
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda.	(292)	–	(987)	–	–	(1.279)
Aut Estética S.A.	9.022	–	(334)	–	–	8.688
EF Franchising Serviços Terapêuticos	(1.122)	–	(964)	–	–	(2.086)
El Commerce - Plataforma Digital	180	–	(800)	–	–	(620)
Cela - Clínica Estética Láser Alemán	21.066		(3.566)	–	(2.142)	15.358
HR-Arg S.A.	3.122	–	(5.035)	–	–	(1.913)
PIM Serviços Administrativos Ltda.	1.078	–	–	(1.078)	–	–
EL Participações e Administração Ltda.	–	–	–	–	–	–
Total	976.895	1.910	13.660	(1.082)	(3.001)	988.382

O sumário das informações financeiras das empresas controladas, diretas e indiretas no consolidado estão apresentados a seguir:

2023	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
EL Franchising Ltda.	**84.905**	**10.241**	**4.326**	**2.017**	**88.803**	**12.923**
TL Franchising Ltda.	**–**	**93**	**–**	**94**	**(1)**	**(2)**
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	**824.107**	**1.223.829**	**560.059**	**109.841**	**1.378.036**	**97.667**
Corpóreos Colômbia S.A.S.	**2.844**	**6.586**	**5.274**	**–**	**4.156**	**(4.695)**
APL Participações Societárias S.A.	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(18)**
A Lisa Depilação A Laser S.A.	**1.487**	**372**	**477**	**75**	**1.307**	**311**
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda.	**1.019**	**1.099**	**1.214**	**2.878**	**(1.974)**	**(693)**
AUT Estética S.A.	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(28)**
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda.	**732**	**173**	**152**	**4.072**	**(3.319)**	**(1.219)**
EL Commerce	**432**	**360**	**15**	**1.345**	**(568)**	**53**
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda.	**8.218**	**16.221**	**14.288**	**8.688**	**1.463**	**(8.239)**
El Participações S.A.	**–**	**14.767**	**–**	**–**	**14.767**	**3**
M&M Holdings de Participações Societárias	**5.714**	**1.812**	**47**	**20**	**7.459**	**744**
E-bank Capital	**3.114**	**–**	**94**	**–**	**3.020**	**659**

2022	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
EL Franchising Ltda.	63.779	25.585	2.818	10.666	75.880	19.115
TL Franchising Ltda.	–	118	3	114	1	(28)
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	734.413	1.174.812	476.046	663.629	769.550	13.179
Corpóreos Colômbia S.A.S.	1.306	6.245	3.721	990	2.840	(3.205)
APL Participações Societárias S.A.	–	29	1	10	18	(42)
A Lisa Depilação A Laser S.A.	1.307	572	562	321	996	49
Estudioface - Serviços Estéticos Ltda.	523	1.205	1.039	1.970	(1.281)	(988)
AUT Estética S.A.	72	113	62	95	28	(293)
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda.	717	176	156	2.836	(2.099)	(964)
EL Commerce	41	654	11	1.305	(621)	(800)
Cela - Clínica Estética Láser Alemán Ltda.	12.843	19.790	22.027	1.153	9.453	(4.820)
El Participações S.A.	–	14.766	2	–	14.764	23
M&M Holdings de Participações Societárias	3.279	3.454	18	–	6.715	694
E-bank Capital	6.794	–	37	–	5.757	1.061

9. Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a expectativa de vida útil dos bens, conforme indicada a seguir:

Consolidado	Benfeitorias propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Equipamentos de laser	Eqpto. laser poder de terceiros	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Utensílios e equipamentos	Imóveis	Imobilizado em Andamento	Provisão para baixa de imobilizado	Total imobilizado
Taxa de depreciação	20 a 25%	20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10%	20%	10%	25%			
Custo ou avaliação												
Saldos em 31 de dezembro de 2021	66.597	13.169	292.239	–	7.399	8.429	472	8.870	638	–	(343)	397.470
Adições	13.119	5.764	22.305	699	77	146	876	342	–	18.652	–	61.980
Transferências entre contas	–	1.787	(1.787)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Baixas	(1.574)	(1.124)	(6.110)	–	(310)	(344)	(152)	(97)	–	–	–	(9.711)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	78.142	19.596	306.647	699	7.166	8.231	1.196	9.115	638	18.652	(343)	449.739
Adições	11.945	3.448	15.834	618	1.470	125	200	10	–	7.882	343	41.875
Transferências entre contas	–	–	26.105	–	–	–	–	–	–	(26.105)	–	–
Baixas	(3.308)	(1.991)	(9.663)	(182)	(106)	(163)	(145)	(35)	–	(429)	–	(16.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	86.779	21.053	338.923	1.135	8.530	8.193	1.251	9.090	638	–	–	475.592
Depreciação												
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(7.535)	(5.623)	(72.200)	–	(3.082)	(2.918)	(253)	(2.076)	(72)	–	–	(93.759)
Depreciação do exercício	(2.990)	(2.210)	(29.967)	(9)	(613)	(795)	(71)	(963)	(26)	–	–	(37.644)
Baixa	132	150	3.068	–	130	148	152	54	–	–	–	3.834
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(10.393)	(7.683)	(99.099)	(9)	(3.565)	(3.565)	(172)	(2.985)	(98)	–	–	(127.569)
Depreciação do exercício	(4.489)	(2.829)	(32.575)	(621)	(673)	(775)	(171)	(964)	(26)	–	–	(43.123)
Baixa	663	1.124	4.931	119	37	65	138	7	–	–	–	7.084
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(14.219)	(9.388)	(126.743)	(511)	(4.201)	(4.275)	(205)	(3.942)	(124)	–	–	(163.608)
Valor líquido												
Saldos em 31 de dezembro de 2021	59.062	7.546	220.039	–	4.317	5.511	219	6.794	566	–	(343)	303.711
Saldos em 31 de dezembro de 2022	67.749	11.913	207.548	690	3.601	4.666	1.024	6.130	540	18.652	(343)	322.170
Saldos em 31 de dezembro de 2023	72.560	11.665	212.180	624	4.329	3.918	1.046	5.148	514	–	–	311.984

10. Intangível: O saldo de intangível do consolidado está composto da seguinte forma:

Consolidado	Licenças de uso	Software	Ponto Comercial	Ágio por rentabilidade futura	Mais-valia de contrato de franquia	Marca Espaçolaser (a)	Mais-valia não competição	Total intangível
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	38.947	5.531	–	664.149	19.026	201.882	1.594	931.129
Adições	1.028	411	–	–	–	–	–	1.439
Baixas	(960)	(27)	–	–	–	–	–	(987)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	39.015	5.915	–	664.149	19.026	201.882	1.594	931.581
Adições	**185**	**2.181**	**1.169**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.535**
Baixas	**(1.738)**	**(9)**	**–**	**–**	**–**	**(19)**	**–**	**(1.766)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**37.462**	**8.087**	**1.169**	**664.149**	**19.026**	**201.863**	**1.594**	**933.350**
Amortização								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(20.138)**	**(2.889)**	**–**	**–**	**(5.546)**	**(60.360)**	**(317)**	**(89.250)**
Amortização do exercício	(3.918)	(956)	–	–	(4.105)	(11.871)	(72)	(20.922)
Baixas	374	18	–	–	–	–	–	392
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(23.682)**	**(3.827)**	**–**	**–**	**(9.651)**	**(72.231)**	**(389)**	**(109.780)**
Amortização do exercício	**(3.269)**	**(996)**	**–**	**–**	**(3.580)**	**(11.871)**	**–**	**(19.716)**
Baixas	**1.108**	**6**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.114**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(25.843)**	**(4.817)**	**–**	**–**	**(13.231)**	**(84.102)**	**(389)**	**(128.382)**
Valor líquido								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**18.809**	**2.642**	**–**	**664.149**	**13.480**	**141.522**	**1.277**	**841.879**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15.333**	**2.088**	**–**	**664.149**	**9.375**	**129.651**	**1.205**	**821.801**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**11.619**	**3.270**	**1.169**	**664.149**	**5.795**	**117.761**	**1.205**	**804.968**

(a) Refere-se a ativo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda., no montante de R$201.882 referente à Marca Espaçolaser. A vida útil da Marca Espaçolaser é de 17 anos. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por valor recuperável, a taxa de amortização praticada é de 20% a.a. A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs para teste de *impairment*. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo: Unidades geradoras de caixa - Laser e Franquias (EL Franchising): As premissas abaixo foram utilizadas para todas as unidades geradoras de caixa segregadas para realização do Teste de *Impairment* entre UGC Espaçolaser (valor do ágio R$ 656.133) e UGC EL (valor do ágio R$ 8.016). (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro - 14,3% a.a. (16,2% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado; (ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de perpetuidade de 3,0% a.a. (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2022); (iii) Crescimento de receita: no período de 2024 a 2028, a taxa de crescimento da receita de em média 13,3% a.a. (15,2% a.a. em 31 de dezembro de 2022) foi estimada com base no histórico de vendas para cada loja e também no potencial de crescimento para cada região; (iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista; e (v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a captação de novos clientes. Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso: O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas: (i) Taxa de desconto; e (ii) Crescimento na perpetuidade. Taxa de desconto: A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. Crescimento na perpetuidade: A estimativa foi baseada principalmente em: (i) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas; (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projetada (IPCA do período); Não houve registro de perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **11. Contrato Oneroso:** O Contrato Oneroso refere-se a passivo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda. referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo na data de aquisição pela MPM. O montante original identificado foi de R$ 115.400 com prazo de amortização de 14 anos. O total da amortização registrada no exercício de 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 8.243 (R$ 8.243 em 31 de dezembro de 2022). O saldo total de amortização acumulada desde o início do contrato foi de R$ 58.387. Sendo assim, o saldo total do passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 57.013, sendo R$ 8.243 no curto prazo e R$ 48.770 no longo (R$ 65.256 em 31 de dezembro de 2022).

12. Direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de diversos imóveis, que são utilizados para a prestação dos serviços de depilação de seus clientes. Os prazos de arrendamento desses imóveis variam entre 2 a 5 anos (sendo que a maioria dos contratos, apresentam o prazo de 5 anos). As obrigações da Companhia e suas controladas nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso de imóveis reconhecidos e as movimentações durante os exercícios de 2023 e 2022:

	Direito de Uso (Consolidado)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	59.395
Adições	32.091
Amortização	(29.931)
Remensuração	2.919
Saldo em 31 de dezembro de 2022	64.474
Adições	**29.745**
Amortização	**(31.178)**
Remensuração	**31.568**
Baixa	**(5.493)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**89.116**

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante os exercícios de 2023 e 2022:

	Passivo de arrendamento (Consolidado)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.177
Adições	32.566
Juros	7.030
Remensuração	2.919
Pagamentos	(48.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	60.637
Adições	**29.745**
Juros	**7.182**
Remensuração	**31.568**
Baixas	**(1.830)**
Pagamentos	**(33.156)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**94.146**
Circulante	**32.189**
Não circulante	**61.957**

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MPM CORPÓREOS S.A. - 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Não há contratos de arrendamento firmados pela Controladora. O cronograma de pagamentos das parcelas não circulantes do passivo de arrendamento é como segue:

	Consolidado
Ano	**Valor**
2025	**31.380**
2026	**18.680**
2027	**10.418**
2028	**9.071**
Total	**69.549**
(–) Juros embutidos	**(7.592)**
Total	**61.957**

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R$ 4.282 no consolidado (R$ 4.332 em 31 de dezembro de 2022). Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019: Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento das controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, as controladas calcularam para fins de divulgação os saldos de arrendamento considerando a taxas de juros incremental real. Nesse cálculo, o saldo do passivo foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporando a inflação futura projetada e descontando pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. A comparação dos saldos de arrendamentos descontados pela taxa de juros nominal (contabilizado) e taxa de juros real está abaixo demonstrada, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O cenário 1 considera a projeção do fluxo com inflação, e o cenário 2 considera a projeção do fluxo sem inflação (CPC 06 (R2) IFRS 16/IFRS 16):

	Cenário	Taxa (% a.a.)	Total
Ativo por direito de uso	**1 - c/inflação**	**6,7% a 19,5%**	**203.857**
Ativo por direito de uso	**2- CPC 06 R2**	**4,8% a 13,6%**	**135.658**
Passivo de arrendamento	**1 - c/inflação**	**6,7% a 19,5%**	**176.920**
Passivo de arrendamento	**2- CPC 06 R2**	**4,8% a 13,6%**	**161.706**
Encargos financeiros	**1 - c/inflação**	**6,7% a 19,5%**	**(13.947)**
Encargos financeiros	**2- CPC 06 R2**	**4,8% a 13,6%**	**(12.766)**
Despesa de depreciação	**1 - c/inflação**	**6,7% a 19,5%**	**97.113**
Despesa de depreciação	**2- CPC 06 R2**	**4,8% a 13,6%**	**71.077**
Total de despesa	**1 - c/inflação**	**6,7% a 19,5%**	**83.166**
Total de despesa	**2- CPC 06 R2**	**4,8% a 13,6%**	**58.311**

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

				Controladora 31/12/2023			Controladora 31/12/2022
	Modalidade	Vencimento	Taxa	Circulante	Não circulante	Total	Total
Em moeda local							
Consórcio de Bancos (a)	Debêntures	Set/25	CDI + 3,50% a,a,	**291.583**	**274.134**	**565.717**	609.920
Em moeda estrangeira							
Santander (i)	Empréstimo 4131	Set/25	CDI + 3,50% a.a.	**60.559**	**57.541**	**118.100**	127.137
Total				**352.142**	**331.675**	**683.817**	737.057

				Consolidado 31/12/2023			Consolidado 31/12/2022
	Modalidade	Vencimento	Taxa	Circulante	Não circulante	Total	Total
Em moeda local							
Santander	Leasing Financeiro	Nov/24	CDI + 5,62% a.a.	**17.676**	**–**	**17.676**	45.134
Consórcio de Bancos (a)	Debêntures	Set/25	CDI + 3.50% a.a.	**291.583**	**274.134**	**565.717**	609.920
Bradesco	Leasing Financeiro	Set/24	26,49% a.a.	**49**	**–**	**49**	1.318
Em moeda estrangeira							
Itaú (i)(b)	Empréstimo 4131	Mar/25	CDI + 3,50% a.a.	**49.269**	**18.200**	**67.469**	70.215
Santander (i) (ii)	Empréstimo 4131	Set/25	CDI + 3,50% a.a.	**60.560**	**57.540**	**118.100**	127.137
Banco Chile	Capital de Giro	Mar/26	3,50% a 10,68%	**475**	**200**	**675**	1.613
Banco Chile	Leasing Financeiro	Fev/26	5,12% a 6,56% a.a.	**3.255**	**783**	**4.038**	1.065
Itaú Colômbia	Leasing Financeiro	Jul/24	5,29% a 6,58% a.a.	**1.148**	**–**	**1.148**	2.303
Total				**424.015**	**350.857**	**774.872**	858.705

(i) A Companhia possui contratos de empréstimo na modalidade 4131 junto ao Banco Itaú com taxa fixa de 3,81% a.a. + variação cambial e Santander com taxa de 3,50% a.a. + CDI, denominados em EUR e USD, respectivamente, para mitigar o risco de variação cambial, celebrou contratos de swap para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados e pós-fixados; (ii) O saldo de aplicação financeira em Título de Capitalização no valor de R$ 20.000, dados em garantia na operação de financiamento junto ao Banco Santander; (a) A Companhia em 12 de setembro de 2022 celebrou o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em até 2 (duas) Séries, para distribuição pública, com esforços restritos da MPM Corpóreos S.A., no montante de R$ 615 milhões. As Debêntures de série única terão prazo de vigência de 3 (três) anos contando da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de setembro de 2025. Tal instrumento possui o "covenant financeiro" Dívida Líquida/EBITDA de 3,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2023, o Índice Dívida Líquida/Ebtida apurado foi de 2,36 vezes, estando assim adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima. (b) Os contratos de empréstimos relativos a Leasing Financeiro possuem garantia real (máquina laser). Os empréstimos 4131 estabelecem obrigações restritivas ("Covenants"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor que 3,0 vezes ao final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos. O cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos não circulantes é conforme a seguir:

	Consolidado
Ano	**Valor**
2025	350.724
2026	133
Total	350.857

Movimentação dos empréstimos e financiamentos: A seguir é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Controladora	Em 31 de dezembro de 2022	Pagamento de principal	Custo de Emissão	Juros pagos	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos	127.137	**(9.596)**	**415**	**(19.987)**	**20.131**	**118.100**
Debêntures	609.920	**(46.125)**	**3.350**	**(99.425)**	**97.997**	**565.717**
Total	737.057	**(55.721)**	**3.765**	**(119.412)**	**118.128**	**683.817**

	Em 31 de dezembro de 2021	Pagamento de principal	Custo de Emissão	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos e financiamentos	–		(1.141)	(5.236)	127.952	5.562	127.137
Debêntures	257.603	(250.000)	(9.454)	(56.575)	615.000	53.346	609.920
Total	257.603	(250.000)	(10.595)	(61.811)	742.952	58.908	737.057

Consolidado	Em 31 de dezembro de 2022	Pagamento de principal	Custo de Emissão	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de 2023
Empréstimos e financiamentos	248.785	(41.103)	415	(27.295)	5.056	25.932	(2.635)	209.155
Debêntures	609.920	(46.125)	3.350	(99.425)	–	97.997	–	565.717
Total	858.705	(87.228)	3.765	(126.720)	5.056	123.929	(2.635)	774.872

	Em 31 de dezembro de 2021	Pagamento de principal	Custo de Emissão	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos e financiamentos	568.957	(644.221)	(1.141)	(47.449)	349.873	45.672	(22.906)	248.785
Debêntures	257.603	(250.000)	(9.454)	(56.574)	615.000	53.345	–	609.920
Total	826.560	(894.221)	(10.595)	(104.023)	964.873	99.017	(22.906)	858.705

14. Provisões para demandas judiciais: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas eram partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais (incluído em outros ativos). As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais. A movimentação da provisão durante os exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.803	2.236	5.926	14.965
Adições	918	1.054	–	1.972
Reversões e pagamentos	(6.047)	(2.153)	(2.616)	(10.816)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.674	1.137	3.310	6.121
Adições	**3.397**	**464**	**1.077**	**4.938**
Reversões e pagamentos	**(1.676)**	**(1.136)**	**(3.283)**	**(6.095)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.395**	**465**	**1.104**	**4.964**

Os processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda "possível" totalizam R$ 19.348 (R$ 15.954 em 31 dezembro de 2022), e tem como natureza processos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas. Recolhimento impostos sobre serviços atividades de franquia: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um saldo de ISS a recolher sobre royalties no valor de R$186 (nota explicativa nº 16). Este valor refere-se ao total não recolhido, porém depositado em juízo, por força das medidas liminares obtidas na ação cautelar que discutia a inconstitucionalidade desta exigência. Em virtude da decisão do STF pela constitucionalidade da cobrança em favor do fisco municipal, a partir de agosto/23, a Companhia suspendeu os depósitos judiciais e passou a recolher regularmente o ISS devido. Atualmente, aguarda o levantamento e conversão em renda para os municípios do referido valor por parte dos municípios envolvidos. **15. Plano de remuneração baseado em ações:** Terceiro Programa: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de julho de 2021 foi aprovado o terceiro programa de remuneração baseada em ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019. Quarto Programa: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de julho de 2022, foi aprovado o quarto programa de remuneração baseada em ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2019. Abaixo demonstramos a movimentação das Opções:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.131.948
Opções Outorgadas durante o exercício	**4.363.102**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.495.050**
Cancelamento das opções de ações	**(1.872.165)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.622.885**

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados na data de outorga:

	Outorgas de 2022	Outorgas de 2021
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R$)	0,76 até 1,02	3,98 até 7,34
Taxa de retorno livre de risco (%)	12,7%	4,4%
Prazo de vida esperado das opções	30/06/2027	30/06/2026
Modelo Utilizado	Binomial	Binomial

A Companhia reconheceu no período findo em 31 de dezembro de 2023, a despesa no montante de R$ 528, sendo R$ 2.096 referente à constituição de provisão para o Terceiro e Quarto Programa vigentes e R$ (1.568) proveniente dos cancelamentos de opções do período referente à saída de executivos da Companhia. (A Companhia reconheceu R$ 3.007 em 31 de dezembro de 2022).

16. Impostos e contribuições a pagar:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
ISS a recolher	**32.927**	28.907
COFINS a recolher	**16.000**	12.558
IRPJ a recolher	**13.794**	1.427
CSLL a recolher	**5.196**	683
PIS a recolher	**3.473**	2.722
IRRF a recolher	**4.554**	3.559
Outros impostos a recolher	**23**	20
Total	**75.967**	49.876
Circulante	**75.782**	44.822
Não circulante	**185**	5.054

Vide abaixo nota (a) na NE 16.2.

16.1. Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo/lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.745**	(44.141)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	**34%**	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	**(594)**	15.008
Ajustes permanentes	**(2.812)**	(2.140)
Amortização mais-valia	**(1.265)**	(1.267)
Efeito de imposto na equivalência patrimonial no período	**207**	1.944
Empresas com tributação no lucro presumido, Chile e Colômbia	**(7.469)**	2.598
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa	**(37.037)**	(23.727)
Reconciliação do Diferido Ativo	**13.923**	–
Depreciação de Imobilizado de empresas incorporadas	**6.664**	–
Outros	**1.123**	359
Despesa de imposto de renda e contribuição	**(27.260)**	(7.225)
Alíquota efetiva	**-1561,28%**	N/D

a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Provisão para desmantelamento de ativos	**–**	1.342
Arrendamento Mercantil	**1.597**	(11.178)
Provisão para perda de créditos esperada	**10.044**	2.274
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	**18.714**	24.876
Provisão de cancelamento	**–**	7.576
Provisão Participação nos Resultados	**2.020**	800
Instrumentos derivativos não realizados	**2.290**	6.816
Provisão ISS s/receita diferida	**8.567**	3.444
Mais valia	**2.599**	1.054
Provisão PIS/COFINS	**4.184**	2.742
Amortização ágio fiscal (a)	**(20.587)**	–
Outros Efeitos	**6.316**	1.489
Total de IR e CS diferidos	**35.744**	41.235

(a) Conforme amortização do ágio (diferido passivo). *Movimentação Imposto Diferido:*

Saldo em 31/12/2021	36.354
Adições	30.805
Baixas	(25.924)
Saldo em 31/12/2022	**41.235**
Adições	**34.702**
Baixas	**(40.193)**
Saldo em 31/12/2023	**35.744**

b) Prejuízo fiscal, base negativa e Diferido Temporário Ativo: A controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas na evolução do resultado operacional descontado a valor presente, conforme detalhes descritos na Nota Explicativa 10 . A expectativa da Administração da Companhia de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	**31/12/2023**
2024	**14.403**
2025	**17.251**
2026	**3.541**
2027	**158**
2028	**391**
Total IR CS Diferidos	**35.744**

16.2 Tributos a recuperar:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Antecipação IRPJ	**18.042**	7.166
Antecipação CSLL	**6.650**	2.630
IRPJ/IRRF a recuperar	**8.719**	9.404
COFINS a recuperar	**607**	2.543
CSLL a recuperar	**532**	1.149
PIS a recuperar	**123**	725
Outros Impostos a recuperar	**6.057**	3.569
Total	**40.730**	27.186

(a) Pela dinâmica da apuração dos impostos, estes valores a recuperar são compensados com os impostos a recolher no mês subsequente ao período de apuração. 17. Partes relacionadas: As operações com partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são oriundas majoritariamente com transações que a Companhia mantém com suas controladas ou com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo valores, termos e condições acordadas entre as partes.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Ativo não circulante		
Aut Estética S.A.	**–**	75
Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. (a)	**–**	507.918
Estúdioface - Serviços Estéticos Ltda.	**2.835**	1.955
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda.	**3.672**	2.641
EL Commerce - Plataforma Digital para Intermediação de Negócios Ltda.	**1.345**	1.305
Corpóreos Colômbia Sas	**–**	82
Cela - Centro Estético Lase Aleman SPA	**–**	996
Total	**7.852**	514.972

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Passivo não circulante		
Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. (a) (b)	**83.937**	53.590
Estudioface - Servicos Esteticos Ltda.	**–**	10
Total	**83.937**	53.600

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo não circulante		
Associacao Nacional Das Franquias Da Marca Espacolaser Ltda.	**5.760**	10.760
CELA - Centro Estetico Lase Aleman Ltda.	**–**	996
Corporeos Colombia Sas	**–**	82
HR - ARG. S.A.	**2.312**	3.527
Outros	**–**	3.093
Total	**8.072**	18.458

(a) A Companhia designou o valor com Partes Relacionadas referente à capitação de Debêntures de 2022 entre MPM Corpóreos S.A. e Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. para Aumento de Capital (proveniente de AFAC), vide nota explicativa nº 08. (b) Em 15 de dezembro de 2023, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. realizou o referido mútuo à MPM Corpóreos S.A. para realizar o pagamento da primeira parcela das debêntures. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía os seguintes saldos com partes relacionadas classificados na rubrica de fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Nova M e S Consultoria S/S Ltda.	**–**	2
Prontomed - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	**975**	926
PJM Serviços Empresariais Ltda.	**–**	49
M.G.F.B.L. Sociedade de Advogados	**–**	244
Total	**975**	1.221

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado		
Nova M e S Consultoria S/S Ltda.	**–**	39
Prontomed - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	**5.371**	6.167
PJM Serviços Empresariais Ltda.	**494**	49
M.G.F.B.L. Sociedade de Advogados	**1.093**	244
Total	**6.958**	6.499

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Administração (diretoria executiva, administradores e conselheiros) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	**10.187**	9.939
Encargos e benefícios	**1.906**	1.523
Pagamento baseado em ações (NE 15)	**528**	2.274
Total	**12.621**	13.736

18. Contas a pagar por aquisição: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía os seguintes saldos a pagar, ajustados a valor presente.

	31/12/2023 Controladora	31/12/2023 Consolidado	31/12/2022 Controladora	31/12/2022 Consolidado
Grupo Euclides/Marcel	**–**	**–**	–	1.041
Jacareí Serv. Estéticos Eireli Me	**–**	**–**	–	346
Cela - Clínica Estética Láser Alemán SPA.	**815**	**–**	9.738	–
Total	**815**	**–**	9.738	1.387
Circulante	**815**	**–**	4.346	1.387
Não circulante	**–**	**–**	5.392	–

19. Fornecedores:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores nacionais (a)	**23.048**	22.507
Fornecedores nacionais-Skintec (b)	**4.831**	4.980
Total	**27.879**	27.487

(a) O saldo de fornecedores nacionais é composto, principalmente, pelos seguintes valores: R$ 7 milhões referente a aluguéis, R$ 4 milhões à informática, R$ 2 milhões à manutenção predial, R$ 2 milhões a benefícios a funcionários (Assistência Médica - Bradesco); (b) A Skintec representa o único fornecedor de peças e máquinas para Espaçolaser. **A Companhia não adota a operação de risco sacado (antecipação de recebíveis com fornecedores). 20. Patrimônio líquido**: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, sem considerar os custos com a oferta pública de ações, era de R$1.483.831 (R$ 1.483.831 em 31 de dezembro de 2022) composto por 361.423.066 ações ordinárias (idem em 31 de dezembro de 2022) nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas. A distribuição das ações em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim apresentada:

	Ações	Participação
Acionistas controladores, administradores e beneficiários do programa de pagamento baseado em Ações	**171.322.128**	**47%**
Ações em circulação	**190.100.938**	**53%**
Total	**361.423.066**	**100%**

Não ocorreram movimentações a serem demonstradas do capital social e da quantidade de ações ordinárias, conforme abaixo:

	Ações	Capital Social (em R$)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	361.423.066	1.483.831
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**361.423.006**	**1.483.831**

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado. b) Reserva de capital: A reserva de capital representa acréscimos efetivos aos ativos da Companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas para o patrimônio líquido da Companhia com o fim de propiciar recursos para o capital e que poderá ser utilizado para futuro aumento de capital. A reserva de ágio na subscrição de ações, refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumentar o capital, absorção de prejuízos, resgaste, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendos cumulativos a ações ordinárias. c) Reserva legal: De acordo com o estatuto social da companhia, a reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a reserva não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude dos resultados apurados terem sido negativos. d) Reserva para investimento: A Sociedade possui plano baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias (vide nota explicativa 15). e) Outros Resultados Abrangentes: As variações cambiais dos investimentos provenientes das operações no exterior são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (conta específica do patrimônio líquido).

21. Receita líquida de serviços prestados:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Serviços prestados	**1.301.442**	1.130.796
Royalties	**41.215**	33.592
Taxa de franquia(a)	**7.905**	5.866
Total receita	**1.350.562**	1.170.254
Impostos sobre vendas	**(177.021)**	(153.259)
Cancelamentos	**(165.461)**	(109.833)
Descontos concedidos	**(1.633)**	(647)
Total da receita operacional líquida	**1.006.447**	906.515

(a) Referem-se às receitas da controlada EL Franchising e EF Franchising, no qual se trata substancialmente do valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de franquias e royalties realizadas no curso regular das atividades da Companhia, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos, incidentes sobre essas receitas.

21.1. Contratos de Prestação de Serviço de Depilação:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a receber (b)	**797.089**	747.603
Receita diferida (c)	**304.599**	303.649

(b) As contas a receber não estão sujeitas a juros e geralmente são negociadas em termos de pagamento que não ultrapassam 18 meses. Para maiores informações vide nota explicativa n°7. (c) O valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviço serão prestados ao longo do contrato. Através da utilização de estudos realizados pela Administração e baseado em laudo de um especialista estatístico, a receita é reconhecida no resultado do exercício da seguinte forma: (i) 90% do valor do contrato firmado é reconhecido em 180 dias (período médio de realização de até cinco sessões de tratamento) de forma linear e registrados pelo critério pro rata dia; e, posteriormente, (ii) 10% do valor do contrato firmado é reconhecido em 150 dias corridos (para eventuais manutenções necessárias). Dessa forma, a receita total é reconhecida 11 meses após a assinatura do contrato. **21.2. Obrigações de performance:** A obrigação de desempenho dos contratos firmados pela Companhia e suas controladas refere-se à prestação dos serviços aos clientes. Dessa forma, para cada tipo de operação há um preço estipulado no contrato - preço de venda individual estabelecido em contrato, não havendo previsão de valores variáveis a serem considerados. O preço de venda individual é estabelecido no início do contrato, caracterizando o preço pelo qual as entidades prestam serviços aos clientes. A obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo, e a contraprestação é devida no momento que cliente assina o contrato de prestação de serviço.

22. Custo dos serviços prestados:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Pessoal	**(382.989)**	(375.770)
Aluguel	**(66.266)**	(64.846)
Custos diretos (a)	**(55.809)**	(40.740)
Custo com material	**(48.965)**	(38.288)
Depreciação e amortização	**(64.175)**	(56.875)
Comissões cartões de crédito	**(16.356)**	(11.993)
Total custo dos serviços prestados	**(634.560)**	(588.512)

(a) Saldo composto, principalmente, por: manutenção e reparo de máquinas e demais gastos com loja, como por exemplo, limpeza, uniforme, energia, etc.

23. Despesas por natureza:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Propaganda e publicidade e Telemarketing	**–**	–	**(50.827)**	(37.185)
Salários e benefícios a empregados	**(320)**	(3.193)	**(89.495)**	(85.018)
Ocupação, manutenção e operacionais	**(237)**	(323)	**(20.679)**	(22.866)
Tecnologia, assessoria e serviços gerais	**(2.603)**	(3.995)	**(28.039)**	(43.256)
Provisão para perdas de crédito esperadas	**–**	–	**(4.534)**	(6.733)
Perda efetiva de crédito	**–**	–	**(17.339)**	–
Outras (despesas) e receitas	**(2.239)**	(3.770)	**(20.717)**	(10.118)
Amortização contrato oneroso	**–**	–	**8.243**	8.243
Despesas com depreciação e amortização	**(27)**	(39)	**(31.833)**	(29.896)
Total despesas gerais e administrativas	**(5.426)**	(11.320)	**(255.220)**	(226.829)
Despesas com vendas	**–**	–	**(72.759)**	(43.918)
Despesas gerais e administrativas	**(5.426)**	(11.320)	**(182.461)**	(182.911)
Total	**(5.426)**	(11.320)	**(255.220)**	(226.829)

24. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Despesas com juros	**(115.131)**	(58.117)	**(123.928)**	(97.994)
Despesas com IOF	**(49)**	(23)	**(235)**	(306)
Despesas bancárias	**(4)**	(318)	**(2.524)**	(8.556)
Juros de arrendamento	**–**	–	**(10.470)**	(7.282)
Perdas cambiais e swap	**(590)**	(693)	**(8.621)**	(34.048)
Despesa com ajuste a valor presente	**–**	–	**(465)**	–
Atualização monetária passiva	**–**	–	**(436)**	(6.800)
IR s/operações financeiras	**(3.009)**	(785)	**(4.216)**	(6.391)
Outras despesas financeiras	**(4.776)**	(438)	**(6.487)**	(6.995)
Total despesas financeiras	**(123.559)**	(60.374)	**(157.382)**	(168.372)
Rendimentos s/aplicação financeira	**10.306**	5.793	**26.184**	14.047
Ganhos cambiais	**879**	–	**1.022**	
Atualização monetária ativa	**158**	9	**2.821**	2.211
Receita com ajuste a valor presente	**–**	–	**–**	3.471
Outras receitas financeiras	**–**	2	**1.424**	478
Total receitas financeiras	**11.343**	5.804	**31.451**	20.207
Resultado financeiro líquido	**(112.216)**	(54.570)	**(125.931)**	(148.165)

25. Resultado por ação: O quadro a seguir apresenta a determinação do prejuízo líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o prejuízo básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

Prejuízo básico/diluído por ação ordinária	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas controladores	**(23.111)**	(50.198)
Média ponderada da quantidade de ações	**361.423**	265.747
Prejuízo básico/diluído por ação - R$	**(0,0639)**	(0,1889)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o único instrumento financeiro que proporcionaria diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, que são conversíveis em ações ordinárias, cujos detalhes estão descritos na nota explicativa n°15. Considerando o valor justo das ações ordinárias da Companhia durante o exercício foi menor que o valor de exercício das opções, o plano de remuneração não proporcionou um efeito dilutivo em 31 de dezembro de 2023, e por isso não foi considerado no cálculo acima demonstrado para o período findo naquela data. **26. Instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data-base são os seguintes:

	Classificação	Hierarquia Valor justo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	**15.959**	178.279	**157.994**	238.394
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 2	**–**	–	**797.089**	747.603
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	**7.852**	514.972	**8.072**	18.458
Instrumentos derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**–**	–	**2.421**	5.129
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**–**	–	**20.000**	20.000
Total			**23.811**	693.251	**985.576**	1.029.584
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	**478**	1.744	**28.207**	27.780
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	Nível 2	**683.817**	737.057	**774.872**	858.705
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	**–**	–	**86.596**	60.637
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	**83.937**	53.600	**647**	928
Contas a pagar por aquisição	Custo amortizado	Nível 2	**815**	9.738	**–**	1.387
Total			**769.047**	802.139	**890.322**	949.437

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os períodos mencionados. Análise sensibilidade: Apresentamos, a seguir, um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

				Resultado financeiro		
	Risco	2023	Taxa	Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações financeiras	Baixa CDI	**147.875**	CDI	**14.861**	**18.576**	**22.292**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	**774.872**	CDI	**(77.875)**	**(97.344)**	**(116.813)**
Total exposição líquida				**(63.014)**	**(78.768)**	**(94.521)**

O CDI projetado usado foi de 10,05% extraído do site da B3 em 31 de dezembro de 2023, a projeção usada foi para 365 dias. Gerenciamento de riscos: As atividades da Companhia a expõe a diversos tipos de risco: (a) risco de mercado, incluindo o risco de moeda e o risco de preço; (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez. A gestão de risco é realizada segundo políticas elaboradas pela Diretoria de Finanças e aprovadas pela Administração da Companhia. Essa Diretoria é responsável pelas políticas à exposição aos riscos, bem como pela elaboração de processos, controles internos e a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Desse modo a Diretoria Executiva de Finanças mantém a Companhia protegida contra eventuais riscos financeiros. A gestão de risco dos instrumentos financeiros é compartilhada pelo corpo Diretivo da Companhia e considera o acompanhamento permanente das taxas contratadas e as taxas de mercado. A Companhia não efetua aplicações de cunho especulativo em derivativos ou outros ativos de risco. a) *Risco de mercado: Risco de moeda:* A Companhia possui um passivo em moeda estrangeira composto de empréstimos para capital de giro (operação estruturada 4131) junto ao Banco Itaú e Santander (conforme Nota 13). Entretanto, o risco de flutuação na taxa de câmbio é mitigado, devido à Companhia ter contratado, na mesma data, derivativos *swap* que trocaram a exposição para uma taxa prefixada em Reais, ou sujeita a flutuação do CDI mais spread. *Risco de preço dos serviços e receitas da Companhia:* O acirramento da concorrência pode levar as controladas a reverem seus preços de serviços, tendo impacto direto sobre os resultados. A Companhia e suas controladas monitoram as práticas da concorrência e estabelece cenários avaliando os resultados futuros em relação à mudança de preços. b) *Risco de crédito:* Incorre em risco de crédito, os valores de caixa e equivalentes de caixa, representados por depósitos e aplicações financeiras de curtíssimo prazo em instituições financeiras no país. Este risco é gerido na Diretoria de Finanças. A Companhia tem a política de somente manter valores em instituições financeiras de primeira linha, não mantendo investimentos concentrados em qualquer conglomerado financeiro. A Companhia tem estabelecida uma política de crédito na qual avalia o risco de cada cliente ou contraparte não cumprir as obrigações contratuais assumidas. Baseada nessa política, a Companhia provisiona créditos para liquidação duvidosa e caso ocorra inadimplência de um cliente por mais de 90 dias, o valor é baixado integralmente. O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de ser pulverizado devido a uma grande base de clientes. Adicionalmente, para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa. O risco de liquidez origina-se da falta de recursos no fluxo de caixa para atender às necessidades operacionais. A previsão do fluxo de caixa é efetuada pela área financeira, na Diretoria de Finanças da Companhia. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, assegurando o valor de caixa suficiente para atender às necessidades da Companhia. *Gestão de capital:* O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa. Demonstramos abaixo os índices em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**774.872**
Passivo de arrendamento	**86.596**
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(157.994)**
Dívida líquida	**703.474**
Patrimônio líquido	**857.790**
Patrimônio líquido e dívida líquida	**1.561.264**
Índice de alavancagem financeira	**45%**

Demonstramos abaixo os índices em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado
Empréstimos, financiamentos	858.705
Passivo de arrendamento	60.637
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(238.394)
Dívida líquida	680.948
Patrimônio líquido	880.957
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.561.905
Índice de alavancagem financeira	44%

27. Segmentos operacionais: Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as informações por segmento operacional estão abaixo demonstradas:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Laser	Internacionais	Franquias	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de vendas	**932.890**	**26.694**	**47.048**	**(185)**	**1.006.447**
Custo dos serviços prestados	**(606.070)**	**(28.247)**	**(243)**	**–**	**(634.560)**
Lucro bruto	**326.820**	**(1.553)**	**46.805**	**(185)**	**371.887**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Laser	Internacionais	Franquias	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de vendas	848.354	20.077	39.268	(1.184)	906.515
Custo dos serviços prestados	(564.716)	(19.254)	(4.542)	–	(588.512)
Lucro bruto	283.638	823	34.726	(1.184)	318.003

Conforme CPC 22, alteramos um segmento operacional entre os períodos comparativos e por isso, iremos apresentá-lo abaixo:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Laser	Estética Facial	Franquias	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de vendas	**959.584**	**692**	**46.356**	**(185)**	**1.006.447**
Custo dos serviços prestados	**(633.037)**	**(1.280)**	**(243)**	**–**	**(634.560)**
Lucro bruto	**326.547**	**(588)**	**46.113**	**(185)**	**371.887**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Laser	Estética Facial	Franquias	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de vendas	868.431	1.146	38.122	(1.184)	906.515
Custo dos serviços prestados	(582.219)	(1.751)	(4.542)	–	(588.512)
Lucro bruto	286.212	(605)	33.580	(1.184)	318.003

28. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada abaixo:

	Importância segurada Controladora	Importância segurada Consolidado
Multirrisco patrimonial (lucros cessantes, danos morais e danos materiais)	**–**	**574.220**
Responsabilidade cível dos diretores e administradores	**50.000**	**–**
Risco de Transporte	**–**	**3.030**

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA MPM CORPÓREOS S.A. - 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Transações que não afetam caixa: As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultados abrangentes por variação cambial dos investimentos	**(2.874)**	(3.001)
Adição/Remensuração de arrendamento e direito de uso	**61.313**	35.010
Efeito da incorporação da depreciação e amortização	–	(3.474)

30. Eventos subsequentes: *Valores abaixo demonstrados em reais mil, com exceção do parágrafo das Debêntures.* Aumento de Capital: Em 05 de janeiro de 2024, ocorreu o aumento de capital na controlada Corpóreos Colômbia SAS, no valor de aproximadamente R$ 227. Aprovação para emissão de debêntures: Em 16 de fevereiro de 2024 a Companhia aprovou através do Conselho de Administração, nos termos do artigo 157, §4°, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, bem como na Resolução da CVM n° 44, de 23 de agosto de 2021, a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória da Corpóreos em série única, da Companhia ("Emissão MPM" e "Debêntures MPM", respectivamente), para distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM n° 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta MPM", respectivamente). Serão emitidas 346.500 Debêntures MPM, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, totalizando, assim, R$ 346.500.000 (reais) no âmbito da Emissão MPM e 386.500 Debêntures Corpóreos, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, totalizando, assim, R$ 386.500.000 no âmbito da Emissão Corpóreos. Ambas as Emissões terão prazo de vencimento de 5 anos contados das datas de suas respectivas emissões e totalizarão, conjuntamente, o valor de R$ 733.000. As novas emissões possuem o prazo de 5 anos com início em 16/02/2024 até 16/02/2029 com taxas de CDI + 4,5% a.a. As Debêntures MPM e as Debêntures Corpóreos serão objeto de distribuição pública, destinada exclusivamente para investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Liquidação Debêntures e financiamentos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia e pela Controlada com a 3ª emissão de debêntures da MPM Corpóreos S.A. e a 2ª emissão de debêntures da Corpóreos S.A. foram utilizados para o resgate antecipado da totalidade das: (i) debêntures da 2ª emissão da MPM Corpóreos S.A. em 06 de março de 2024, no valor líquido de 565.717 com juros de 3,5% + CDI, (ii) Operação 4131 - Banco Santander (MPM Corpóreos S.A.) no valor líquido de R$ 118.100 e (iii) operação 4131 Banco Itaú (Corpóreos S.A.) no valor líquido de R$ 67.469.

DIRETORIA

Paulo Sergio de Camargo
CEO
Magali Leite
Diretora Financeira
Fernanda Milred
Diretora de Operações
Mariana Gama Costábile Mattar
Diretora de RH
Daniela Komatsu
Diretora Planejamento/TI
Bruno Neves Siqueira
Diretor Marketing Growth

CONTROLLER E CONTADOR RESPONSÁVEL

Antonio Carlos Marques de Oliveira, CRC - 1SP215445/O-0

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ygor Alessandro de Moura
Presidente
Paulo José lász de Morais
Membro
Fábio de Barros Pinheiro
Membro Independente
José Carlos Semenzato
Membro
Farah Deeba Khan
Membro
Sylvia de Souza Leão Wanderley
Membro Independente
Francisco Javier Molto Martinez
Membro
Julio Andres Babecki
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Espaçolaser declara que, em conformidade com o §1°, inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM N° 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, autorizando sua conclusão.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A Diretoria da Espaçolaser declara que, em conformidade com o §1°, inciso V do artigo 27 da Resolução CVM N° 80, de 29 de março de 2022, revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 21 de março de 2024.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da MPM Corpóreos S.A. ("Companhia").

1. Apresentação: O Comitê de Auditoria é órgão colegiado, não estatutário, de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pelas disposições previstas em seu Regimento Interno ("Regimento Interno do Comitê"). Em reunião realizada em 9 de novembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a criação e instalação do Comitê de Auditoria, bem como a aprovação do Regimento Interno do Comitê. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de agosto de 2023, foi aprovada a eleição dos membros que atualmente compõem o Comitê de Auditoria, com mandato de 2 (dois) anos, a se encerrar na reunião do Conselho de Administração imediatamente posterior à assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023: (i) Sylvia de Souza Leão Wanderley; (ii) Fábio de Barros Pinheiro; e (iii) Adriana Caetano. Na qualidade de órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, as decisões do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculativas ao Conselho de Administração, sendo que tais recomendações devem ser acompanhadas pela análise que suporte tal decisão. **2. Atividades Desenvolvidas:** Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas, no mínimo, a cada 3 (três) meses, ou, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração ou por dois membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, ou por solicitação escrita de qualquer membro do Comitê de Auditoria. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente 13 (treze) vezes. As principais atividades realizadas pelo Comitê no exercício social de 2023 foram: (a) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2023 (1T23), 30 de junho de 2023 (2T23) e 30 de setembro de 2022 (3T23); (b) Análise e recomendação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (DF2023); (c) Análise de contas e atos de gestão da Diretoria; (d) Acompanhamento da atuação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; (e) Resultado Financeiro do mensal de janeiro a dezembro de 2023; (f) Aspectos Contábeis (reconhecimento da receita, partes relacionadas, mútuo, renegociação/reestruturação da dívida e impairment); (g) Aspectos Fiscais (apuração e utilização do ágio/análise de operações para melhor aproveitamento do prejuízo fiscal); (h) Auditoria Interna (Aprovação do planejamento dos trabalhos de Auditoria 2023, Aprovação da Política da Auditoria interna, Auditoria nas atividades de Compras, Intercorrências e Controles na Definit Argentina, Plano de Ação de Compras); (i) Segurança da Informação (Evolução na segurança da informação da Companhia, Cyber risks e negociação do contrato com a EVUP sistema de frente de Loja-Elos); (j) Complaince (Acompanhamento dos indicadores e fluxo do Canal de Denúncias); (k) Controles Internos (Fluxo e produtos da área de governança e Evolução da carta de recomendação); (l) Franqueadora (Contrato de franquia, cenário da Estúdio Face e EspaçoLaser); (m) Aspectos Jurídicos (E-Bank, Acordo de Indenidade, Incorporações pendentes, Contratos de Partes relacionadas, Proposta de venda da operação das lojas próprias da Colômbia para franquias, Indicadores de processos trabalhistas, civis , tributários e Controles das licenças operacionais). **3. Conclusões:** Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, apreciaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhada da minuta do relatório dos auditores independentes sem qualificação e as eventuais recomendações de melhoria por eles sugeridas, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê de Auditoria ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
MPM Corpóreos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MPM Corpóreos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita sobre prestação de serviços de depilação

A Companhia presta serviços que são reconhecidos como receita no seu resultado conforme a obrigação de performance é satisfeita. Conforme nota explicativa n° 4.14 e 21, as receitas com prestação de serviços de depilação são reconhecidas ao longo do tempo utilizando estimativas preparadas pela diretoria que avaliam o momento em que as obrigações de desempenho previstas em contrato são satisfeitas. Esse reconhecimento leva em consideração fatores que dependem da realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A diretoria exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, consequentemente, existe o risco de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência. Considerando o risco inerente, o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas, efetuamos testes amostrais visando confirmar a adequação dos valores reconhecidos perante o total do serviço e o tempo de duração do serviço que foi contratado, bem como, analisamos o processo de revisão das estimativas e julgamentos exercidos pela diretoria e confirmamos o correto momento em que essa receita foi reconhecida. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a redução de receitas, sendo este ajuste registrado pela diretoria. Também avaliamos a adequação das divulgações sobre o tema incluídas pela diretoria na nota explicativa n° 21.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas sobre prestação de serviços de depilação, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios utilizados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida a realizar anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R$664.149 mil e está divulgado na nota explicativa n° 10 das demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro, envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP034519/O
Murilo Teixeira Coelho Morgante
Contador - CRC SP280120/O

EY Building a better working world

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software

CNPJ 05.662.773/0001-57

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

Relatório anual da Administração: Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Mensagem da Diretoria:** O ano de 2023 apresentou evolução no crescimento do setor de saúde suplementar. Segundo relatório da ANS, "o setor encerra 2023 com 50,9 milhões de beneficiários em planos de assistência médica em outubro de 2023 (mais de 900 mil a mais que em outubro de 2022); e 32,2 milhões de beneficiários em planos exclusivamente odontológicos (2,4 milhões a mais que no mesmo período de 2022). São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os estados que vêm apresentando o maior ganho em números absoluto nas duas modalidades". Mesmo assim observou-se ainda uma pressão de caixa das operadoras sobre as instituições prestadoras dos serviços de saúde que impactou via aumento da inadimplência os fornecedores dessas instituições. Na economia, o ano de 2023 terminou com saldo positivo com alta do PIB projetado de 2,92%, inflação de 4,2% e o índice de desemprego em seu menor nível desde 2014, fechando em 7,8%. A SELIC sofreu queda durante o ano, mas fechou em um patamar ainda alto de 11,75%, o que adicionou pressão sobre o caixa das empresas que possuíam linhas de financiamento pós fixadas e encareceu a tomada de novas dívidas tanto para investimento quanto para capital de giro. Operacionalmente destacamos algumas realizações de 2023: • Crescimento de 31% nas vendas; • Aprimoramento da estratégia de aumento da eficiência de Cloud; • Intensificação da simplificação de portfólio de produtos com o início do projeto de atualização do SMART; • Desenvolvimento da plataforma de controle de versões e licenças; • Lançamento do migrador do LTA para Aurora Drive; • Desenvolvimento da entrega de laudos via +Saúde. Na performance financeira, seguimos executando o Planejamento Estratégico de Longo Prazo da Pixeon: em 2023, investimos R$41,7 milhões na inovação e sustentação do nosso portfólio de produtos. O ARR (*annual recurring revenue*) encerrou o ano com um volume de R$105 milhões, +6,2% sobre o ano de 2022. Isso demonstra a resiliência do modelo SaaS mesmo em um cenário econômico como o citado no início, e a capacidade comercial da Pixeon na execução de vendas a novas contas e upsell/cross sell na base ativa. A receita liquida total fechou em R$118,9 milhões (87% oriundos de receitas de recorrentes), um resultado superior em 9,1% sobre o realizado em 2022. O EBITDA encerrou o ano com R$27,4 milhões (23% sobre a receita líquida), um crescimento de 46% sobre 2022, fruto das ações de ganho de eficiência em custos executada no período. O lucro líquido foi de R$4,7 milhões (4% sobre a receita líquida). No tema pessoas, mesmo com a redução significativa na taxa de desemprego observada no Brasil em 2023, o *turnover* voluntário da companhia encerrou em um patamar baixo, de apenas 7,4% no ano. Por fim, seguimos com nosso propósito de inovar o mercado de software para saúde transformando o cuidado pela vida. Continuamos focados na execução do Planejamento Estratégico de Longo Prazo da Pixeon, na geração de valor aos seus acionistas, na criação de oportunidades de crescimento profissional para todos os colaboradores e na construção de parcerias de longo prazo com seus clientes que sejam marcadas por um alto nível de satisfação com nossas soluções e serviços.

Balanço patrimonial		Consolidado		Controladora	
Ativos	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.126	18.027	12.828	17.835
Contas a receber de clientes	8	17.012	12.948	16.550	12.827
Estoques		196	177	196	177
IR e CS	10	1.135	1.261	1.126	1.200
Impostos a recuperar	9	2.585	3.404	2.579	3.382
Adiantamentos		469	427	429	402
Outras contas a receber		1.454	1.627	1.413	1.622
Total do ativo circulante		**35.977**	**37.872**	**35.121**	**37.443**
Contas a receber de clientes	8	33	158	33	158
Outras contas a receber		25	36	25	36
Aplicações financeiras	7	9.067	7.042	9.067	7.042
Impostos diferidos	10	6.124	5.431	1.225	513
Investimento em controlada	18	–	–	256	–
Crédito com partes relacionadas	30	–	–	6.583	5.813
Total do realizável a longo prazo		**15.249**	**12.667**	**17.189**	**13.562**
Imobilizado	11	2.926	3.948	2.926	3.945
Direito de uso	19	209	998	209	998
Intangível	12	92.231	84.886	89.586	82.727
Total do ativo não circulante		**110.615**	**102.501**	**109.910**	**101.232**
Total do ativo		**146.592**	**140.373**	**145.031**	**138.676**

Balanço patrimonial		Consolidado		Controladora	
Passivos e patrimônio líquido	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Empréstimos e financiamentos	13	18.533	15.119	18.527	15.107
Instrumentos financeiros derivativos	32	683	2.336	683	2.336
Fornecedores		1.153	2.729	1.135	2.710
Obrigações sociais e trabalhistas	14	7.479	7.447	7.303	7.269
Obrigações tributárias	15	783	717	747	701
Arrendamentos	19	202	796	202	796
Outras contas a pagar	16	6.019	5.565	5.869	5.385
Receitas diferidas	17	1.759	1.568	1.759	1.568
Dividendos a pagar	30	1.124	181	1.124	181
Total do passivo circulante		**37.735**	**36.458**	**37.349**	**36.053**
Empréstimos e financiamentos	13	28.206	21.763	28.206	21.763
Instrumentos financeiros derivativos	32	937	2.879	937	2.879
Arrendamentos	19	–	190	–	190
Receitas diferidas	17	700	1.361	695	1.361
Contingências	20	1.415	4.003	245	–
Passivo a descoberto em controlada	18	–	–	–	2.711
Total do passivo não circulante		**31.258**	**30.196**	**30.083**	**28.904**
Capital social	21	47.574	47.115	47.574	47.115
Reservas de capital	21	25.845	25.455	25.845	25.455
Reservas e retenção de lucros	21	4.180	1.149	4.180	1.149
Total do patrimônio líquido		**77.599**	**73.719**	**77.599**	**73.719**
Total do passivo		**146.592**	**140.373**	**145.031**	**138.676**

Demonstração do resultado		Consolidado		Controladora	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	23	118.852	108.960	115.742	106.688
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	24	(45.370)	(38.058)	(44.019)	(36.935)
Lucro bruto		**73.482**	**70.902**	**71.723**	**69.753**
Despesas administrativas	25	(14.651)	(18.080)	(17.423)	(18.000)
Despesas comerciais	26	(23.732)	(25.447)	(23.007)	(24.057)
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	27	(23.764)	(22.153)	(23.184)	(21.352)
Resultado de equivalência patrimonial	18	–	–	2.967	(773)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(468)	(161)	(464)	(154)
		(62.615)	**(65.842)**	**(61.111)**	**(64.336)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos					
Receitas financeiras	29	2.855	6.137	2.851	6.127
Despesas financeiras	29	(9.414)	(11.230)	(9.285)	(11.203)
Despesas financeiras líquidas		**(6.559)**	**(5.093)**	**(6.434)**	**(5.076)**
Resultado antes dos impostos		**4.308**	**(34)**	**4.177**	**341**
IR e CS correntes	10	(305)	(357)	(193)	(357)
IR e CS diferidos	10	731	1.151	750	776
		426	**794**	**557**	**419**
Lucro líquido do exercício		**4.734**	**760**	**4.734**	**760**

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado		Controladora	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**4.734**	**760**	**4.734**	**760**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**4.734**	**760**	**4.734**	**760**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		4.734	760	4.734	760
Ajustes para:					
Depreciação do imobilizado	11	1.339	1.451	1.334	1.445
Depreciação de direito de uso	19	860	865	860	865
Amortização do ativo intangível	12	13.967	11.026	13.465	10.675
IR e CS diferidos	10	(731)	(1.151)	(750)	(776)
Receitas diferidas	17	(470)	(417)	(475)	(417)
Provisão para perda de crédito esperada	8	1.402	(304)	1.371	(224)
Provisão para stock options	22	390	378	390	378
Baixa de ativo imobilizado	11	19	16	19	16
Provisão (reversão) de contingências	20	(2.588)	–	245	–
Juros s/arrendamento	19	73	67	73	67
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	8.897	1.100	8.897	1.099
Variação do valor justo de derivativos	32	(3.595)	6.349	(3.595)	6.349
Resultado de equivalência patrimonial	18	–	–	(2.967)	773
		24.297	**20.140**	**23.601**	**21.010**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		(5.339)	(2.991)	(4.969)	(3.041)
Estoques		(19)	(147)	(19)	(147)
Impostos a recuperar		570	(575)	554	(598)
Adiantamentos		(41)	741	(27)	759
Outras contas a receber		185	(362)	450	(364)
Fornecedores		(1.772)	1.453	(2.007)	1.451
Obrigações sociais e trabalhistas		32	1.230	35	1.173
Obrigações tributárias		373	200	306	148
Outras contas a pagar		453	1.599	484	1.786
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**18.739**	**21.288**	**18.409**	**22.177**
Pagamentos de juros de empréstimos	13	(7.110)	(3.794)	(7.110)	(3.798)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**11.629**	**17.494**	**11.300**	**18.379**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação financeira	6	(2.025)	6.472	(2.025)	6.472
Adições ao imobilizado	11	(335)	(1.904)	(335)	(1.904)
Adições ao intangível	12	(21.312)	(16.178)	(20.324)	(15.414)
Mútuos enviados a partes relacionadas	30	–	–	(770)	(1.780)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(23.672)**	**(11.610)**	**(23.454)**	**(12.626)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	38.000	7.000	38.000	7.000
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	13	(29.929)	(18.810)	(29.923)	(18.792)
Arrendamentos	19	(929)	(944)	(929)	(944)
Ações em tesouraria	21	–	(300)	–	(300)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		**7.142**	**(13.054)**	**7.148**	**(13.036)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(4.901)	(7.170)	(5.007)	(7.282)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.027	25.197	17.835	25.117
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		13.126	18.027	12.828	17.835

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reservas de capital: Reserva especial de ágio	Reservas de capital: Stock options	Ações em tesouraria	Reservas e retenção de lucros: Reserva legal	Reservas e retenção de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		42.956	24.545	532	(250)	571	3.532	–	71.886
Stock Options	22	–	–	378	–	–	–	–	378
Ações em tesouraria	21	–	–	–	(300)	–	–	–	(300)
Cancelamento de ações em tesouraria	21	(550)	–	–	550	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	760	760
Reserva Legal	21	–	–	–	–	38	–	(38)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	21	–	–	–	–	–	–	(182)	(182)
Retenção de Lucros		–	–	–	–	–	540	(540)	–
Aumento de capital com destinação de retenção de lucros	21	3.532	–	–	–	–	(3.532)	–	–
Aumento de capital social com reversão de dividendos a pagar de ano anterior	21	1.177	–	–	–	–	–	–	1.177
Saldos em 31 de dezembro de 2022		47.115	24.545	910	–	609	540	–	73.719
Stock Options	22	–	–	390	–	–	–	–	390
Ações em tesouraria	21	–	–	–	(300)	–	–	–	(300)
Cancelamento de ações em tesouraria	21	(300)	–	–	300	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	4.734	4.734
Reserva Legal	21	–	–	–	–	237	–	(237)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	21	–	–	–	–	–	–	(1.124)	(1.124)
Retenção de Lucros		–	–	–	–	–	3.373	(3.373)	–
Aumento de capital com destinação de reserva legal	21	38	–	–	–	(38)	–	–	–
Aumento de capital com destinação de retenção de lucros	21	541	–	–	–	–	(541)	–	–
Aumento de capital social com reversão de dividendos a pagar de ano anterior	21	180	–	–	–	–	–	–	180
Saldos em 31 de dezembro de 2023		47.574	24.545	1.300	–	808	3.372	–	77.599

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software ("Companhia") e sua controlada (conjuntamento, "Grupo") possui sede na cidade de Florianópolis, e é a principal *Health Tech* do Brasil, com atuação nos mercados de hospitais, clínicas, centros de radiologia e laboratórios. Suas soluções de software são desenvolvidas para gerar maior eficiência às instituições/clientes além de agilidade e qualidade de atendimento aos pacientes. O seu portfólio é composto por sistemas HIS, PACS, RIS, LIS, CLIN, além de soluções complementares focadas na experiência e segurança do paciente, utilizadas em diversas instituições de saúde em todo o país. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. A Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 1.758 (consolidado) e R$ 2.226 (controladora). Os planos da administração para reverter essa situação e honrar os seus compromissos são: (i) liquidação de 18M de empréstimos, com liberação de aplicações financeiras utilizadas como garantia no montante de 5,4M, a ser reclassificado de realizavel a longo prazo para circulante; (ii) projeção orçamentária de crescimento de ROL em 11,2%, com a mesma margem bruta e aumento de margem Ebtida, isso representa um aumento aproximação de 10M de contas a receber, sem aumento de custos e despesas na mesma proporção.

	Consolidado	Controladora
Ativo circulante líquido	35.977	35.121
Passivo circulante líquido	37.735	37.349
CCL	**(1.758)**	**(2.228)**

2. Relação de controladas: A Companhia controla a G2D Serviços Tecnologicos S.A. ("Boa Consulta" ou "G2D") em função de aquisição ocorrida em 21 setembro de 2020, exercendo pleno direito sobre a gestão da entidade. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.19. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 20 de março de 2024. **3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **3.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. **3.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. • Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. **4. Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.1 Base de consolidação: (i) Controlada:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixe de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(iii) Investimento em entidade contabilizado pelo método de equivalência patrimonial:** Nas demonstrações financeiras individuais, o investimento da Companhia em entidade contabilizado pelo método de equivalência patrimonial é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **(iv) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **4.3 Ativos financeiros: (a) Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros como custo amortizado: Contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e outras contas a receber. **(b) Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **(c) Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **(d) *Impairment* de ativos financeiros:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associados aos instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. Com relação às aplicações financeiras, o Grupo somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito. **(e) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(f) Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. **4.4 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **4.5 Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. São depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, como segue:

Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Bens adquiridos para comodato	5 anos
Aparelhos telefônicos	5 anos
Computadores	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Móveis e utensílios	5 anos

4.6 Intangível: (i) Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimos. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. **(ii) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; do valor da participação de não controladores na adquirida; e (ii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(iii) Outros intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(iv) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(v) Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. A vida útil utilizada é de 5 anos. Intangíveis e mais valia referente a combinação de negócios estão descritos na Nota 12. **4.7 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **4.8 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **4.9 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **4.10 Provisões:** As provisões e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **4.11 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **4.12 Benefícios a empregados: (a) Geral:** Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(b) Remuneração com base em ações:** O Grupo mantém um plano de remuneração em ações de longo prazo ("Plano") estruturado por meio de um programa de opções de compra de ações, segundo o qual o conselho de administração da Companhia pode conceder opções de ações ou ações não investidas a executivos e funcionários-chave. O objetivo é conceder a oportunidade de executivos e funcionários-chave se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, consequentemente, um maior alinhamento dos interesses dos empregados chaves com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar ao Grupo atrair e manter vinculados a ele os empregados chaves. Esses pagamentos baseados em ações são classificados como transações liquidadas com ações, devendo o valor justo ser calculado na data de outorga, não sendo remensurado a cada fechamento. Os requisitos de aquisição de direitos estão basicamente relacionados à passagem do tempo. Um julgamento significativo é necessário ao determinar as premissas no modelo de valor justo. O valor justo na data de outorga de acordos de pagamento baseado em opções de ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa com pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). O período esperado de aquisição de direitos aos prêmios não é revisado posteriormente. O Grupo revisa sua estimativa do número opções de ações que serão adquiridas com base na experiência histórica a cada período de apresentação. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, na demonstração do resultado e na reserva de capital, no patrimônio líquido. **(c) Participação nos lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **4.13 Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. **(ii) Arrendamentos de ativos de baixo valor:** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **4.14 Capital social: (i) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **(ii) Ações preferenciais:** Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. **4.15 Reconhecimento da receita:** O Grupo aufere e reconhece com base no seu faturamento (a) receitas variáveis decorrentes da cessão de direito de uso de *software* e de sua implantação e (b) receitas recorrentes provenientes do licenciamento de *software*, que compreendem taxas de licenciamento, de serviços de suporte e de manutenção para evolução tecnológica do produto. As receitas de serviços de implantação são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação do serviço, ou seja, de acordo com o percentual de evolução das entregas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto ao cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas em contrato. A receita compreende o valor da prestação de serviços. A receita é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: **1.** Identificação do contrato firmado com o cliente. **2.** Identificação das obrigações de desempenho no contrato. **3.** Determinação do preço das transações. **4.** Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho. **5.** Reconhecimento da receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Todos os serviços prestados pelo Grupo são formalizados com os clientes por meio de contratos padrões. Estes contratos possuem características similares, descritas a seguir: (i) serviços que serão prestados (obrigações de desempenho); (ii) preços individuais diretamente alocáveis a cada uma das obrigações de desempenho; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas ao longo do contrato, ou seja, ao longo do tempo. Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, o Grupo entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente. **4.16 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **4.17 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **4.18 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **4.19 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na preparação das demonstrações financeiras, o Grupo adotou estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Cálculos do valor em uso na análise de *impairment* de ágios:** Para efeitos de teste de *impairment*, as atividades de investimentos foram as unidades geradoras de caixa ("UGCs") as quais foram alocadas aos ágios, que são ativos com vida útil indefinida e, portanto, são testados anualmente em relação as perdas por redução ao valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhum ajuste ao valor recuperável do ágio foi registrado nas demonstrações financeiras porque os valores recuperáveis destas UGCs foram considerados superiores aos seus respectivos valores contábeis. Os valores recuperáveis das UGC foram calculados com base em seus valores em uso, determinados descontando os fluxos de caixa futuros que se espera que sejam gerados pelo uso contínuo dos ativos das UGCs. Para execução dos testes ao valor recuperável, a administração do Grupo preparou a avaliação econômico-financeira, fundamentando o valor em uso, das UGC na data-base de 31 de dezembro de 2023. Os valores em uso foram apurados através de projeções de fluxo de caixa descontados (FCD) por entender ser a metodologia mais adequada para determinar o valor das quotas das controladas, e que melhor reflete a expectativa dos resultados futuros das empresas, em linha com seus planos de negócios, orçamentos, perspectivas de melhorias, expectativas de crescimento e riscos de negócios. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso foram as descritas abaixo. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação da administração das tendências futuras no setor relevante e foram baseados em dados históricos de fontes externas e internas.

	Lablink Pro; Pleres; Lablink; Smart; Korus; Pacs	**Boa Consulta**
Metodologia aplicada	FCD	FCD
Abordagem do FCD	*Free cash flow to firm*	*Free cash flow to firm*
Taxa de desconto (WACC)	17,8%	15,7%
Período das projeções	1º de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2030	1º de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2030
Perpetuidade	Inflação do último ano do FCD, considerando a premissa de continuidade das operações	Inflação do último ano do FCD, considerando a premissa de continuidade das operações

Os resultados da avaliação econômico-financeira apuraram que não havia a necessidade de constituição de qualquer provisão de perda ao valor recuperável das UGCs em 31 de dezembro de 2023. As principais premissas descritas acima podem mudar à medida que as condições econômicas e de mercado mudam. O Grupo estima que mudanças possíveis e razoáveis a estas premissas não fariam com que o valor recuperável da UGC ficasse abaixo do valor contábil. **(b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **(c) Determinação do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na da de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). A política de pagamentos baseados em ações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que o Grupo possa ter acesso na data da mensuração. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) observável, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo. • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento (Nível 1). Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis (Nível 2). A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado em técnicas de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação a mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **5. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: 5.1 Gerenciamento de riscos:** O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (taxa de juros etc.). O procedimento de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. • **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança. Em 2023, os valores contábeis dos principais ativos financeiros do Grupo e sua controlada que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão representados pelas contas a receber de clientes no montante de R$ 17.045 (R$ 13.106 em 31 de dezembro de 2022). • **Risco de liquidez:** É o risco em que o Grupo pode encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, o Grupo mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. • **Risco de mercado:** É o risco do Grupo quanto as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. • **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos. • **Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação desta e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio.

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

→★ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 da Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais, como segue: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; cumprimento de exigências regulatórias e legais; documentação de controles e procedimentos; exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas; desenvolvimento de planos de contingência; treinamento e desenvolvimento profissional; padrões éticos e comerciais; mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Bancos conta movimento	635	931	633	930
Aplicações financeiras de liquidez imediata	12.491	17.096	12.195	16.905
	13.126	**18.027**	**12.828**	**17.835**

Os rendimentos sobre aplicações financeiras são mencionados na nota explicativa 7.

7. Aplicações financeiras:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	**7.042**	**13.514**	**7.042**	**13.514**
Adições (+)	80.145	87.942	80.145	87.942
Reduções (–)	(78.120)	(94.414)	(78.120)	(94.414)
Saldo final	**9.067**	**7.042**	**9.067**	**7.042**

As aplicações financeiras referem-se a fundos DI e Certificados de Depósito Bancário (CDB), remunerados pelo CDI, não sendo de resgate imediato e estão vinculadas aos empréstimos bancários com vencimento superiores a 12 meses. O percentual de rendimento anual em 31 de dezembro de 2023 da principal aplicação financeira foi de 12,28% (em 31 de dezembro de 2022 13,22% a.a.).

8. Contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Clientes mercado interno	22.576	17.237	22.071	17.103
(–) Provisão para perda de crédito esperada	(5.531)	(4.130)	(5.488)	(4.118)
	17.045	**13.107**	**16.583**	**12.985**
Circulante	17.012	12.948	16.550	12.827
Não circulante	33	158	33	158

a. Composição clientes mercado interno por período de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
A vencer	13.619	9.761	13.286	9.661
Vencidos até 30 dias	1.314	1.084	1.260	1.078
Vencidos de 31 dias a 60 dias	887	1.101	850	1.086
Vencidos de 61 a 90 dias	737	759	706	757
Vencidos de 91 a 180 dias	1.046	1.145	1.024	1.143
Vencidos acima de 180 dias	4.973	3.387	4.945	3.378
	22.576	17.237	22.071	17.103

b. Movimentação da provisão para perda de crédito esperada:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	(4.130)	(4.434)	(4.118)	(4.341)
Recuperação	257	1.664	257	1.639
Baixada	1.917	677	1.917	677
Incremento da provisão	(3.575)	(2.037)	(3.544)	(2.093)
Saldo final	(5.531)	(4.130)	(5.488)	(4.118)

A provisão para perda de créditos esperada é constituída a partir de perdas previstas, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. **9. Impostos a recuperar:**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
IRRF sobre aplicações financeiras	574	800	574	799
IRRF a recuperar	1.716	1.972	1.714	1.953
PIS a recuperar	37	89	37	88
COFINS a recuperar	173	409	169	406
Outros	85	134	85	136
	2.585	**3.404**	**2.579**	**3.382**

10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R$ 305 (R$ 357 em 31 de dezembro de 2022) de imposto de renda e contribuição social correntes conforme livro de apuração do lucro real. A Companhia efetuou a compensação de prejuízos fiscais e obteve redução da carga tributária devido a amortização fiscal de ágio e benefício fiscal de acordo com a Lei do bem (11.196/05). Os impostos diferidos são constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, receitas diferidas, bem como outras diferenças temporárias e seus valores são como segue:

	Consolidado		Controladora	
Natureza dos ativos	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	7.014	7.197	2.151	2.275
Outras diferenças temporárias	2.947	2.363	2.910	2.366
Impostos diferidos s/receita eventual	108	145	108	146
	10.069	**9.705**	**5.169**	**4.787**

	Consolidado		Controladora	
Natureza dos passivos	2023	2022	2023	2022
Valor justo de ativos adquiridos - intangível	589	403	589	403
Amortização fiscal do ágio	(4.533)	(4.533)	(4.533)	(4.533)
	(3.944)	**(4.130)**	**(3.944)**	**(4.130)**
Total	**6.124**	**5.575**	**1.225**	**656**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	4.308	(34)	4.177	341
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(1.465)	12	(1.420)	(116)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Equivalência Patrimonial	–	–	1.009	263
Lei 11.196/05 - Incentivo Lei do Bem - P&D	302	100	302	100
Amortização de ágio	–	308	–	308
Provisão com comissões sobre vendas	354	224	354	224
Provisão com banco de horas	(48)	(8)	(46)	(10)
Provisão com dissidio	(28)	28	(28)	28
Provisão com PLR	(612)	442	(612)	442
Provisão com processos judiciais	806	–	(83)	–
Provisão com serviços de terceiros	389	38	388	38
Provisão com receitas	(265)	(97)	(262)	(84)
Outros	993	(252)	2.807	(772)
Despesa de IR e CS	**426**	**794**	**557**	**419**
IR e CS correntes	(305)	(357)	(193)	(357)
IR e CS diferidos	731	1.151	750	776

Impostos a recuperar ou a pagar IRPJ/CSLL:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
IRPJ	–	34	–	–
CSLL	1.135	1.227	1.126	1.200
Total a Recuperar	**1.135**	**1.261**	**1.126**	**1.200**

11. Imobilizado:

	2023			2022		
Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Aparelhos telefônicos	557	(326)	231	513	(224)	289
Máquinas e equipamentos	838	(268)	570	839	(185)	654
Móveis e utensílios	617	(585)	32	614	(514)	100
Computadores	6.428	(4.335)	2.093	6.483	(3.576)	2.907
Bens adquiridos para comodato	75	(75)	–	75	(75)	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.360	(2.360)	–	2.360	(2.360)	–
Custo	**10.875**	**(7.949)**	**2.926**	**10.882**	**(6.934)**	**3.948**

	2023			2022		
Controladora	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Aparelhos telefônicos	557	(326)	231	513	(224)	289
Máquinas e equipamentos	838	(268)	570	839	(185)	654
Móveis e utensílios	617	(585)	32	614	(514)	100
Computadores	6.399	(4.306)	2.093	6.454	(3.552)	2.902
Bens adquiridos para comodato	75	(75)	–	75	(75)	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.360	(2.360)	–	2.360	(2.360)	–
Custo	**10.846**	**(7.920)**	**2.926**	**10.855**	**(6.910)**	**3.945**

a. Movimentação:
Consolidado

	Aparelhos Telefônicos	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores	Bens adquiridos para comodato	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo							
Em 1º de janeiro de 2022	**410**	**323**	**639**	**5.224**	**75**	**2.360**	**9.030**
Adições	111	517	–	1.277	–	–	1.904
Baixas	(8)	(1)	(25)	(18)	–	–	(52)
Em 31 de dezembro de 2022	**513**	**839**	**614**	**6.483**	**75**	**2.360**	**10.883**
Adições	47	–	6	281	–	–	335
Baixas	(3)	(1)	(3)	(336)	–	–	(343)
Em 31 de dezembro de 2023	**557**	**838**	**617**	**6.428**	**75**	**2.360**	**10.875**
Depreciação Acumulada e perdas por redução ao valor recuperável							
Em 1º de janeiro de 2022	**(135)**	**(130)**	**(426)**	**(2.518)**	**(75)**	**(2.235)**	**(5.519)**
Depreciação	(90)	(55)	(110)	(1.071)	–	(125)	(1.451)
Baixas	1	–	22	13	–	–	36
Em 31 de dezembro de 2022	**(224)**	**(185)**	**(514)**	**(3.576)**	**(75)**	**(2.360)**	**(6.934)**
Depreciação	(103)	(83)	(73)	(1.080)	–	–	(1.339)
Baixas	1	0	2	321	–	–	324
Em 31 de dezembro de 2023	**(326)**	**(268)**	**(585)**	**(4.335)**	**(75)**	**(2.360)**	**(7.949)**

Controladora

	Aparelhos Telefônicos	Máquinas e equipamentos	Móveis e Utensílios	Computadores	Bens adquiridos para comodato	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo							
Em 1º de janeiro de 2022	**410**	**323**	**639**	**5.195**	**75**	**2.360**	**9.002**
Adições	111	516	–	1.277	–	–	1.904
Baixas	(8)	(1)	(25)	(18)	–	–	(52)
Em 31 de dezembro de 2022	**513**	**839**	**614**	**6.454**	**75**	**2.360**	**10.855**
Adições	47	–	6	281	–	–	335
Baixas	(3)	(1)	(3)	(336)	–	–	(343)
Em 31 de dezembro de 2023	**557**	**838**	**617**	**6.399**	**75**	**2.360**	**10.846**
Depreciação Acumulada e perdas por redução ao valor recuperável							
Em 1º de janeiro de 2022	**(135)**	**(130)**	**(426)**	**(2.499)**	**(75)**	**(2.235)**	**(5.500)**
Depreciação	(90)	(55)	(110)	(1.065)	–	(125)	(1.445)
Baixas	1	–	22	13	–	–	36
Em 31 de dezembro de 2022	**(224)**	**(185)**	**(514)**	**(3.552)**	**(75)**	**(2.360)**	**(6.910)**
Depreciação	(103)	(83)	(73)	(1.075)	–	–	(1.334)
Baixas	1	0	2	321	–	–	324
Em 31 de dezembro de 2023	**(326)**	**(268)**	**(585)**	**(4.306)**	**(75)**	**(2.360)**	**(7.920)**

O ativo imobilizado da Companhia e sua controlada estão integralmente localizadas no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

12. Intangível:

Consolidado	2023			2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Ágio - Aquisição Medical Systems (a)	244	–	244	244	–	244
Ágio - Aquisição Medicware (a)	10.854	–	10.854	10.854	–	10.854
Ágio - Aquisição Lablink (a)	2.479	–	2.479	2.479	–	2.479
Ágio - Aquisição Digitalmed (a)	7.864	–	7.864	7.864	–	7.864
Ágio - Aquisição G2D (a)	12.522	–	12.522	12.522	–	12.522
Mais-valia registrada na aquisição de empresas (b)	7.769	(7.769)	–	7.769	(7.752)	17
Desenvolvimento de novos produtos (c)	89.709	(37.816)	51.893	69.085	(26.161)	42.924
Direito de Uso - Carteira de Clientes (d)	359	(359)	–	359	(359)	–
Software Digitalmed (Communis e Pleres) (e)	8.010	(6.452)	1.558	8.010	(5.562)	2.448
Carteira de clientes - Digitalmed (e)	6.540	(2.798)	3.742	6.540	(2.408)	4.132
Mais-valia registrada na aquisição de empresas - G2D (f)	1.789	(1.731)	58	1.789	(1.185)	604
Licença de uso de software	5.841	(4.857)	984	5.153	(4.388)	765
Marcas e patentes	33	–	33	33	–	33
	154.013	**(61.782)**	**92.231**	**132.701**	**(47.815)**	**84.886**

Controladora	2023			2022		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Ágio - Aquisição Medical Systems (a)	244	–	244	244	–	244
Ágio - Aquisição Medicware (a)	10.854	–	10.854	10.854	–	10.854
Ágio - Aquisição Lablink (a)	2.479	–	2.479	2.479	–	2.479
Ágio - Aquisição Digitalmed (a)	7.864	–	7.864	7.864	–	7.864
Ágio - Aquisição G2D (a)	12.522	–	12.522	12.522	–	12.522
Mais-valia registrada na aquisição de empresas (b)	7.769	(7.769)	–	7.769	(7.752)	17
Desenvolvimento de novos produtos (c)	85.143	(35.895)	49.248	65.507	(24.743)	40.765
Direito de Uso - Carteira de Clientes (d)	359	(359)	–	359	(359)	–
Software Digitalmed (Communis e Pleres) (e)	8.010	(6.452)	1.558	8.010	(5.562)	2.448
Carteira de clientes - Digitalmed (e)	6.540	(2.798)	3.742	6.540	(2.408)	4.132
Mais-valia registrada na aquisição de empresas - G2D (f)	1.789	(1.731)	58	1.789	(1.185)	604
Licença de uso de software	5.841	(4.857)	984	5.153	(4.388)	765
Marcas e patentes	33	–	33	33	–	33
	149.447	**(59.861)**	**89.586**	**129.123**	**(46.397)**	**82.727**

Consolidado

	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Mais-Valia	Custo de desenvolvimento	Licenças de software	Marcas e Patentes	Total
Em 1° de janeiro de 2022								
Custo	33.963	8.010	6.899	9.558	52.907	5.153	33	116.523
Amortização e *impairment* acumulados	–	(4.672)	(2.376)	(8.059)	(17.742)	(3.940)	–	(36.789)
Saldo contábil, líquido	**33.963**	**3.338**	**4.523**	**1.499**	**35.165**	**1.213**	**33**	**79.733**
Adições					16.178			16.178
Combinações de negócios	–	–	–	–	–	–	–	–
Baixa do custo	–	–	–	–	–	–	–	–
Baixa da amortização	–	–	–	–	–	–	–	–
Amortização do exercício	–	(890)	(390)	(878)	(8.419)	(448)	–	(11.026)
Em 31 de dezembro de 2022	**33.963**	**2.448**	**4.132**	**621**	**42.924**	**765**	**33**	**84.886**
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	33.963	8.010	6.899	9.558	69.085	5.153	33	132.701
Amortização e *impairment* acumulados	–	(5.562)	(2.767)	(8.937)	(26.161)	(4.388)	–	(47.815)
Saldo contábil, líquido	**33.963**	**2.448**	**4.132**	**621**	**42.924**	**765**	**33**	**84.886**
Adições					20.624	688		21.312
Amortização do exercício	–	(890)	(390)	(563)	(11.655)	(469)	–	(13.967)
Em 31 de dezembro de 2023	**33.963**	**1.558**	**3.742**	**58**	**51.893**	**984**	**33**	**92.231**
Em 31 de dezembro de 2023								
Custo	33.963	8.010	6.899	9.558	89.709	5.841	33	154.013
Amortização e *impairment* acumulados	–	(6.452)	(3.157)	(9.500)	(37.816)	(4.857)	–	(61.782)
Saldo contábil, líquido	**33.963**	**1.558**	**3.742**	**58**	**51.893**	**984**	**33**	**92.231**

Controladora

	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Mais-Valia	Custo de desenvolvimento	Licenças de software	Marcas e Patentes	Total
Em 1° de janeiro de 2022								
Custo	33.963	8.010	6.899	9.558	50.093	5.153	33	113.709
Amortização e *impairment* acumulados	–	(4.672)	(2.376)	(8.059)	(16.672)	(3.941)	–	(35.721)
Saldo contábil, líquido	**33.963**	**3.338**	**4.523**	**1.499**	**33.421**	**1.212**	**33**	**77.988**
Adições	–	–	–	–	15.414	–	–	15.414
Amortização do exercício		(890)	(390)	(878)	(8.070)	(447)	–	(10.675)
Em 31 de dezembro de 2022	**33.963**	**2.448**	**4.132**	**621**	**40.765**	**765**	**33**	**82.727**
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	33.963	8.010	6.899	9.558	65.507	5.153	33	129.123
Amortização e *impairment* acumulados	–	(5.562)	(2.767)	(8.937)	(24.742)	(4.388)	33	(46.395)
Saldo contábil, líquido	**33.963**	**2.448**	**4.132**	**621**	**40.765**	**765**	**33**	**82.727**
Adições	–	–	–	–	19.636	688	–	20.324
Amortização do exercício	–	(890)	(390)	(563)	(11.153)	(469)	–	(13.465)
Em 31 de dezembro de 2023	**33.963**	**1.558**	**3.742**	**58**	**49.248**	**984**	**33**	**89.586**
Em 31 de dezembro de 2023								
Custo		8.010	6.899	9.558	85.143	5.841	33	149.447
Amortização e *impairment* acumulados	33.963	(6.452)	(3.157)	(9.500)	(35.895)	(4.857)		(59.861)
Saldo contábil, líquido	**33.963**	**1.558**	**3.742**	**58**	**49.248**	**984**	**33**	**89.586**

(a) Ágio sob aquisição de empresas: A Companhia possui ágio sobre expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) sobre as aquisições efetuadas. Como o ágio não possui vida útil definida, anualmente a Companhia efetua o teste de recuperabilidade do saldo, e para 2023 o valor registrado é totalmente recuperável. **Testes do ágio para verificação de *impairment:*** A administração do Grupo preparou a avaliação econômico-financeira para os testes ao valor recuperável dos ativos não financeiros, incluindo ágios. Não foi identificada a necessidade de impairment para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme Nota 4.19 (a). **(b) Mais-valia registrada na aquisição de empresas:** Quando da aquisição da Medicware, uma parcela do valor pago foi alocada como ativos intangíveis, conforme composição abaixo:

	Vida útil	31.12.2023	31.12.2022
Carteira de Clientes Medicware	8 anos	1.609	1.609
Marca Medicware	2 anos	855	855
Intangível Software Medicware	5 anos	4.841	4.841
Acordo de não competição Medicware	5 anos	464	464
Custo		**7.769**	**7.769**
(-) Amortização acumulada		(7.769)	(7.552)
Líquido		**–**	**17**

(c) Desenvolvimento de novos produtos:
Refere-se aos gastos com desenvolvimento de novos projetos, no qual a Companhia espera obter retorno futuro. As adições ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Projeto Korus/Pacs/Smart	–	15.414	–	15.414
Projeto Boa Consulta	988	764	–	–
Projeto + Saúde/Boa Consulta/ Click Vita/BI Insights/Interfaceamento/Korus/Lumia/Pacs/ Plataforma Pixeon/Pleres Net/ Pleres Sql/Smart/XClinic	19.636	–	19.636	–
Custo	**20.624**	**16.178**	**19.636**	**15.414**

A plataforma Korus passou por uma significativa reformulação em sua arquitetura, alinhando-se às mais avançadas práticas de mercado para assegurar uma confiabilidade superior, redução de custos operacionais e uma notável resiliência. Essa transformação a elevou ao status de uma aplicação de alta disponibilidade. A incorporação de novas integrações com laboratórios de apoio e o aprimoramento em tecnologias de reconhecimento de voz posicionam a Korus em um patamar superior em relação aos seus concorrentes, destacando-se como a única plataforma nativamente Web para RIS/LIS, um diferencial significativo no mercado. No Pacs, houve uma modernização no sistema de gestão de autenticação e a introdução de novos recursos de pós-processamento avançado. As melhorias na estrutura de integração com os gateways Dicom aumentaram a confiabilidade, especialmente nas configurações de clusters e no armazenamento de longo prazo (LTA). A substituição e atualização da infraestrutura de LTA proporcionaram uma solução mais robusta e segura, otimizando os custos e melhorando a gestão de dados. O produto Smart foi unificado sob uma versão consolidada do PowerBuilder (19), com uma política de lançamento clara e bem comunicada aos clientes. Em 2022, o Smart obteve a certificação SBIS NGS-2 nível 3, um feito único no mercado para um PEP. Além disso, foram integrados novos recursos em resposta às regulamentações do setor, alinhados com a estratégia de expansão no mercado do público. A plataforma Lumia experimentou uma modernização em sua estrutura de backend, promovendo maior escalabilidade e estabilidade. A ampliação de sua oferta, com a inclusão da opção de transbordo por meio da integração com parceiros, representa um avanço significativo na versatilidade da plataforma. O produto +Saúde, um novo lançamento, fomenta o engajamento dos pacientes ao integrar os principais sistemas da empresa, como Korus, Smart e xClinic. Ele possibilita o agendamento e a entrega de resultados, além de preparar a infraestrutura para a implementação de um sistema de check-in automatizado em 2024, o que incluirá a verificação de documentos e procedimentos para liberação de exames. Por fim, a BC Gestão introduziu novos recursos que elevam sua competitividade no mercado, incluindo opções inovadoras de contratação automatizada por meio de cartão de crédito, visando uma maior praticidade e adaptabilidade às necessidades dos clientes. **(d) Direito de uso - Carteira de clientes:** Em agosto de 2012, a Pixeon Medical Systems S.A. adquiriu a carteira de clientes da Vepro do Brasil mediante Instrumento Particular de Compra e Venda/Cessão de Direitos sobre carteira de clientes e estoque de equipamentos celebrado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo está totalmente amortizado.

(e) Aquisição Digitalmed - Ativos adquiridos:

	Vida útil	31.12.2023	31.12.2022
Software Digitalmed	9 anos	8.010	8.010
Carteira de clientes - Digitalmed	16,7 anos	6.540	6.540
Custo		**14.550**	**14.550**
(–) Amortização acumulada		(9.251)	(7.970)
Líquido		**5.299**	**6.580**

(f) Aquisição G2D - Ativos adquiridos:

	Vida útil	31.12.2023	31.12.2022
Marca G2D	3 anos	856	856
Software G2D	2,1 anos	697	697
Licenças G2D	2,6 anos	236	236
Custo		**1.789**	**1.789**
(–) Amortização acumulada		(1.731)	(1.185)
Líquido		**58**	**604**

13. Empréstimos e financiamentos: (a) Composição:

Consolidado			2023			2022		
Instituição	Taxas	Garantias	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES/BRDE	4% a.a.	(a)	15	4.000	4.015	–	–	–
ITAÚ (Empréstimo - 4131)	CDI+4,91% a.a.	(c)	–	–	–	3.268	815	4.083
ITAÚ (Empréstimo - 4131)	CDI+4,97% a.a.	(c)	–	–	–	6.389	12.662	19.050
ITAÚ (Empréstimo - 4131)	CDI + 4,20% a.a.	(c)	12.429	16.571	29.000	–	–	–
ITAÚ FGI	CDI + 5,10% a.a.	(c)	865	4.135	5.000	–	–	–
SANTANDER (4131)	CDI+3,91% a.a.	(c)	1.297	–	1.297	5.205	1.286	6.491
SANTANDER (G2D)	3,75% a.a.	(a)	–	–	–	8	–	8
ABC BRASIL	CDI+4,2% a.a.	(b)	3.648	3.500	7.148	13	7.000	7.013
Empréstimo consignado para funcionários			279	–	279	236	–	236
			18.533	**28.206**	**46.739**	**15.119**	**21.763**	**36.881**

Controladora			2023			2022		
Instituição	Taxas	Garantias	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES/BRDE	4% a.a.	(a)	15	4.000	4.015	–	–	–
ITAÚ (Empréstimo - 4131)	CDI+4.91% a.a.	(c)	–	–	–	3.268	815	4.083
ITAÚ (Empréstimo - 4131)	CDI+4,97% a.a.	(c)	–	–	–	6.389	12.662	19.051
ITAÚ (Empréstimo - 4131)	CDI+4,20% a.a.	(c)	12.429	16.571	29.000	–	–	–
ITAÚ FGI	CDI+5,10% a.a.	(c)	865	4.135	5.000	–	–	–
SANTANDER (4131)	CDI+3,91% a.a.	(c)	1.297	–	1.297	5.205	1.286	6.491
ABC BRASIL	CDI+4,2% a.a.	(b)	3.648	3.500	7.148	13	7.000	7.013
Empréstimo consignado para funcionários			273	–	273	231	–	231
			18.527	**28.206**	**46.733**	**15.107**	**21.763**	**36.869**

(a) Alienação fiduciária, aval dos acionistas e fiança bancária e Fundo Garantidor de Investimentos (FGI). (b) Aval dos acionistas e cessão fiduciária de títulos em cobrança. (c) Aval dos acionistas, cessão fiduciária de títulos em cobrança, títulos de capitalização e investimentos. **(b) Movimentação de empréstimos e financiamentos:**

	Consolidado	Controladora
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	**51.386**	**51.361**
(+) Captações	7.000	7.000
(+) Juros e custo da transação	1.100	1.099
(–) Amortizações do principal	(18.810)	(18.792)
(–) Amortizações dos juros	(3.794)	(3.798)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**36.881**	**36.869**
(+) Captações	38.000	38.000
(+) Juros e custo da transação	8.897	8.897
(–) Amortizações do principal	(29.929)	(29.923)
(–) Amortizações dos juros	(7.110)	(7.110)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**46.739**	**46.733**

(c) Escalonamento da dívida de longo prazo:

Ano	31.12.2023	31.12.2022
2024	–	11.932
2025	21.924	9.831
2026	2.366	–
2027	1.614	–
2028	658	–
2029	658	–
2030	658	–
2031	328	–
Saldo	**28.206**	**21.763**

(d) Cumprimentos de cláusulas de covenants: Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não possuem cláusulas de covenants. **14. Obrigações sociais e trabalhistas:**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
INSS a recolher	543	549	519	520
FGTS a recolher	437	450	429	440
Contribuição sindical a recolher	23	1	23	1
Outras obrigações	1.047	1.127	1.036	1.114
Provisão de férias	4.732	4.639	4.633	4.544
Provisão de encargos sobre férias	697	681	663	650
	7.479	**7.447**	**7.303**	**7.269**

15. Obrigações tributárias:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CRF a recolher	20	12	20	12
ISS retido a recolher	1	1	1	1
ISS a recolher	231	209	222	205
PIS a recolher	6	3	2	1
COFINS a recolher	32	18	10	8
INSS a recolher	491	448	491	448
Outras	–	26	–	26
	783	**717**	**747**	**701**

16. Outras contas a pagar:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Participação no Lucro PLR	–	1.799	–	1.799
Comissões sobre vendas	2.441	1.401	2.441	1.401
Banco de horas	312	452	311	446
Provisão de serviços de terceiros	2.666	1.498	2.617	1.477
Adiantamentos de clientes	2	148	–	–
Diversos	598	267	500	262
Total	**6.019**	**5.565**	**5.869**	**5.385**

17. Receitas diferidas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas diferidas (i)	2.459	2.929	2.454	2.929
Circulante	1.759	1.568	1.759	1.568
Não circulante	700	1.361	695	1.361

(i) Diferimento da receita sobre o faturamento de serviços e licenças cujos serviços de implantação não foram concluídos. **18. Investimento em controlada e provisão para passivo a descoberto:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que elas se tornam suas controladas nas demonstrações financeiras individuais da controladora. **(a) Composição:**

Controladas	Participação	Resultado de equivalência patrimonial		Passivo a descoberto/ Investimento	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
G2D Serviços Tecnológicos S.A.	100%	2.967	(773)	256	(2.711)

(b) Movimentação:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	**(2.711)**	**(1.938)**
Equivalência patrimonial	2.967	(773)
Saldo no fim do exercício	**256**	**(2.711)**

19. Arrendamentos: 19.1 Direito de uso: A Companhia arrenda 02 (dois) imóveis situados em 02 (dois) estados onde mantêm suas atividades operacionais, comerciais e administrativas. O arrendamento da sua principal unidade operacional e administrativa tem duração de 4 (quatros) anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, que são baseados em alterações do índice geral de preços. **a. Arrendamentos como arrendatário:**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Saldo Inicial	998	559	998	559
(–) Depreciação do exercício	(860)	(865)	(860)	(865)
(+) Adições	71	1.649	71	1.649
(–) Baixa de contratos ativos	–	(345)	–	(345)
Total	**209**	**998**	**209**	**998**

19.2 Passivo de arrendamento:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos - Passivo	202	986	202	986
Circulante	202	796	202	796
Não circulante	–	190	–	190

a. Compromissos:
A Companhia possui compromissos basicamente relativos a contratos de locação de imóvel, com os respectivos vencimentos a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Menos de 1 ano	202	796	202	796
Entre um e cinco anos	–	190	–	190
Total	**202**	**986**	**202**	**986**

b. Movimentação dos arrendamentos:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imóveis	986	559	986	559
(+) Adições	71	1.649	71	1.649
(+) Juros	73	67	73	67
(–) Baixa de contratos ativos	–	(345)	–	(345)
(–) Pagamentos	(928)	(944)	(928)	(944)
Total	**202**	**986**	**202**	**986**

20. Contingências: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo registrou um total de R$ 1.415 (R$ 4.003 em 31 de dezembro de 2022) de contingências, sendo este valor referente a contingências trabalhistas decorrentes da aquisição da controlada G2D Serviços Tecnológicos S.A. **Movimentação das contingências:**
Consolidado

Saldo final em 31 de dezembro de 2021	**4.003**
Exclusões	–
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**4.003**
Adições	245
Reversão (i)	(2.833)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**1.415**

(i) Reversão realizada conforme parecer jurídico baseado na análise dos contratos de prestação de serviços de pessoa jurídica, bem como os aspectos práticos desta relação jurídica, de acordo com o período de cada contrato e grupo de classificação de prestadores de serviços. Em 2023, tramitam em esfera judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais que foram considerados pelos assessores jurídicos do Grupo, como risco possível de materialização, no montante de R$ 2.833 (R$ 803 em 2022), portanto, estes valores não foram registrados. **21. Patrimônio líquido: 21.1 Capital social:** No exercício de 2023, houve a deliberação dos acionais para efetuar a destinação de retenção de lucros, dividendos a pagar e reserva legal referente ao exercício de 2022 para o aumento de capital social no montante de R$ 759, e o cancelamento de ações em tesouraria no valor de R$ 300 aumentando o capital de R$ 47.115 para R$ 47.574. Em virtude do aumento de capital social anteriormente mencionado, o capital social, subscrito e totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 47.574.193,89 (quarenta e sete milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, cento e noventa e três reais e oitenta e nove centavos), dividido em 1.228.960 (um milhão, duzentas e vinte e oito mil, novecentos e sessenta) ações ordinárias, 315.789 (trezentas e quinze mil, setecentas e oitenta e nove) ações preferenciais classe A, com direito a voto, 57.365 (cinquenta e sete mil, trezentas e sessenta e cinco) ações preferenciais classe A1, com direito a voto, 1.188.904 (um milhão, cento e oitenta e oito mil, novecentas e quatro) ações preferenciais classe B, com direito a voto, 212.540 (duzentas e doze mil, quinhentas e quarenta) ações preferenciais classe B1, com direito a voto, 792.026 (setecentas e noventa e duas mil e vinte e seis) ações preferenciais classe B2, com direito a voto, 135.253 (cento e trinta e cinco mil, duzentas e cinquenta e três) ações preferenciais classe C, sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. **21.2 Reserva especial de ágio:** Refere-se ao valor excedente ao capital na emissão de ações e está constituída em conformidade com o art. 182, da Lei nº 6.404/76. **21. 3 Destinação do resultado:** No exercício em que a Companhia apurar resultado positivo, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da reserva legal; (ii) 25% para dividendos propostos, entretanto, tal distribuição deverá ser aprovada em Assembleia Geral; (iii) destinação do saldo remanescente de lucros acumulados terá a aplicação conforme decisão em Assembleia Geral. **22. Stock options:** A Companhia outorgou opções de compra de ações (títulos patrimoniais) a determinados executivos da Pixeon ("Beneficiários"), as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência (período de *vesting*). Essas opções são valorizadas com base na data da outorga até a data de exercício dessa opção pelo seu valor justo, utilizando o método de valorização "Black & Scholes European-style options". O plano de opção de compra de ações foi aprovado em 13 de agosto de 2012, por meio de assembleia geral extraordinária, devendo ser aprovado em conselho de administração o contrato de opção para os executivos elegíveis. O exercício da opção outorgada ficará sujeito à sua permanência na Companhia por um período de carência de 12 meses, adquirindo o direito ao exercício de 25% do total das ações a cada período de 12 meses, contados a partir da data de outorga. Adicionalmente, caso as opções não sejam exercidas em até cinco anos após a data do cumprimento do *vesting*, o executivo perderá o direito ao exercício da totalidade das respectivas opções. A outorga de Opções dentro do Plano Geral conferirá direitos sobre um número de ações de emissão da Pixeon, observado o limite de 63.366 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023, a companhia reconheceu um efeito devedor líquido com o plano de opções no valor de R$ 390 (2022 - R$ 378). A Companhia possui em 2023 o plano ativo para quatro executivos, com outorgas a partir de 2018 e período total de vesting de 48 meses, 25% ao ano, e um executivo com período total de vesting de 24 meses, 50% ao ano. Os planos são segregados em quatro tranches por executivo e possui cinco anos para o exercício após o *vesting*. As condições de outorga ao plano permanecem inalterados desde 2018. O plano prevê, ainda, que, no caso de dispensa por justa causa, caducarão sem indenizações todas as opções exercidas. Prevê também alguns critérios de antecipação do período de *vesting* na eventualidade de ocorrência de eventos de liquidez, tais como alienação do controle da Companhia ou realização de IPO (oferta pública de ações). A contrapartida dos lançamentos é realizada na conta de reserva de capital (no patrimônio líquido), pois a liquidação do referido plano se dará em ações e não em caixa (ou equivalente).

23. Receita operacional líquida:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita de serviços recorrentes	116.062	104.991	112.636	102.431
Receita de serviços eventuais	17.369	17.573	17.326	17.573
Impostos sobre vendas e outras deduções	(14.579)	(13.604)	(14.220)	(13.316)
	118.852	**108.960**	**115.742**	**106.688**

O Grupo aufere e reconhece receitas variáveis decorrentes da cessão de direito de uso de *software* e de sua implantação e receitas recorrentes provenientes do licenciamento de *software*, que compreendem taxas de licenciamento, de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento.

24. Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Salários, encargos e benefícios	17.239	15.491	16.756	15.030
Amortização	12.952	9.901	12.450	9.552
Serviços de terceiros	13.071	10.873	12.845	10.668
Manutenção de software	1.259	979	1.127	879
Viagens	774	662	774	662
Outros	75	152	67	144
	45.370	**38.058**	**44.019**	**36.935**

25. Despesas administrativas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Salários, encargos e benefícios	7.548	7.312	7.509	7.292
Depreciação/amortização	3.216	3.440	3.213	3.435
Pró-labore	1.703	1.448	1.703	1.448
Serviços de terceiros	1.922	2.289	1.922	2.288
Manutenções	488	754	488	748
Comunicação	427	407	427	407
Aluguéis e condomínios	468	505	468	505
Viagens e representações	231	227	231	227
Licenças de software	383	975	376	975
Outras despesas	1.098	723	1.086	675
Reversão de contingências (Nota 20)	(2.833)	–	–	–
	14.651	**18.080**	**17.423**	**18.000**

26. Despesas comerciais:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Salários, encargos e benefícios	9.419	13.628	9.265	12.808
Comissão sobre as vendas	4.843	5.235	4.838	5.217
Provisão perda de crédito esperada recebíveis	3.425	723	3.380	803
Promoção e publicidade	2.945	2.252	2.768	2.080
Serviços de terceiros	1.205	1.166	916	797
Manutenções	731	931	721	863
Despesas com viagens	1.069	1.233	1.067	1.225
Outras despesas	95	279	52	264
	23.732	**25.447**	**23.007**	**24.057**

27. Despesas de pesquisa e desenvolvimento:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Salários, encargos e benefícios	16.762	17.130	16.869	17.218
Manutenção de software	4.295	2.126	3.610	1.265
Outros	1.139	1.964	1.138	1.937
Pró-labore	999	638	999	638
Viagens	569	295	568	294
	23.764	**22.153**	**23.184**	**21.352**

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Outras receitas				
Receitas eventuais	1	543	1	543
Outras receitas	81	43	81	43
	82	**586**	**82**	**586**
Outras despesas				
Prejuízo com baixa de ativos	(7)	(16)	(7)	(16)
Indenizações Cíveis	(59)	(22)	(59)	(22)
Despesas tributárias	(484)	(709)	(480)	(702)
	(551)	**(747)**	**(546)**	**(740)**
Total de outras receitas (despesas)	**(468)**	**(161)**	**(464)**	**(154)**

29. Despesas financeiras líquidas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras				
Juros recebidos	475	415	475	415
Juros aplicações financeiras	2.108	3.357	2.107	3.356
Variações monetárias	272	1.943	269	1.935
Outras receitas	–	422	–	421
Total de receitas financeiras	**2.855**	**6.137**	**2.851**	**6.127**
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(7.187)	(2.810)	(7.186)	(2.810)
Juros pagos a fornecedores	(18)	(33)	(17)	(32)
Juros arrendamento mercantil	(73)	(67)	(73)	(67)
Variações monetárias	(582)	(2.359)	(582)	(2.359)
Descontos concedidos	(21)	(165)	(21)	(165)
Valor justo derivativos	(1.018)	(5.215)	(1.018)	(5.215)
Despesas bancárias	(515)	(583)	(388)	(555)
Total de despesas financeiras	**(9.414)**	**(11.230)**	**(9.285)**	**(11.203)**
	(6.559)	**(5.093)**	**(6.434)**	**(5.076)**

30. Partes relacionadas: Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2023 foi pago a título de remuneração aos Administradores da Companhia o montante de R$ 3.867 (R$ 3.335 em 31 de dezembro de 2022). Entre as partes relacionadas da Companhia, o controlador final é RW Brasil Fundo

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

→★ continuação **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 da Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software -** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de Investimento em Participações Multiestratégia. Não foram realizados pagamentos de qualquer outro valor, benefício ou prêmio por outros serviços realizados pelos administradores. **Ativos e passivos com partes relacionadas:** A Companhia demonstra abaixo as transações com partes relacionadas.

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Ativo não circulante				
Mútuos (i)	–	–	6.583	5.813
Passivo circulante				
Dividendos a pagar (ii)	1.124	181	1.124	181

(i) Mútuos firmados entre controladora e sua controlada (G2D Serviços Tecnológicos). (ii) Dividendos a pagar aos acionistas. Em 2023, os acionistas deliberaram que o valor em aberto em 2022 fosse revertido para aumento de capital da Companhia. **31. Efeitos não caixa na demonstração dos fluxos de caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos iniciados no exercício	71	1.649

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco financeiro: A Pixeon mantém operações com instrumentos financeiros que estão sendo apresentado ao longo desse demonstrativo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

Consolidado	Nota	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo	Hierarquia do valor justo
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.126	13.126	18.027	18.027	Nivel 2
Aplicações financeiras	7	9.067	9.067	7.042	7.042	Nivel 2
Custo amortizado						
Contas a receber de clientes	8	17.045	17.045	13.107	13.107	Nivel 2
Outras contas a receber		1.479	1.479	1.663	1.663	Nivel 2
		40.717	40.717	39.839	39.839	
Valor justo por meio do resultado						
Derivativos		1.620	1.620	5.215	5.215	Nivel 2
Custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos	13	46.739	46.739	36.881	36.881	Nivel 2
Fornecedores		1.153	1.153	2.729	2.729	Nivel 2
Arrendamentos	19	202	202	986	986	Nivel 2
Outras contas a pagar	16	6.019	6.019	5.565	5.565	Nivel 2
Dividendos a pagar	30	1.124	1.124	181	181	Nivel 2
		56.857	56.857	51.557	51.557	

Controladora	Nota	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo	Hierarquia do valor justo
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.828	12.828	17.835	17.835	Nivel 2
Aplicações financeiras	7	9.067	9.067	7.042	7.042	Nivel 2
Derivativos		–	–	–	–	Nivel 2
Custo amortizado						
Contas a receber de clientes	8	16.583	16.583	12.985	12.985	Nivel 2
Outras contas a receber		1.438	1.438	1.658	1.658	Nivel 2
Crédito com pessoas ligadas	30	6.583	6.583	5.813	5.813	Nivel 2
		46.499	46.499	45.333	45.333	
Valor justo por meio do resultado						
Derivativos		1.620	1.620	5.215	5.215	Nivel 2
Custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos	13	46.733	46.733	36.869	36.869	Nivel 2
Fornecedores		1.135	1.135	2.710	2.710	Nivel 2
Arrendamentos	19	202	202	986	986	Nivel 2
Outras contas a pagar	16	5.869	5.869	5.385	–	Nivel 2
Dividendos a pagar	39	1.124	1.124	181	181	Nivel 2
		56.683	56.683	51.346	45.346	

Classificação e Valor justo: ***Classificação:*** A Pixeon classificação seus instrumentos financeiros conforme demonstrado no quadro acima, de acordo com os requerimentos do CPC 48, onde é considerado a avaliação do modelo de negócio e a característica de cada instrumento financeiro em relação ao critério de pagamento de somente principal e juros. ***Valor justo:*** A Pixeon classifica os instrumentos mensurados a valor justo para efeito de registro e ou divulgação dentre a hierarquia de valor justo nível 1, nível 2 e nível 3 de acordo com características dos inputs utilizados nas respectivas mensurações de valor justo. Para as operações mantidas pela Pixeon nos períodos cobertos por essa demonstração financeira, foram utilizadas técnicas de mensuração com inputs observáveis em mercado ativo, e, portanto, foram classificados como nível 2. **Gerenciamento de risco financeiro:** ***Visão geral:*** A Pixeon possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Pixeon a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Pixeon, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Pixeon. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. *a. Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Pixeon, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e aplicações financeiras da Pixeon.

Ativos	Nota	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.126	18.027	12.828	17.835
Aplicações financeiras	7	9.067	7.042	9.067	7.042
Contas a receber de clientes	8	17.045	13.107	16.583	12.985
Outras contas a receber		1.479	1.664	1.438	1.659
Crédito com pessoas ligadas	30	–	–	6.583	5.813
		40.717	39.840	46.499	45.334

A exposição da Pixeon ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Pixeon, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Para as posições junto a instituições financeiras, a Pixeon procura manter relacionamento apenas com instituições consideradas de primeira linha. *b. Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco de que a Pixeon irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Pixeon na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Pixeon. A Pixeon procura gerenciar o seu risco de liquidez por meio da otimização da sua geração de caixa frente ao seu fluxo financeiro operacional, o que inclui negociações com fornecedores e clientes, bem como a manutenção de linhas de crédito junto às instituições financeiras. Os fluxos de caixa nominais contratuais dos passivos financeiros estão demonstrados abaixo:

Consolidado	Fluxo de caixa	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais que 3 anos
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	46.739	18.802	21.924	2.366	3.647
Derivativos	1.620	1.620		–	–
Fornecedores	1.153	1.153	–	–	–
Arrendamentos	202	202	–	–	–
Outras contas a pagar	6.019	6.019	–	–	–
Dividendos a pagar	1.124	1.124	–	–	–
	56.857	28.920	21.924	2.366	3.647

Controladora	Fluxo de caixa	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais que 3 anos
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	46.733	18.796	21.924	2.366	3.647
Derivativos	1.620	1.620	–	–	–
Fornecedores	1.135	1.135	–	–	–
Arrendamentos	202	202	–	–	–
Outras contas a pagar	5.869	5.869	–	–	–
	55.559	27.622	21.924	2.366	3.647

c. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem ganhos da Pixeon ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Pixeon opera com instrumentos derivativos os quais cumprem o objetivo de gerenciamento das exposições cambiais líquidas. A Pixeon não mantém posições de derivativos com a finalidade de especulação. **(i) Risco de moeda:** A Pixeon está sujeita ao risco de moeda decorrente de suas operações de captação, sendo que atualmente as suas exposições em moeda estrangeira decorrem de operações em Dólar e Euro. O risco atual em moeda estrangeira derivado dos financiamentos 4131, a Pixeon gerencia a sua exposição esperada de moeda estrangeira por meio da contratação de derivativos, sendo que esses derivativos são únicos e exclusivamente para proteção. Os principais montantes dos empréstimos bancários da Pixeon em Dólar Americano, contratados por entidades para as quais a moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando contratos de *swap* que vencem nas mesmas datas dos empréstimos. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Pixeon, principalmente em Reais, mas também em Dólar e Euro. ***Análise da exposição cambial - Por moeda:*** A exposição da Pixeon ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - valores originais em moeda local (mil):

Exposição	Operação	Valor principal	Exposição em R$
Euro	Empréstimo	5.515	29.000
Euro	*Swap*	(5.515)	(29.000)
Exposição líquida		–	–

Análise de sensibilidade da exposição líquida do balanço patrimonial às taxas de câmbio, considerando os cenários descritos abaixo:

Análise de sensibilidade:

Um fortalecimento ou enfraquecimento das moedas estrangeiras em 25% e 50% teria reduzido ou aumentado o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Pixeon considerou ser possível ou remota respectivamente ao final do período de relatório.

Exposição	Operação	Valor contábil	Sensibilidade 25%	50%	(25%)	(50%)
Euro	Empréstimo	(5.515)	(1.378)	(2.757)	1.378	2.757
Impacto líquido no resultado			(6.894)	(8.272)	(4.136)	(2.757)

Derivativos: Os derivativos mantidos pela Pixeon em 31 de dezembro de 2023 eram: **Controladora e Consolidado:**

Operação	Moeda	Valor Justo 31.12.2023	Valor Justo 31.12.2022
Swap	EUR	(5.515)	(984)
Swap	USD	–	(4.231)
		(5.515)	(5.215)

Diretoria

Felipe Clemente Santos - Diretor Presidente

Ricardo Corrêa Helfer - Diretor Financeiro

Contadora

Karina Rocha Feliconio - CRC SP - 346119/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Pixeon Medical Systems S.A. Comércio e Desenvolvimento de Software e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 20 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador - CRC 1SP 247874/O-3

Parsan S.A.

CNPJ nº 44.854.238/0001-50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 22/03/2024 **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	340	5
Aplicações financeiras	3.007	–
Tributos a recuperar	12.513	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	149.077	–
Outros créditos	3.334	–
Total do ativo circulante	168.271	5
Investimentos	3.576.211	–
Total do ativo não circulante	3.576.211	–
Total do ativo	3.744.482	5

Passivo	2023	2022
Fornecedores	982	–
Debêntures	92.906	–
Obrigações trabalhistas e sociais	6.547	–
Obrigações fiscais	14	–
Outras contas a pagar	6.141	–
Total do passivo circulante	106.590	–
Debêntures	2.968.601	–
Total do passivo não circulante	2.968.601	–
Total do passivo	3.075.191	–
Patrimônio líquido		
Capital social	8.870	5
Reserva de capital	877.586	–
Prejuízos acumulados	(217.165)	–
Total do patrimônio líquido	669.291	5
Total do passivo e patrimônio líquido	3.744.482	5

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Despesas administrativas e gerais	(44.315)	–
Outras receitas operacionais	3	–
Resultado de equivalência patrimonial	70.170	–
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	25.858	–
Receitas financeiras	13.819	–
Despesas financeiras	(256.842)	–
Resultado financeiro	(243.023)	–
Resultado antes dos tributos	(217.165)	–
Prejuízo do exercício	(217.165)	–
Resultado por ação		
Resultado por ação - Básico (em R$)	(0,25)	–
Resultado por ação - Diluído (em R$)	(0,04)	–

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(217.165)	–
Resultado abrangente total	(217.165)	–

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Receitas	3	–
Outras receitas	3	–
Insumos adquiridos de terceiros	(56.606)	–
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56.606)	–
Valor adicionado bruto	(56.603)	–
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(56.603)	–
Valor adicionado recebido em transferência	83.989	–
Resultado de equivalência patrimonial	70.170	–
Receitas financeiras	13.819	–
Valor adicionado total a distribuir	27.386	–
Distribuição do valor adicionado	27.386	–
Pessoal	7.748	–
Remuneração direta	7.202	–
Benefícios	283	–
F.G.T.S	263	–
Impostos, taxas e contribuições	9.927	–
Impostos federais	9.913	–
Impostos municipais	14	–
Remuneração de capitais de terceiros	226.876	–
Juros	226.860	–
Aluguéis	16	–
Remuneração de capitais próprios	(217.165)	–
Prejuízos acumulados	(217.165)	–

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	5	–	–	5
Resultado do exercício	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5	–	–	5
Aumento de capital social	8.865	–	–	8.865
Integralização de capital social	–	877.586	–	877.586
Prejuízo do exercício	–	–	(217.165)	(217.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.870	877.586	(217.165)	669.291

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(217.165)	–
Ajustes para:		
Resultado de equivalência patrimonial	(70.170)	–
Rendimentos de aplicações financeiras	(13.819)	–
Encargos sobre debêntures	226.860	–
Amortização do custo de captação	20.835	–
	(53.459)	–
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/Diminuição dos ativos		
Tributos a recuperar	(9.741)	–
Outros créditos	(3.334)	–
Aumento/(Diminuição) dos passivos		
Fornecedores	982	–
Obrigações trabalhistas e sociais	6.547	–
Obrigações fiscais	1.626	–
Outras contas a pagar	6.141	–
Juros pagos	(88.833)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(162)	–
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	(140.233)	–
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras, líquidas	(784)	–
Juros recebidos	8.986	–
Aquisição de coligadas	(3.754.068)	–
Aumento de capital social	886.451	–
Dividendos e juros sobre capital prórprio recebidos	97.338	–
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2.762.077)	–
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Debêntures captadas	3.000.000	–
Custo na captação debêntures	(97.355)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.902.645	–
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	335	–
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	340	5
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	335	–

NOTAS EXPLICATIVAS

Contexto Operacional: A Parsan S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 02 de fevereiro de 2024, domiciliada no Brasil com sede no município de São Paulo - SP, constituída em 20 de dezembro de 2021. A Companhia tem como objeto social a participação no capital social de sociedades que atuam na prestação de serviços de saneamento básico. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Principais políticas contábeis:** Investimentos e instrumentos financeiros.

Diretoria

André Pires de Oliveira Dias
Diretor Presidente e Financeiro e de Relações com Investidores

Gustavo Fernandes Guimarães
Diretor

Contador

Vinicius Saraiva Caraça Benedito
Contador - CRC SP 295505/O-9

Resumo do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/parsan/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 13 de março de 2024, sem modificações.

As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. na data de 13 de março de 2024, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.

Aviso: A demonstração financeira está disponível também no endereço eletrônico do Diário Comercial (https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal)

Burigotto

Burigotto S/A Indústria e Comércio

CNPJ nº 51.460.277/0001-38

Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

Relatório da Diretoria: Senhores Diretores: Apresentamos nos termos das disposições legais e estatutárias, aos diretores as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e acompanhada do relatório dos auditores independentes, permanecendo a esta Diretoria à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Limeira, 12 de março de 2024.

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante	**104.455.187,95**	**93.694.506,47**
Disponível	3.078.810,46	5.243.628,91
Devedores p/Duplicatas	37.139.619,52	32.557.757,52
Impostos a Recuperar	12.902.077,20	13.404.697,04
Importação em Andamento	2.010.909,12	4.297.775,92
Pagamentos Antecipados	63.872,75	477.837,38
Aplicações Financeiras	25.108.596,00	12.730.294,67
Estoques	24.151.302,90	24.982.515,03
Despesas do Exercício Seguinte		
Não Circulante	**18.576.983,96**	**25.631.227,53**
Realizável a Longo Prazo	2.868.933,57	11.416.036,05
Imobilizado	63.451.314,71	59.497.995,23
(–) Depreciação Acumulada	(47.743.264,32)	(45.282.803,75)
Total do Ativo	**123.032.171,91**	**119.325.734,00**

Balanço Patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Passivo/Circulante	**22.346.251,02**	**21.633.918,91**
Fornecedores	11.017.027,92	9.571.519,30
Títulos a Pagar	–	–
Contribuições Sociais	574.274,07	754.948,64
Obrigações Tributárias	1.804.061,87	2.772.195,86
Pagamentos Antecipados de Terceiros	820,13	–
Provisão de Dividendos a Pagar	1.977.404,80	1.421.299,27
Outras Obrigações a Pagar	1.697.540,17	2.317.451,77
Juros sobre o capital próprio	5.275.122,06	4.796.504,07
Não Circulante	**9.663.078,18**	**9.663.078,18**
Impostos Diferidos		
Títulos a Pagar	6.316.477,48	6.316.477,48
Fundo de Reestruturação	3.346.600,70	3.346.600,70
Patrimônio Líquido	**91.022.842,71**	**88.028.736,91**
Capital Social		
Capital Social Realizado	47.150.000,00	47.150.000,00
Capital Social a Integralizar	47.150.000,00	47.150.000,00
Reservas de Capital	2.837.567.77	2.837.567.77
Juros sobre o capital próprio	2.837.567.77	2.837.567.77
Reservas de Lucros	5.309.257,16	4.821.445,30
Reserva Legal	35.726.017,78	33.219.723,84
Retenção de Lucros	41.035.274,94	38.041.169,14
Total do Passivo	**123.032.171,91**	**119.325.734,00**

Demonstração do Resultado	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Bruta		
Receita Operacional Bruta das Vendas	163.997.161,10	159.575.002,78
(–) Impostos Incidentes s/Vendas	(34.565.101,19)	(34.392.119,50)
(–) Vendas Anuladas	(1.460.384,22)	(1.427.675,86)
Receita Operacional Líquida	**127.971.675,69**	**123.755.207,42**
(–) Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (Incluindo R$2.147.000,70 Depreciação)	(91.395.367,14)	(90.991.088,98)
Resultado Operacional Bruto	**36.576.308,55**	**32.764.118,44**
Despesas Comerciais		
(–) Despesas c/Vendas e Distribuição (Incluindo R$ 484.606,06 Depreciação)	(25.432.389,82)	(22.215.013,42)
(–) Propaganda e Publicidade	(605.913,69)	(147.541,84)
Total das Despesas Comerciais	**(26.038.303,51)**	**(22.362.555,26)**
Despesas Gerais Administrativas		
(–) Despesas Tributárias	(289.115,84)	(588.769,42)
(–) Honorários Administrativos	(2.584.358,23)	(2.370.705,52)
(–) Despesas Administrativas	(3.805.941,73)	(3.123.572,58)
(–) Depreciação não apropriada ao Custo	(63.066,46)	(62.201,42)
(–) Despesas não Dedutíveis	(196.351,66)	(40.007,30)
(+) Receitas Financeiras	3.702.861,72	3.487.865,54
(–) Despesas Financeiras	(662.945,65)	(963.814,79)
Total das Despesas Gerais e Administrativas	**(3.898.917,85)**	**(3.661.205,49)**
Outros Resultados Operacionais	4.250.041,62	1.956.726,64
Resultado Operacional Líquido	**10.889.128,81**	**8.697.084,33**
(–) Contribuição Social	(302.339,86)	(194.904,51)
Resultado antes do Imposto de Renda	**10.586.788,95**	**8.502.179,82**
(–) Provisão para Imposto	(830.551,67)	(517.475,49)
Lucro Líquido à Disposição da A.G.O	**9.756.237,28**	**7.984.704,33**
Resultado por ações no Exercício	0,207	0,169

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reserva de Capital: Capital social	Capital a integralizar	Juros s/capital próprio	Reserva de Lucros: Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prej.) acumulados	Total geral
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**47.150.000,00**	**(45.775,25)**	–	**4.422.210,08**	**31.732.328,85**	–	**83.258.763,68**
Lucro Líquido do Exercício 2022	–	–	–	–	–	7.984.704,33	7.984.704,33
Resultado Abrangente Total	–	–	–	–	–	7.984.704,33	7.984.704,33
Integralização do Capital	–	**45.775,25**	–	–	–	–	**45.775,25**
Constituição Reserva de Capital - JCP	–	–	2.837.567,77	–	–	–	2.837.567,77
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(5.642.945,97)	(5.642.945,97)
Reserva Legal	–	–	–	399.235,22	–	(399.235,22)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(455.128,15)	(455.128,15)
Retenção do lucro do exercício	–	–	–	–	1.487.394,99	(1.487.394,99)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**47.150.000,00**	–	**2.837.567,77**	**4.821.445,30**	**33.219.723,84**	–	**88.028.736,91**
Lucro Líquido do Exercício 2023	–	–	–	–	–	9.756.237,28	9.756.237,28
Resultado Abrangente Total	–	–	–	–	–	**9.756.237,28**	**9.756.237,28**
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(6.206.025,95)	(6.206.025,95)
Reserva Legal				487.811,86		(487.811,86)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(556.105,53)	(556.105,53)
Retenção do lucro do exercício	–	–	–	–	2.506.293,94	(2.506.293,94)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**47.150.000,00**	–	**2.837.567,77**	**5.309.257,16**	**35.726.017,78**	–	**91.022.842,71**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2023	2022
Das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	9.756.237,28	7.984.704,33
Depreciação	2.694.673,22	3.691.676,61
Custo do bem baixado	(593,68)	–
Lucro Líquido Ajustado	12.450.316,82	11.676.380,94
(Acréscimos)/Decréscimo do Ativo Circulante		
Contas a Receber	(4.581.862,00)	913.676,47
Estoques	831.212,13	(1.038.806,22)
Demais operações	3.203.451,27	(8.641.248,85)
Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo Circulante		
Fornecedores	1.445.508,62	(334.212,58)
Impostos e Contribuições	(1.148.808,56)	(578.544,64)
Demais operações	415.632,05	4.225.821,20
Total das Atividades Operacionais	12.615.450,33	6.223.066,32
Das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado	(4.186.938,46)	(1.374.136,53)
Realizável a Longo Prazo	8.547.102,48	14.294.436,96
Total das Atividades de Investimentos	4.360.164,02	12.920.300,43
Das Atividades de Financiamentos		
Realização de Capital		
Constituição de empréstimos	6.316.477,48	6.316.477,48
Pagamento de empréstimos	(6.316.477,48)	(2.211.764,78)
Impostos diferidos	–	(4.997.354,53)
Distribuição de Lucros e Dividendos	(556.105,53)	(455.128,15)
Ajustes de exercícios anteriores	–	–
Juros sobre capital próprio	(6.206.025,95)	(5.642.945,97)
Fundo de reestruturação	–	–
Aumento capital social	–	–
Total das Atividades de Financiamentos	(6.762.131,48)	(6.990.715,95)
Variação das Disponibilidades	10.213.482,87	12.152.650,80
Disponibilidades		
Saldo Inicial das Disponibilidades	17.973.923,58	5.821.272,78
Variação ocorrida no período	10.213.482,87	12.152.650,80
Saldo Final das Disponibilidades	28.187.406,46	17.973.923,58

Antonio Carlos Ottani - Diretor Comercial | **Reginaldo Munhoz -** Diretor Industrial | **Marcos R. Rodrigues -** Contador - CRC1SP209123/0-0

"As Demonstrações Contábeis completas, com as respectivas Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia".

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ (MF) nº 43.815.158/0001-22
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 - 9º andar, CEP 04538-133 - São Paulo - SP, Telefone: (11) 3383-2000 - Fax: (11) 3383-2001, www.btgpactual.com

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-lhes as Demonstrações Contábeis relativas à posição patrimonial e contábil para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	5	315	1.717
Instrumentos Financeiros		1.603.425	2.530.796
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.284.874	952.885
Títulos e valores mobiliários	7	146.024	182.416
Instrumentos financeiros derivativos	8	172.527	1.395.495
Outros créditos		1.047.120	1.258.705
Rendas a receber		11.818	9.999
Negociação e intermediação de valores	9a	889.101	1.116.067
Diversos	9b	78.039	82.173
Ativos fiscais diferidos	14	68.162	50.466
Outros valores e bens		25.669	35.296
Despesas antecipadas		25.669	35.296
Permanente		335.959	418.718
Investimentos		131.606	138.679
Participação em controladas	10	131.092	138.165
Outros investimentos		514	514
Provisão para perdas		–	–
Imobilizado de uso		26.434	27.722
Outras imobilizações de uso		46.139	43.775
Depreciações acumuladas		(19.705)	(16.053)
Intangível	11	177.919	252.317
Outros ativos intangíveis		368.128	285.665
Amortizações acumuladas		(190.209)	(33.348)
Total do ativo		**3.012.488**	**4.245.232**

Passivo	Nota	2023	2022
Instrumentos financeiros		172.737	1.395.489
Depósitos		184	–
Instrumentos financeiros derivativos	8	172.553	1.395.489
Outras obrigações		1.165.296	1.381.527
Sociais e estatutárias	12a	100.901	88.722
Obrigações fiscais correntes	12b	124.744	155.487
Negociação e intermediação de valores	9a	920.489	1.114.128
Obrigações fiscais diferidas	14	1.776	1.151
Diversas	12c	17.386	22.039
Provisões		52.887	51.648
Provisão para passivos contingentes	13	52.887	51.648
Patrimônio líquido	15	1.621.568	1.416.568
Capital social		627.315	627.315
Reservas de lucros		993.227	789.230
Outros resultados abrangentes		1.026	23
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.012.488**	**4.245.232**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros Legal	Estatutária	Total	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**627.315**	**45.784**	**520.289**	**566.073**	**20**	**–**	**1.193.408**
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas		–	–	–	–	3	–	3
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	223.157	223.157
Destinação do lucro líquido								
Reserva de lucros	15b	–	11.158	211.999	223.157	–	(223.157)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**627.315**	**56.942**	**732.288**	**789.230**	**23**	**–**	**1.416.568**
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas						1.003		1.003
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	203.997	203.997
Destinação do lucro líquido								
Reserva de lucros	15b	–	10.200	193.797	203.997	–	(203.997)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**627.315**	**67.142**	**926.085**	**993.227**	**1.026**	**–**	**1.621.568**
Saldos em 30 de junho de 2023		**627.315**	**61.708**	**732.288**	**793.996**	**23**	**90.555**	**1.511.889**
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas		–	–	–	–	1.003		1.003
Lucro líquido do semestre		–	–	–	–	–	108.676	108.676
Destinação do lucro líquido								
Reserva de lucros	15b	–	5.434	193.797	199.231	–	(199.231)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**627.315**	**67.142**	**926.085**	**993.227**	**1.026**	**–**	**1.621.568**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Receitas da intermediação financeira		104.020	200.172	128.464
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		103.754	203.965	126.770
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		266	(3.793)	1.694
Despesas da intermediação financeira		(284)	(540)	(877)
Operações de empréstimos e repasses		(284)	(540)	(877)
Resultado bruto da intermediação financeira		103.736	199.632	127.587
Outras receitas/(despesas) operacionais		111.671	287.231	327.911
Receitas de prestação de serviços	16	333.899	725.977	670.718
Resultado de participações em controladas	10	(2.315)	(1.376)	(18.768)
Despesas de pessoal	17	(42.126)	(93.832)	(53.686)
Outras despesas administrativas	18	(104.905)	(240.765)	(141.492)
Despesas tributárias	19	(33.632)	(72.518)	(62.161)
Outras receitas operacionais		4.775	19.962	6.632
Outras despesas operacionais		(44.025)	(50.217)	(73.332)
Despesas com provisão		2.496	(4.789)	(5.661)
Provisão para passivos contingentes	13	2.496	(4.789)	(5.661)
Resultado operacional		217.903	482.074	449.837
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		217.903	482.074	449.837
Imposto de renda e contribuição social	14	(71.011)	(134.023)	(146.592)
Provisão para imposto de renda		(24.788)	(93.043)	(104.919)
Provisão para contribuição social		(16.833)	(57.990)	(67.221)
Ativo fiscal diferido		(29.390)	17.010	25.548
Participações sobre o lucro		(38.216)	(144.054)	(80.088)
Lucro líquido do semestre/exercício		**108.676**	**203.997**	**223.157**
Lucro líquido por lote de mil ações	24	0,15	0,29	0,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Lucro do semestre/exercício		108.676	203.997	223.157
Outros resultados abrangentes		–		
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	10	1.003	1.003	3
Resultado abrangente do semestre/exercício		**109.679**	**205.000**	**223.160**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício		108.676	203.997	223.157
Ajuste ao lucro líquido				
Resultado de participações em controladas	10	2.315	1.376	81.879
Depreciações e amortizações		59.574	118.536	33.165
Provisão para passivos contingentes		(2.496)	4.789	5.661
Ativo fiscal diferido		29.390	(17.010)	(25.548)
Atualização monetária		(3.025)	(3.758)	(1.309)
Lucro líquido ajustado		194.434	307.930	317.005
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais				
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(185.233)	(331.989)	(483.022)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		126.468	36.424	318.316
Captações no mercado aberto		(110.639)	184	–
Outros créditos e outros valores e bens		(192.151)	314.706	(652.748)
Outras obrigações		253.863	(216.856)	686.528
Caixa proveniente das atividades operacionais		86.742	110.399	186.079
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado		(1.762)	(2.364)	(43.263)
Aquisição de intangível		(82.973)	(82.463)	(68.239)
Aquisição de investimentos e aumento de capital	10	(4.032)	(26.974)	(72.970)
Aquisição de outros investimentos		–	–	(207)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(88.767)	(111.801)	(184.679)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(2.025)**	**(1.402)**	**1.400**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre/exercício	5	2.340	1.717	317
No final do semestre/exercício	5	315	315	1.717
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(2.025)**	**(1.402)**	**1.400**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Corretora de Títulos de Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") está constituída sob a forma de corretora e tem por objeto social: (a) a negociação por conta própria ou de terceiros, nos mercados futuro, a termo e de opções, negociáveis em pregões organizados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("B3 S.A."); (b) a intermediação de operações nos mercados à vista, a termo ou futuro por conta e ordem de terceiros, bem como prestar informações a seus clientes sobre estes mercados; e (c) a intermediação de negócios nos mercados físicos de commodities agrícolas. A corretora está sediada na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 14º andar, Bairro Itaim Bibi. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do grupo BTG Pactual S.A. ("Grupo'), onde as receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas. A Corretora tem como controlador o Banco BTG Pactual S.A. ("Banco"), que é controlado pelo BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Financeira"), que por sua vez é controlada pelo BTG Pactual Holding S.A. ("Holding"), sendo esse controlado pelo BTG Pactual G7 Holding S.A. ("G7"). As demonstrações financeiras da Corretora foram aprovadas pela Administração em 20 de março de 2024. • **Aquisições e vendas Necton Investimentos S.A.:** Em 23 de outubro de 2020, foram assinados os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% do capital social da Necton Investimentos S.A. Corretora de Valores e Títulos Mobiliários e Commodities, pela Corretora no valor de R$342 milhões. Esta aquisição faz parte da estratégia de expansão do Grupo BTG Pactual no segmento de varejo de investimentos. A conclusão, fechamento e liquidação da operação foi concluída em 5 de abril de 2021, após verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias. Em 31 de agosto de 2022, foi aprovada pelo órgão regulador, a incorporação da Necton Investimentos S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Commodities pela BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., mediante versão da totalidade de seu patrimônio e consequente extinção da sociedade incorporada, sucedendo-lhe a incorporadora em todos os direitos e obrigações. **Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.;** Em 1 de fevereiro de 2022, a Corretora comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a assinatura de documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda. Em 21 de outubro de 2022 houve a conclusão da transação, após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias. Essa aquisição faz parte da estratégia de expansão do Grupo BTG no segmento de assessoria de investimentos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Corretora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Também são aplicados nestas demonstrações financeiras os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido recepcionados pelo CMN e pelo Bacen. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Corretora revisa essas estimativas e premissas periodicamente. A Administração avaliou a habilidade da Corretora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Corretora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, estabelecem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentado em nota explicativa. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revogou a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A referida Carta-Circular indicava que as Instituições Financeiras deveriam reconhecer em seu passivo, independente de avaliação da probabilidade de saída de recursos, todas as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre constitucionalidade de leis. No entanto, é importante destacar que os valores provisionados pela Corretora estavam aderentes tanto com as disposições do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, quanto com as normas estabelecidas na Carta-Circular nº 3.429/2010. Portanto, após a revogação da Carta-Circular, não foi necessário efetuar quaisquer ajustes ou adequações na contabilidade da Corretora. A Corretora não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, por não ser um requerimento do Bacen, e desta forma os investimentos nas controladas estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O Banco BTG Pactual S.A., controlador da Corretora, publicou demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, quando aplicável, em 5 de fevereiro de 2024. **Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Corretora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Corretora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R$"), que é a moeda funcional da Corretora. A taxa utilizada para a conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento, enquanto as contas de resultado são convertidas pela taxa média do período. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Corretora são as seguintes: **a. Determinação do valor justo:** Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significante no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Corretora determina um nível adequado para a entrada do input. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. A Corretora avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos:** As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro-rata dia" com base na taxa efetiva das operações. **d. Títulos e valores mobiliários:** São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, nas seguintes categorias: **i. Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período. Segundo a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são apresentados no balanço patrimonial, como ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimentos. **ii. Títulos disponíveis para venda:** Não se enquadram como negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. **iii. Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas. **e. Valor justo dos títulos e valores mobiliários. Instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações:** O valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelos valores pagos ou recebidos, ajustados a preços de mercado em contrapartida do resultado. As operações realizadas no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias são registradas pelo valor final contratado, deduzido de diferença entre esse valor e o preço do bem ou direito ajustado a preços de mercado, na adequada conta de ativo ou passivo. As receitas e despesas são reconhecidas em razão do prazo de fluência dos contratos. Os ativos e passivos decorrentes das operações de termo de moedas - dos contratos a termo sem entrega física (NDF) são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustado ao valor de mercado, em contrapartida do resultado, sem compensação entre valores a pagar e a receber. O valor nocional dos contratos é registrado em contas de compensação. **f. Instrumentos financeiros derivativos:** São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período. **g. Investimentos:** As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. A Resolução CMN nº 4.817/2020 que define critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, passou a vigorar a partir de janeiro de 2022, não havendo impactos materiais por essa alteração, considerando sua aplicação prospectiva. **h. Ágio ou deságio:** De acordo com a Resolução nº 4.817/20, o ágio ou deságio é definido como a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio resultante da aquisição de uma participação (em que não se detém anteriormente o controle) é contabilizado no ativo, enquanto o deságio é registrado como receita na demonstração do resultado. Já em aquisições adicionais de entidades já controladas, o ágio ou deságio deve ser registrado no patrimônio líquido. A amortização do ágio é um processo sistemático que deve ser realizado com base em projeções de rentabilidade futura na demonstração do resultado. **i. Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534. Está composto por (i) ágio pago na aquisição de sociedades, quando aplicável é transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida, e (ii) intangíveis identificados em combinação de negócios entre partes independentes e por direitos na aquisição de contratos de corretagem, assessoria e gestão de ativos e (iii) softwares e benfeitorias. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios. **j. Redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve registro ou indício de redução ao valor recuperável de ativos. Os ativos sujeitos a avaliação da redução do valor são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros, taxas de descontos, iliquidez, entre outros. **k. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240 e de 15% para contribuição social, majorada para 16% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. **l. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes:** São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade de para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração tendo como base, inclusive, em interpretações de assessores jurídicos externos. **i. Provisões:** Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando: • há uma obrigação presente (legal ou não formalizada); • a administração entende que é provável a saída de recursos para quitar a obrigação; e • o valor pode ser estimado com confiabilidade. **ii. Passivos contingentes:** Um passivo contingente é: • uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou • uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou que os valores não possam ser mensurados com confiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras da Corretora, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota. Periodicamente os passivos contingentes são reavaliados para determinar se uma saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade. **iii. Ativos contingentes:** Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras da Corretora quando for provável a entrada de benefícios econômicos para a entidade. **m. Reconhecimento de receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **n. Rateio de despesas:** O Grupo BTG Pactual adota critério de rateio de custos e despesas administrativas que impactam a Corretora. **o. Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades operacionais da Corretora e que não tenha previsão para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades usuais da Corretora e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve resultado não recorrente. **p. Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas, pela média ponderada do número de ações em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais essas estavam em circulação. **4. Gerenciamento de risco:** O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Grupo BTG, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos. Os principais comitês/áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que formula as políticas, propõe limites globais e é a última instância responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de Risco e Capital, composto por maioria de membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e das estratégias; (iii) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (iv) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo Chief Risk Officer ("CRO"); (v) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização dos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções na forma prevista em normas internas; (vi) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas e aos limites regulatórios; (vii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e por relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (viii) CRO, que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (ix) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, pelas avaliações quanto à manutenção dos registros contábeis e da qualidade e da integridade das demonstrações financeiras; (x) área de Risco Socioambiental, que avalia os riscos social, ambiental e climático, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e mitiga impactos sociais, ambientais e climáticos adversos resultantes de nossas operações e atividades; e (xi) Comitê ESG que é responsável por supervisionar e gerenciar a implantação das políticas e práticas ESG, dos processos e procedimentos de riscos sociais, ambientais e climáticos, garantindo a aderência do Banco a essas diretrizes. O Grupo BTG Pactual monitora e controla a exposição a riscos por meio de uma variedade de sistemas internos, distintos, porém complementares, de crédito, financeiro e não financeiro, operacional, compliance, tributos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês e das áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de rigoroso e efetivo controle de riscos em todo o Grupo BTG Pactual. As comissões do Grupo BTG são compostas por membros seniores das unidades de negócios e por membros superiores dos departamentos de controle, os quais são segregados e independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site https://ri.btgpactual.com/, na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco. **5. Disponibilidades:** O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos no Banco BTG Pactual S.A. no valor de R$ 315 (31 de dezembro 2022 - R$1.717). **6. Aplicações interfinanceiras de liquidez:**

	2023 Total	2022 De 90 a 365 dias	2022 Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.284.874	1.284.874	952.885
Certificado de depósito interbancário	–	–	–
Total	**1.284.874**	**1.284.874**	**952.885**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram no montante de R$ 127.520 (Em 31 de dezembro de 2022 - R$ 81.705).

7. Títulos e valores mobiliários: a. Resumo por tipo de carteira:

	2023 Custo/Curva	Mercado	Sem vencimento	Até 90 dias	Acima de 3 anos	2022 Mercado
Carteira própria	52.965	52.966	29.852	23.003	111	71.655
Títulos públicos federais	23.113	23.114		23.003	111	37.072
Ações	29.852	29.852	29.852			33.950
Outros	–	–	–	–	–	633
Vinculados à prestação de garantias	93.058	93.058	20.283	72.775		110.761
Títulos públicos federais	72.775	72.775		72.775		92.775
Ações	23	23	23	–	–	92
Quotas de fundos de investimentos Multimercados	20.260	20.260	20.260	–	–	17.894
Total	**146.023**	**146.024**	**50.135**	**95.778**		**182.416**

b. Reclassificação de títulos e valores mobiliários: A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da administração. **c. Margens dadas em garantia:** A margem de garantia dada em operações negociadas na B3 S.A. e outras bolsas de valores é composta por R$ 72.775 (31 de dezembro de 2022 - R$92.775) em títulos públicos federais e R$ 23 em títulos de renda variável (31 de dezembro de 2022 - R$92); e garantias oferecidas em operações de câmbio realizadas com intermediação da B3 S.A., estão representadas por fundos de investimento no montante de R$ 20.260 (31 de dezembro de 2022 - R$17.894). **8. Instrumentos financeiros: a. Instrumentos financeiros derivativos:** A Corretora participa ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Certos instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações. A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, estabelecimento de estratégias, determinação de limites, entre outras técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são determinados pelo Comitê de Risco e por tipos de instrumento e concentração de contraparte, entre outros. As operações no Brasil são negociadas, registradas ou custodiadas na B3 S.A. e, quando realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. **a.1 Registrados em contas de compensação e patrimoniais:** Em 31 de dezembro, os nocionais das operações com instrumentos financeiros derivativos estavam assim compostos:

	2023 Até 6 meses	2023 Total	2022 Total
Futuro			
Posição comprada	1.254.579	1.254.579	–
Posição vendida	1.272.239	1.272.239	–
Operações a Termo			
Posição ativa	172.451	172.451	1.395.495
Título público	57.680	57.680	697.514
Taxa de juros	114.771	114.771	697.981
Posição passiva	172.451	172.451	1.395.489
Título público	114.771	114.771	697.667
Taxa de juros	57.680	57.680	697.822
Posição ativa	**1.427.030**	**1.427.030**	**1.395.495**
Posição passiva	**1.444.690**	**1.444.690**	**1.395.489**

a.2 Por valor de custo e mercado:

	2023 Custo/Curva	Mercado	Até 6 meses	2022 Total
Operações a Termo				
Posição ativa	172.450	172.332	172.332	1.395.495
Posição passiva	172.450	172.358	172.358	1.395.489
Opções				
Posição ativa	195	195	195	–
Posição passiva	195	195	195	–
Posição ativa	**172.645**	**172.527**	**172.527**	**1.395.495**
Posição passiva	**172.645**	**172.553**	**172.553**	**1.395.489**

a.3 Valor nocional por contraparte:

	31/12/2023 Câmara de liquidação/bolsa de valores	Instituições Financeiras	Total	31/12/2022 Total
Futuro				
Posição comprada				
Posição vendida	1.254.579	–	1.254.579	–
Operações a Termo	1.272.239	–	1.272.239	–
Posição ativa	–	172.451	172.451	1.395.495
Posição passiva	–	172.451	172.451	1.395.489
Posição ativa	**–**	**172.451**	**172.451**	**1.395.495**
Posição passiva	**–**	**172.451**	**172.451**	**1.195.489**

a.4 Valor justo dos instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro, a Corretora possui em sua carteira de derivativos apenas operações a termo. O valor justo dessas operações é apurado com base em cotações em bolsa ou descontando seus fluxos de caixa a valor presente com base nas curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros negociados no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, de swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas etc.). **9. Outros créditos: a. Negociação e intermediação de valores:**

	2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo
Caixas de registros e liquidação	636.300	235.644	813.449	184.475
Devedores/credores - conta liquidações pendentes	250.138	657.805	302.618	805.497
Credores por ações e empréstimos de ações		16.910		34.229
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	2.663	10.130	–	89.927
Total	**889.101**	**920.489**	**1.116.067**	**1.114.128**
Circulante	889.101	920.489	1.116.067	1.114.128
Não circulante	–	–	–	–

b. Diversos:

	2023	2022
Adiantamentos e antecipações salariais	1.033	78
Depósitos judiciais (i)	46.708	54.311
Impostos a compensar	14.735	16.591
Devedores diversos	15.563	11.193
Total	**78.039**	**82.173**
Circulante	13.507	11.250
Longo prazo	64.532	70.923

(i) Refere-se majoritariamente ao processo de COFINS.

10. Participação em controladas:

Controladas	Patrimônio Líquido 2023	Patrimônio Líquido 2022	Lucro Líquido/(Prejuízo) 2023	Lucro Líquido/(Prejuízo) 2022	Participação Direta 2023	Participação Direta 2022
Kinvo Tecnologia da Informação Ltda.	263	(123)	(9.638)	(13.108)	100%	100%
FXC Corretora de Valores S.A.	10.516	607	9.909	(2.807)	100%	100%
Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.	15.504	17.151	(1.647)	(197)	100%	100%

Movimentação dos investimentos

	2022	Aquisição/Aporte/(Alienação)/(Reclassificação)	Amortização de ágio	Resultado de participação	Outros resultados abrangentes	2023
Kinvo Tecnologia da Informação Ltda. (i)	–	8.898		(9.638)	1.003	263
Ágio - Kinvo Tecnologia da Informação Ltda.	53.989	–	(14.724)	–	–	39.265
FXC Corretora de Valores S.A.	607	–	–	9.909	–	10.516
Ágio - FXC Corretora de Valores S.A.	26.852	–	(7.005)	–	–	19.847
Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.	17.151	–	–	(1.647)	–	15.504
Ágio - Elite Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.	39.566	18.076	(11.945)	–	–	45.697
Total	**138.165**	**26.974**	**(33.674)**	**(1.376)**	**1.003**	**131.092**

(i) A Kinvo encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com patrimônio líquido negativo. Dessa forma, classificamos o saldo equivalente à nossa participação no grupo de "Outras Obrigações" e apresentamos na coluna "Outros" dessa nota.

11. Intangível:

Intangível	2022	Aquisições/Transferências/Baixa	Amortização	2023
Ativos intangíveis (i)	285.665	82.463	–	368.128
Amortização acumulada	(33.348)	–	(156.861)	(190.209)
	252.317	**82.463**	**(156.861)**	**177.919**

(i) Ativos intangíveis são compostos: (i) compra de 100% da carteira de varejo da Corretora Planner Investimentos, com prazo de amortização de 5 anos; (ii) ágio pago na aquisição da Necton Investimentos S.A., reclassificado para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida.

12. Outras obrigações a. Sociais e estatutárias:

	31/12/2023	31/12/2022
Gratificações a pagar	100.901	88.722
Total	**100.901**	**88.722**
Circulante	100.901	88.722
Longo prazo	–	–

b. Obrigações fiscais correntes:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a recolher	5.532	26.501
Impostos e contribuições a pagar	119.212	128.986
Total	**124.744**	**155.487**
Circulante	124.744	155.487
Não circulante	–	–

c. Diversas:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de pagamentos a efetuar	8.945	7.856
Credores diversos - País (i)	8.440	14.184
Total	**17.386**	**22.040**
Circulante	17.386	22.040
Longo prazo	–	–

(i) Refere-se majoritariamente a valores a pagar para o Banco BTG Pactual S.A. e Rebate de corretagem. **13. Ativos e passivos contingentes:** A Administração da Corretora avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a corretora e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos e internos com relação à expectativa de êxito em cada processo. **a. Ativos contingentes:** Em 31 de dezembro, a Corretora não tem contabilizado ativos contingentes. **b. Passivos contingentes classificados como perdas prováveis, possíveis e obrigações legais: i. Provisões trabalhistas:** São compostas por demandas movidas por ex-funcionários principalmente com pedidos de horas extras e equiparação salarial. Os valores das contingências são provisionados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo e o parecer de consultores jurídicos externos e internos. **ii. Provisões cíveis:** Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são provisionados com base no parecer de consultores jurídicos externos e internos. **iii. Provisões fiscais e previdenciárias:** As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos. **iv. Composição e movimentação das provisões:** A Administração da Corretora está questionando a constitucionalidade de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa em outros processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis. A Administração da Corretora, com base na opinião dos consultores legais, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para esses riscos, em 31 de dezembro de 2023, são adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos. As provisões constituídas e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2023:

2023	Tributária	Trabalhista	Cível	Total
Saldo no início do exercício	**51.505**	**143**	**–**	**51.648**
Constituição/(Reversão)	(3.374)	588	7.575	4.789
Baixa por pagamento	(2.819)	(731)	–	(3.550)
Saldo no final do exercício	**45.312**	**–**	**7.575**	**52.887**

Em 31 de dezembro de 2023, a Corretora figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados. Segue abaixo a descrição dos processos relevantes: • Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos quais se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre referidos valores e sua dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ. O valor envolvido é de R$ 25 milhões (31 de dezembro de 2022 - R$ 43 milhões). Parte do valor conta como garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Grupo BTG pelos atuais controladores. **14. Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	2023	2022
Base de cálculo	338.020	369.749
Resultado antes da tributação e participações	482.074	449.837
Participações estatutárias sobre o lucro	(144.054)	(80.088)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(135.208)	(147.900)
(Inclusões)/exclusões no cálculo da tributação	(15.825)	(24.240)
Resultado de equivalência patrimonial	(631)	(7.507)
Dividendos	4	397
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(265)	352
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	54	88
Outras provisões	(16.434)	(21.051)
Outras despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	1.447	3.481
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(151.033)	(172.140)
Ativos fiscais diferidos	17.010	25.548
Total de despesa	**(134.023)**	**(146.592)**

A seguir, é apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Saldo em 31/12/2023
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(273)	907	634
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	4.257	572	4.829
Outras diferenças temporárias	46.466	16.156	62.622
Total	**50.450**	**17.635**	**68.085**

A rubrica de ativos fiscais diferidos possui créditos tributários, que se referem a PIS e COFINS diferidos no montante de R$ 77 (31 de dezembro de 2022 - R$16). O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão constituídos e registrados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 4.842/20, levando em consideração o período de realização. Segue abaixo composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para realização dos créditos tributários:

Imposto de renda e contribuição social	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Total
2024	841	841
2025	12.804	12.804
2026	12.804	12.804
2027	17.632	17.632
2028	11.835	11.835
A partir de 2029	12.170	12.170
Total	**68.085**	**68.085**
Valor presente	**47.347**	**47.347**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo de obrigações fiscais diferidas somava o montante de R$ 1.776 (31 de dezembro de 2022 - R$1.151). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram constituídos créditos tributários no valor de R$ 17.635 (31 de dezembro de 2022 - R$27.987), totalizando o saldo de R$ 68.085 (31 de dezembro de 2022 - R$50.450). **15. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital totalmente subscrito e integralizado é de R$ 627.315 e é composto de 714.318.969 ações, sendo 679.601.452 ações ordinárias e 34.717.517 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurada, em caso de dissolução da Corretora, a prioridade no reembolso sem prêmio do capital social. **b. Reserva legal:** Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. **c. Reserva estatutária:** De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro e seu montante está limitado ao saldo do capital social. Eventuais saldos excedentes aos limites estipulados por lei serão destinados nas subsequentes Assembleias Gerais Ordinárias. **d. Distribuição de lucros:** Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre o capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como parcela de dividendo mínimo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

16. Receitas de prestação de serviços:

	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Corretagem	294.396	641.895	592.324
Outros serviços (i)	39.503	84.082	78.394
Total	**333.899**	**725.977**	**670.718**

(i) Refere-se majoritariamente à comissão de intermediação financeira. **17. Despesas de pessoal:** Em 31 de dezembro, o saldo de R$ 93.832 (31 de dezembro de 2022 - R$ 53.686) da conta refere-se basicamente a pagamento de proventos a funcionários e respectivos encargos sociais.

18. Outras despesas administrativas:

	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Serviços de terceiros e consultorias	8.802	22.120	14.108
Telecomunicações e processamento de dados	15.268	61.676	70.009
Despesas do sistema financeiro	33.944	37.791	4.779
Propaganda e relações públicas	4.982	9.808	3.454
Locações e condomínios	4.267	8.655	3.757
Viagens e hospedagens	2.222	3.772	1.259
Amortização e depreciação	25.900	84.862	33.165
Outros	9.520	12.081	10.961
Total	**104.905**	**240.765**	**141.492**

O Grupo BTG Pactual adotou critério de rateio de custos e despesas administrativas, que impactaram a Corretora.

19. Despesas tributárias:

	2023 2º semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Taxa de fiscalização CVM	140	153	135
ISS	13.682	30.492	26.965
COFINS	16.539	35.100	29.748
IOF	84	163	133
PIS	2.688	5.704	4.834
Outros	499	906	346
Total	**33.632**	**72.518**	**62.161**

20. Partes relacionadas: Os saldos de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado estão refletidos nas seguintes contas:

	Prazo	Taxa	Ativos/(Passivos) 2023	Ativos/(Passivos) 2022	Receitas/(Despesas) 2023	Receitas/(Despesas) 2022
Disponibilidades			315	1.715		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30/12/2024	100% CDI	1.284.874	952.885	127.520	81.705
Negociação e intermediação de valores				33.660		
Diversos			(8.938)			
Receita de prestação de serviços					50.833	59.149
Despesas						
Administrativas				–	(53.063)	(27.453)

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

★ continuação

BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - CNPJ (MF) nº 43.815.158/0001-22

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

No período findo em 31 de dezembro, não houve remuneração do pessoal chave da administração. **21. Limites operacionais:** A Corretora optou por calcular os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Econômico-Financeiro BTG Pactual, que tem como instituição líder o Banco BTG Pactual S.A., exceto para os limites de capital e patrimônio líquido mínimo exigidos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.

22. Hierarquia de valor justo:

	31/12/2023		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.284.874	–	1.284.874
Títulos e valores mobiliários	146.024	–	146.024
Instrumentos financeiros derivativos	–	172.527	172.527
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos	–	172.553	172.553

	31/12/2022		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	952.885	–	952.885
Títulos e valores mobiliários	181.783	633	182.416
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.395.495	1.395.495
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos	–	1.395.489	1.395.489

23. Lucro por ação:

	2023	2022
Lucro líquido do semestre/exercício	203.997	223.157
Média ponderada de ações ordinárias no final do semestre/exercício - em lotes de mil	679.601	679.601
Média ponderada de ações preferenciais no final do semestre/exercício - em lotes de mil	34.718	34.718
Lucro líquido por lote de mil ações	**0,29**	**0,31**

DIRETORIA

Fernanda Jorge Stallone Palmeiro — **Ricardo Chamma Lutfalla** — **Paula Placido Vergamini** — **Paulo Rogerio do Nascimento Cardoso** — **Guilherme Loos Martins** — **Rodrigo dos Santos Goes**

CONTADOR

Alexandre Akiyama Zanvettor - CRC RJ 092069/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Corretora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador - CRC 1SP127241/O-0

Trigo Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 11.102.289/0001-76

Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
São Paulo, 19 de março de 2024. A Administração

Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	51.717	70.341
Contas a receber de clientes			61.210	72.160
Estoques			42.915	52.389
Tributos a recuperar			9.403	11.535
Despesas antecipadas			1.149	1.261
Outros ativos	375	2	4.944	315
Derivativos			62	28
Total do ativo circulante	**376**	**3**	**171.400**	**208.029**
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar			255	432
Despesas antecipadas			2	29
Contas a receber	35.396	35.396	35.396	35.396
Total do ativo realizável a longo prazo	**35.396**	**35.396**	**35.653**	**35.857**
Investimentos	178.601	160.987	311	308
Imobilizado			114.070	103.068
Direito de uso			285	407
Intangível			1.617	1.761
Total	178.601	160.987	116.283	105.544
Total do ativo não circulante	**213.997**	**196.383**	**151.936**	**141.401**
Total do Ativo	**214.373**	**196.386**	**323.336**	**349.430**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores				
Nacional			9.678	8.988
Exterior			60.921	93.899
Derivativos			624	2.241
Empréstimos			5.254	14.590
Salários e encargos sociais			8.567	5.551
Arrendamentos			105	104
Tributos a pagar			1.722	2.011
Contas e serviços a pagar			5.464	4.090
Dividendos a distribuir	627	352	627	352
Outros passivos	147	169	4.466	3.469
Total do passivo circulante	**774**	**521**	**97.428**	**135.295**
Não Circulante				
Empréstimos			7.500	13.430
Passivos de arrendamento			187	315
Tributos diferidos			1.080	1.895
Partes relacionadas	356	407	25	25
Provisão para contingências			2.373	2.443
Passivo atuarial			828	569
Tributos a pagar			672	
Total do passivo não circulante	**356**	**407**	**12.665**	**18.677**
Total do Passivo	**1.130**	**928**	**110.093**	**153.972**
Patrimônio líquido				
Capital social	25.710	25.710	25.710	25.710
Capital a integralizar	(9)	(9)	(9)	(9)
Reserva de lucros	185.658	168.701	185.658	168.701
Dividendos adicionais propostos	1.884	1.056	1.884	1.056
Total do patrimônio líquido	**213.243**	**195.458**	**213.243**	**195.458**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**214.373**	**196.386**	**323.336**	**349.430**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	22.171	17.925	24.029	16.597
Ajustes de				
Depreciação e amortização			8.513	9.213
Baixa de ativo imobilizado e intangível			398	94
Provisão, atualizações e baixas de contingências	(73)	(152)	(144)	(244)
Juros e variações monetárias			5.962	7.588
Equivalência patrimonial em controlada	(22.098)	(17.773)	(4)	(21)
Perdas com derivativos, líquidos			562	2.213
Perdas (reversão) estimadas com créditos de liquidação duvidosa			214	921
			39.530	**36.361**
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber			10.736	(30.692)
Estoques			9.474	(14.758)
Tributos a recuperar			2.309	(2.447)
Partes relacionadas			74	153
Outros ativos e despesas antecipadas			(4.479)	1.115
Fornecedores			(33.939)	48.829
Salários e encargos sociais			3.016	1.416
Tributos a pagar			(112)	437
Contas e serviços a pagar			1.374	(290)
Outros passivos			996	1.115
Caixa gerado nas operações			**28.979**	**41.239**
Juros pagos			(2.370)	(3.368)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(298)	(4.519)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			**26.312**	**33.352**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado			(19.496)	(12.768)
Aquisição de ativos intangíveis			(360)	(362)
Adiantamento de fornecedores a imobilizado			(2.255)	(2.559)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			**(22.111)**	**(15.689)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos				43.001
Parcelamento de tributos			879	1.537
Pagamentos dos dividendos			(4.110)	(2.197)
Amortização de empréstimos			(18.402)	(21.050)
Amortização de parcelamento de tributos			(1.056)	(629)
Arrendamento direito de uso			(136)	(139)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			**(22.825)**	**20.523**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos			(18.624)	38.186
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1	70.341	32.155
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1	51.717	70.341

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita Liquida			620.614	679.877
Custo dos produtos vendidos			(482.897)	(553.159)
Lucro Bruto			137.717	126.718
(Despesas) Receitas Operacionais				
Com vendas			(86.621)	(80.005)
Gerais e administrativas			(22.995)	(19.534)
Outras receitas líquidas	73	152	715	204
Participação nos lucros de controlada	22.098	17.773	4	21
	22.171	17.925	(108.897)	(99.314)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	**22.171**	**17.925**	**28.820**	**27.404**
Receitas financeiras			4.590	5.842
Despesas financeiras			(7.501)	(8.052)
Variações monetárias e cambiais, líquidas			(1.880)	(8.597)
			(4.791)	(10.807)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	22.171	17.925	24.029	16.597
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente			(2.499)	(2.151)
Diferido			815	3.013
			(1.684)	862
Lucro Líquido do Exercício	**22.171**	**17.925**	**22.345**	**17.459**
Lucro básico e diluído por ação do capital social (média ponderada) do exercício - em R$	**0,86**	**0,70**	**0,87**	**0,68**

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.171	17.925	22.345	17.459
Outros componentes do resultado abrangente				
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			547	607
Passivo atuarial			(174)	467
Total do resultado abrangente do exercício	22.171	17.925	22.718	18.533

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

		Reservas de Lucro				
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Reserva de Retenção Lucro**	**Dividendos Adicionais Propostos**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Em 01 de janeiro de 2022	**25.701**	**5.056**	**146.456**	**2.151**		**179.364**
Lucro líquido do exercício					17.925	17.925
Reserva legal		84			(84)	
Reserva de lucro			16.434		(16.434)	
Dividendo adicional distribuído				(2.151)		(2.151)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)			671		(351)	320
Dividendos adicionais propostos				1.056	(1.056)	
Em 31 de dezembro de 2022	**25.701**	**5.140**	**163.561**	**1.056**		**195.458**
Lucro líquido do exercício					22.171	22.171
Reserva de lucro			19.660		(19.660)	
Dividendo adicional distribuído			(3.759)			(3.759)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)					(627)	(627)
Dividendos adicionais propostos			1.056	828	(1.884)	
Em 31 de dezembro de 2023	**25.701**	**5.140**	**180.518**	**1.884**		**213.243**

Notas Explicativas

1 - Contexto Operacional: A Trigo Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), constituída em 27 de outubro de 2008, sociedade anonima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A companhia é a controladora da empresa Moinho Paulista S/A. **2 - Resumo das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 19/03/2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Diretoria

Paulo Roberto de Lima Pinto - CRC - 1SP200529/O-5

CRISE

Supermercados Dia pede recuperação judicial no País

A operação brasileira da rede espanhola de supermercados Dia entrou na quinta-feira, 21, com um pedido de recuperação judicial no Brasil na Justiça de São Paulo, "com o objetivo de tentar superar a sua atual situação econômica e financeira", afirmou a empresa. O valor da ação é de quase R$ 1,1 bilhão.

A rede afirma que, desde a sua chegada ao Brasil, em 2001, tem realizado investimentos no País, em um esforço que "não obteve o retorno esperado". O pedido de recuperação judicial ocorre uma semana após o anúncio de um processo de reestruturação das operações no País, com o fechamento de 343 lojas e três armazéns.

A rede continuará operando 244 lojas no Estado de São Paulo.

Ao anunciar o fechamento de lojas, o grupo afirmou que a decisão ocorreu devido aos "persistentes resultados negativos do Dia no Brasil" e que faz parte do plano de ajustes que visa "tornar a operação viável".

A concentração dos negócios em São Paulo foi uma opção para otimizar a rede logística e reduzir custos. Segundo a empresa, as operações no Estado têm maior rentabilidade.

A companhia chegou ao Brasil em 2001. Nos últimos anos, especialmente desde 2022, a operação não trazia resultados esperados, apesar de investimentos da matriz. Dentre os motivos para o agravamento, a empresa cita o preço de commodities e a expansão de concorrentes no modelo atacarejo.

OECI S.A. - NIRE 35.300.526.805 -CNPJ/MF nº 10.220.039/0001-78

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora, Local: 04.03.2024, às 09:30 horas, na sede social, Avenida das Nações Unidas, 14.401 – 4º Andar – Parte E - Conj. 44 – Edifício B1 – São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Mauricio Cruz Lopes, *Presidente*; Ícaro Akim Silvestre Nascimento, *Secretário.* **Deliberações Aprovadas**: **1)** Em função da carta de renúncia firmada em 29.02.2024, apresentada pelo Diretor **Rogério Bautista da Nova Moreira**, a eleição do Sr. **Ricardo Luís Machado Weyll**, brasileiro, casado, advogado, RG 0948475099 SSP/BA, CPF/MF 828.072.565-20, residente em São Paulo/SP, ao cargo de **Diretor sem designação específica**, cujo mandato terá início na data de assinatura do Termo de posse e vencimento na AGO que apreciará as contas relativas ao exercício a findar-se em 31.12.2024. O Diretor ora eleito será investido em seu cargo mediante a lavratura e assinatura do termo de posse, tendo declarado para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer atividade mercantil; e **3)** A Diretoria da Companhia, cujo prazo de vencimento de mandato dar-se-á na AGO que apreciará as contas relativas ao exercício a findar-se em 31.12.2024, passa a ter a seguinte composição: **A)** *Diretor sem designação específica* **- Mauricio Cruz Lopes**; **B)** *Diretor sem designação específica* **- Lucas Cive Barbosa**; e **C)** *Diretor sem designação específica* **– Ricardo Luís Machado Weyll.** **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 04.03.2024. **Mesa**: Mauricio Cruz Lopes, *Presidente*; Ícaro Akim Silvestre Nascimento, *Secretário.* **Acionistas**: **OEC S.A.**, representada pela procuradora Paula de Ghivizzano Prado Fonseca Poiatti; e **Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial**, representada pela procuradora Simone Torres de Oliveira. JUCESP nº 121.924/24-5 em 15.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da **Outback Steakhouse Restaurantes Brasil S.A.** ("**Companhia**"), na forma do Art. 124 da Lei 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em **29 de março de 2024, às 10:00 horas**, na sede da Companhia, localizada na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 4º andar, conjunto 401, Brooklin, CEP 04578-000, São Paulo/SP, para deliberarem sobre as seguintes matérias: **(i)** ratificar e aprovar a aquisição, pela Companhia, e subsequente cancelamento, sem redução do capital social, de suas próprias ações preferenciais das seguintes classes: **MP14, MP16, MP72, MP83** e **MP89; (ii)** ratificar e aprovar a criação das seguintes novas classes de ações preferenciais: **MP163, MP167, JVPd161, JVPd163** e **JVPd167,** de acordo com o plano de expansão da Companhia; **(iii)** aprovar um novo aumento do capital social no valor de **R$ 130.949.750,00,** mediante a emissão de *(a)* novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direito a voto, e *(b)* novas ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendos fixos; pelo preço de emissão de R$ 1,43244 por ação; **(iv)** aprovar a alteração da composição da Diretoria e a eliminação do cargo de Diretor Presidente Adjunto; **(v)** aprovar a alteração das respectivas cláusulas do Estatuto Social para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme o caso; e **(vi)** aprovar a consolidação do Estatuto Social. Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social. O acionista que desejar ser representado por procurador, na forma do Art. 126, §1º da Lei das S.A., deverá depositar a respectiva procuração na sede social em até 24 horas antes da realização da assembleia. São Paulo, 19 de março de 2024. **Mauro Guardabassi Martins** - Diretor.

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 04.066.598/0001-72 - NIRE 53.300.006.288

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 1ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE 2024

Ficam os senhores acionistas e auditores externos independentes da Corumbá Concessões S.A., convocados para participar da Assembléia Geral Ordinária que será realizada no **dia 28 de março de 2024, às 10:00 horas**, por meio digital, através do sistema eletrônico de videoconferência Microsoft Teams, link de acesso disponibilizado previamente aos acionistas, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos, se houver; **(iii)** Eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar a sua remuneração; e **(iv)** Fixar a remuneração global dos Administradores. Nos termos da IN DREI nº 79, de 14 de abril de 2020 e IN DREI nº 81/2020, anexo V Seção VIII, de 10 de junho de 2020, **a Assembleia realizar-se-á de forma digital, com votação a distância, mediante envio de boletim de voto a distância ("Boletim")**, o qual será previamente disponibilizado para preenchimento aos acionistas e conterá as devidas orientações de voto, de envio e de protocolo. Para que os acionistas, bem como seus eventuais representantes legais, sejam admitidos à reunião deverão preencher e protocolar o "Boletim" diretamente na sede da Companhia ou por meio do endereço eletrônico juridico@corumba4.com.br até as 10:00h da manhã do dia 26 de março de 2024, acompanhado com os seguintes documentos: a) "Boletim" preenchido e assinado pelo acionista ou procurador legal; b) cópia simples do documento de identidade do signatário, acionista ou seu representante/procurador legal; e c) procuração, se for o caso, que comprove a representação do acionista. Brasília, 19 de março de 2024. **Matheus Penido** - Presidente do Conselho de Administração.

Unipar Carbocloro S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 33.958.695/0001-78 - NIRE 35.300.454.758

ATA DA 727ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

DATA, HORA E LOCAL: 21 de fevereiro de 2024, às 11h, na sede social da Unipar Carbocloro S.A., situada na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.327, 22º andar, Sala Djanira, CEP 04543-011 ("Companhia"). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante convocação encaminhada aos Conselheiros em 16 de fevereiro de 2024, nos termos do artigo 21, §1º, do Estatuto Social da Companhia. Foram considerados presentes os Conselheiros que participaram presencialmente ou por videoconferência, conforme faculta o artigo 21, parágrafo 4º, do Estatuto Social. O Sr. Luiz Barsi Filho foi representado pela Sra. Louise Barsi, nos termos do artigo 19, §2º do Estatuto Social da Companhia. Assim, presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Bruno Soares Uchino - Presidente; Luiz Barsi Filho - Vice-Presidente; Lucas Queiroz Abud; João Guilherme de Andrade Só Consiglio; Sergio Machado Terra; e Vitor Manuel Cavalcanti Mallman. **MESA**: Presidente: Sr. Bruno Soares Uchino; Secretário: Sr. André dos Santos Ferreira. **ORDEM DO DIA**: eleger Diretor sem designação específica da Companhia, com função de Diretor Comercial. **DELIBERAÇÕES**: Iniciados os trabalhos, a matéria constante da ordem do dia foi apresentada e discutida pelos membros do Conselho de Administração que, após debates e reflexões elegeram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, desempenhando a função de Diretor Comercial, o Sr. **Alexandre de Castro**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 56.215.506-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 891.167.989-53, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1327, 22º andar, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com mandato remanescente até a Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 2023. O membro da Diretoria ora eleito, declara, para fins do disposto no §1º do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil, tendo sido apresentada à presente Reunião do Conselho de Administração, as declarações previstas no artigo 147, §4º da Lei das S.A., conforme termo de posse assinado na presente data. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. 21 de fevereiro de 2024. (ASS.): Bruno Soares Uchino - Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração; André dos Santos Ferreira - Secretário da Mesa; Louise Barsi pp/ Luiz Barsi Filho - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Lucas Queiroz Abud - Conselheiro; João Guilherme de Andrade Só Consiglio - Conselheiro; Sergio Machado Terra - Conselheiro e Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann - Conselheiro. *Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada em livro próprio*. São Paulo, 21 de fevereiro de 2024. Bruno Soares Uchino - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração, André dos Santos Ferreira - Secretário. JUCESP nº 99.638/24-1 em 07/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Unipar Indupa do Brasil S.A.

CNPJ/MF 61.460.325/0001-41 - NIRE 35.300.048.237

("Companhia")

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2024.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 21 de fevereiro de 2024, às 14h, na sede da Companhia, situada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, 22º andar, sala Santo André, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Companhia, a saber, os Srs. Maurício Parolin Russomanno - Presidente, Pedro Paulo Cerqueira de Oliveira Rohl e André dos Santos Ferreira, membros. **3. MESA**: Presidente: Maurício Parolin Russomanno; Secretário: André dos Santos Ferreira. **4. ORDEM DO DIA**: eleger Diretor sem designação específica da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: iniciados os trabalhos os conselheiros presentes elegeram, por unanimidade, e sem quaisquer ressalvas, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, o Sr. **Alexandre de Castro**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 56.215.506-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 891.167.989-53, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1327, 22º andar, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com mandato remanescente até a Reunião do Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 2023. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 21 de fevereiro de 2024. (ASS.) Maurício Parolin Russomanno - Presidente, André dos Santos Ferreira - Secretário. A presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.São Paulo, 21 de fevereiro de 2024. Maurício Parolin Russomanno - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração, André dos Santos Ferreira - Secretário e Conselheiro. JUCESP nº 100.266/24-1 em 08/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Embu Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 06.243.416/0001-17 - NIRE 35.300.566.963

Carta de Convocação

Na qualidade de Conselheiros da **EMBU EMPREENDIMENTOS S.A.**, vimos pela presente convocar seus sócios a comparecerem na sede da Sociedade, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira de Araujo, nº 202, Cj. 41, CEP 05428-000, no dia 04/04/2024, às 10:00 horas, em primeira convocação, a fim de, em Reunião Ordinária de Sócios, discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

(a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023;
(b) Distribuição de dividendos aos acionistas;
(c) Eleger os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso;
(d) Fixação dos honorários da Diretoria para o exercício de 2024.

Aproveitamos para informar que o Balanço Patrimonial da **EMBU EMPREENDIMENTOS S.A.**, levantado em 31/12/2023, foi publicado no Diário Comercial nas páginas B8, e B9, e no Site do Diário Comercial nas páginas 7, e 8, ambos em 08 de março de 2024. O Balanço Patrimonial está disponível na sede da Sociedade.

São Paulo, 22 de março de 2024

Luiz Eulalio de Moraes Terra – Presidente
Fabio Luna Camargo Barros – Conselheiro

Banco Fibra S.A.

CNPJ/ME 58.616.418/0001-08 - NIRE 35.300.118.782

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Março de 2024

1. Local e hora: Na sede do Banco Fibra S.A. ("Companhia" ou "Banco"), nesta Capital, às 17:00 (dezessete horas). **2. Presença:** Presentes, por videoconferência, nos termos do artigo 19, item "d" do Estatuto Social do Banco, os membros do Conselho de Administração do Banco, os Srs. Benjamin Steinbruch, Elisabeth Steinbruch Schwarz, Arno Schwarz e Anna Maria Marzorati Kuntz. **3. Mesa:** Srs. Benjamin Steinbruch (Presidente) e Flávia Zahr (Secretária). **4. Ordem do Dia:** (i) tomar conhecimento da renúncia do Sr. **Rafael Pavão de Assis** ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e (ii) ratificar a composição da Diretoria. **5. Deliberações tomadas pela unanimidade dos presentes:** (i) Tomar conhecimento da renúncia do Sr. **Rafael Pavão de Assis,** brasileiro, em união estável, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 35.255.268-2 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 223.442.678-24, ao cargo de Diretor sem designação específica, conforme carta de renúncia datada de 08 de março de 2024, arquivada na sede social, restando, portanto, seu nome excluído do quadro de administradores da Companhia. Os Conselheiros consignaram seus cumprimentos e agradecimentos ao Sr. **Rafael Pavão de Assis** pelos serviços prestados à Companhia durante o exercício de suas funções. (ii) Desta forma, a atual composição da Diretoria, com mandato unificado até a primeira Reunião do Conselho de Administração da Companhia que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, fica assim constituída: (1) Diretor Presidente: Sr. **Arno Schwarz,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 18.120.948-2 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 290.691.338-30; (2) Diretor sem designação específica: Sr. **Kumagae Hinki Junior,** brasileiro, casado, bacharel em tecnologia da informação, portador da cédula de identidade RG nº 7.893.422-9 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 063.935.908-66; (3) Diretor sem designação específica: Sr. **José Lourenço Cassandre Junior,** brasileiro, em união estável, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.072.526-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 360.863.058-97; (4) Diretora sem designação específica: Sra. **Flávia Zahr,** brasileira, divorciada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 23.607.359-x SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 272.725.428-88; (5) Diretora sem designação específica: Sra. **Patricia Villas Boas Amaro,** brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 22.739.148-2 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 180.839.848-33; e (6) Diretor sem designação específica: Sr. **Gustavo Deamo,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.867.370-2 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 297.613.398-07, todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional no mesmo endereço da sede da Companhia. (iii) **Por fim, os conselheiros autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento das deliberações aqui tomadas. 6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, bem como pelo Presidente e Secretária da mesa. São Paulo, 08 de Março de 2024. Assinaturas: Sr. Benjamin Steinbruch (Presidente da Mesa), Sra. Flávia Zahr (Secretária da Mesa) e os Srs. Benjamin Steinbruch, Elisabeth Steinbruch Schwarz, Arno Schwarz e (Conselheiros). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 08 de Março de 2024. **Flávia Zahr -** Secretária. **JUCESP** nº 104.022/24-3 em 14/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Diário Comercial
PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

EVENTO

Governo de SP convoca 7ª Conferência Estadual das Cidades Paulistas, em julho

Divulgação

Uma reunião será realizada na próxima segunda-feira, dia 25 de março, das 9h às 18h, no auditório do 15º andar do Edifício Cidade IV, para escolher os 25 (vinte e cinco) membros e respectivos suplentes.

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), instituiu as diretrizes para a organização da 7ª Conferência Estadual das Cidades Paulistas, que será realizada entre os dias 5 e 6 de julho de 2024, no espaço do Memorial da América Latina, na capital. A sétima edição do evento terá como tema: "Construindo a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social".

A partir da Portaria MCID nº 175, publicada no Diário Oficial da União em 1º de março de 2024, do Regimento Interno da 6ª. Conferência Nacional das Cidades e do Inciso IX do artigo 4º do Decreto nº 67.435, a SDUH definiu os procedimentos para a composição da Comissão Organizadora Estadual. Uma reunião será realizada na próxima segunda-feira, dia 25 de março, das 9h às 18h, no auditório do 15º andar do Edifício Cidade IV, para escolher os 25 (vinte e cinco) membros e respectivos suplentes.

A comissão será composta pelo secretário do Desenvolvimento Urbano e Habitação, ou quem ele designar, para exercer a função de presidente, e demais representantes do Poder Público Estadual, sendo eles: 5 membros do Poder Executivo Estadual, designados pela SDUH, 5 do Legislativo Estadual, designados pela Presidência da Assembleia Legislativa, sete representantes dos Movimentos Populares, dois de entidades sindicais, dois representantes de empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, dois membros de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, além de um representante de organizações não governamentais com atuação na área do desenvolvimento urbano.

Caso algum segmento não tenha integrantes suficientes para preencher todas as vagas previstas, a Comissão Organizadora, após sua instalação, poderá prever formas de suplementação das representações. Além disso, os municípios que tiverem realizado a Etapa Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades poderão participar também com um representante entre os delegados eleitos na etapa municipal, com direito à voz na Comissão Organizadora.

Essa Comissão Organizadora será responsável pela elaboração do regimento da 7ª Conferência Estadual das Cidades Paulistas, pelo planejamento da infraestrutura para a realização do evento, pauta e programação, além da mobilização da sociedade civil e do poder público.

Caberá, ainda, ao grupo selecionado a elaboração do relatório final da 7ª Conferência Estadual das Cidades Paulistas, o preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado na forma definida em Resolução do Conselho das Cidades, dar o encaminhamento aos recursos impetrados, constituir a Comissão Estadual Recursal e de Validação e estimular, apoiar e acompanhar as Conferências Municipais.

Ferrari Participações Societárias S/A

CNPJ/MF nº 21.948.647/0001-10 - NIRE 35.300.476.115

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Presencial e Virtual

Ficam os acionistas da **Ferrari Participações Societárias S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") presencial e virtual a ser realizada no dia **06 de Abril de 2024, às 10h00min (dez horas),** na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Extraordinariamente:** 1. Deliberação acerca da aquisição das ações do acionista Fernando Ferrari pela Companhia para manutenção em tesouraria. Pirassununga-SP, 06 de Março de 2024. **Antônio Carlos Previte, Fábio Ferrari, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (22/03/2024).**

WSC Participações Societárias S/A

CNPJ/MF nº 08.788.555/0001-51 - NIRE 35.300.340.957

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Presencial e Virtual

Ficam os acionistas da **WSC Participações Societárias S/A** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada no dia **06 de Abril de 2024, às 10h00min (dez horas)**, na sede da Companhia na Fazenda da Rocha, s/nº, Zona Rural, no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Extraordinariamente:** 1. Deliberação acerca da aquisição das ações do acionista Fernando Ferrari pela Companhia para manutenção em tesouraria. Pirassununga-SP, 06 de Março de 2024. **Antônio Carlos Previte, Fábio Ferrari, José Sérgio Ferrari Junior - Diretores (22/03/2024).**

Unipar Indupa do Brasil S.A.

CNPJ/MF 61.460.325/0001-41 - NIRE 35.300.048.237

("Companhia")

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 27 dias do mês de dezembro de 2023, às 10h, na sede social da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Companhia"), localizada Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, 22º andar, sala Santo André, CEP 04543-011. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação por estar presente a única acionista titular da totalidade das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. MESA:** Presidida pelo Sr. **Mauricio Parolin Russomanno** e secretariada pelo Sr. **André dos Santos Ferreira**. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia, conforme proposta da administração, arquivada na sede da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (ii) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações do item (i) acima e (iii) autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários, para implementar o quanto deliberado na presente Assembleia. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas constantes da ordem do dia, a única acionista presente representando a totalidade do capital social da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: (i) aprovar o aumento do capital social da Companhia, **dos** atuais R$ 891.025.688,97 (oitocentos e noventa e um milhões, vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos) **para** R$ 973.381.119,97 (novecentos e setenta e três milhões, trezentos e oitenta e um mil, cento e dezenove reais e noventa e sete centavos), um aumento, portanto, no valor de R$ 82.355.431,00 (oitenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e um reais), mediante a emissão de 3.624.799 (três milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 22,7203 (vinte e dois reais, sete mil e duzentos e três décimos de milésimo de centavos) por ação, o qual foi determinado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76, as quais são, nesse ato, subscritas pela única acionista da Companhia, Unipar Indupa S.A.I.C, e por ela totalmente integralizadas, mediante o aproveitamento de crédito decorrente de distribuição de dividendos da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 20 de abril de 2023, nos termos do Boletim de Subscrição que constitui o Anexo I desta ata. (ii) em decorrência do aumento de capital aprovado no "(i)" acima, aprovar a alteração da redação do artigo 5º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 5º. O capital social, totalmente integralizado, é de* R$ 973.381.119,97 (novecentos e setenta e três milhões, trezentos e oitenta e um mil, cento e dezenove reais e noventa e sete centavos)*, dividido* 42.841.994 (quarenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e um mil e novecentos e noventa e quatro) *ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* (iii) autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários, para implementar o quanto deliberado na presente Assembleia. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos, para a lavratura da ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes. São Paulo (SP), 27 de dezembro de 2023. (ASS) Mesa: - Mauricio Parolin Russomanno - Presidente, e André dos Santos Ferreira - Secretário. Acionistas: Unipar Indupa S.A.I.C. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 27 de dezembro de 2023. Mauricio Parolin Russomanno - Presidente da Mesa, André dos Santos Ferreira - Secretário. JUCESP nº 99.523/24-3 em 07/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Lifetime Assessores de Investimentos Ltda.

CNPJ nº 14.920.784/0001-80

Edital de Convocação – Reunião de Sócios

Ficam convocados os Srs. Sócios da Sociedade, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 10º andar, cj 101, São Paulo-SP, para comparecerem à Reunião de Sócios a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 01/04/2024, às 10h00, via vídeo conferência (*Microsoft Teams*), cujos dados para conexão poderão ser obtidos junto ao e-mail juridico@lftm.com.br um dia antes da realização da Reunião de Sócios, com a finalidade única de deliberar acerca da exclusão do sócio Patrick Wojcicki Abrantes, do quadro de sócios da Sociedade, com fundamento na Cláusula 14, § 1º, alíneas 'i' e 'ii', e § 2º do Contrato Social da Sociedade, sendo resguardado ao Sr. Patrick o pleno direito de comparecer e, querendo, apresentar sua defesa. São Paulo/SP, 22/03/2024. *Marcello Giuntini Popoff* e *Pedro Paulo dos Santos Chaves*, *Administradores*. (22, 25 e 26/03/2024)

OENGER S.A. - CNPJ/MF nº 29.229.029/0001-21 - NIRE 35.300.512.189

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2024

Data, hora, local: 04.03.2024, 10hs, na sede social, Avenida das Nações Unidas, 14.401 – 4º Andar – Parte Y – Conj. 44 – Edifício B1 – Aroeira, São Paulo/SP. **Presença**: totalidade do capital social. **Mesa**: Mauricio Cruz Lopes, *Presidente*; Ícaro Akim Silvestre Nascimento, *Secretário*. **Deliberações aprovadas: 1)** eleição do Sr. **Ricardo Luís Machado Weyll**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 0948475099 SSP/BA, CPF/MF nº 828.072.565-20, residente São Paulo/SP, como novo **Diretor sem designação específica**, cujo mandato terá inicio na data de assinatura do respectivo Termo de Posse e vencimento na Assembleia Geral Ordinária que apreciará as contas relativas ao exercício a findar-se em 31.12.2024. O Diretor ora eleito será investido em seu cargo mediante a lavratura e assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria, e declara que não está impedido de exercer atividade mercantil; e **2)** A Diretoria, cujo prazo de vencimento de mandato dar-se-á na Assembleia Geral Ordinária que apreciará as contas relativas ao exercício a findar-se em 31.12.2024, passa a ter a seguinte composição: **A)** ***Diretor sem designação específica*** **- Mauricio Cruz Lopes**; **B)** ***Diretor sem designação específica*** **- Lucas Cive Barbosa**; e **C)** ***Diretor sem designação específica*** **– Ricardo Luís Machado Weyll**. **Quórum das Deliberações**: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo/SP, 04.03.2024. **Acionistas**: **OEC S.A.**, representada pela procuradora Paula de Ghivizzano Prado Fonseca Poiatti; **OECI S.A.**, representada pela procuradora Paula de Ghivizzano Prado Fonseca Poiatti; e **Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial**, representada pela procuradora Simone Torres de Oliveira. JUCESP nº 120.521/24-6 em 14.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ibitu Energia S.A.

CNPJ/ME nº 31.908.280/0001-64 - NIRE nº 35.300.527.291

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Março de 2024

Data, Hora e Local: Em 19/03/2024, às 12h, na sede social da **Ibitu Energia S.A.**, localizada em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, por estar presente o acionista representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionista"). **Mesa:** Presidente: **Ramon Pessoa Dantas;** Secretária: **Mariana Masson. Deliberações:** • Aprovar a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento de ações, passando dos atuais R$1.753.768.376,19 para R$ 1.705.914.058,19 uma redução de capital, portanto, de R$ 47.854.318,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, realizada, ainda, com o cancelamento de 47.854.318 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, estabelecido nos termos do art. 173 da Lei das Sociedades por Ações. • Consignar que, nos termos do §1º do Art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, durante o prazo de 60 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação, poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. • Consignar, ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva, findo prazo mencionado no item acima, desde que constatada a inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata, ou existindo oposição de algum credor, mediante pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância respectiva, conforme disposto no art. 174, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. • Consignar que a quantia total da redução de Capital da Companhia, no montante de R$ 47.854.318,00, será restituída ao Acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária. 5.2. Em virtude da redução de capital ora deliberada, nos termos do item 5.1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, refletir a redução de capital e o cancelamento de ações da Companhia, que passa a vigorar seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.705.914.058,19, dividido em 1.705.914.058 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* • O Acionista decide autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata. São Paulo, 19/03/2024. Mesa: Ramon Pessoa Dantas - **Presidente;** Mariana Masson - **Secretária**. Acionista: **Astra Infraestrutura I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia -** representada por sua administradora REAG Administradora de Recursos Ltda.

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.537.263/0001-66 - NIRE 35.300.370.406

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da **Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.830, Torre 3, 3º andar, CEP 04543-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.370.406 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 60.537.263/0001-66, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 02495-3 ("**Companhia**") convoca seus acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em primeira convocação no dia 24 de abril de 2024, às 14:00 horas ("**AGOE**"), **de modo exclusivamente à distância e digital**, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária (i)** tomada das contas dos administradores da Companhia, apreciação, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório da administração da Companhia, dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** aprovação da proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024; **(iv)** fixação do número de membros Conselho de Administração; e **(v)** eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária (i)** alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia contemplando (i) a adequação do Art. 14 (xxi) a fim de excluir o termo "normas"; (ii) a adequação do descritivo dos cargos e atribuições da Diretoria constantes dos Arts. 15 e 16 do Estatuto Social; e (iii) a alteração do Art. 5º do Estatuto Social a fim de consolidar o aumento do capital social aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28/11/2023. Instruções e Informações Gerais: Conforme autorizado pelo artigo 28, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, a AGOE será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. A Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a plataforma digital operacionalizada pela Ten Sistemas e Redes ("**Ten**"), desde que observadas as condições abaixo resumidas. As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da administração para a AGOE ("**Proposta da Administração")** que poderá ser acessada por meio dos websites da Companhia (https://ri.estapar.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço **ri@estapar.com.br**, até às 14 horas do dia 22 de abril de 2024, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada neste Edital e na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGOE. Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, no âmbito da AGOE, os senhores acionistas deverão comprovar a qualidade de detentores de ações emitidas pela Companhia, por meio dos seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da data de envio do documento para a Companhia; (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei (incluindo, mas sem se limitar, o artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações); (iii) cópia de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa física; (iv) cópia dos atos constitutivos atualizados e do ato que invista o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, no caso de pessoa jurídica; e (v) cópia dos atos constitutivos atualizados do acionista e do seu respectivo administrador e/ou gestor (conforme o caso), bem como do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, no caso de fundos de investimento. Caso o acionista ou, se for o caso, seu representante legal ou procurador, tenha interesse em participar de eventual eleição em separado, deverá apresentar o extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, expedido pela instituição financeira depositária ou custodiante, comprovando a titularidade ininterrupta de participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anteriores à realização das Assembleias Gerais. A Companhia esclarece que, exclusivamente para a AGOE, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do acionista, sendo, contudo, necessária a apresentação da tradução simples dos documentos que não tenham sido originalmente lavrados em português. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o link e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, **a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência para transmitir as instruções de voto pelo sistema de escrituração**, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM 80, sendo necessário, nos termos da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://ri.estapar.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGOE. São Paulo, 22 de março de 2024. Edwyn Neves - **Presidente do Conselho de Administração,** Daniel Henrique Nogueira Soraggi e Castro - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.**

ALLPARK EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.537.263/0001-66 - NIRE 35.300.370.406

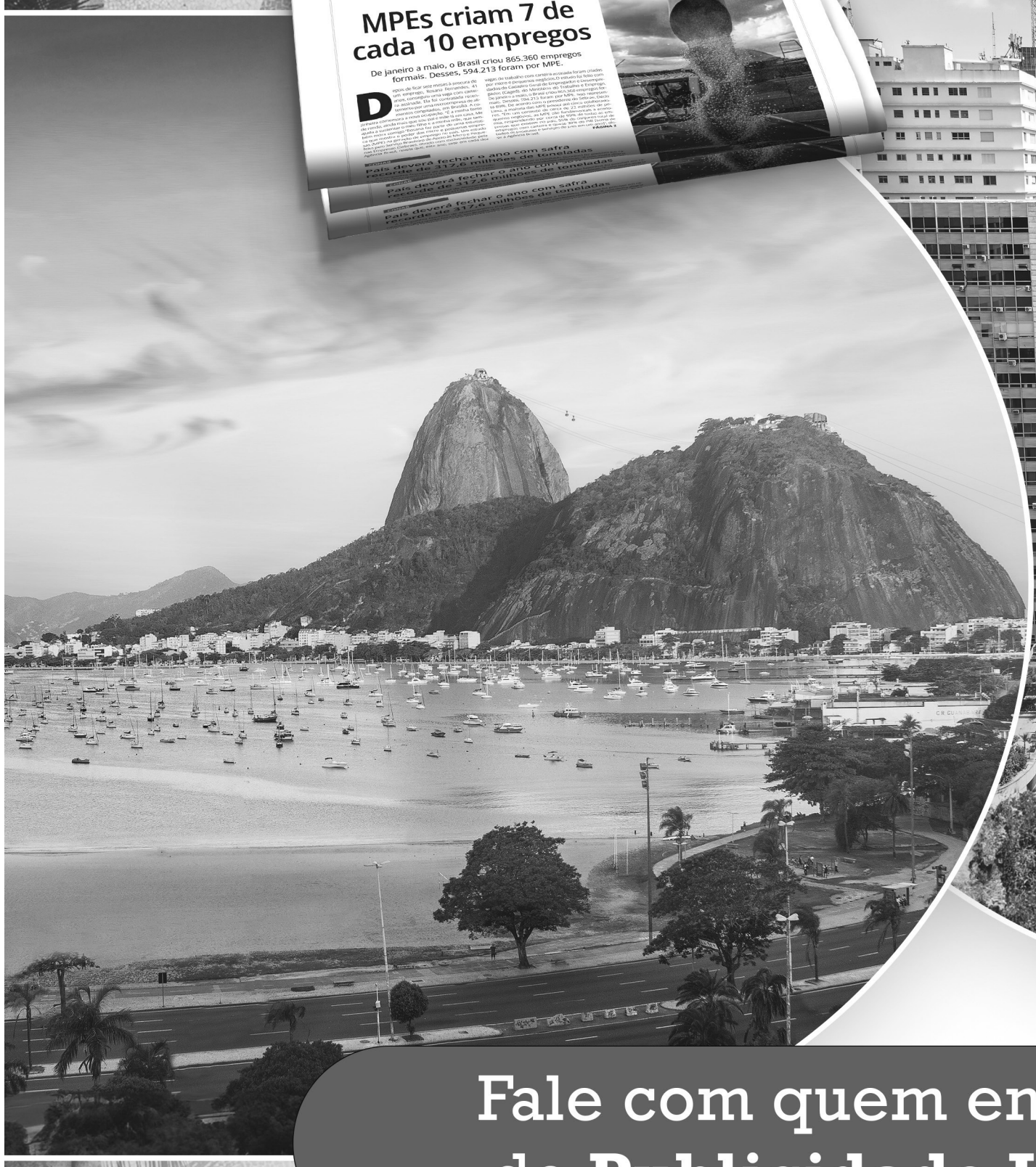
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que os documentos referidos no Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. ("Companhia"), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.830, Torre 3, 3º andar, CEP 04543-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e no website da Companhia (https://ri.estapar.com.br/). São Paulo, 22 de março de 2024. **Edwyn Neves -** Presidente do Conselho de Administração

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.

Diário Comercial
Fundado em 3 de novembro de 1955
Edição Nacional
ANO LXVIII - Edição nº 17.159
www.diariocomercial.com.br
Estudo mostra força das Micro e Pequenas Empresas
MPEs criam 7 de cada 10 empregos
De janeiro a maio, o Brasil criou 865.360 empregos formais. Desses, 594.213 foram por MPE.
País deverá fechar o ano com safra recorde de 317,6 milhões de toneladas
País deverá fechar o ano com safra recorde de 317,6 milhões de toneladas
País deverá fechar o ano com safra recorde de 317,6 milhões de toneladas



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B4C6-6230-7B80-5B7B.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B4C6-6230-7B80-5B7B ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B4C6-6230-7B80-5B7B

Hash do Documento

9A52C61A0BB5D4F97CEC8DFF5E979C1977BBBB31AF2821DCAAEE37D4C0FC2748

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/03/2024 é(são) :

☑ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 22/03/2024 09:52 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03